



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Direito

Ana Beatriz Oliveira Reis

**Multiplicidade: composições entre as águas, a floresta e o urbano a partir
de Santarém-PA**

Rio de Janeiro

2024

Ana Beatriz Oliveira Reis

Multiplicidade: composições entre as águas, a floresta e o urbano a partir de Santarém-PA



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora ao Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Pensamento Jurídico e Relações Sociais. Teoria e Filosofia do Direito.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Fabiano Mendes

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/C

R375 Reis, Ana Beatriz Oliveira

Multiplicidade: composições entre as águas, a floresta e o urbano a partir de Santarém - PA / Ana Beatriz Oliveira Reis. - 2024. 224f.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Fabiano Mendes.
Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito.

1. Santarém (PA) - Teses. 2. Composicionismo - Teses.
3. Direito à cidade - Teses. I. Mendes, Alexandre Fabiano. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Direito. III. Título.

CDU 349.4

Bibliotecária: Fabiana das Graças Fonseca CRB7/6358

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Ana Beatriz Oliveira Reis

**Multiplicidade: composições entre as águas, a floresta e o urbano a partir de Santarém-
PA**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Pensamento Jurídico e Relações Sociais. Teoria e Filosofia do Direito.

Aprovada em 08 de março de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alexandre Fabiano Mendes (Orientador)
Faculdade de Direito – UERJ

Prof.^a Dra. Clarissa Pires de Almeida Naback
Faculdade de Direito – UERJ

Prof.^a Dra. Arícia Fernandes Correia
Faculdade de Direito - UERJ

Prof.^a Dra. Ana Cláudia Duarte Cardoso
Universidade Federal do Pará

Prof.^a Dra. Virgínia Totti Guimarães
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa aos sujeitos humanos e não humanos da multiplicidade Santarém, em especial, à querida Sara Pereira, precursora da luta pelo plano diretor participativo, elo das muitas alianças em defesa da cidade. Mulher corajosa, artesã das letras! Que a busca pelo caminho da beira nos inspire a construir outras urbanidades para as cidades amazônicas.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho só pôde ganhar existência por meio da teia de sujeitos e relações que me constituem. Nesse sentido, essa tese é uma co-criação das muitas pessoas e coisas que compõem a minha trajetória. Sendo assim, peço licença para fazer dos meus agradecimentos uma pequena composição ainda que não consiga agregar todos os seus elementos.

Em primeiro lugar, agradeço à minha família, lugar de fortaleza, aconchego, refúgio, onde me nutro de confiança para viver a vida de cabeça erguida frente aos desafios que dela são inerentes. À minha mãe, Fátima, agradeço por ter me ensinado a sonhar alto, por ter me transmitido a coragem tão presente na sua própria trajetória, por me inspirar a ser uma mulher que não renuncia a sua autonomia. Ao meu pai, Manoel Marcos, agradeço por toda dedicação à nossa família e pelos momentos compartilhados assistindo ao Glorioso. À minha irmã, Eduarda, carinhosamente Duda, agradeço por ser espaço de sabedoria e de ponderação frente aos meus embaraços, por trazer mais leveza para minha vida nas nossas conversas diárias. À minha irmã, Júlia, agradeço por todo carinho do cuidado diário, por nossas trocas, por inserir novos pontos de vista na minha existência a partir do seu olhar jovem, artístico e perspicaz.

Agradeço ainda à minha família ampliada. Às minhas avós e aos meus avôs, que mesmo não estando mais presentes fisicamente, continuam me inspirando por seus legados de humildade, trabalho e resiliência. Às minhas tias e tios, primas e primos, agradeço o apoio dispensado desde a minha infância. Agradeço, em especial, às minhas primas Isabela, Elisa e Greice que também são minhas amigas, que acolhem as minhas muitas fragilidades, que me fortalecem e me apoiam mesmo à distância.

E quão poderosas são as alianças compostas por mulheres! A conclusão desse ciclo acadêmico é possível graças às minhas amigas que não soltaram a minha mão. Às minhas amigas Natália, Paola e Luciana agradeço por serem fortaleza desde antes do meu ingresso no doutorado. Obrigada pelas conversas, pelas escutas, pela lealdade, pelos cafés, pelas muitas trocas durante a construção dessa tese e por terem agregado a Laryssa ao nosso grupo, amiga das palavras bonitas e precisas.

Agradeço à minha amiga Carolzinha por ser lugar de calma frente às minhas muitas inquietações desde o primeiro período da faculdade de Direito e por estar sempre presente na minha vida. À minha amiga Rafaela agradeço por, desde os tempos de servidoras na UFF, ser fonte de sabedoria infinita. Agradeço também ao seu companheiro Alessandro por terem me acolhido e me apoiado durante o processo seletivo da UERJ. À minha amiga Izabella, agradeço por ter me acolhido em Bogotá por dois meses e por ter me ajudado, junto com o seu

companheiro Leonard, a atravessar dois terremotos. À minha amiga Isis agradeço por ser presença amiga mesmo diante das minhas ausências nesses mais de dez anos de amizade. Agradeço às minhas amigas Juliana e Marilha por serem minhas top's desde os tempos do mestrado e por dividirem comigo as alegrias e as dores da vida. À minha amiga Christiane e ao meu amigo André, agradeço por toda amizade durante meus três primeiros anos em Santarém e por permanecerem presentes nesses quatro anos de doutorado por meio de ligações, vídeo chamadas e mensagens. Agradeço ao Jorge, que me acompanha no meu percurso analítico há dez anos, por me escutar e por me ajudar a escutar-me.

Tive a sorte grande de ter dois excelentes orientadores no doutorado! Ao professor Ricardo Falbo, que iniciou essa caminhada comigo, agradeço a doçura das palavras, por me inspirar a ser uma pessoa mais amorosa, por todas as mensagens gravadas cuidadosamente durante a orientação e que se iniciavam com um caloroso “Querida Ana Beatriz, bom dia!”. Ao professor Alexandre Mendes, agradeço pela generosidade e pela coragem de me orientar na segunda metade do doutorado, por ter me inserido numa dinâmica coletiva de pesquisa por meio do grupo Pragmatismos, por ter me apresentado novos pontos de vista teóricos, em especial, as reflexões sobre ecologia política que têm me proporcionado outros olhares sobre a minha própria prática política. Obrigada por me inspirar enquanto professor, orientador e colega, pelas muitas oportunidades de falar e escrever e por ter trazido novas perspectivas para o trabalho! Agradeço às professoras e aos professores da Linha de Teoria e Filosofia do Direito, às servidoras e aos servidores do PPGD/UERJ, às colegas e aos colegas do grupo de pesquisa Pragmatismos. Por fim, agradeço à professora Ana Cláudia Cardoso e ao professor Enzo Bello pelas contribuições durante a minha qualificação.

Agradeço à Universidade Federal do Oeste do Pará pelo incentivo à minha qualificação enquanto docente. Às minhas colegas e aos meus colegas do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, agradeço por todo apoio dispensado durante meu afastamento. Em especial, agradeço às professoras Évani, Giselle e Socorro e ao professor Rogério que mantiveram contato comigo durante esses quatro anos. Agradeço ainda a colega Elen do curso de Economia por toda troca, dicas e conversas durante nossas jornadas no doutorado.

Essa pesquisa não seria possível sem o apoio de muitas alunas e alunos da UFOPA. Agradeço à generosidade dos estudantes que compuseram o grupo de pesquisa “O direito à cidade em Santarém-PA” entre os anos de 2017-2019. Obrigada por toda dedicação às atividades de ensino, pesquisa e extensão, pelo engajamento na construção dos seminários, pela energia e vitalidade que vocês colocaram nessa experiência coletiva. Ádyla, Andrew,

Erick, Fabi, Giuliana, Helen, Jenna, Lincon, Lorena, Lucy, Polly, Samuel, Yuri e todas as pessoas que passaram pelo GDAC: muito obrigada!

São muito preciosas as amizades construídas nas alianças pelo direito à cidade em Santarém. Agradeço à Sara e ao Thiago por terem me acolhido com muito carinho, inclusive compreendendo as minhas limitações frente à complexidade da realidade amazônica e por terem me apontando caminhos de pesquisa a serem percorridos coletivamente. Agradeço ao querido amigo Edilberto pelas muitas trocas nesses anos, inclusive durante a pesquisa. Seu conhecimento vivido sobre a Amazônia e sobre os desafios da região são muito valiosos para todos nós! Ao Yuri, antes pupilo e agora educador popular, agradeço a amizade, as muitas trocas, por acolher minhas limitações de educadora em construção, por saber lidar com as minhas inquietações, por compartilhar comigo seus pontos de vista tão genuínos!

Agradeço ainda às pessoas que compõem os sujeitos coletivos e que participaram das entrevistas fundamentais para a construção dessa pesquisa: Renata, Charlisson (UES), Thiago (CJP), Edilson, Ladilson (STTR), Erlan (FAMCOS), Edilberto e Carlos (MTV), Abimael (CITA), Mário (FOQS), Valda e Zelí (AMBAPEM), Diana e Júnior (PJ), Sara, João e Yuri (FASE Amazônia), Marlon (Guardiões do Bem Viver).

Para não me estender muito, cito o emaranhado de sujeitos não humanos que me constituem e pelos quais agradeço por me permitirem acessar diferentes mundos. Às cidades de Lima Duarte (MG), Juiz de Fora (MG), Coimbra (PT), Niterói (RJ), Santarém (PA) e Bogotá (CO). Aos rios do Peixe, Paraibuna, Mondego, Tapajós e Amazonas. Às praias do Ingá, Icaraí, Alter do Chão, Ponta de Pedras e Pindobal. Ao morro de Monserrate, às montanhas de Minas Gerais, ao parque de Ibitipoca, ao monte Pão d'angu na minha cidade natal. À literatura do Gabo, à poesia do Manoel de Barros, à irreverência do Cazuya, às músicas de The Doors, à versatilidade da Shakira. À beira do rio Paraibuna, ao parque verde em Coimbra, à orla de Santarém, à Baía de Guanabara do outro lado da ponte, ao parque Virey, lugares que me possibilitaram realizar incontáveis caminhadas capazes de arejar meus pensamentos. Aos saberes compartilhados que me permitem praticar a natação enquanto lazer e a dança enquanto uma nova paixão. Às obras do Bruno Latour que foram companheiras instigantes nessa travessia acompanhadas por muito café das Minas Gerais. Às minhas plantinhas por acrescentarem beleza aos meus dias. À Kiara, companheira de quatro patas, amor garantido a qualquer momento do dia. À UFJF, à UC, à UFF, à UFRJ, à UFOPA, à UERJ e à UNAL por terem me proporcionado mais do que experiências acadêmicas. Por fim, agradeço às alianças que abriram caminhos para que a universidade pública seja um lugar cada vez mais plural.

A coexistência precede a essência.

Peter Sloterdijk

RESUMO

REIS, Ana Beatriz Oliveira. **Multiplicidade:** composições entre as águas, a floresta e o urbano a partir de Santarém-PA. 2024. 224f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Essa tese tem como objetivo apresentar a cidade de Santarém enquanto um arranjo complexo entre as águas, a floresta e o urbano na qual coexistem muitos modos de existência e, nesse sentido, trazer mais mediações para as discussões sobre o direito à cidade. Nesse trabalho, a complexa realidade dessa cidade amazônica se encontra com as reflexões sobre os modos de existência e o direito de existir presentes nas obras dos filósofos Étienne Souriau, David Laoujade e Bruno Latour. Para tanto, adota-se nessa tese a perspectiva composicionista inspirada na obra de Latour tendo como ponto de partida as entrevistas com os sujeitos coletivos de Santarém desdobradas nas muitas redes e elementos heterogêneos que compõem essa cidade por meio da pesquisa bibliográfica ampliada. Ao longo dos capítulos, acompanha-se a trajetória dos sujeitos coletivos pela cidade de Santarém, descreve-se a Santarém do presente na relação com sua história antiga, resgata-se o processo de revisão do Plano Diretor ocorrido em 2017 e seus atuais desdobramentos e apresentam-se as atuais alianças realizadas em torno do direito à cidade para além do urbano. Por fim, são realizadas algumas reflexões sobre o direito à cidade na tentativa de inserir novos problemas teóricos e práticos sobre a questão. Ao longo dessa composição, é possível inferir que o direito de participação nos processos de elaboração e revisão dos planos diretores reconhecido juridicamente na nova ordem constitucional urbanística é insuficiente para explicar a prática dos sujeitos coletivos da cidade de Santarém na luta pelo direito à cidade. Conclui-se que o direito à cidade praticado por esses sujeitos é exercido para além do direito positivo. Ele se instaura na prática desses sujeitos que, com seus gestos, afirmam o direito de existir dos muitos modos de existência dessa complexa realidade. Nossa composição informa ainda que as práticas relacionadas ao direito à cidade não se restringem aos espaços tradicionalmente denominados como urbanos. Há muitos híbridos na realidade santarena que apontam para os limites do modo de operar da modernidade que divide campo e cidade, sujeitos e objetos, natureza e cultura. Ao trazer mais mediações para a discussão sobre o direito à cidade, espera-se contribuir para que as alianças em torno desse direito sejam mais potentes.

Palavras-chave: Santarém; composicionismo; direito à cidade; plano diretor; Amazônia.

ABSTRACT

REIS, Ana Beatriz Oliveira. **Multiplicity**: Compositions among the waters, the forest, and the urban from Santarém-PA. 2024. 224f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This thesis aims to present the city of Santarém as a complex arrangement between water, forest, and urban areas in which many modes of existence coexist, thus bringing more mediations to the discussions about the right to the city. In this work, the complex reality of this Amazonian city intersects with reflections on modes of existence and the right to exist present in the works of philosophers Étienne Souriau, David Laoujate, and Bruno Latour. Therefore, this thesis adopts a compositionist perspective inspired by Latour's work, starting from interviews with the collective subjects of Santarém unfolded in the many networks and heterogeneous elements that compose this city through expanded bibliographic research. Throughout the chapters, the trajectory of collective subjects through the city of Santarém is followed, describing Santarém's present in relation to its ancient history, tracing the process of revision of the Master Plan that occurred in 2017 and its current developments, and presenting the current alliances made around the right to the city beyond the urban realm. Finally, some reflections on the right to the city are made in an attempt to introduce new theoretical and practical issues on the matter. Throughout this composition, it can be inferred that the right to participate in the processes of elaboration and revision of master plans, legally recognized in the new urban constitutional order, is insufficient to explain the practice of the collective subjects of the city of Santarém in the struggle for the right to the city. It is concluded that the right to the city practiced by these subjects is exercised beyond positive law. It is established in the practice of these subjects who, with their gestures, affirm the right to exist of the many modes of existence of this complex reality. Our composition also informs that practices related to the right to the city are not restricted to spaces traditionally labeled as urban. There are many hybrids in Santarém's reality that point to the limits of the operating mode of modernity that divides countryside and city, subjects and objects, nature and culture. By bringing more mediations to the discussion about the right to the city, it is hoped to contribute to making alliances around this right more potent.

Keywords: Santarém; compositionism; right to the city; master plan; Amazon

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Macrozoneamento de Santarém.....	49
Figura 2 – Distritos rurais de Santarém.....	94
Figura 3 – Linha do tempo do processo de revisão do Plano Diretor de Santarém-PA.....	116
Figura 4 – Espacialização de aptidão agrícola do município de Santarém-PA.....	131
Figura 5 – Áreas de Proteção Ambiental nos Planos Diretores de 2006 e 2018.....	134
Figura 6 – Área portuária de Santarém.....	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores saneamento básico de Santarém em 2021

107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
ADEPARÁ	Agência de Defesa Agropecuário do Estado do Pará
ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AGU	Advocacia Geral da União
AI	Agravo de Instrumento
ALEPA	Assembleia Legislativa do Pará
AMBAPEM	Associação de Moradores do Bairro Pérola do Maicá
APA	Área de Proteção Ambiental
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ARQ	Associação Remanescente de Quilombo
BEC	Batalhão de Engenharia de Construção
CA	Centro Acadêmico
CDP	Companhia Docas do Pará
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CITA	Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns
CJP	Comissão Justiça e Paz
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COALIZÃO	Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONSEG	Conselhos de Segurança

COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
CPP	Comissão Pastoral da Pesca
CPT	Comissão Pastoral da Pesca
DA	Diretório Acadêmico
DECA	Delegacia Especializada em Conflitos Agrários
DPU	Defensoria Pública da União
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRAPS	Empresa Brasileira de Portos de Santarém
FADESP	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
FAMCOS	Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social
FBI	Formação Básica Indígena
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FEAGLE	Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande
FETIPA	Federação dos Povos Indígenas do Pará
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FLONA	Floresta Nacional
FOQS	Federação das Organizações Quilombolas de Santarém
FOSPA	Fórum Social PanAmazônico
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GDAC	Grupo de Pesquisa o Direito à Cidade em Santarém-PA
HMS	Hospital Municipal de Santarém

IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
IHGTap	Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCC	Painel Intergovernamental para a Mudança de Clima
IPG	Instituto Panamericano de Gestão
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
LC	Lei Complementar
MA	Estado do Maranhão
MALUNGU	Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará
MDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MG	Estado de Minas Gerais
MIDR	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
MPF	Ministério Público Federal
MPPA	Ministério Público do Estado do Pará
MPPR	Ministério Público do Estado do Paraná
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTLM	Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia
MTV	Movimento Tapajós Vivo

NAJUP	Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organização Social
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PA	Estado do Pará
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PcdoB	Partido Comunista do Brasil
PD	Plano Diretor
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Pastoral da Juventude
PLC	Projeto de Lei Complementar
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PROPPIT	Pró-Reitoria de Pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica
PSE	Processo Seletivo Especial
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RDA	Rede de Defesa da Amazônia
RE	Recurso Extraordinário
RESEX	Reserva Extrativista
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades

Federais

RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEDAP	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuária e da Pesca
SEDOP	Secretaria de Desenvolvimento e Obras Públicas
SEMAS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMSA	Secretaria Municipal de Saúde
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SIRSAN	Sindicato Rural de Santarém
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
STF	Supremo Tribunal Federal
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém
SUS	Sistema Único de Saúde
TBC	Turismo de Base Comunitária
TI	Terra Indígena
TJBA	Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
TJPA	Tribunal de Justiça do Estado do Pará
TJRS	Tribunal de Justiça do Estado Rio Grande do Sul
TJSC	Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
TJSP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
TRF-1	Tribunal Regional Federal da 1ª Região
TRF4	Tribunal Regional Federal da 2ª Região

UDR	União Democrática Ruralista
UES	União dos Estudantes de Ensino Superior de Santarém
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
Ufpel	Universidade Federal de Pelotas
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFT	Universidade Federal do Tocantins
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNAMA	Universidade da Amazônia
UNB	Universidade Nacional de Brasília
UNECOS	União de Entidades Comunitárias de Santarém
UNIFESPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
ZEIS	Zona de Especial Interesse Social

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	20
1	COMPOSICIONISMO	32
1.1	A inspiração da sociologia pragmática	32
1.2	O composicionismo latouriano e a reagregação do social	37
1.3	Só há sujeitos!	42
2	CORRENTEZAS: TRAJETÓRIAS DOS SUJEITOS COLETIVOS DE NA CIDADE DE SANTARÉM-PA	46
2.1	Águas	47
2.2	Arigós	49
2.3	Juventude	52
2.4	Índigenas	57
2.5	PAE Lago Grande	59
2.6	Urbanização na Amazônia	67
2.7	Rio Tapajós	68
2.8	Quilombolas	76
2.9	Grande Área do Maicá	78
2.10	Planalto Santareno	80
3	TAPAJÓS: DA OCUPAÇÃO TAPAJÔNICA À SANTARÉM DO SÉCULO XXI	82
3.1	Verticalização	83
3.2	Soja	88
3.3	PAE Eixo Forte	91
3.4	Mudanças Climáticas	94
3.5	Saúde	96
3.6	Ocupação Vista Alegre do Juá	97
3.7	Território Indígena	101
3.8	Região Metropolitana	102
3.9	Saneamento Básico	105
3.10	Praias	109
3.11	Sítios Arqueológicos	110
3.12	Desenvolvimento	113

4	BOIADA: O PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE SANTARÉM-PA	115
4.1	O processo de revisão do Plano Diretor de Santarém	116
4.2	Ação Civil Pública	121
4.3	Candidaturas Coletivas	125
4.4	Agronegócio	125
4.5	Plano Diretor	131
4.6	Área de Proteção Ambiental	133
4.7	Estatuto da Cidade	137
4.8	Projeto Portuário	140
4.9	APA do Maicá	145
4.10	Terra	147
5	JIQUITAIAS: NOVAS ALIANÇAS PELO DIREITO À CIDADE PARA ALÉM DO URBANO	151
5.1	Bem-Viver	152
5.1.1	<u>Cabanagem</u>	153
5.1.2	<u>Mandioca</u>	158
5.1.3	<u>Curuai</u>	161
5.2	Encantos do Maicá	165
5.2.1	<u>Terras Caídas</u>	165
5.2.2	<u>Puxirum</u>	166
5.2.3	<u>Turismo de Base Comunitária</u>	169
5.2.4	<u>Quintais Produtivos</u>	172
6	O DIREITO À CIDADE: NOVAS COMPOSIÇÕES	176
6.1	Não é porque eu moro lá no interior que eu não sou da cidade	178
6.2	O direito à cidade: novas composições	181
	CONCLUSÃO	200
	REFERÊNCIAS	201
	ÍNDICE REMISSIVO	224

INTRODUÇÃO

Santarém, cidade localizada no interior da Amazônia brasileira, que se forjou no encontro das águas dos rios Tapajós e Amazonas. Nessas terras paraenses, ocupadas continuamente há mais de mil anos segundo estudos arqueológicos, encontra-se uma diversidade de modos de existência que coexistem em maior ou menor grau de realidade. Os sujeitos humanos, 331.942 pessoas de acordo com o censo realizado em 2022, são diversos: moradores da área urbana, periféricos, jovens, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agricultores familiares e, mais recentemente, sojeiros, empresários, mineradores, pesquisadores, servidores públicos de diferentes poderes e instituições. Os sujeitos não humanos, quase que incontáveis, também são múltiplos: as águas nas suas muitas formas de manifestação, os animais, as plantas, os sítios arqueológicos, os minerais, a farinha, o puxirum, os seres encantados, as memórias. Nesse microcosmos Santarém cabem muitos mundos e, a partir desses diferentes mundos, acessamos muitos pontos de vista.

Nesse trabalho, a experiência dos muitos sujeitos que coexistem em Santarém ganha novas perspectivas por meio do encontro com o pensamento de três filósofos que refletiram sobre os modos de existência, cujo pensamentos ainda fazem circular problemas acerca do direito de existir. São eles Étienne Souriau, Davi Lapoujade e Bruno Latour.

Em 1943, o filósofo Étienne Souriau escreveu a obra “Diferentes modos de existência” na qual, entre outras perguntas, questiona se existe várias maneiras de existir. Inicialmente, ele difere o pluralismo ôntico, que pressupõe a multiplicidade dos seres, do pluralismo existencial, que postula a multiplicidade dos modos de existência. Para Souriau (2020), o mundo múltiplo que nos impressiona pela sua riqueza, também pode nos impressionar pela sua pobreza. Há muitos modos de existência ainda inominados e inexplorados (SOURIAU, 2020).

Os mundos seriam múltiplos assim como os modos de existência: “Quando falamos de ‘ser-no-mundo’, é preciso entender que falamos de ‘ser-em-um-certo-mundo’” (SOURIAU, 2020, p. 68). Por exemplo, para Souriau (2020), cada romance, cada quadro, é, sob certos aspectos “um microcosmo”. Esses microcosmos de quadros e romances comporiam um grande cosmo literário e artístico.

Étienne Souriau (2020) defende ainda a ideia de que a existência são todas as existências. Ela se realiza de maneira integral em todos os modos e em cada modo tomado separadamente. Ele associa a “arte múltipla de existir” à agência: “para existir é necessário

agir, mas para agir é necessário existir” (SOURIAU, 2020, p. 48). O ser por vir não é uma obra acabada, nunca tem o aspecto de revelação. Ele é determinado explorando a sua via. Nesse sentido, instaurar é seguir uma via, é um movimento em direção à existência (SOURIAU, 2020).

Na pluralidade de modos de existência, há existências marcadas pela precariedade e pela brevidade. Estas são construídas de maneira precipitada e depois são destruídas. Essas existências, confundidas com a ilusão de uma existência fraca, seriam, na realidade, obras abandonadas cedo demais, por medo de ir muito longe. “Muitas coisas ficaram no meio do caminho, no estado de esboço. Nada garante que elas não sejam, até certo ponto, recuperáveis, por meio de acabamentos de que ainda estamos incumbidos” (SOURIAU, 2020, p. 182).

Souriau (2020) enfrenta ainda o problema da transcendência. Para ele, não se trata de procurar a ôntica até o vazio, e sim de inventar, de descobrir modos positivos de existência. Não haveria necessidade de nenhuma modalidade transcendente para fundar a existência. Em outras palavras, não há existência transcendente uma vez que esse tipo de existência não é um modo de existir. A transcendência existiria apenas tematicamente na passagem de um modo de existência a outro (SOURIAU, 2020).

A modalidade de existência virtual também é explorada por Souriau (2020) para quem dizer que uma coisa existe virtualmente não significa que a coisa não existe. Coisas virtuais são aquelas que são condicionadas por uma realidade qualquer que não as abarcam nem as afirmam. Essas coisas são os esboços, os começos, as indicações interrompidas (SOURIAU, 2020).

É a partir da ideia de existências virtuais que David Lapoujade (2017) desenvolve a obra “As existências Mínimas”. Décadas depois de Souriau realizar seu inventário sobre os modos de existência, Lapoujade (2017) começa sua obra diferenciando existência e realidade. Para Lapoujade (2017), os seres e as coisas existem, mas lhes faltam a realidade. Uma mesma pergunta que orientou Étienne Souriau na década de 40, guia David Lapoujad: como tornar mais real aquilo que já existe? Partindo do pluralismo existencial de Souriau, Lapoujade (2017) sustenta que a existência reside integralmente em cada modo de existir individualmente. Tornar mais real certas existências seria o mesmo que legitimar as diferentes maneiras de ser, garantindo o direito de existir.

Ao analisar o pluralismo existencial de Souriau, Lapoujade (2017) extrai algumas afirmações. A primeira delas é de que não há um único modo de existência para todos os seres que compõem o mundo, como também não existe um único mundo para todos esses seres. Outra afirmação é de que um ser não está predestinado a um único modo de existência, ele

pode existir segundo vários modos. “Os seres são realidades plurimodais, multimodais; e aquilo que chamamos de mundo é, de fato, o lugar de vários ‘intermundos’, de um emaranhado de planos” (LAPOUJADE, 2017, p. 15). Nesse sentido, ele instiga a fazer da filosofia uma exploração das maneiras de ser, ao contrário do caminho inverso que tenta encontrar um fundo comum para todas os seres, uma ontologia fundamental.

Para Lapoujade (2017), cada uma das existências provém de um gesto instaurador imanente da própria existência, e não de um criador. Cada modo de existência, portanto, seria uma “arte de existir”. “O modo não é uma existência, mas uma maneira de fazer existir um ser em determinado plano. É um gesto” (LAPOUJADE, 2017, p. 15). Ele difere ainda “modo” e “maneira”. Enquanto o modo diz respeito aos limites ou a medida dos seres, a maneira revela a forma de existir, a singularidade, mostrando uma arte (LAPOUJADE, 2017).

David Lapoujade (2017) conclui ainda que, cada modo de existência possui o seu ponto de vista. Ele afirma que o ponto de vista não preexiste ao que organiza, nem aquilo que organiza não preexiste ao ponto de vista, eles se desenvolvem juntos. No perspectivismo de Souriau, cada cosmo é a expressão de um ponto de vista. “Meu ponto de vista, isto é, o ponto de vista que me define, e não um ponto de vista que procede de mim, pois eu não seria nada sem tudo aquilo no qual me constitui e me consolido” (SOURIAU *apud* LAPOUJADE, 2017, p. 85).

A tese perspectivista de Souriau entende que não existe, a priori, um mundo comum. Há, inicialmente, mundos privados, singulares, que formam um mundo comum por meio das suas comunicações múltiplas, uma multiplicidade de maneiras e gestos. Nessa ideia de perspectivismo, perceber é entrar num ponto de vista. “Não temos uma perspectiva sobre o mundo, é o mundo que nos faz entrar em uma de suas perspectivas” (LAPOUJADE, 2017, p. 47).

Ao refletir sobre o perspectivismo a partir da obra de Étienne Souriau, Lapoujade define a ideia de acontecimento como uma guinada no ponto de vista: “alguma coisa aconteceu que faz com que não possamos mais considerar o copo como um copo (...) basta um instante...para que tudo seja percebido de outro modo” (LAPOUJADE, 2017, p. 63). Na guinada do ponto de vista, produz-se uma mudança radical.

Outra noção que Lapoujade extrai a partir da obra de Souriau, é a de problema. Para ele, a força de um problema não seria a sua tensão interna, mas sim a incerteza que ele introduz na (re)distribuição da realidade. “Uma nova perspectiva irrompe e confunde a ordem de determinado plano de existência, desloca o centro de gravidade das existências”

(LAPOUJADE, 2017, p. 71). Lapoujade (2017) afirma que as existências virtuais possuem força problemática que nos convocam a uma experimentação permanente.

David Lapoujade (2017) defende ainda que a filosofia de Souriau talvez seja tanto uma filosofia do direito quanto uma filosofia da arte, no caso, a arte a serviço do direito. “Tornar ‘mais’ reais certas existências, dar a elas uma posição ou um destaque particular, não é um meio de legitimar sua maneira de ser, de lhes conferir o direito de existir sobre determinada forma?” (LAPOUJADE, 2017, p. 23). Para Lapoujade, cada forma de existência deve procurar sua autenticidade para vencer a dúvida, o ceticismo ou a negação que contesta o seu direito a existir (LAPOUJADE, 2017).

É por meio da instauração, a partir de um gesto, que não apenas se instauram novos modos de existência, mas que se criam direitos. Esses direitos não são criados por um fundamento exterior, são os gestos que os legitimam. Em outras palavras, a instauração é o gesto pelo qual se quer afirmar o direito de existir. “É na medida que em que certas existências reivindicam o direito à outra maneira de ser que as torna mais reais (...) Instaurar é fazer valer esse direito, promovê-lo. É legitimar uma maneira de ocupar um espaço-tempo (LAPOUJADE, 2017, p. 90). Lapoujade (2017) resgata ainda que Souriau vê o artista, o filósofo ou o pensador como advogados das existências fracas, aquelas existências que reivindicam existir de outro modo ou conquistar mais realidade.

A partir das reflexões de Souriau, Lapoujade (2017) questiona ainda o que acontece quando estamos totalmente despossuídos do direito de existir segundo determinado modo. Recordemos que esse direito de existir não é atribuído por nenhum fundamento soberano, é preciso conquistá-lo. É o direito de existir que nos torna reais e não o simples fato de existirmos. Para tal questionamento, a experimentação. A composição de elementos heterogêneos por meio de novas arquiteturas. “A arte se torna captação e composição de heterogêneos” (LAPOUJADE, 2017, p. 117).

No início dos anos 2010, Bruno Latour (2019b) se propõe a realizar uma antropologia dos modernos ao investigar os modos de existência da modernidade. Inspirado em Étienne Souriau para quem as coisas possuem suas próprias maneiras de existir, Latour organiza os modos de existência da modernidade não como o objetivo de separá-los, mas de mostrar como esses modos se implicam. Na obra “Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos”, interessou a Latour investigar os diferentes modos de produzir verdade das instituições modernas e como esses modos se misturam. Importante ainda foi distinguir as experiências dos modernos de como eles próprios relatam a experiência. Um dos

modos de existência investigado por Bruno Latour é modo Direito, no qual não circulam apenas coisas jurídicas (LATOURE, 2019b).

O interesse de Bruno Latour pelo Direito é anterior a sua investigação sobre os modos de existência. Em “A fabricação do direito: um estudo de etnologia jurídica”, de 2002, ele pesquisou esse modo específico e as suas formas de produção da verdade. Para Latour (2019c), o modo Direito está no núcleo das sociedades modernas, embora nunca tenha sido moderno, uma vez que o pluralismo jurídico constitui o seu respeito à diferença, como observado no Direito Comparado. “O direito sofreu menos com os estragos do modernismo: ele manteve em si mesmo, com seus hábitos, em sua lentidão, em sua tecnicidade, algo mais facilmente apreensível pela antropologia” (LATOURE, 2019c, p.306).

Na sua investigação, Bruno Latour (2019c) recusa tanto a visão de que o direito é algo transvestido, pensamento presente na sociologia crítica, como a visão formalista de que o Direito se identifica restritamente às normas jurídicas. Latour está preocupado com a passagem da força para o movimento particular do Direito e, para isso, assume uma postura pragmática ao acompanhar a prática jurídica de um Conselho Administrativo francês.

Bruno Latour (2019c) observa que, na construção do Direito, uma petição inicial é transformada num caso jurídico. Ele destaca, a partir da sua observação, alguns objetos de valor da prática jurídica: a autoridade de um membro, a progressão de um caso, a organização dos fluxos, as modificações dos interesses, o peso variável das jurisprudências, o controle de qualidade. Latour (2019c) defende que o Direito não implica em nenhuma pesquisa dos fundamentos. Citando o caso das jurisprudências, ele afirma que elas mudam de acordo com a necessidade (LATOURE, 2019c, pp. 172-173).

Para Latour, não há como definir a expressão “dizer o direito” se forem eliminadas hesitações, percursos sinuosos e os meandros da reflexão (LATOURE, 2019b). Durante a resolução de um caso, toda uma série de tensões são levemente rearranjadas. No raciocínio jurídico, tudo passa a contar sendo que, no percurso do processo, são retirados elementos com a finalidade de que o caso se torne jurídico.

Por meio das reflexões presentes nas obras de Souriau, Lapoujade e Latour, apresentamos as atuais composições do nosso pluriverso Santarém. No ano de 2017, a pluralidade de sujeitos humanos e não humanos, que insistem em existir nessas terras e nessas águas, se encontrou num acontecimento específico: a conferência municipal de revisão do Plano Diretor (PD) que ocorreu na cidade em novembro. Nesse momento, diversos sujeitos coletivos de Santarém construíram uma aliança história em defesa da cidade, em especial, do lago do Maicá, local que dá mais realidade a muitos modos de existência. Esse local, está

ameaçado pela proposta do segmento do agronegócio, respaldada pelos poderes legislativo e executivo do município, de ampliação da zona portuária. Nesse acontecimento, o direito de existir encontrou o direito à cidade praticado pelos sujeitos coletivos de Santarém. A vitória da aliança em torno do lago Maicá na plenária final da conferência foi o gesto afirmativo das muitas existências que têm perdido realidade na Santarém que desponta nesse século XXI.

É também no ano de 2017 que a minha trajetória se cruza com a trajetória desses sujeitos. Em março desse ano, cheguei na cidade de Santarém sem passagem de volta e iniciei a minha caminhada na Universidade Federal do Oeste do Pará, a recém-criada UFOPA, como professora de Direito do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional. Com entusiasmo em continuar trabalhando com as questões relacionadas ao direito à cidade num espaço tão diferente daquele que me criara e me formara na região sudeste brasileira, por meio das generosas contribuições da Sara e do Thiago, percebi que apenas novas leituras sobre a realidade local seriam insuficientes. Seria necessária uma mudança de ponto de vista, possível por meio do envolvimento “de corpo e alma”. Fundamental, ainda, seria o meu silêncio, para poder ouvir e permitir serem ouvidos os muitos outros dessa multiplicidade que é Santarém.

Um evento na cidade atravessa a sorte da jovem pesquisadora que chega na UFOPA e propõe, desde logo, a criação de um grupo de pesquisa sobre o direito à cidade em Santarém. Nos primeiros encontros com as corajosas e generosas pessoas que se dispuseram a comparecer na antiga sede Boulevard nas tardes de quartas-feiras, foi noticiado que a revisão do Plano Diretor de Santarém iria começar em breve. O mês era julho. A agenda do município impôs para todos nós a tarefa voluntária de acompanhar todas as etapas do processo de revisão do Plano Diretor. Oportunidade de conhecer mais sobre a cidade bem como sobre os sujeitos coletivos e suas alianças pelo direito à cidade. Nosso recém-criado grupo se organizou para acompanhar as três audiências públicas, as cinco oficinas comunitárias na zona urbana e a conferência municipal de revisão do Plano Diretor da cidade.

Antes do processo de revisão começar oficialmente, fomos convidados para participarmos do seminário “O que é o Plano Diretor?” organizado pelos sujeitos coletivos como a União dos Estudantes de Ensino Superior de Santarém, UES, a Federação de Órgãos para assistência Social e Educacional, Fase Amazônia, a Federação das Associações de Moradores e Organizações comunitárias de Santarém, FAMCOS, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, STTR, o Movimento Tapajós Vivo, MTV, dentre outros. O evento teve como finalidade capacitar as pessoas para participarem

dos debates que iriam ocorrer durante o processo de revisão do Plano Diretor. Essa foi a nossa primeira parceria com os sujeitos coletivos da cidade.

No decorrer do processo de revisão do Plano Diretor, com o objetivo de compreender, numa primeira aproximação, a dinâmica do direito à cidade em Santarém, o jovem grupo de pesquisa “O direito à cidade em Santarém-PA” (GDAC) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) realizou entrevistas com algumas pessoas que compõem esses sujeitos coletivos (REIS; RODRIGUES, 2019).¹

Em dezembro de 2018, um ano após o encerramento oficial do processo de revisão participativo, a câmara municipal de Santarém apreciou projeto de lei acerca do Plano Diretor com conteúdo muito diverso daquele aprovado na conferência de revisão, inclusive acerca da zona portuária. O projeto de lei alterado foi aprovado com unanimidade nos últimos dias daquele ano legislativo. Embora durante esse lapso de tempo os sujeitos coletivos tenham cobrado informações sobre o andamento do projeto de lei do Plano Diretor, o texto foi votado sem a participação da população. Após a aprovação pela Câmara Municipal, foi realizada, às pressas, uma campanha que articulou diversas organizações locais, regionais e nacionais para que o prefeito Nélio Aguiar vetasse o projeto lei aprovado, mas, poucos dias depois da votação no legislativo, o texto da lei 20.534/2018 foi sancionado pelo poder executivo (REIS; RODRIGUES, 2019).

O desfecho do processo não significa que a múltipla aliança construída pelos sujeitos coletivos não tenha impactado o próprio processo de revisão do Plano Diretor bem como construído um importante legado de prática política no que se refere à vitória no âmbito da conferência municipal. Contudo, a forma como o processo de revisão foi conduzido pelo poder público, bem como o seu desfecho, evidenciam que os espaços de produção legislativa que se propõem participativos, ainda que amparados por normas como a Constituição Federal (artigo 182) e o Estatuto da Cidade (artigo 44), não garantem condições para fazer valer as vozes desses sujeitos coletivos que reivindicam poder determinar mais do que o conteúdo de uma lei. Eles almejam garantir mais realidade aos muitos modos de existência que não têm lugar nessa cidade cada vez mais pautada pelas necessidades do agronegócio.

A nova ordem constitucional urbanística consagrada em 1988 e ratificada em 2001 pelo Estatuto da Cidade, refletiu conquistas importantes do movimento pela reforma urbana. Uma dessas conquistas é a participação popular no planejamento e na gestão das cidades consagrada no princípio da gestão democrática das cidades. Nesse sentido, os sujeitos que

¹ As entrevistas podem ser encontradas na seguinte obra coletiva (REIS; RODRIGUES, 2019).

desejam participar da construção das normas acerca do planejamento e gestão das cidades, passaram a ser legalmente reconhecidos. A realidade dos processos de elaboração e revisão de Planos Diretores, contudo, tem apontado os limites desse reconhecimento.

O caso de Santarém, cidade que segue se transformando, nos convida a olhar para essa realidade ainda mais de perto. Uma nova agenda de pesquisa, que se proponha a continuar “seguindo os atores” (LATOURE, 2012) numa investigação mais profunda (TOURAINÉ, 1978), se desdobra aqui diante da necessidade de tecer mais redes para descrever essa múltipla cidade que é Santarém. A partir da experiência dos sujeitos coletivos de Santarém-PA, surgem novos problemas. Qual o legado do acontecimento da conferência de revisão do Plano Diretor para a cidade e para as alianças realizadas entre os sujeitos coletivos? Quais pontos de vista ganharam mais realidade a partir desse acontecimento? Quais os modos de existências, com os seus próprios pontos de vista sobre a cidade, reivindicaram ali também o seu direito de existir por meio da prática do direito à cidade? Como as ações que vieram depois do processo de revisão do Plano Diretor continuaram a introduzir novos problemas na realidade santarena, deslocando o centro de gravidade das existências?

A **hipótese** dessa tese é de que o direito à participação nos processos de elaboração e revisão dos planos diretores reconhecido juridicamente na nova ordem constitucional urbanística brasileira, é insuficiente para explicar a participação que tem sido exercida pelos sujeitos coletivos da cidade de Santarém-PA na luta pelo direito à cidade.

A **tese** dessa pesquisa é de que, o direito à cidade praticado pelos sujeitos coletivos de Santarém tem sido exercido para além do direito à participação reconhecido pelo direito positivo. Esse direito à cidade se instaura na prática desses sujeitos coletivos que, com seus gestos, afirmam o direito de existir dos muitos modos de existência dessa realidade.

Essa tese vai de encontro as questões da teoria e da filosofia do Direito e dialoga, em certa medida, com os entusiastas do uso institucional do direito à cidade que tem sido apropriado no Brasil desde a década de 1980. A pesquisa pretende lançar um novo olhar sobre essa perspectiva ao relacionar a prática do direito à cidade ao direito de existir dos múltiplos modos de existência. Essa investigação almeja ainda trazer mais mediações para as discussões sobre o direito à cidade, o que é possível por meio do composicionismo de Bruno Latour.

Temos como objetivo principal contribuir para a pesquisa em Direito com o uso de uma perspectiva composicionista. Para tanto, pretendemos:

- (i) Apresentar o composicionismo como a principal referência cosmológica dessa pesquisa.

- (ii) Criar composições capazes de trazer mais mediações às discussões sobre o direito à cidade.
- (iii) Avançar, por meio dessas composições, na compreensão da relação entre o direito à cidade praticado pelos sujeitos coletivos de Santarém e o direito de existir dos diversos modos de existências que compõem essa cidade.

Antes de avançarmos na nossa composição, é necessário apresentar alguns entendimentos que nos acompanharão durante a nossa travessia. O primeiro deles é o de sujeito, empregado aqui enquanto **potência de agir**. No nosso trabalho, a ideia de sujeito não se resume a uma categoria jurídica ou sociológica, apenas. A partir do referencial latouriano, resgatado com maior profundidade no primeiro capítulo, compreendemos que tudo age. Nesse sentido, são sujeitos na nossa investigação os humanos e não humanos mobilizados na nossa composição, ainda que a ênfase seja nos sujeitos coletivos.

Esses sujeitos coletivos são compostos pelo emaranhado de pontos de vista que eles mesmos mobilizam e fazem circular. Os elementos que compõem esses sujeitos coletivos são expostos pelas pessoas entrevistadas. Esses coletivos não se resumem a um conjunto de indivíduos com o objetivo comum, são mais que isso: eles são os não humanos que compõem as redes que os constituem. São os rios, as aldeias, os quilombos, as florestas, os animais, a produção, os encantados, os cabanos. São as práticas, são as memórias, são as tecnologias mobilizadas, são os desdobramentos históricos de processos vividos no passado.

Em alguns momentos, esses sujeitos serão tratados como movimentos sociais, organizações, sociedade civil. Decidimos manter o vocabulário mobilizado pelos sujeitos coletivos entrevistados como forma de agregar na nossa composição os conceitos que circulam entre os sujeitos e que também constituem a prática desses sujeitos coletivos.

Outro entendimento importante é o de cidade, compreendida enquanto um arranjo entre redes e fluxos, lugar que abriga muitos mundos, muitos pontos de vista, muitos modos de existência. Nesse sentido, a cidade não se restringe apenas a área urbana, uma vez que essas redes e fluxos interligam dinâmicas codependentes em todo território municipal, muitas vezes extrapolando-o. Embora Santarém seja também uma categoria jurídica, administrativa e institucional, o que tem implicações práticas importantes, nossa abordagem pretende ir além da noção de município para compreender a cidade a partir da coexistência dos seus muitos modos de existência numa abordagem mais dinâmica da própria cidade.

Na nossa composição, os sujeitos coletivos entrevistados ora se referem à cidade como sinônimo do urbano em oposição aos territórios, ora reivindicam seus lugares nesse coletivo. Enquanto o urbano se localizaria no centro da cidade de Santarém, os territórios seriam os

assentamentos, as florestas, o interior. Optamos também por manter esse uso e, ao longo da travessia, procuramos dar mais plasticidade a essa divisão por meio dos híbridos expressos tanto nas ideias de urbanização extensiva e de periurbano.

A principal técnica de pesquisa utilizada nessa investigação é a entrevista. Com inspiração na intervenção sociológica de Alan Touraine (1978), nossas entrevistas tiveram como objetivo discutir com os sujeitos coletivos a nossa hipótese sendo as perguntas direcionadas às pessoas entrevistadas relacionadas ao bloco de questões-problemas que norteiam essa nova agenda de pesquisa. A intervenção sociológica de Touraine propõe que as perguntas possibilitem que os sujeitos entrevistados reflitam sobre a própria ação que protagonizaram e/ou protagonizam.

Discutir com os sujeitos coletivos esses aspectos nos auxilia a fazer uma importante inversão. Se, tradicionalmente, as pesquisas em ciências sociais relegam aos entrevistados apenas o lugar de “meros informantes” (LATOUR, 2012, p. 56), a intervenção sociológica possibilita que esses entrevistados sejam mediadores da investigação. Os sujeitos coletivos também (co)criam essa pesquisa ao compartilharem suas práticas e ao produzirem reflexões sobre diversos assuntos.

Com o objetivo de continuar “seguindo os atores” (LATOUR, 2012) das nossas pesquisas preliminares, definimos que seria importante conversar novamente com os cinco sujeitos coletivos entrevistados em 2017 durante o processo de revisão do Plano Diretor. Foi considerado que esses sujeitos coletivos, por terem participado ativamente do processo de revisão do Plano Diretor em 2017, poderiam melhor avaliar os desdobramentos desse processo nos seus diferentes aspectos. Para além desses sujeitos, seria necessário ainda ampliar nossos interlocutores considerando os outros sujeitos coletivos (i) que foram citados durante as pesquisas realizadas em 2017, (ii) que tiveram participação decisiva na conferência de revisão do Plano Diretor de Santarém em 2017 (iii) que atuam para além da área urbana de Santarém-PA (iv) e que têm se destacado nas atuais alianças em defesa da multiplicidade que é Santarém-PA.

No mês de julho de 2022, foram convidados para a realização das entrevistas os cinco sujeitos coletivos que já haviam participado das pesquisas preliminares UES, FAMCOS, CJP, FASE Amazônia, STTR. Com vistas a ampliar os pontos de vista da nossa composição, foram convidados mais cinco sujeitos coletivos: Movimento Tapajós Vivo (MTV), Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns (CITA), Guardiões do Bem Viver, Federação das Organizações Quilombolas de Santarém-PA (FOQS) e Associação dos Moradores do Bairro da Pérola do Maicá (AMBAPEM). A Pastoral da Juventude (PJ) também participou da pesquisa em virtude

do protagonismo no projeto de Turismo de Base Comunitária realizado em parceria com a associação do bairro Pérola do Maicá. No total de dez sujeitos coletivos convidados, só não foi possível realizar uma nova entrevista com a FAMCOS, que já havia sido entrevistada em 2017.

Nove entrevistas foram realizadas entre os dias primeiro e nove de agosto de 2022 na cidade de Santarém-PA nos locais indicados pelos sujeitos coletivos. A entrevista com a FOQS foi realizada no dia 08 de maio de 2023, na travessa Sorriso de Maria, bairro Aeroporto Velho. Para garantir o devido reconhecimento da autoria dos saberes produzidos por esses sujeitos, optamos por não adotar o anonimato no tratamento às pessoas que participaram da pesquisa. A realização das entrevistas foi precedida pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pela pesquisadora e pelos participantes. Ressaltamos que essa pesquisa observou os trâmites do Comitê de Ética da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e foi aprovada por meio do parecer substanciado n.º 5.523.857 de 12 de julho de 2022.

A pesquisa bibliográfica “ampliada” é o segundo passo na criação da nossa composição. A partir das entrevistas, tecemos as redes que agregam a nossa composição, aprofundando a nossa investigação e trazendo diversos elementos que podem ser capazes de “reagregar o social” (LATOUR, 2012). Essa pesquisa ampliada é ainda um esforço não arbitrário de “seguir os atores” a partir das controvérsias que eles mesmos apresentam sem que a pesquisadora determine, a priori, o que deve ou não deve fazer parte da composição.

Nossa pesquisa bibliográfica é ampliada por considerar diferentes fontes. Além dos tradicionais livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações, são consideradas fontes para a composição do social, notícias, colunas, reportagens, postagens em redes sociais como Instagram e Facebook, documentos oficiais, dados públicos, decisões judiciais, legislações diversas, dossiês, dentre outros materiais. Incluir essa diversidade de fontes, além de agregar mais elementos à nossa composição, garante que nosso texto seja também uma polifonia capaz de fazer interagir a diversidade de pontos de vista presentes na realidade conservando suas diferenças. A inspiração para procedermos desse modo é uma adaptação da proposta de “diário de bordo” de Bruno Latour (LATOUR, 2016, p. 10).

Essa tese possui seis capítulos, além dessa introdução e da conclusão.

No primeiro capítulo da nossa travessia, “Composicionismo”, o “Manifesto Compositorista” de Bruno Latour é apresentado como principal referência cosmológica dessa pesquisa. Inicialmente, passamos pelas principais discussões localizadas no campo da sociologia pragmática, em especial, a forma de compreender o social enquanto problemas em

movimento cujo resultado é sempre provisório e temporário. Dentre os autores e obras desse campo recente da sociologia, navegamos por Bruno Latour e sua proposta de reagregação do social até chegarmos ao seu manifesto composicionista. Esse capítulo, portanto, descreve aspectos teóricos e práticos que inspiraram o modo de construção da nossa investigação.

O segundo capítulo, “Correntezas: trajetórias dos sujeitos coletivos na cidade de Santarém-PA”, apresenta as redes e os fluxos que compõem os nossos sujeitos coletivos sem segregá-los dos muitos elementos heterogêneos que os constituem. Conhecemos as diferentes trajetórias que fazem circular pelas águas e pelas terras de Santarém muitos pontos de vista e que permitem tecer as alianças pelo direito à cidade.

O capítulo “Tapajós: da ocupação tapajônica à Santarém do século XXI” é o terceiro da nossa composição. É nesse momento que damos mais ênfase na descrição dessa cidade cujas origens remontam a rica história antiga da Amazônia. Tapajós é o nome dado pelos indígenas às águas e às terras desse lugar sendo o nome Santarém expressão da colonização.

O quarto capítulo da nossa pesquisa, “Boiada: o processo de revisão do plano diretor de Santarém-PA”, é dedicado ao processo de revisão do plano diretor da cidade realizado em 2017 e aos seus atuais desdobramentos. Nesse capítulo, os sujeitos coletivos avaliam esse processo bem como as alianças que foram construídas, especialmente, em relação à proteção do Lago do Maicá. Os aspectos políticos e jurídicos desse processo também fazem parte da nossa composição.

No capítulo 5, “Jiquitaias: novas alianças pelo direito à cidade para além do urbano,” dedicamos à apresentação das atuais alianças realizadas pelos sujeitos coletivos da cidade compostas pelos Guardiões do Bem Viver e pela Associação de Moradores do Bairro Pérola do Maicá. As ações praticadas por esses sujeitos coletivos em territórios híbridos informam o exercício do direito à cidade enquanto dimensão do direito de existir e agregam muitas mediações às discussões sobre o direito à cidade em Santarém, informando que esse direito praticado para além do urbano.

No nosso último capítulo, “O direito à cidade: novas composições”, apresentamos os diferentes pontos de vista dos sujeitos coletivos sobre o direito à cidade e resgatamos as muitas mediações existentes no pluriverso santareno como tentativa de reagregar o social e fazer circular novos problemas a partir dos muitos elementos presentes na nossa composição.

Por fim, apresentamos a nossa Conclusão.

1 COMPOSICIONISMO

O que é uma composição? Para essa pergunta, é possível muitas diferentes respostas. Para os linguistas, composição é o processo de formação das palavras de uma língua. A partir de duas ou mais palavras (ou radicais), forma-se uma nova palavra com significado próprio. Novas palavras são formadas por dois processos distintos: por justaposição - palavras lado a lado - ou por aglutinação, quando uma das palavras perde sua integridade sonora ou ortográfica (KUCHENBECKER, 2023).

Na música, a composição é o processo de produção musical no qual se organiza elementos sonoros com intenção de criar uma música. A composição é o pilar do processo artístico. Sendo um ato criativo, a composição se distingue da interpretação e da apreciação musical, pois inventa algo, é original (MALDALOZZO, 2015).

Já para a química, a composição é o arranjo dos átomos ligados entre si. Ela expressa a quantidade relativa de cada elemento químico na formação de um determinado composto. Cada composto tem um arranjo específico, sendo os átomos posicionados em uma determinada ordem. A disposição de cada elemento químico para compor varia. Os gases nobres, por exemplo, são estáveis suficientemente para não interagirem com outros átomos, ainda que, em certas condições extremas, alguns desses gases nobres possam reagir.

Nesse capítulo, apresentamos o composicionismo de Bruno Latour como a principal referência cosmológica da nossa investigação. No “Manifesto composicionista” escrito por Latour em 2010, a tarefa de compor o mundo é defendida como meio de agregar os elementos heterogêneos que fazem parte desse grande coletivo. Ao nos inspirarmos em Bruno Latour, pretendemos apresentar Santarém como uma cidade tecida por muitas redes, uma composição na qual muitas coisas coexistem propondo, assim, mais mediações às discussões sobre o direito à cidade.

1.1 A inspiração da sociologia pragmática

Iniciamos esse percurso com a apresentação de algumas reflexões que têm sido localizadas num campo específico da sociologia, o pragmatismo. Tendo a sociologia pragmática como referência, a investigação que se constrói é um esforço de dar maior ênfase

à explicação de como as relações são feitas, desfeitas e refeitas pelos sujeitos renunciando-se à tratamentos substantivos sobre as alianças dos sujeitos coletivos em Santarém-PA.

Para Diogo Corrêa (2014), um dos aspectos mais importantes da sociologia pragmática é a sua forma de compreender o social. Diferente das abordagens sociológicas clássicas que compreendem a sociedade de maneira substantiva, o social, nessa nova abordagem, deve ser explicado a partir das relações e dos movimentos problemáticos. O social passa a ser captado como problemas em movimento e não como aquilo que explica a realidade. Nesse sentido, o social não deve ser entendido como algo estático e sim como um resultado provisório e temporário das relações experimentadas pelos atores (CORRÊA, 2014).

Os fluxos problemáticos que engendram o social seriam estabelecidos pelos próprios atores que, na perspectiva pragmática, não são compreendidos como meros objetos de pesquisa. São os próprios atores que realizam a tarefa de composição do social contrapondo-se as pesquisas nas quais o pesquisador monopoliza a definição da ordenação social. São os atores que seguem, traçam ou cartografam uma controvérsia situando todos os seus movimentos (CORRÊA, 2014).

Nesse sentido, ao pesquisador que deseja acompanhar o social como problema, resta a tarefa de seguir os atores em meio às controvérsias para encontrar as associações pertinentes do social. Essas associações compreendem além daquilo que é humano, abrange as coisas que se entrelaçam com os atores e agem. Acompanhar os atores em meio às controvérsias permite aos cientistas sociais a possibilidade de descrever as formas e instrumentos pelos quais os próprios atores edificam e modificam as evidências (CORRÊA, 2014; LATOUR, 2012, p. 96).

Ao atribuir aos atores a tarefa de definir o que é o real, a sociologia pragmática faz um gesto epistemológico de delegação enquanto “princípio de abertura radical às experiências dos atores” (CORRÊA, 2020). Esse gesto possibilita “que todo sistema conceitual, por mais bem elaborado que seja, não deixe de reformular-se permanentemente à luz da experiência dos atores que o pesquisador deseja conhecer” (CORRÊA, 2020, p. 9). O conhecimento do mundo, portanto, não é aquele produzido previamente pelos sociólogos, e sim aquele demonstrado, em ato, pelos próprios atores. (CORRÊA, 2020).

Por intermédio da delegação, a sociologia pragmática possibilita ainda a passagem de uma sociologia crítica para uma sociologia da crítica. Na busca por associações, o sociólogo passa a descrever como os próprios atores fazem suas críticas, ao invés de produzir uma análise crítica das práticas dos atores, na qual estes são meros informantes (CORRÊA, 2020; LATOUR, 2012, p. 56).

Com o objetivo de descrever o que tem sido a sociologia pragmática nos últimos trinta anos, um grupo de pesquisadores da França elaborou, em 2013, aquilo que foi traduzido como um “guia do usuário” (BARTHE *et al.*, 2016). Nesse artigo, os autores, ao indicarem os requisitos metodológicos e as consequências práticas dos trabalhos de investigação, enfrentam algumas questões acerca dessa corrente sociológica.

A primeira questão abordada é como a sociologia pragmática une os níveis “micro” e “macro”. Os autores destacam que o estilo pragmático se esforça para nunca deixar o plano micro, sendo o plano macro concretizado de situação em situação do plano microsociológico. Nesse sentido, afirmam que “o olhar que a sociologia pragmática lança sobre os fatos de ordem macrosociológica pode ser resumido em uma frase: ela nunca os dissocia das operações e dos processos em e pelos quais esses fatos se tornam descritíveis” (BARTHE *et al.*, 2016, p. 88). É possível considerar, portanto, que a sociologia pragmática não opera a partir da oposição “micro” x “macro” sendo estas duas perspectivas correlacionadas.

Ao correlacionar as perspectivas “micro” e “macro”, os autores esclarecem que a sociologia pragmática não desconsidera os aspectos estruturais. Na investigação que busca a reagregação do social, os sociólogos do pragmatismo, ao restabelecerem cadeias de causalidades, articulam a situação concreta às considerações de ordem macrosociológica. Os aspectos “macro” são abordados na pesquisa na medida em que são realizados na realidade (BARTHE *et al.*, 2016).

Sobre essa questão, Bruno Latour, apresenta um tratamento mais áspero ao afirmar que as ideais de “micro” e “macro” são dois clichês das ciências sociais (LATOURE, 2012, p. 246). Embora aponte a obra de Anthony Giddens “A constituição da sociedade” (2009), dentre outras, como uma tentativa inteligente de se pensar um compromisso razoável entre essas duas posições (LATOURE, 2012, p. 245), ele defende que o “macro” não estaria acima nem abaixo das interações sociais, e sim unido a essas interações, “como outra de suas conexões, alimentando-as e sendo por elas alimentado” (LATOURE, 2012, p. 257).

Em “Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica”, publicado originalmente em 1991, Latour (2019a) aponta que o trabalho de tecer redes e de fazer traduções² nos permite passar continuamente do local ao global, do humano ao não-humano. Nesse sentido, uma organização, um mercado ou uma instituição são compostos por híbridos e, para serem descritos, precisam de mobilizar muitos objetos (LATOURE, 2019a, p. 152). Não haveria, portanto, uma macrosociologia e uma microsociologia, e sim duas maneiras

² A ideia de tradução será desenvolvida adiante a partir do referencial latouriano.

distintas de enxergar a relação entre macro x micro: uma mais engessada e outra pautada em conexões que se desdobram (LATOUR, 2012, p. 260). O macro não abrangeria o micro, sendo que o pequeno é que sustenta o grande (LATOUR, 2012, p. 347).

Os autores tratam também sobre como a sociologia pragmática inclui a temporalidade histórica dos fenômenos destacando que “a situação - ação presente em seu desenrolar-constitui o material base de suas investigações” (BARTHE *et al.*, 2016, p. 91) sendo indiferente se ela é recente ou ocorreu no passado. O importante é que a situação seja compreendida em seu presente, de forma a verificar “como o vivo se apropria do morto” (BARTHE *et al.*, 2016, p. 94). Nesse sentido, os pesquisadores são induzidos a ir do presente para o passado, e não o contrário. Prevalece, portanto, um “presentismo metodológico” (BARTHE *et al.*, 2016, p. 95).

Outra questão levantada no dossiê é a de que não faz parte do repertório da sociologia pragmática desvendar, por trás das afirmações dos atores, interesses ocultos e inconscientes. Isso não significa que a questão dos interesses seja indiferente para os sociólogos pragmatistas. Eles apenas não consideram os interesses como fator explicativo da ação ou dos discursos, mas sim seu produto, o que torna o interesse dos atores um objeto de investigação (BARTHE *et al.*, 2016).

Ao tomar os interesses dos atores como objetos de investigação, os sociólogos pragmatistas tentam apreender os diferentes níveis de comprometimento dos atores. Nesses níveis, os atores ora afirmam ou formulam interesses explícitos, ora denunciam os interesses dos outros apontando incompatibilidade com interesses gerais ou com acordos. Ou seja, trata-se de observar mais de perto como os atores produzem seus interesses coletivamente (BARTHE *et al.*, 2016).

Um dos preceitos da sociologia pragmática é levar a sério o discurso dos atores. Isso implica em um esforço para justificar o fundamento prático dos atores bem como pelo cuidado ao analisar os efeitos sociais dos discursos. Essas duas posturas dos pesquisadores possibilitam a reconstituição de lógicas contraditórias e explicação do tipo de eficácia ou ineficácia relacionadas às operações críticas dos próprios atores (BARTHE *et al.*, 2016). Ressalta-se que, ao levar a sério o discurso dos atores, o sociólogo pragmático não passa a se situar no mesmo plano de análise dos atores. Ao pesquisador cabe um esforço reflexivo suplementar “não somente porque busca, diferentemente deles, captar a totalidade dos pontos de vista envolvidos na luta (...), mas também porque assume a tarefa de investigar os fundamentos práticos das operações de crítica e justificação realizadas e/ou seus efeitos sociais” (BARTHE *et al.*, 2016, p. 99).

Ainda sobre o discurso dos atores, é ressaltado que a sociologia pragmática adota uma postura que busca não opor atividades práticas e discursivas uma vez que defende que as ações práticas dos atores não são realizadas sem razões. Essa postura evita que os atores sejam tratados como meros informantes no processo de pesquisa, como recorrente nas pesquisas sociológicas críticas, segundo Bruno Latour (2012, p. 57). A reflexividade dos atores seria reconhecida a partir de diferentes graus porque, para os sociólogos pragmáticos, os atores não têm sempre consciência plena de suas ações podendo variar em cada situação. Sendo assim, evita-se também superestimar a reflexividade dos atores (BARTHE *et al.*, 2016).

Importante contribuição da sociologia pragmática é sobre a socialização, no sentido de que os atores não devem ser compreendidos como coerentes a si mesmos, e sim por intermédio da pluralidade de lógicas, muitas vezes contraditórias e repleta de tensões, na qual se inserem. Logo, recusa-se ao pré-julgamento sistemático dos atores baseados na coerência interna e busca-se mais descrever suas ações do que utilizar-se de disposições para delinear-las (BARTHE *et al.*, 2016). Bruno Latour ensina que é necessário tomar a contradição como um objeto, transformando o que geralmente serve de explicação naquilo que deva ser explicado (LATOURE, 2016, pp. 16-17).

Considerando a questão do poder, a abordagem pragmática evita prejudicar as assimetrias de poder, pautando-se por uma epistemologia da simetria. Isso significa que o sociólogo deve suspender seus conhecimentos prévios sobre as relações de poder da situação a ser examinada favorecendo que as assimetrias sejam, assim, mais bem descritas. Além disso, parte-se do entendimento de que nenhum poder é unilateral, sendo a relação de poder implicada também por quem obedece ou resiste. Tendo em consideração essa compreensão, a sociologia pragmática vale-se do “princípio metodológico da reversibilidade potencial das relações de poder” mesmo quando estas parecem estáveis e estabelecidas (BARTHE *et al.*, 2016, p. 108). Os fenômenos de poder, portanto, passam a serem vistos e analisados como realizações práticas, e as estruturas de poder não são tratadas como causa, e sim como resultante do que é observado. Cabe ao sociólogo pragmático estudar os efeitos do poder bem como os ajustes que os tornam.

O mesmo tratamento é dispensado à questão das desigualdades sociais. A sociologia pragmática não as utiliza para explicar a ação. Embora as desigualdades sejam reconhecidas, elas são tidas como um produto da ação devendo serem explicadas (BARTHE *et al.*, 2016).

A partir de todas as considerações já apresentadas, é apresentada uma outra questão: como a sociologia pragmática escapa do relativismo? Para enfrentar essa questão, os autores

apresentam dois elementos teóricos que garantem à sociologia pragmática uma postura antirrelativista: “senso de justiça” e “noção de prova” (BARTHE *et al.*, 2016, p. 113). O primeiro diz respeito a ideia de que certos argumentos, quando expostos no debate público, são mais criticáveis que outros. O segundo considera que o mundo oferece resistências às definições de realidade dos seres humanos. Logo, nem todas as definições de realidade se equivaleriam (BARTHE *et al.*, 2016).

Segundo os autores, a crítica do mundo social feita pela sociologia pragmática diferencia-se de outras abordagens críticas por partir dos limites e impasses da sociologia comumente denominada crítica. Um desses limites está no diagnóstico dos sociólogos pragmáticos de que falta à sociologia crítica “radicalidade sociológica” (BARTHE *et al.*, 2016, p. 115). Essa radicalidade é o que permite que os sociólogos façam uma crítica diferente daquela feita pelos atores que eles investigam.

Para que a sociologia recupere sua capacidade crítica, seria necessário um “esforço analítico e reflexivo extra” por parte dos sociólogos (BARTHE *et al.*, 2016, p. 116). Isso se daria em três etapas, resumidas em: descrição do que dizem e do que fazem os atores; análise de como as competências críticas dos atores são estimuladas e/ou obstruídas; levantamento dos pontos que, se fossem modificados, diminuiriam as possibilidades de subestimação dos atores de certas contradições (BARTHE *et al.*, 2016).

Essas etapas favoreceriam a crítica pautada na radicalidade sociológica por questionar: o centrismo intelectual por apontar a crítica tal como opera entre os próprios atores; o conservadorismo que evita confrontos ao identificar limites na crítica efetuada pelos atores; à recusa da sociedade em admitir suas implicações práticas ao propor mudanças que possibilitem que os dispositivos sejam mais eficazes no auxílio aos atores no desenvolvimento de suas críticas. Segundo os autores, “essa tripla redefinição do alcance crítico da sociologia evidencia que a verdadeira radicalidade política é determinada pela radicalidade sociológica, e não o contrário” (BARTHE *et al.*, 2016, p. 118).

1.2 O composicionismo laturiano e a reagração do social

Na constelação de obras e autores que indicam o que tem sido a sociologia pragmática nos últimos trinta anos, reconhecemos as contribuições teóricas de Bruno Latour para pensar questões sobre a prática no campo das humanidades. Como um metafísico empirista, Latour fala a partir das coisas que já estão no mundo e nos propõe repensar o que tem sido a prática

dos cientistas sociais, inclusive daqueles considerados críticos, e propõe uma nova maneira de compreender o social.

Em “Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede”, obra originalmente publicada em 2005, Bruno Latour (2012) apresenta um novo olhar para o social. Por intermédio do pensamento de Gabriel Tarde, Latour se opõe ao pensamento sociológico tradicional de origem Durkheimiano que tenta explicar as coisas socialmente. Ao invés disso, propõe uma sociologia das associações que tem como objetivo descrever as conexões feitas pelos atores e investigar suas políticas de agrupamento por meio do que denominou como “Teoria ator-rede” (LATOURE, 2012) que tem por finalidade auxiliar na tarefa de descobrir essas associações.

Ao apresentar uma nova forma de abordagem do social, Bruno Latour expressa um entendimento do social como “uma série de associações entre elementos heterogêneos (...) um tipo de conexão entre coisas que não são, em si mesmas, sociais” (LATOURE, 2012, p. 23). Essa abordagem se contrapõe às perspectivas teóricas que compreendem o social como “um estado de coisa estável” (LATOURE, 2012, p. 17) e enfatiza o social como “um movimento peculiar de reassociação e reagregação” (LATOURE, 2012, p. 25). Enquanto movimento, o social não está restrito a nenhum lugar particular. Ele pode circular em qualquer lugar num movimento que liga ainda coisas que não são sociais (LATOURE, 2012, p. 158).

Na proposta de Bruno Latour, a sociologia deixa de ser a ciência do social, e assume a busca de associações (LATOURE, 2012, p. 23). Ou seja, uma sociologia das associações que almeja rastrear associações (LATOURE, 2012, p.160). A tarefa do sociólogo, nessa perspectiva, passa a ser construir um experimento artificial, como um relato, uma narrativa ou uma história, onde o mundo e as mediações que fazem os atores agirem possam ser desdobrados ao máximo (LATOURE, 2012, p. 267). Na teoria ator-rede, “o social é o nome de um tipo de associação momentânea caracterizada pelo modo como se aglutina assumindo novas formas” (LATOURE, 2012, p. 100). Nessa linha, na sociologia pragmática, há uma alteração profunda do conceito de social (LATOURE, 2012, p. 157). Latour, por sua vez, prefere o usar a palavra coletivo no lugar de sociedade.

A compreensão dinâmica de social de Bruno Latour (2012) favorece a uma abordagem pragmática do social uma vez que este não deve servir para explicar, e sim ser explicado. No esforço descritivo de explicar as muitas conexões entre os atores e as coisas, é que a realidade pode se apresentar. As associações que explicam o social, não o contrário (LATOURE, 2012, p. 340). Ao referenciar William James, Latour afirma que “é multiplicando as conexões com o exterior que conseguimos perceber como o ‘interior’ está sendo mobiliado” (LATOURE, 2012,

p. 310), pois existem mais mediações no pluriverso que os cientistas sociais julgam possível (LATOURE, 2012, p. 171).

Por intermédio dessa nova perspectiva sobre o que é o social, Latour (2012) aponta quais devem ser os objetivos das ciências sociais. Esses objetivos são realizados quando se cumpre três tarefas: desdobrar as controvérsias sobre as quais as associações são possíveis, mostrar por quais meios as controvérsias são estabelecidas e como elas prosseguem, e ajudar na definição dos procedimentos adequados para compor o coletivo. Esses deveres são sucessíveis e não devem ser cumpridos simultaneamente (LATOURE, 2012, p. 12).

Em “Cogitamus”, publicado originalmente em 2010, Bruno Latour afirma que fazer uma cartografia de uma controvérsia significa aprender e localizar todos os movimentos entre a dúvida radical e a certeza indiscutível (LATOURE, 2016, p. 80). As controvérsias são espaços pelos quais o pesquisador deve navegar de maneira confortável (LATOURE, 2016, p. 151) a fim de prolongar as investigações que levem em conta a “multiplicidade das injunções contraditórias” (LATOURE, 2016, p. 111, grifo do autor).

Latour (2012) ressalta que essas controvérsias não devem ser limitadas pelo pesquisador. Este deve entendê-las no âmbito de elementos heterogêneos que podem ser associados. Cabe aos atores encerrar as controvérsias, produzindo traços empíricos, restaurando uma “ordem” diversa daquela que seria estabelecida pelo próprio investigador (LATOURE, 2012, pp- 230-232). Na tarefa de rastrear o social, o sociólogo deve “desdobrar o âmbito total de controvérsia, em vez de tentar decidir (...) qual o melhor ponto de partida para segui-la” (LATOURE, 2012, p. 236). Nesse sentido, as ciências sociais passam a contribuir aos processos nos quais as sociedades refletem e se confrontam consigo mesmas (BARTHE *et al.*, 2016, p. 90).

Bruno Latour ressalta que a obra “Reagregando o social” é apenas a sua visão pessoal sobre a teoria ator-rede e resume essa teoria como um caminho sobre como estudar as coisas, ou melhor, como não as estudar, concedendo aos atores espaço para se expressarem (LATOURE, 2012, p.206). O principal postulado da teoria ator-rede é, portanto, de que os próprios atores fazem tudo, até mesmos seus quadros de referências, suas próprias teorias (LATOURE, 2012, p. 213). Nesse sentido, a tarefa do cientista social é a de devolver aos atores a capacidade deles mesmos elaborarem suas próprias teorias sobre o social (LATOURE, 2012, p. 31).

Os atores são constituídos na articulação entre vários outros atores, recusando-se a dicotomia entre sujeito e objeto. Na teoria ator-rede, cabe aos atores as tarefas de definir e de ordenar o social (LATOURE, 2012, p. 44). E cabe ao cientista social levar a as narrativas dos

atores à sério, e evitar traduzir essas narrativas pelo léxico social acadêmico. Caso contrário, os atores deixam de ser mediadores da pesquisa para se tornarem apenas meros intermediários passivos (LATOUR, 2012, p. 221).

Na teoria ator-rede, a expressão “rede” é compreendida como um indicador da qualidade do texto, uma vez que um bom texto tece redes de atores e permite ao pesquisador estabelecer uma série de relações (LATOUR, 2012, p. 189). Ela é uma expressão que serve “para avaliar quanta energia, movimento e especificidade nossos próprios relatos conseguem incluir” (LATOUR, 2012, p. 192). Na produção de um relato ator-rede, deve-se acrescentar os “muitos traços deixados pelo fluido social” e “a proporção de mediadores e intermediários aumenta” (LATOUR, 2012, p. 195). Em resumo, “o ator-rede consiste naquilo que é induzido a agir por uma vasta rede (...) suas muitas conexões lhe dão a existência” (LATOUR, 2012, p. 312).

Ao traçar as conexões sociais, o cientista social estará, de certa maneira, compondo relatos, o que exige dele um texto bem escrito para que o social apareça (LATOUR, 2012, pp. 181-184). Logo, um bom relato é aquele que tece uma rede (LATOUR, 2012, p. 189) enquanto num mau relato textual “transporta causalidades através de meros informantes” (LATOUR, 2012, p. 191) e o social não aparece.

Ao escrever, o pesquisador deve levar em consideração a diferença entre descrever e explicar. Bruno Latour (2012) valoriza a descrição como uma realização máxima, ainda que mais rara, trazendo como exemplo os processos de pesquisa de outras áreas do conhecimento como as ciências naturais. Quando as redes não são desdobradas, as explicações se tornam supérfluas, sendo ruins aquelas descrições que precisam de explicações (LATOUR, 2012, pp. 199-200). Nesse sentido, critica as chamadas “explicações contextuais” por não explicarem coisa alguma. Além de serem supérfluas, não introduzem diferenças entre os atores e correm o risco de “afundarem os novos atores interessantes num dilúvio de atores velhos” (LATOUR, 2012, p. 214). Latour ressalta a importância de não passar da descrição à explicação e de não tentar preencher lacunas (LATOUR, 2012, p. 217).

No âmbito da teoria ator-rede, deve-se sair do contexto e voltar às práticas locais na difícil tarefa de descrever o estado de coisas numa postura menos interpretativa e mais objetivista (LATOUR, 2012, p. 209). Sendo o contexto entendido por Latour como sinônimo de “moldura”, não seria tarefa dos sociólogos estabelecer previamente suas fronteiras (LATOUR, 2012, p. 309).

Latour (2012) ainda apresenta sua compreensão do que é a ação a partir das ideias de surpresa, mediação e acontecimento, devendo ser encarada como nó que só pode ser

desemaranhado aos poucos. Ele critica as posturas que partem da determinação da ação pela sociedade, dos cálculos individuais ou ainda do poder do inconsciente (LATOURE, 2012, pp.72-74). Deve-se procurar saber como cada ação é desenvolvida (LATOURE, 2012, p. 91).

Por intermédio das contribuições de Bruno Latour é possível ainda compreender o empírico cada vez mais atrelado à fidelidade da experiência (LATOURE, 2012, p. 343). Por meio do compromisso com a experiência é que Latour apresenta sua crítica da divisão entre natureza e sociedade dada a artificialidade dessa separação. Para ele, os extremos das cadeias “social” e “natural” precisam ser dissolvidos simultaneamente uma vez que a “natureza” é um artefato produzido assim como o “social” quando associado a uma noção de causalidade mal adaptada (LATOURE, 2012, pp. 160-161).

Para Latour, “o mapeamento das controvérsias científicas sobre questões de interesse deve permitir-nos renovar de cima para baixo a própria cena do empirismo – e, portanto, a divisão entre ‘natural’ e ‘social’” (LATOURE, 2012, p. 168). É necessário ampliar o repertório de conexões e associações indo além das explicações oferecidas pelo social (LATOURE, 2012, p. 353). Numa boa investigação, deve compreender a rede de associações na qual a coisa está inserida e empenhar esforços simétricos para alistar esforços humanos e não humanos. Ou seja, uma controvérsia não deve ser explicada pelo social e sim pelo emaranhado de fios que tecem aquela rede.

Nessa ampliação do repertório de conexões e associações, os encadeamentos que tecem a ação somam-se numa composição, lenta e progressiva, sempre de caráter ambíguo (LATOURE, 2016, p. 30). Em outras palavras, o composicionismo de Latour enfatiza a reagreação de coisas diferentes que conservam, ao mesmo tempo, sua heterogeneidade (LATOURE, 2010, pp. 473-474). A tarefa do composicionismo seria buscar a universalidade, entendendo que essa não deve ser desvendada, pois não é dada a priori. Trata-se de um trabalho de construção, do qual pode derivar uma boa composição ou uma má composição (LATOURE, 2010, pp. 474). Numa boa composição, nada está fora de discussão, pois os composicionistas querem a imanência e a verdade juntas (LATOURE, 2010, p. 478).

Por fim, cabe ressaltar que, em 2012, ao realizar uma antropologia dos modernos em “Investigação sobre os modos de existência”, Latour (2019b) revisita a teoria ator-rede. Para o autor, graças a teoria ator-rede a sociedade já não é feita mais de um material particular, o social, e sim de um movimento de conexões cada vez mais estendidas. Contudo, essa teoria poderia ser acusada de maquiavelismo por propor que tudo pode associar com tudo, sem definir o que pode funcionar e o que pode falar. Na nova investigação, ele propõe que a livre associação seja apenas uma das formas pelas quais se pode abordar o curso de uma ação

qualquer. Agora, a livre associação aparece ao lado da descrição, da verificação, da exploração e da proposição (LATOURE, 2019b, pp. 64-65).

1.3 Só há sujeitos!

No “Manifesto Compositorista”, publicado em 2010, Bruno Latour apresenta o caso do atum rabilho para nos mostrar o que seria uma boa composição. Segundo Latour, se antes os naturalistas poderiam reduzir a cadeia desse animal aos seus predadores e às suas presas, agora deve-se considerar no ecossistema do atum rabilho consumidores japoneses, bares de sushi de todo planeta, ativistas ambientais e, até mesmo, o presidente da França Nicolas Sarkozy que havia prometido proteger esse peixe (LATOURE, 2010, pp. 480-481). Uma boa composição, portanto, deve acrescentar muitos híbridos para recompor o social, aumentar a sua escala (LATOURE, 2019a, p. 135) e seguir essa rede que, mesmo extensa, “continua a ser local em todos os pontos” (LATOURE, 2019, p. 146).

Para um compositorista, nada está fora de discussão (LATOURE, 2010, p. 478). Um trabalho de composição, lento e progressivo, seria capaz de substituir a separação entre ciências e o resto da existência. Nas palavras de Bruno Latour, é necessário às humanidades científicas “aprender a considerar toda a obra, e não apenas um de seus atos” (LATOURE, 2016, p. 23) num trabalho desafiador de não poder separar nem fazer coincidir por completo ciências e sociedade (LATOURE, 2016, p. 156).

Dando continuidade aos desafios do compositorismo exposto, primeiramente, por meio do caso do atum rabilho, passamos agora ao mundo dos carrapatos para acrescentarmos mais uma perspectiva à nossa reflexão. Em “Cogitamus”, Bruno Latour resgata as ideias de Jakob von Uexküll para criticar o conceito de ambiente e nos apresentar, em oposição, a ideia de Umwelt. Enquanto ambiente é “uma noção abstrata, e inventada por pura comodidade pelos humanos para designar esse envoltório universal que supostamente circunda todos os seres vivos”, para o biólogo e filósofo von Uexküll é como se cada animal, inclusive o homem, “criasse em torno de si uma espécie de bolha, que extrairia do ambiente certo número de sinais pertinentes”, sinais subjetivos (LATOURE, 2016, p. 189). Logo, na natureza viva, não haveria objetos. No mundo vivo, só há sujeitos, e estes sujeitos estabelecem entre si relações de significação e não de causalidade (LATOURE, 2016, pp- 189-190).

Voltemos aos carrapatos. Bruno Latour ressalta que, mesmo o carrapato sendo menos articulado do que um cachorro ou um ser humano, esse pequeno aracnídeo não deixa de

produzir seu ponto de vista, ou seja, um mundo de significações. E é nesse mundo que o carrapato reside, no seu próprio Umwelt. Nas palavras de Latour “por mais pobre que seja (para nós) o mundo do carrapato, é um mundo tão articulado quanto o nosso ou do elefante” (LATOURE, 2016, p. 190).

Para Latour (2016), só há sujeitos porque tudo age e os sujeitos são efeitos das relações entre coisas que coexistem. As substâncias não preexistem às conexões sendo a existência dos sujeitos possibilitada pelas associações entre muitos atores. E, quanto mais conexões, mais força ganha determinada existência.

Outro exemplo constantemente associado à obra de Latour é o do micróbio, que passa a existir a partir da constituição de uma cadeia de relações. A rede que sustenta a existência dos micróbios é composta pelo micróbio, pelo cientista e pelo microscópio, que permite o encontro entre o sujeito humano e o não humano. Ou seja, nada existe isolado, as relações preexistem aos indivíduos. Tudo que existe precisou se misturar, se compor com outros, numa cadeia de existência. E tudo que existe precisa se associar para continuar existindo.

No pragmatismo especulativo de Bruno Latour, interessa saber como descrevemos o que os sujeitos fazem na sua relação com as outras coisas, saindo da intenção de afirmar que algo é verdadeiro ou falso. Na obra “Vida de Laboratório”, escrita no final da década de 1970, ele começa a desenvolver a ideia de rede enquanto um método de pesquisa. Ao realizar uma etnografia de um laboratório, Latour descreve as muitas redes que compõe o local em que é produzida as ciências: tubos, financiamentos, patentes, frascos, políticas internas, técnicos, questões éticas, entre muitas outras redes. Na produção da ciência há, portanto, a associação de muitos elementos heterogêneos.

Retornemos aos sujeitos. Mas, afinal, não seriam os animais (e tudo aquilo que existe para além dos humanos) objetos? Bruno Latour é crítico da separação entre sujeitos e objetos por transformar a diferença entre humanos e não-humanos em uma discrepância (LATOURE, 2010, p. 483). Latour compreende que essa cisão faz com que não possamos entender sobre o mundo, pois nada liga os sujeitos aos objetos (LATOURE, 2016, p. 141). No final das contas, quem é que questiona como os objetos fazem os sujeitos? (LATOURE, 2019a, p. 103). Sujeito e objeto, portanto, são o recorte num conjunto imenso de associações entre humanos e não humanos. Eles são efeitos das relações e não entidades ontológicas separadas.

Latour atribui à modernidade a prática da separação. Separa-se humanos e não humanos (coisas). Segrega-se a política, representante dos sujeitos, e a ciência, representante das coisas. Expurga-se os mitos e as religiões. Nas palavras de Bruno Latour, “a constituição moderna inventa uma separação entre o poder científico encarregado de representar as coisas

e o poder político encarregado de representar os sujeitos”, ou seja, de um lado o sujeito de direito, do outro, o objeto das ciências (LATOURE, 2019a, pp. 43- 44). Mas, abaixo dos processos de purificação da modernidade, os híbridos continuariam se proliferando. Os híbridos são os mistos que os modernos evitam por meio de um processo de purificação. Ou seja, jamais fomos modernos porque as misturas continuaram acontecendo.

A prática de separação da modernidade reduz as relações à forma sujeito e objeto fazendo com que tenhamos acesso as coisas diretamente, sem um esforço de tradução. A recomposição dessas cisões exige um esforço de tradução. Para Latour, traduzir é, ao mesmo tempo, “transcrever, transpor, deslocar, transferir e, portanto, transportar transformando” (LATOURE, 2016, p. 30). Traduzir é tecer redes, é “descrever os imbróglis onde quer que eles nos levem” (LATOURE, 2019a, p. 12), pois nada simplesmente é e nenhuma existência existe sem custos.

Bruno Latour defende a necessidade de reconstituir as cisões entre os humanos e não humanos (LATOURE, 2019a, p. 23), pois na modernidade incluímos apenas os humanos no coletivo. O moderno toma os não humanos como paisagem. A realidade, contudo, não é uma forma pré-dada, ela é uma construção coletiva entre humanos e não humanos. Tecer as redes desse coletivo, não significar procurar o ponto comum entre coisas diferentes, e sim compor mantendo o caráter ambíguo. Nesse sentido, não haveria dois lados, mas apenas um com múltiplas ramificações (LATOURE, 2016, P. 94).

Da modernidade, devemos também abandonar o sentido de ciência que se opõem ao senso comum por se apoiar numa polêmica que contrasta o racional e o irracional (LATOURE, 2016, p. 178). O cientista deve ser compreendido como aquele capaz de “estabelecer uma diferença entre estados de coisas até então confundidos” (LATOURE, 2016, p. 180). Com o avanço das ciências e das técnicas, nosso contato com as coisas se tornaria mais íntimo (LATOURE, 2016, p. 61).

Necessitamos, portanto, renunciar a todo legado da modernidade? Bruno Latour afirma que devemos guardar tudo dos modernos, exceto a confiança exclusiva na Constituição Moderna. Essa constituição, ao mesmo tempo que possibilitou a proliferação dos híbridos, só é eficaz quando nega a existência desses mistos (LATOURE, 2019a, pp. 166- 167). O trabalho de purificação dos modernos, torna-se, portanto, um caso particular do trabalho de mediação (LATOURE, 2019a, p. 168). Precisamos, portanto, reescrever a modernidade acrescentando mais híbridos, tornando-a mais interessante, recusar a transcendência e perceber que nós, humanos, também somos terrestres.

Nesse primeiro capítulo, apresentamos o nosso referencial cosmológico (tradicionalmente, teórico-epistemológico) que foi fundamental para definirmos como a nossa pesquisa seria construída. Os próximos capítulos serão desdobramentos práticos inspirados tanto na sociologia pragmática como no composicionismo latouriano. Por meio da experiência dos sujeitos coletivos de Santarém, iniciaremos a nossa composição percorrendo as correntezas que forjam esses sujeitos.

2 CORRENTEZAS: TRAJETÓRIAS DOS SUJEITOS COLETIVOS NA CIDADE DE SANTARÉM-PA

A sociodiversidade amazônica ainda é desconhecida por muitos que vivem sob o imaginário da expressão que adjetiva a Amazônia como “terra de ninguém”. Estima-se que a população indígena da Amazônia Brasileira, na sua multiplicidade de povos e comunidades, era de três a cinco milhões de pessoas na época da invasão europeia (HECK; LOEBENS; CARVALHO, 2005, p. 238). Atualmente, as projeções com base nos dados mais recentes do IBGE apontam que vivem na Amazônia Legal cerca de 29 milhões de pessoas, quatro vezes mais que na década de 1970 (Amazonia Legal em Dados, 2022).

No ano de 2022, a cantora Anitta, durante a edição do Rock in Rio Lisboa denunciou que a Amazônia é uma “grande terra de ninguém”. A declaração da cantora foi feita quando o mundo acompanhava os desdobramentos do assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Philips, mortos na defesa dos povos indígenas da região do Vale do Javari, no estado do Amazonas (SARMENTO, 2022). Se a expressão já serviu como promessa àqueles que procuravam terras baratas e oportunidade de enriquecimento nos diferentes ciclos econômicos impostos para a região, atualmente, ganha relevância o seu tom de denúncia em relação ao abandono do Estado, à presença cada vez maior na região de organizações criminosas e milícias, à impunidade dos crimes cometidos contra os povos tradicionais, à exploração ilegal de “recursos naturais”, à morte dos rios, ao avanço do desmatamento das florestas, em especial, nas terras públicas não destinadas (MIRO, 2022). Os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, FBSP, publicados em 2023, indicam que o poder público não tem dado conta de conter o avanço crescente do crime organizado na Amazônia Legal relacionados tanto ao narcotráfico e aos crimes ambientais bem como à interseção entre eles (FBSP, 2023).

A composição que está sendo criada é também a história desses muitos “ninguéns” que, com a suas alianças, desejam resgatar os sentidos múltiplos dessa cidade que tem sofrido com as tentativas de homogeneização dos modos de se viver e de se relacionar com o espaço. Querem ver reconhecido o direito de pertencer a essas águas e essas terras sem as constantes ameaças de expulsão explícitas nas ações daqueles que têm mais poderes político e econômico, implícitas nas muitas omissões do Estado. Almejam ainda que sejam reconhecidos como sujeitos os muitos não humanos que também compõem essa cidade e que

têm direito de existir: os rios, os lagos, os igarapés, a mandioca, os sítios arqueológicos, as praias, os quintais, as hortaliças, os peixes, o puxirum, dentre outros.

Iniciamos nossa composição seguindo as correntezas que forjam esses sujeitos, sem segregá-los dos muitos elementos que os constituem e que possibilitam que componham suas múltiplas alianças entorno dos problemas desse pluriverso que é Santarém.

2.1 Águas

Se da água vem toda vida, a sorte de Santarém não poderia ser diferente dada a imensidão dos rios Tapajós e Amazonas que forjam essa cidade: Santarém. Cidade das águas, do aquífero Alter do Chão, dos rios que voam. Do alto do avião, percebo que onde o oceano de águas doces chamado rio Tapajós se encontra com o imponente rio Amazonas, nasce a cidade no vão de terras autorizado por essas duas majestades.

Embora a história recorrentemente contada nos diga que essa cidade foi fundada em 1661 pelos colonizadores europeus, há muitos séculos uma diversidade de povos já se relacionavam com essas águas e com essas terras de maneiras específicas, produzindo distintas urbanidades na vastidão da floresta. A história recentemente revisitada pela arqueologia nos afirma que Santarém é a cidade mais antiga do Brasil (NEVES, 2015). Contar uma história sobre a cidade de Santarém hoje, na sua relação com seus apagamentos e silenciamentos históricos, pode nos ajudar também a refletir sobre o que foi, o que tem sido e o que pretende ser o Brasil.

Nossa composição é construída por intermédio das vozes e dos olhares de sujeitos coletivos que têm construídos diferentes alianças pelo direito à cidade na cidade de Santarém-PA. Ao tecer as redes possíveis entre as muitas que arranjam esse universo tão plural, procuramos avançar na compreensão das multiplicidades que compõem a cidade de Santarém.

Caminho pelas ruas de Santarém. Fim de tarde. O sol escaldante castiga menos. Na avenida Marechal Rondon, em frente as casas, pessoas movimentam uma economia que revela também os costumes e as práticas dos moradores: tem pupunha, croquete, 3x10, tacacá, pamonha, açaí de litro. O calor expulsa de casa. Homens jogam baralho na calçada enquanto tomam cerveja gelada. Crianças brincam nas ruas sobrevoadas por pássaros e pequenos morcegos. Idosos conversam em suas cadeiras de balanços de cordas.

A espontaneidade das santarenas e dos santarenos (também chamados de mocorongos) em ocupar os espaços comuns da cidade se repete na orla da cidade. É uma prática comum

levar suas cadeiras de praia, mesmo na cheia, e ficar em frente ao encontro das águas conversando, apreciando a paisagem, consumindo as bebidas trazidas no seu próprio isopor ou, simplesmente, tomando um vento. Na orla, é possível observar crianças brincando nos parquinhos, pessoas caminhando, jovens jogando basquete. Os novos empreendimentos que chegam na cidade como os sushis, sorvetes gourmet e cervejas artesanais, convivem com as muitas barraquinhas de ambulantes vendendo espetinho, batata frita, tacacá.

Já é noite. Uma volta de ônibus, revela uma cidade que dorme tarde. Nas diferentes praças, pessoas circulam sem qualquer constrangimento. Tem dança. Hora de ensaiar a quadrilha! Me movo um pouco mais. São muitas as quadras de futebol espalhadas pela cidade e em plena atividade. Percorro Prainha, Pérola do Maicá, comunidade de São Bráz. O futebol praticado cotidianamente pelos santarenos aponta que garantir esses espaços comunitários pode ser uma política de lazer e de saúde tão eficiente quanto construir ciclovias e academias ao ar livre.

É na cidade das águas que me deparo com a reclamação de uma moradora que trabalha numa das grandes redes de drogaria que chegou na cidade recentemente. O verão amazônico começa fervendo e, nas casas atendidas pela COSANPA, falta água. Questiona ela: “como podemos ficar sem água nesse calor?” A escassez do mais precioso dos bens não combina com a abundância dos dois grandes e generosos rios que forjam a cidade.

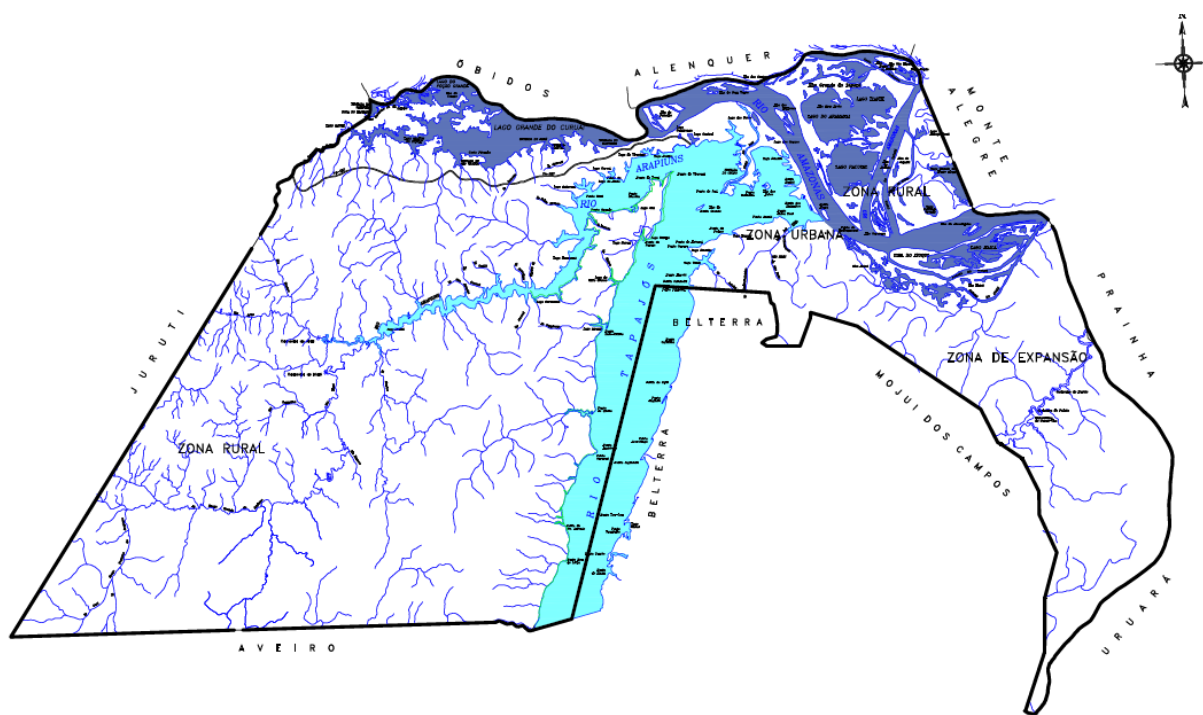
O município de Santarém está localizado na formação Alter do Chão, que faz parte da Bacia Amazonas. As características geomorfológicas dessa área condicionam as características hidro geológicas do aquífero Alter do Chão, reservatório de água subterrânea considerado uma das principais reservas de água doce do Brasil e do mundo (MELO JÚNIOR; MOURÃO, 2012). Apesar da grande disponibilidade de água, constantemente, o fornecimento de água é comprometido em Santarém como noticiam as frequentes manifestações da população (Tapajós de Fato, 2022) que reivindicam o acesso a água (CARDOSO, 2023).

A Companhia de Saneamento do Estado do Pará, COSANPA, é a instituição estadual responsável pelo abastecimento de água no município. O fornecimento de água pela COSANPA é realizado por meio de 18 poços tubulares profundos. Contudo, no ano de 2019, apenas 10 desses poços funcionavam (OLIVEIRA *et al*, 2019). Além do serviço prestado pela COSANPA, o município conta com 60 poços rasos de até 80 metros (OLIVEIRA *et al*, 2019).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, de 2010, mais de 70 % dos domicílios localizados na zona urbana são atendidos pela rede geral da COSANPA, enquanto cerca de 10% acessam a água por meio de poços ou nascentes na

propriedade e 5 % por outra modalidade não especificada, como as minas d'água. Já na zona rural, cerca de 25 % dos domicílios são atendidos pela rede geral, percentual semelhante para aqueles que acessam a água por meio de poços ou nascentes. Já outra modalidade não especificada, chega a quase 50 % dos domicílios (INFOSANBAS, 2020).

Figura 1 - Macrozoneamento de Santarém



Fonte: PLANO DIRETOR DE SANTARÉM, 2018.

2.2 Arigós

Santarém, este grande território indígena, segue se transformando. As promessas do desenvolvimento modificam a cidade que se firma como a terceira maior paraense em termos populacionais. Novos empreendimentos imobiliários acrescentam uma nova dinâmica à cidade cuja presença dos prédios é cada vez mais notada. Os condomínios exclusivos também é uma realidade, assim como as ocupações urbanas periféricas para aqueles que não têm lugar nessa “nova Santarém” que desponta nesse início do século XXI.

No caminho entre o aeroporto e a minha casa, observo canteiros de obras públicas e privadas: o centro de convenções, o novo condomínio ao lado da ocupação Vista Alegre do Juá (agora com cara de bairro com, até mesmo, linha de ônibus própria), a arena esportiva, os

novos prédios. Na avenida Fernando Guilhon, uma imagem idêntica à que vi na Rodovia Dutra que liga os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, se repete: as recém-chegadas redes de supermercado Atacadão e Assaí, uma ao lado da outra, anunciam novas dinâmicas de consumo praticadas pela população santarena.

Nesse trajeto, é possível perceber ainda a presença de muitos carros com adesivos verde-amarelos, saudando o, até então, presidente da república, e outdoors com a imagem de Jair Messias Bolsonaro. No diálogo com as pessoas percebo que o termo “bolsonarismo” tem servido para dar nome ao conjunto de ideais e práticas daqueles que despertam sentimento de incomodo, há muito tempo sentido, por aqueles que vêm para a cidade e querem impor modos de vidas estrangeiros, sufocando a diversidade que sempre constituiu Santarém. Esses modos de vida estrangeiros têm muitas faces: dos sojeiros, dos empresários das multinacionais como mineradoras, dos construtores, dos pesquisadores que vieram com a criação da UFOPA, dos funcionários públicos das instituições de diferentes poderes que se instalam na cidade, entre outros.

O ano é 2019, o mês é julho, mês de férias. Em Alter do Chão, três jovens ativistas protestam, com ironia, contra o Ministro da Educação do governo Bolsonaro, o Abraham Weintraub. Os estudantes, ao entregarem um prato de Kafta (não Kafka) ao ministro, reafirmaram, em referência às falas anteriores de Weintraub, que não são balburdia e que as cotas para negros, indígenas e quilombolas não são esmola, sendo aplaudidos por parte dos presentes. Logo após o gesto, os estudantes deixaram a praça na qual o ministro jantava com sua família (CAMPOS, 2022).

Não satisfeito, Weintraub pegou o microfone de um artista que se apresentava e, exaltado, chamou os que estavam na praça de Alter do Chão de esquerdistas. Por cerca de 15 minutos, ele provocou e “bateu boca” com os presentes que queriam escutar música, sendo vaiado e contestado por grande parte das pessoas. O ministro do MEC ainda entrou em conflito com os indígenas presentes afirmando “essa terra é minha”. O indígena e estudante da UFOPA, Gilson Tupinambá, usou o microfone para reafirmar “Eu tô na minha terra (...) respeita a minha terra! Respeita meu povo! Respeita os meus antepassados (Metereor Brasil, 2022)!”

Logo após o episódio, o reitor da UFOPA, na época, o professor Hugo Diniz, e o prefeito de Santarém Nélio Aguiar, se manifestaram lamentando o episódio. Enquanto o reitor afirmou ser inaceitável a hostilização sofrida pelo ministro, o prefeito repudiou o ocorrido ressaltando que Santarém sempre recebeu bem os seus turistas, sendo o caso envolvendo o Ministro da Educação um evento isolado (CARNEIRO, 2019).

O conflito relatado acima apresenta algumas nuances da realidade desafiadora na qual a Universidade Federal do Oeste do Pará, UFOPA, está inserida. A UFOPA, foi criada no ano de 2009 por meio da lei federal 12.085. Num dos pontos mais estratégicos da Amazônia, uma vez que Santarém se situa às margens do rio Amazonas entre Manaus e Belém, a UFOPA foi fruto do Programa de Expansão das Universidades Federais, o REUNI.

No âmbito do acordo entre o MEC e a Universidade Federal do Pará, UFPA, a UFOPA fundou-se por meio da incorporação do Campus Santarém da UFPA e da Unidade Descentralizada Tapajós da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), que já atuava na região oeste do Pará. A UFOPA está presente em outros municípios do oeste paraense por meio dos seus campi autônomos. São eles: Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná (UFOPA, 2022).

A UFOPA tem como missão “Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia”. A missão de contribuir para a cidadania na Amazônia impõe a UFOPA o reconhecimento da sociodiversidade dos povos da Amazônia. O ingresso de indígenas e quilombolas por meio dos processos seletivos especiais indígena e quilombolas (PSE) e a Formação Básica Indígena (FBI) são alguns dos esforços coletivos entre discentes, docentes e técnicos para cumprir essa missão, ainda que seja necessário avançar muito para que os saberes dos povos e comunidades tradicionais sejam reconhecidos na universidade.

Na toada da missão de promover o “desenvolvimento nacional”, a presença da UFOPA tem impacto, ainda, no setor econômico da região. A oferta dos cursos presentes na UFOPA demonstra o compromisso da instituição com diversos segmentos produtivos: agronegócio, mineradoras, pecuaristas, entre outros. A UFOPA contribui ainda para a formação de profissionais de ensino para o oeste do Pará, além de desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento.

Importante ressaltar que o encontro com o outro não é uma novidade na história de Santarém e da Amazônia, no geral. A colonização e os diversos ciclos econômicos implicaram na vinda de pessoas de outras regiões do país e do mundo para essas terras que muitas vezes é atribuída “a ninguém” como se na Amazonia não fosse habitada e construída, por uma diversidade de povos. Exemplo disso, são os corriqueiramente chamados “arigós”, imigrantes vindos do Ceará na primeira metade do século XX, e que possuem, ainda hoje, grande influência política na cidade.

O termo arigó, no Estado do Pará, refere-se aos cearenses que migraram para o Estado bem como seus descendentes (Dicionário Informal, 2023). O santareno Lúcio Flávio Pinto,

reconhecido jornalista brasileiro, resgatou em 2018, a lenda urbana da década de 50 que dizia que os arigós raptavam crianças quando não podiam comprá-las. Descendente de cearense, ele considera esses relatos uma fantasia e enfatiza que esse tratamento dispensado aos nordestinos era pejorativo (PINTO, 2018).

A presença dos imigrantes cearenses, até hoje, faz parte do imaginário dos santarenos. Em 2022, o professor Paulo Cidmil, publicou o artigo “A vingança do arigó” num dos principais blog da cidade. Ele recupera a história dos cearenses que chegam em peso na cidade, fugindo da seca, em especial, a partir dos anos 1950. Esses imigrantes, passaram a exercer forte influência na economia santarena, em especial, no comércio. O termo “arigó” teria sido criado pela elite local que começou a se incomodar, cada vez mais, com o êxito econômico dos imigrantes nordestinos (CIDIMIL, 2023).

Paulo destaca o estranhamento da cultura dos imigrantes e do povo tapojoara que, para ele, tem visões de mundo muito diferentes. Enquanto para os cearenses que chegaram em Santarém ter uma vida boa seria sinônimo de acumular riquezas, para os santarenos prosperar significaria ter uma vida confortável. Por fim, o autor enfatiza que esse conflito precisa ser encarado tendo em vista a atual gestão do prefeito Nélio Aguiar, reeleito em 2020, e que é descendente de nordestinos. Ele faz críticas à atual gestão por desprezar a história da região, e afirma: “Nélio não teve infância, não tomou banho de rio e se o fez foi com a turma errada, no caminho errado, candiru furou sua calça e o fez odiar nossos costumes, cultura e tradições”. Ele destaca outros cidadãos nordestinos que, segundo o autor, souberam ter gratidão, generosidade e respeito por Santarém, como o poeta Zé Azevedo e o cantor Nato Aguiar (CIDIMIL, 2023).

2.3 Juventude

Thiago Pereira, morador do bairro Jardim Santarém, é advogado popular e membro do Conselho de Justiça e Paz (CJP) da igreja católica. “Eu sou cria de um único bairro, eu até hoje ainda moro nesse bairro, o nome dele chama Jardim Santarém. Esse bairro fica no meio da cidade, ele começou como uma ocupação, inclusive, como quase todos os 48 bairros de Santarém.” Thiago resgata que essa ocupação cresceu no entorno do antigo aeroporto. “O aeroporto ficava no meio da cidade, que naquele momento ficava atrás da cidade, mas a cidade foi crescendo.” O Jardim Santarém surge como uma divisão do bairro Aeroporto Velho.

Ele nos conta que havia um projeto para que o bairro fosse um bosque, o que explica o fato de que todas as ruas do bairro tenham nomes de flores. “Eu sempre circulei e morei nas ruas de flores porque a gente morava alugado, a minha família. Então, a gente vivia mudando das ruas, mas sempre no Jardim Santarém. Eu morei em ruas Hortência, Margarida, Girassol, Violeta, eu morei em ruas como essas.”

É nesse bairro que Thiago é introduzido pela sua avó na comunidade da igreja católica São João Batista. “Eu ia, inclusive, puto da vida, porque não gostava de participar, mas ela ia levando, era ela que levava, meus pais não gostavam nem de associação nem de nada. E ela tinha uma pegada de dizer assim, ‘olha, é importante você estar na comunidade e na associação’”. Ele ia na igreja obrigado até se deparar com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) e com a Pastoral da Juventude (PJ). “Então, eu vou participar muito moleque ainda de CEB’s, e eu vejo que a galera está discutindo essa história de bíblia com o pé mais na realidade, sabe?” As discussões eram sobre a água que faltava e que tinha que buscar em outro lugar, as condições das ruas. Isso chamou a atenção do Thiago que, então, começou a participar.

O primeiro encontro no grupo “Jesus está conosco” (JEC) ligado à PJ é recordado por Thiago até hoje. “E eu lembro perfeitamente, que eu vou no primeiro encontro, de um grupo chamado JEC, Jesus está conosco, alguma coisa assim, que era numa rua chamada Bartolomeu de Gusmão que hoje é asfaltada. Era um lugar muito cheio de buraco, era difícil, inclusive, chegar na casa que a galera reunia.” Quando chegou lá, os jovens estavam tocando uma música da banda Legião Urbana, “Pais e Filhos”. “Isso nunca me saiu da cabeça. Eu lembro que eu vou falar assim: Água, cara! Se a gente tiver um monte desse grupo aqui, a gente vai mudar o mundo. Foi a minha primeira ilusão nessa história, e aí eu me encontrei.”

Esse foi o encontro do Thiago com a militância política, momento em que passa a compreender que o seu papel é também na associação, na comunidade e na pastoral. “E aí a coisa vai tomando corpo a partir dessas duas vertentes, CEB e PJ, que as duas bebem da Teologia da Libertação, que é essa história de uma teologia que parte do povo para o povo.”

Thiago avalia ainda a relação da igreja católica com os movimentos sociais da região. “A igreja é uma igreja das contradições e isso jamais pode fugir do horizonte. Essa mesma igreja que, parcela dela, luta pelo direito das pessoas, é a mesma que negou o direito das pessoas.” Ele ressalta que a mesma igreja, pelo menos parcela dela, que diz que os indígenas têm direito a essa terra porque eles estavam aqui antes, é a mesma que exterminou um monte de índios.

Contudo, ele destaca a presença de membros da igreja nos diversos movimentos sociais de Santarém e na região do Baixo Amazonas. “Coisa mais difícil, no Baixo Amazonas, é você encontrar um movimento, sindicato, de pessoas que não vieram da PJ, das CEB’s, e aí, para ser mais preciso, da Teologia da Libertação.” Esse histórico, segundo o próprio Thiago, indica que eles devem continuar investindo na formação para prosseguir forjando lideranças.

A Pastoral da Juventude (PJ), de acordo com a CNBB, é uma ação evangelizadora da igreja católica protagonizada pelos próprios jovens com o objetivo de despertar a juventude para a pessoa e para a proposta de Jesus Cristo, de modo que levem uma vida em comunhão e participação, e que contribuam, concretamente, com a construção da Civilização do Amor. Um dos princípios iluminadores da PJ é “com base no projeto e na pessoa de Jesus Cristo, ter o jovem como protagonismo e agente libertador, tornando-o sujeito da história, com seu meio” (CNBB, 2023).

A PJ possui influência da Ação Católica, da Teologia da Libertação e da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire. Sua origem remonta à década de 70 (Pastoral da Juventude, 2023). No ano de 1983, foi realizado o primeiro encontro nacional dos grupos jovens e criado o setor de juventude da CNBB ainda que, desde 1973, tenham sido realizadas tentativas de articulação da PJ com a finalidade de reunir as diferentes experiências espalhadas pelo Brasil (SILVA *et al*, 2012).

A história da Pastoral da Juventude de Santarém se inicia em 1975, sendo a sua primeira coordenação formada por padre Edilberto Sena, Antônio José e Socorro Pena (Arquidiocese de Santarém, 2023). A PJ de Santarém faz parte da regional norte 2. Ao todo, são 19 regionais em todo o país, sendo a coordenação nacional da PJ composta por um coordenador de cada regional, além da secretaria nacional e da comissão de assessores.

Renata Moara, estudante de História da UFOPA, faz parte da coordenação da União dos Estudantes de Ensino Superior de Santarém, a UES. Ela nasceu na periferia de Santarém, no bairro Santana, e até hoje mora lá. “Desde sempre eu moro lá, nunca morei em outro lugar, mas tenho transitado na cidade por questões de educação. Então, você tem que sair do seu bairro porque não tem uma escola tão boa lá, para você estudar no centro.” Atualmente, ela estuda na UFOPA que “também é distante, praticamente do outro lado da cidade.”

A UES foi fundada na tentativa de se criar uma representação estudantil, mas a sua concepção também está ligada à questão do transporte público, em especial, à defesa do Passe Livre. “A UES tem um histórico de luta muito importante na cidade, nas pautas, principalmente do transporte público.” Para Renata, a questão do transporte público está diretamente ligada à luta pelo direito à cidade. “É a própria pauta do direito à cidade, de como

que o transporte público está inteiramente ligado a isso, aos acessos que a gente tem na nossa cidade.”

Renata destaca o papel da entidade na conquista do pagamento de 1/3 da passagem para os estudantes. “O que a gente tem hoje de lei orgânica no município é que o estudante paga 1/3 da passagem inteira, isso foi uma luta da UES, e uma conquista da UES. E durante muito tempo a gente conseguiu o congelamento da passagem.” Ela resgata que, durante muitos anos, a passagem estudantil em Santarém era R\$ 0,65. Ainda que a prefeitura aumentasse o valor da tarifa cheia, os estudantes conseguiam que ficasse congelado no valor de R\$ 0,65.

Durante a pandemia, contudo, houve dois aumentos que atingiram também o valor da passagem estudantil. “Infelizmente, esse direito do congelamento a gente não conseguiu manter, mas o 1/3 da passagem é lei orgânica do município que é uma conquista da UES.” Renata avalia que o lugar dos movimentos sempre foram as ruas sendo que, no período pandêmico, não foi possível ocupá-las, o que prejudicou a luta contra o aumento da passagem estudantil. “Em menos de seis meses teve dois aumentos de passagem que, se fosse em anos anteriores, a gente tinha conseguido barrar com ação de rua e agora a gente teve esse déficit mesmo de mobilização.”

Renata avalia ainda a atuação dos movimentos sociais de Santarém. “Aqui em Santarém a gente tem um movimento social muito combativo, muito organizado. A gente tem um histórico de luta muito importante de luta, de vitórias.” Ela destaca o movimento estudantil, o movimento de mulheres e o movimento indígena que, segundo Renata, é um exemplo para todo o país. “No que diz respeito a rua, a gente tem uma fotografia muito bonita do que a gente é aqui. Mas, infelizmente, quando a gente chega lá no poder público, todas as nossas lutas e pautas são barradas porque a gente não tem uma Câmara que represente a gente.” Se ela pudesse, mudaria a Câmara Legislativa de Santarém para colocar lá quem, de fato, representa as lutas e as bandeiras dos movimentos sociais.

A luta pelo passe livre estudantil teve importantes vitórias em Santarém. A primeira delas, em 1990, quando constou no texto da Lei Orgânica do município, a previsão expressa em seu inciso IX da meia passagem estudantil. Em 1994, foi criada a lei 14.998, que regulamentou a concessão do benefício aos estudantes.

Destaca-se ainda a ampliação do benefício, por meio da lei orgânica nº 17 de 2014. Essa alteração garante que, até hoje, os estudantes de ensino fundamental, médio, superior, profissional ou tecnológico da cidade paguem 1/3 do valor integral das tarifas dos transportes públicos coletivos de passageiros sejam terrestres ou aquaviários, urbanos, rurais ou

intramunicipais. Essa conquista foi protagonizada pela UES que, em outros momentos, conseguiu que o passe estudantil fosse congelado (TAPAJÓS, 2011), apesar dos aumentos tarifários (JUNTOS, 2011).

Em maio de 2023, a tarifa do transporte coletivo municipal está custando R\$ 4,00 e o passe estudantil R\$ 1,30. O último aumento da tarifa foi autorizado pelo prefeito Nélio Aguiar em decreto municipal do dia 30 de dezembro de 2022. É o terceiro aumento em menos de três anos (PANTOJA, 2023).

Yuri Rodrigues, é educador popular da FASE. Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela UFOPA, construiu ativamente o grupo de pesquisa “O direito à cidade em Santarém” (GDAC). Ele nasceu na cidade de Barcarena e, antes de vir para Santarém, morava com a família em Juruti. “Eu vim de Juruti, um município próximo daqui, para acessar o ensino superior. Santarém é uma das principais cidades que tem essa estrutura de ensino superior público. Como não tinha familiares, já moro há sete anos em Santarém, por meio de aluguel.” Desde então, Yuri morou em vários bairros da cidade e sempre buscou estar mais próximo da universidade para não precisar pagar transporte.

Durante a graduação, Yuri estreitou a sua relação com os moradores da ocupação Vista Alegre do Juá. “Quando eu acessei a universidade foi o que me deu uma melhor relação tanto do ponto de vista acadêmico sobre pesquisar as ocupações, sobre entender também esses outros espaços e essas outras formas que a cidade se configura pela necessidade de moradia.” Na pesquisa, ele pôde entender a forma de auto-organização e de autogestão dos moradores e movimentos de lá e percebeu as diferenças em relação às dinâmicas de outras ocupações que ele já tinha tido contato durante a infância. “Eu já tinha passado por processos assim. A minha mãe pegava as crianças e ia embora. ‘Estão invadindo tal lugar, bora lá?’ ‘Bora!’. E levava os moleques com ela.”

Hoje, Yuri é educador popular na FASE, além de atuar com produção audiovisual. “Eu tentei sair daqui, aí me trouxeram de volta, minha missão, por enquanto, é por aqui. E aí eu não sou desobediente, só às vezes. E retornei agora né, me olhando não mais como pesquisador, mas como, militante, como sujeito da cidade, como um educador.” Yuri tem participado de processos de formação que discutem a cidade e questionam a ideia de desenvolvimento que vem de fora e que não considera a gente daqui. “A gente tenta resistir no meio desses processos, e tenta minimamente impedir que esses avanços, sejam eles do grande capital, do agronegócio, dos grandes processos.” Para Yuri, não só Santarém como a Amazônia como um todo “é o olho do furacão”, o que abrange não só as cidades, mas todos

os territórios que existem. Atualmente, a atuação maior da FASE em Santarém se dá dentro do PAE Lago Grande. Na zona urbana, um dos projetos desenvolvidos é na região do Maicá.

2.4 Indígenas

Raimundo Abimael Ferreira dos Santos, mais conhecido pelo seu segundo nome, é indígena do povo Munduruku, membro do Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns (CITA), bacharel, mestre e, atualmente, professor de Direito da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). A sua aldeia chama Taquara e fica no município de Belterra, que já fez parte de Santarém. “Eu vim para a cidade num tempo estudar, porque no meu território só tinha até a quarta série. Então, com 9 anos, eu tive que vir residir em Santarém. Mas, foi assim, foi impactante pelo formato que é diferente, eu tive que me adaptar a uma situação toda.”

Para Abimael, já naquela época, viver na cidade não era fácil e tudo que ele gostaria era de voltar para a aldeia. “Tudo que eu queria era terminar o período e ir embora para a aldeia porque lá eu me sentia bem, eu me sinto bem. Com o tempo, eu fui me adaptando, eu fui tentando me adaptar. Mas até hoje eu digo que eu não consegui me adaptar.” Ele afirma que está na cidade de Santarém pela necessidade que seu povo tem de entrar no processo de busca de conhecimento. Durante muito tempo, ele ficou indo e voltando para a aldeia, e só passou mais tempo na cidade quando entrou na universidade e teve que permanecer cinco anos estudando.

Abimael conta que o CITA surgiu quando as lideranças entenderam que necessitavam de uma figura sociopolítica para representá-los para além do território. “O conselho indígena, ele surge na região do Baixo Tapajós em março de 2000. Nesse processo todo, ele nasce com o princípio de representar 13 povos que estão divididos em três municípios: Santarém, Belterra e Aveiro.” O cita representa 76 aldeias nesses três municípios, de diversas etnias, e tem feito um trabalho de representatividade, de defesa dos direitos indígenas, do território e dos direitos humanos.

Ele destaca o perfil de resistência dos membros do CITA. “São, na maioria das vezes, lideranças, que deixam os seus territórios e se deslocam para a cidade para permanecer na executiva, são estudantes, são mães, e aí trazem justamente o perfil, a resistência, a participação no movimento indígena da região.” No CITA, existem lideranças maduras assim como jovens que estão nesse processo. “O enfrentamento, ele muitas vezes nos expõe, e em

alguns momentos, passamos por situações que a gente não passaria se a gente estivesse no território.”

Existem dois fóruns deliberativos dentro do CITA, a assembleia geral e o conselho de lideranças. “Nós temos a assembleia geral que é tomado as decisões e é levado as demandas que são realizadas no decorrer daquele ano. E nós temos o conselho de lideranças. Se tiver alguma emergência anterior àquele período da assembleia, o conselho é acionado.” O conselho de lideranças se reúne duas vezes por ano, sendo composto por 76 lideranças, uma liderança por aldeia.

O IBGE, por meio do censo realizado em 2010, apontou que 4.742 pessoas se declararam indígenas na região do Baixo Tapajós, compreendendo os municípios de Santarém, Belterra e Aveiro. Em 2014, eram contabilizados 12 povos indígenas na região (Tapajó, Tupaiú, Tupinambá, Arapium, Borari, Maytapu, Munduruku, Cara Preta, Apiaká, Cumaruara, Arara Vermelha e Jaraqui), organizados em 55 aldeias. Destaca-se a aldeia Taquara, de Abimael, que na década de 90, buscou reconhecimento junto à FUNAI e reivindicou a demarcação de suas terras (Nova Cartografia, 2014).

Já o censo realizado no ano de 2022, apontou um crescimento de 88 % da população indígena do Brasil na última década. Os dados anteriores, de 2010, apontavam uma população de 896.917 mil indígenas e no censo mais recente, a população contada foi de cerca de 1,7 milhão. Mais da metade dessa população (51,2%) vive na Amazônia Legal sendo que 63% dos indígenas brasileiros vivem fora dos territórios demarcados (FUNAI, 2023).

O censo de 2022 foi o quarto que conteve a opção “indígena” na pergunta sobre raça e cor. O que mudou na última década? O IBGE aponta que inovações tecnológicas provocaram mudanças na metodologia de coleta de dados no censo mais recente e essas modificações permitiram uma maior cobertura. O pesquisador Ricardo Ventura Santos da Fiocruz aponta que esse é um momento histórico sendo que os fatores que justificam esse aumento populacional vão além do aspecto demográfico. Para Ricardo, ao longo da última década, mais pessoas têm se reconhecido como indígena num processo de valorização de pertencimento étnico (VARGAS, 2023).

No Estado do Pará, de acordo com os dados do último censo, vivem cerca de 80 mil indígenas, 42 mil nas terras indígenas e 38 mil em áreas urbanas (ESTEVEZ, 2023). A cidade de Santarém possui a maior população indígena da região oeste do Pará, com cerca de 17 mil pessoas que se autodeclararam indígenas. Dessa população, aproximadamente 40% estão na área urbana. Atualmente, há expectativa de demarcação pelo Ministério dos Povos Indígenas

dos territórios indígenas Cobra Grande e Maró, ambos localizados em Santarém (VIEIRA, 2023).

2.5 PAE Lago Grande

Edilson Figueira é, atualmente, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, o STTR. Ele é da comunidade Maranhão localizada no PAE Lago Grande e, atualmente, mora no bairro do Juá. “Eu vou fazer 46 anos de idade e eu estou 22 anos no sindicato, como filiado do sindicato. Era bem novinho, não tinha nenhum cabelo branco.” Ele também já atuou como delegado sindical e diretor regional por dois mandados.

Ele resgata a história do STTR que obteve sua carta sindical no ano de 1973, embora nessa época, segundo Edilson, o sindicato fosse assistencialista e não de luta. Ele destaca a figura do presidente Geraldo Pastana que, na década de 1980, faz uma retomada para a luta sindical, que não foi fácil. “Na época, era tudo de pés, ia com passos, hoje a gente pega uma moto, pega um carro, na época não. Tudo era de pés. Tinha essa dificuldade.” O povo foi se organizando na luta pelo direito à terra, pela saúde, pelo salário maternidade e pelo espaço das mulheres. “Na época, as mulheres não tinham a prioridade de ouvir os seus maridos, ouvir aquelas lideranças que estavam na luta. O objetivo da luta daquele período foi também que as mulheres pudessem estar junto para garantir os direitos.”

Atualmente, há nove diretorias executivas no STTR, sendo seis delas dirigidas por trabalhadoras rurais. Além disso, o sindicato é presidido por uma mulher, Ivete Bastos. Essa diversidade também é ampliada para a presença dos indígenas na secretaria do sindicato. “Tem dois indígenas na secretaria do sindicato, isso é histórico, nunca aconteceu. Acreditamos que os indígenas e os trabalhadores rurais estão fazendo essa resistência.”

Na trajetória do STTR, Edilson destaca o processo de criação do PAE Lago Grande entre a década de 90 e o ano de 2005. “Foi uma luta muito grande pela defesa do território porque tinha muitos territórios, mas o povo era todo emigrado pra Santarém, e aí houve essa junção desse povo que veio de fora com o povo daqui para fortalecer a luta, né, que era criar os territórios.” Ele resgata que a luta era para que os territórios fossem concedidos aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais em uma unidade de conservação. “O PAE Lago Grande também estava nessa mesma luta que era sempre por: Resex, PAE Lago Grande,

Gleba Nova Olinda I e II, Gleba Igarapé-Açu.” Criado o assentamento em 2005, iniciou-se a outra fase da luta por regularização fundiária.

O senhor Edilson relembra que não foi uma luta fácil, foi bastante acirrada. “Naquele período da luta da criação do PAE, era um trabalho de formiguinha, de base nas comunidades. Esse trabalho de base era sensibilizar as famílias de dizer que o assentamento era coletivo, quem queria fazer parte do assentamento”. Esse trabalho nas comunidades foi realizado por meio de reuniões, oficinas, assembleias e abaixo-assinados.

Na época da criação do PAE Lago Grande, Edilson começou a sofrer as primeiras ameaças. “Em 2004, os gaúchos, sojeiros, madeireiros, invadiram uma área bem grande, e eles estão lá até hoje com essa área, eles fizeram desmatamento para plantar soja. Eu cheguei a ir no local onde o pessoal estava, a gente conseguiu fazer a denúncia e a partir daí eu já fui começando a ter ameaça.” Edilson denuncia que ele, a esposa, assim como outras lideranças do PAE sofrem ameaças e que essas ameaças não estão direcionadas só para determinado diretor, mas ao local onde se está. Essas ameaças estão sendo denunciadas para o Ministério Público e para a Defensoria Pública. “Não é diferente o Brasil, o Equador, Chile, tantos outros países que sofrem com esses ataques aos povos e comunidades tradicionais com a disputa da riqueza que ali está madeira, ouro, minério...e como a gente faz essa resistência?”

Edilson resgata que no dia 03 de maio de 2021, madeireiros invadiram a sede do STTR em Santarém, durante o período da pandemia. “Chegaram a invadir esse prédio, conseguiram entrar aqui. Eles chegaram e eu que enfrentei eles aqui com a dona Marilene.” A invasão está relacionada à disputa da madeira na RESEX Tapajós-Arapiuns.

De 2018 para cá, o STTR tem atuado na elaboração dos protocolos de consultas no PAE Lago Grande e na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. Segundo Edilson, dentro da RESEX, são 42 aldeias. “O povo Tupinambás já tem o seu protocolo de consulta, tanto na RESEX quanto aqui na região do Planalto. E os Cumaruaras também já estão com seu protocolo deles em fase de publicação. E o povo da TI [terra indígena] Cobra Grande, dentro do PAE Lago Grande, já está em fase de publicação.” No PAE Lago Grande, são sete protocolos de consulta, um geral e seis específicos. “São três no Lago Grande, nós dividimos em área alto, médio e baixo. Um na região do Arapixuna e dois no Arapiuns, alto e baixo Arapiuns.”

Edilson resgata que, em 2018, durante uma audiência pública no PAE Lago Grande, uma procuradora federal ressaltou a necessidade de as comunidades fazerem seus protocolos de consulta. “Lá ela disse: olha, a partir de agora as comunidades têm que fazer consulta, ou

seja, para a empresa entrar dentro do território, ela precisa fazer consulta. E que o INCRA pudesse dar continuidade no processo de regularização fundiária.”

A consulta prévia, livre e informada é um direito garantido no artigo sexto da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, OIT, sobre povos indígenas e tribais. Desde 2002, por meio do Decreto Legislativo 143, o Brasil é um dos países signatários da convenção 169 da OIT. O direito à consulta prévia, livre e informada gera a obrigação para os governos de “consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.”

O pioneirismo dos indígenas Munduruku na elaboração do protocolo de consulta tem sido uma referência para os sujeitos coletivos de Santarém, conforme enfatizado nas entrevistas. Por meio desse instrumento, os Munduruku de todas as aldeias do alto, médio e baixo Tapajós afirmam a obrigação de serem consultados, inclusive em áreas não demarcadas. O protocolo também reafirma como as consultas devem ser realizadas (MPF, 2022).

A Reserva extrativista Tapajós-Arapiuns foi criada por meio do decreto presidencial do dia 06 de novembro de 1998, a primeira do Estado do Pará. A RESEX Tapajós-Arapiuns incide nos municípios paraenses de Santarém e Aveiro, com área aproximada de 647.610 hectares, fazendo limite com os dois rios que a nomeia. A criação da RESEX teve como objetivo garantir a exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da área, cerca de 3.500 famílias (ANDRADE *et al*, 2022).

Na outra margem do rio Tapajós, se encontra a Floresta Nacional do Tapajós, a Flona. Criada em 1974 por meio do decreto federal 73.684, a Flona é limitada a oeste pela BR 163 (rodovia Santarém- Cuiabá) e, a leste, pelo rio Tapajós. Vivem na Flona cerca de 4.000 famílias, organizadas em cerca de 23 comunidades tradicionais e três aldeias indígenas (ANDRADE *et al*, 2022).

Em novembro de 2020, foi proposta uma Ação Civil Pública (ACP) pelo sindicato juntamente com o CITA contra o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o ICMBio, para que, entre outros pedidos, fosse realizada consulta prévia, livre e informada, nos moldes da Convenção 169, com a participação das comunidades tradicionais da RESEX Tapajós Arapiuns. Os autores alegam que a consulta prévia se difere de simples deliberação comunitária, e que as deliberações comunitárias não poderiam decidir sobre novos planos de manejo. Os autores da ação pediram ainda que fosse suspensa a portaria nº. 223/2019/ICMBio que aprova plano de manejo que, segundo os autores da ACP, não teria respeitado o direito de

consulta reivindicado. Conforme noticiado na época, a invasão à sede do STTR de Santarém por madeireiros da região foi motivada pelo descontentamento com uma decisão judicial do Tribunal Regional Federal da 1ª região, TRF-1, de abril de 2021, com efeitos sobre a exploração da madeira na área da RESEX Tapajós-Arapiuns (Correio Braziliense, 2021).

Logo após a invasão, o Ministério Público Federal requisitou à Polícia Federal abertura de inquérito (G1 Santarém e Região, 2021). Contudo, o conflito persiste e, em março de 2023, três mulheres foram ameaçadas de morte por madeireiros por meio de áudios de WhatsApp: as indígenas Maria José Caetano Maitapu, presidenta da Associação Tapajoara e Auricélia Arapiuns, coordenadora do CITA, bem como a trabalhadora rural Maria Ivete Bastos dos Santos, presidenta do STTR. As ameaças ocorreram após as três lideranças terem percorrido a reserva extrativista para informar aos comunitários sobre a importância dos protocolos de consulta (PEDROSA NETO, 2023).

Edilson resgata que, entre 2018 e 2019, o STTR fez um trabalho de identificação nominal para identificar as áreas que, na década de 80, foram arrecadadas e as que não foram dentro do PAE Lago Grande. “Como é que a gente faz esse trabalho? É um trabalho muito extenso, burocrático, chato. Por que eu digo que é um chato? Porque muitas pessoas não querem dar informação. A gente encontrava essa dificuldade, não foi tão fácil.”

Segundo Edilson, no ano de 2018, a Justiça Federal proibiu que a Alcoa entrasse no PAE Lago Grande antes que fossem realizados os processos de consulta prévia, livre e informada. “A Alcoa ficou proibida de entrar no território, fazendo lá o aliciamento, levando as promessas que ela falava de que as comunidades teriam projeto de 50 mil, construção de escola, reforma etc., isso dentro do PAE.” Para a elaboração dos protocolos de consulta, houve capacitação para a juventude e para as mulheres. Em 2020, os protocolos começaram a ser discutidos, mas os processos foram interrompidos pela pandemia, sendo retomados em agosto de 2021 dentro do PAE Lago Grande e na RESEX Tapajós-Arapiuns.

A Alcoa é uma empresa estadunidense criada em 1888, e responsável por uma das maiores produções de alumínio do mundo. Ela atua no Brasil desde 1965, sendo suas unidades produtivas instaladas nas cidades de Poços de Caldas (MG), São Luís (MA) e Juruti (PA) (ALCOA, 2023). Apesar de todos os impactos produzidos pela mineração já verificados em diversas experiências brasileiras (REZENDE, 2016; FERREIRA, 2022), a empresa ressalta seu compromisso com a “mineração sustentável” na Amazônia (ALCOA, 2020).

Na cidade de Juruti, que faz divisa com Santarém, a Alcoa começou a operar em 2009. O início da exploração de bauxita pela empresa foi marcado pelo conflito com os moradores das comunidades próximas ao empreendimento que, no ano de 2009, ocuparam a sede da

empresa por nove dias e nove noites (UFOPA, 2020). Como resultado desse processo de resistência, os comunitários conseguiram o título coletivo das terras e o direito de cobrar a Alcoa pela exploração no território (BORGES; BRANFORD, 2020).

O exercício da atividade de mineração na Amazônia expandiu nos últimos anos, inclusive em terras indígenas o que agrava as situações de violação dos direitos dos povos originários. O garimpo ilegal que ocupava 7 km² em 1985, passou a ocupar 102 km² da Amazônia Legal em 2020. Importante ressaltar que 95% das terras ocupadas em 2020 pelo garimpo ilegal são territórios indígenas (ALISSON, 2023).

Apesar dos seus defensores afirmarem que a mineração empresarial e moderna não é responsável pela destruição da Amazônia (ALVES, 2020), os impactos das grandes empresas minerárias atingem muitos humanos e não humanos que vivem na região. O pesquisador e geógrafo Bruno Cezar Malheiro da UNIFESPA avalia que esses megaempreendimentos, ao colocar em prática suas racionalidades corporativas, suspendem e violam outras formas de realização da vida. A suspensão e a violação de outras territorialidades, segundo Bruno, são operadas pela posição de subordinação dependente como interesse nacional; pela suspensão do ordenamento jurídico; pela definição de espaços de influência direta pelas grandes empresas e pela “administração” das populações do entorno (MALHEIRO, 2021). Além do impacto nas áreas de instalação das infraestruturas, a mineração também interfere nas dinâmicas urbanas tendo em vista as necessidades de apoio para a força de trabalho e de escoamento da produção (USP, 2020).

Pesquisadores da UFPA, analisaram a urbanização que ocorre na região sudeste do Pará, especialmente na cidade de Canaã dos Carajás onde diferentes níveis de realidade compõem essa jovem cidade. Por meio do referencial lefebriano, Ana Cláudia Cardoso, Lucas Cândido e Ana Carolina de Melo destacam em Canaã dos Carajás a presença do 1) nível global com as infraestruturas ligadas à mineração, à pecuária e a monocultura, 2) do nível misto no qual a urbanização inspirada por processos externos foi mediada na região e 3) do nível local que expõe a necessidade de fortalecimento da diversidade para incluir àqueles que mais dependem da terra e da natureza viva. Os pesquisadores observam o abandono das áreas rurais, como vilas e unidades de produção familiar, sob a imposição do urbano que traria consigo progresso e desenvolvimento. As históricas articulações entre as pessoas, o território e práticas econômicas bem-sucedidas são esgarçadas pelas novas infraestruturas econômicas e pelo modelo homogeneizante de urbanização estrangeira (CARDOSO; CÂNDIDO; MELO, 2018).

Marlon, da comunidade Vila Brasil do PAE Lago Grande, região Arapiuns, é integrante do coletivo Guardiões do Bem Viver. Atualmente, ele e o Darlon, também do coletivo, trabalham com comunicação social no jornal “Tapajós de Fato.” Marlon é estudante de jornalismo. “Sempre vim em Santarém, passava dois meses, passava uma semana, mas era coisa rápida. Não tinha, assim, essa noção do que é viver na cidade, do que é morar na cidade.” Marlon ressalta que morar em Santarém para trabalhar e estudar tem sido algo muito diferente. “É algo muito diferente do nosso dia a dia, do nosso viver.” Estar em Santarém, contudo, não impede que Marlon continue atuando no território.

A principal diferença entre a zona urbana de Santarém e a comunidade Vila Brasil, para Marlon, está nos modos de vida. “A gente sente muita falta do banho de rio, de comer as comidas que a gente comia, e aqui é tudo mais diferente, a questão do horário, clima, tudo muito diferente. E lá, viver, é uma outra coisa, é um outro mundo praticamente.”

Ele ressalta que está em Santarém não porque quer, mas porque necessita, principalmente quanto à questão dos estudos. “O meu território é num lugar que eu sempre quis, e se dependesse tudo de mim, eu estaria lá presente porque é um lugar que eu me sinto bem, porque eu me sinto totalmente seguro, pela tranquilidade que é, pelas belezas que tem.” Na Vila Brasil, Marlon destaca que, a qualquer momento pode comer uma fruta saudável, tomar um banho de rio, comer um peixe saudável sem estar contaminado. “O nosso território é, para mim, o meu bem viver, que é a coisa que eu mais prezo. Que é uma coisa que é muito importante para mim, que é um solo sagrado, na Amazônia, eu acho que é o desejo de muita gente.”

Sara Pereira, educadora popular da FASE, assim como muitos moradores da área urbana de Santarém, nasceu no PAE Lago Grande, comunidade rural de Caraiacá. Quando tinha apenas um ano de idade, ela e a família mudaram-se para a comunidade de Pacoval, no município de Prainha. “E lá que eu me entendi como ser humano, como gente, porque eu vivi lá até os 11 anos. Foi quando eu tive que vir para Santarém para estudar porque naquela época lá só tinha até a quarta série. Quando eu passei para a quinta série, ou vinha para a cidade ou parava de estudar.”

Logo cedo, a mãe de Sara percebeu a desenvoltura da menina para os estudos uma vez que ela aprendeu a ler e a escrever rapidamente. Sara, que sempre gostou muito de estudar, a princípio, ficou animada com a ideia de ir para a cidade de Santarém. “Minha animação só durou até eu sair de lá. Eu lembro que eu tinha 11 anos, era uma criança, e eu estava saindo a primeira vez de perto da minha mãe. E eu vim chorando, desde a hora que o barco saiu, até chegar aqui, parecia uma bezerra desmamada.”

A chegada em Santarém, foi um processo doloroso e impactante para a menina de apenas 11 anos que veio morar com uma família que não conhecia, num ambiente totalmente diferente do que estava habituada. “Esse encontro com a cidade não foi dos melhores para mim, foi muito sofrido no começo e eu levei vários anos para me acostumar. Todas as férias de janeiro e junho eu queria ir embora e ia feliz da vida, e quando era o dia de voltar eu voltava chorando de novo, era aquela coisa.”

Hoje, Sara avalia que sua vinda para a cidade se deu por conta da necessidade de acessar uma política pública que não estava disponível no campo. “O meu sonho é que os jovens de hoje, as jovens de hoje, decidam vir para a cidade por escolha, e não por uma obrigação, por uma necessidade. Se fosse pela minha vontade, eu não teria vindo, não naquele tempo, não tão criança e ser retirada da minha mãe.”

Em 1990, chegando em Santarém, a menina Sara foi morar no bairro Aeroporto Velho que ficava atrás do Estádio do Colosso do Tapajós. “Era cheio de mato e eu me lembro muito disso, que o meu sonho era achar o caminho da beira. Se eu achasse o caminho da beira, eu voltava para casa. Eu sabia encontrar o barco e voltava para casa. Mas eu não tinha ideia pra onde era o caminho da beira, eu ficava presa ali.” Desde então, Sara vem acompanhando a transformação da cidade que foi crescendo, se expandindo e tendo outros bairros.

Sara perdeu seu pai aos 8 anos de idade. Apesar da vivência entre os dois muito curta, ele transmitiu para ela o interesse em participar das organizações comunitárias. “Meu pai era uma pessoa muito atuante, era delegado sindical, era delegado da capatazia da Z-20, era catequista, era o presidente da comunidade, ele era o cara! Essa referência de militância, de luta, vem muito dessa vivência do meu pai.” A história de luta paterna ficou muito presente para Sara, que se envolveu na associação de moradores e, ainda no ensino médio, foi presidenta do grêmio estudantil. “Onde tinha uma coisa que eu achava que não era certa, eu estava lá para reivindicar.”

Já na universidade, no curso de Letras, Sara foi compreender mais do processo político. “Quando eu fui para a universidade, aí é que eu me encontrei porque eu cheguei num ambiente de total efervescência política, onde o movimento estudantil era muito forte. Naquela época, não tinha UFOPA, era um Campus da UFPA em Santarém.” Sara foi presidenta do centro acadêmico, CA, do diretório acadêmico, DA, e ajudou a encampar um movimento para que houvesse eleição da coordenação do campus. “Foi um dos momentos mais lindos da minha vida de militância política que a gente transformou não só a universidade, mas a cidade. Conseguimos mobilizar a cidade inteira naquele processo de luta

para tirar o Aldo Queirós da coordenação do Campus.” Foi nesse engajamento no movimento estudantil que Sara entendeu o que queria fazer da vida: estar em movimento.

E foi no processo de envolvimento na comunidade, em especial, na associação de moradores, que a Sara conheceu a FAMCOS que, nos anos 2000, era uma organização muito forte. “Se faltava água, a FAMCOS fazia o maior auê, ia na COSANPA, e estava na imprensa. E eu: ‘caraca! É isso, eu quero estar aí nesse negócio!’ Sara participou da diretoria no departamento de imprensa e, no período eleitoral seguinte, foi indicada para ser presidenta, cargo que exerceu por dois mandatos. “Foi um período que fui entender esse processo das dinâmicas da cidade. Até então, não entendia muito como é que se dava. Na FAMCOS comecei a entender que a cidade como ela estava não era por acaso, que era uma cidade construída com uma lógica de apropriação mesmo.”

Esses entendimentos foram facilitados por meio dos processos de formação realizados pela FAMCOS com o apoio de organizações como a FASE. “Comecei a participar dos processos de formação que a FASE fazia com a parceria da FAMCOS. E aí eu fui tendo contato com essa noção de direito à cidade, de luta pelo direito à cidade, de reforma urbana.” Uma das pessoas mais importantes nesse processo, foi o professor da UFPA, Maurício Leal. Na época, ele era professor da ULBRA em Santarém. “A gente passava uma semana estudando com o professor Maurício Leal, e estudando sobre o direito à cidade, sobre os institutos, as leis, o Estatuto da Cidade, o plano diretor.” Esse encontro com o professor Maurício foi fundamental para que Sara decidisse fazer uma nova faculdade, o curso de Direito. “Ele instigava muito a gente. Então, foi uma virada de chave pra mim, inclusive, para essa compreensão da cidade. E eu já não me entendia mais como uma moradora da cidade. Eu me entendia como uma sujeita política desse processo.”

Antes de atuar na FASE, Sara também teve a experiência de trabalhar com assessoria parlamentar na Câmara Legislativa. “Nesse processo da FAMCOS, a gente decidiu que iria encarar, eleger um vereador para poder ter na Câmara uma voz que representasse as nossas pautas. A gente conseguiu, a gente elegeu um companheiro nosso, Carlos Aires.” Sara trabalhou na Câmara por quatro anos e pode verificar de perto as limitações desse espaço. “A gente acha que a Câmara vai resolver muito dos nossos problemas. Claro que é um espaço importante, eu continuo achando que a gente tem que ocupar, mas não tem que ter ilusão de que eles são nossa tábua de salvação. O jogo democrático não é tão democrático assim.” Ela resgata que, na época, Carlos Aires era o único vereador de oposição.

2.6 Urbanização na Amazônia

Depois dessa experiência no legislativo, Sara foi atuar na FASE com educação popular, trabalho que desenvolve até hoje. “Essa é um pouco dessa minha relação com a cidade, desde a minha chegada até hoje, nesse entendimento de que essa cidade que a gente vive na Amazônia tem muitas especificidades em relação as outras cidades”. Sara ressalta a relação do urbano com o rural como uma das especificidades de Santarém em relação as outras regiões do país, sendo que os limites geográficos não dão conta de explicar essa relação.

O processo de urbanização na Amazônia é uma realidade que tem se intensificado nas últimas décadas. Com, ao menos, duas expressivas regiões metropolitanas como Manaus e Belém, as políticas urbanas pensadas nacionalmente têm o desafio de atender as necessidades das populações desse vasto e específico território que oscila como território ribeirinho, várzea ou terra firme. As cidades da Amazônia se estruturam a partir de entrepostos comerciais, principalmente pela via fluvial, relacionados a uma extensa rede agroextrativista (PONTE, 2022).

A presença de diversas organizações socioespaciais na região Amazônia é anterior a chegada dos colonizadores europeus, como indicam vestígios arqueológicos de civilizações com dinâmicas urbanas próprias (GOMES *et al*, 2017). As cidades na Amazônia, numa perspectiva de “cidade” mais próxima daquela que conhecemos hoje, se formaram no período colonial como núcleos urbanos cuja finalidade era a de distribuir a produção extrativista (CASTRO, 2008). No resgate histórico da experiência amazônica, verifica-se que, apesar desses núcleos urbanos já existirem há quase 400 anos, é na segunda metade do século XX que o processo de urbanização, fruto de uma política nacional de desenvolvimento e de expansão da fronteira agrícola, se intensifica para atender demandas externas à região (BECKER, 2005).

Roberto Lobato Correa (1987) propõe uma periodização da rede urbana da Amazônia que se inicia com a fundação de Belém, em 1616. Na sua investigação histórica, foi identificada a existência de diferentes padrões de redes urbanas, ao longo desses quatro séculos, de acordo com os tipos de sociedade. No sétimo e último período, iniciado na segunda metade do século XX, a Amazônia é colocada como uma “fronteira do capital” (1987), sendo as ações do Estado e do mercado voltadas para a região baseadas em três intencionalidades: a) controle do excedente demográfico rural das regiões do nordeste e

centro sul; b) incorporação da Amazônia ao mercado de consumo industrial e de matérias primas; c) controle capitalista dos recursos naturais. Quanto à última intenção, Bertha Becker, ao analisar a geopolítica da região, afirma que “está em curso na Amazônia a transformação de bens da natureza em mercadorias (2005, p. 77).

Para Monte-Mór (2011), experimenta-se na Amazônia o fenômeno da urbanização extensiva, no qual o modo de vida urbano é imposto a todo espaço social contemporâneo. Essa imposição se dá de maneira virtual e garante que a lógica urbano-industrial se reproduza, até mesmo nas localidades mais longínquas das grandes metrópoles por meio de um modo de vida urbano. A urbanização extensiva altera a dinâmica socioespacial da região de modo a atender as necessidades da acumulação sem, contudo, produzir cidades que sejam espaços de emancipação e centros difusores de respeito à sociobiodiversidade (GOMES; CARDOSO, 2019).

2.7 Rio Tapajós

Carlos, artista e estudante de Arqueologia da UFOPA, é integrante do Movimento Tapajós Vivo, MTV. Os pais de Carlos, ribeirinhos, vieram do interior e ele já nasceu em Santarém, no bairro da Liberdade. “Eu me vejo na obrigação de continuar a luta pelo Tapajós, porque está no sangue eu acho, meus pais nasceram às margens desse rio né. Minha mãe nasceu no Maripá e meu pai no Suruacá. São comunidades ribeirinhas, margem esquerda.” Ele nos conta que cresceu ouvindo as histórias da sua mãe e tendo um amor por essa região e por todo povo que vive aqui.

Assim como outros militantes dos movimentos sociais em Santarém, Carlos inicia sua trajetória dentro da igreja católica. “A minha trajetória em Santarém começa com meus pais vindo do interior e eu já nasci praticamente aqui. A minha trajetória dentro do social começa dentro da igreja católica, nas CEB’s. E depois, tem todo esse processo dentro da igreja, de participar da pastoral da juventude.” Ele destaca que esses são alicerces importante da caminhada e que maioria dos militantes que têm essa vivência cristã na igreja católica em Santarém passa por esses processos nas CEB’s e na PJ.

O surgimento das Comunidades Eclesiais de Base, as CEB’s, ocorre quando a igreja católica passa por grandes mudanças que foram expressas tanto no Concílio Vaticano II (1962-1965) como na Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano (1968),

conhecida como a Conferência de Medellín. É nesse mesmo período que o Brasil passa a ser submetido ao regime ditatorial militar, o que agrava as condições de vida da população.

De acordo com a CNBB, as CEB's são comunidades cristãs que remontam as práticas comunitárias de Cristo de se organizarem em comunidade. “As Comunidades Eclesiais de Base são espaços em que as pessoas experimentam uma nova maneira de se relacionar, de ler a bíblia, de celebrar, de participar da vida social e política” (CNBB, 2023). Desde 1966, os bispos brasileiros já haviam decidido por colocar em prática as CEB's como forma de atualizar a igreja e adaptá-la ao mundo atual. O padre Nelito Nonato Dornelas, destaca que as CEB's estão nas bases de vários movimentos sociais e contribuíram para a formação de diversas lideranças políticas. “As CEBs foram capazes de criar um método novo de ler a Bíblia, de celebrar a fé e de olhar a realidade” (DORNELAS, 2023).

Ao questionar se as CEB's são saudosismo ou urgência, o padre Elcio Cordeiro afirma que elas são urgência uma vez que oportunizam, em pleno século XXI, atualizar a fé com base no cristianismo primitivo e destaca a importância das CEB's para a formação das pastorais sociais. “Das CEBs germinam as pastorais sociais, as quais são ações da Igreja na sociedade desigual, que se alinham na direção da libertação dos pobres promovendo e resgatando a dignidade humana na práxis com a perspectiva terrena e transcendente” (CORDEIRO, 2020).

Carlos viveu um tempo em Manaus e depois voltou. Ele também participou do teatro em Santarém. “E aí a gente foi fortalecendo a luta participando do teatro. O teatro aqui em Santarém também tem muito envolvimento social. E a partir daí a gente foi construindo essa militância.” O fato de ser artista também ajudou Carlos a ser conhecido pelos movimentos sociais da cidade. “Essa questão de virar artista ela foi sendo construída dentro do movimento social, meus trabalhos têm esse cunho social.”

Ele se casou, teve filhos e continua na luta, agora morando no bairro da Área Verde. Já no novo bairro, Carlos foi convidado a participar da FAMCOS, onde foi vice-presidente por um tempo, e do comitê em defesa do igarapé Urumari, “Eu achei uma proposta boa porque passava sempre pelo bairro do Urumari e percebia como o Igarapé estava sendo impactado por várias situações.”

É nesse momento que surge o Movimento Tapajós Vivo. Ele já escutava o padre Edílberto falar sobre a questão das hidrelétricas na rádio rural. “Eu fiquei muito preocupado. E aí eu achei que poderia dar minha contribuição participando. E dessa época, em 2009, eu comecei a visitar, a participar do Movimento Tapajós Vivo.”

Em 2017, Carlos ingressa no curso de Arqueologia da UFOPA. Foi no processo de participação nos movimentos que ele percebeu que precisava de uma formação melhor. “Eu consegui entrar na UFOPA no curso de Arqueologia. Vou me formar esse ano [2022], eu acredito. E ajudou muito, muito mesmo. Tem sido muito bom, eu não me arrependo.”

Padre Edilberto Sena, ou simplesmente Edil, é natural de Belterra, município que durante muitos anos fez parte de Santarém. Ele é padre há mais de 50 anos e, grande parte dessa trajetória, foi construída junto aos movimentos sociais da cidade. “Eu tenho 52 anos já que eu já sou padre, já estou meio maduro. Mas a minha trajetória tem altos e baixos. Eu comecei bastante tradicional. Quando eu fazia teologia eu era bastante tradicional ainda.” Ele conta que foi assimilando devagar as novidades do Concílio Vaticano II em 1962-1965 e do encontro de bispos em Medellín, no ano de 1968.

Ele foi ordenado padre em 1970 e seus primeiros anos de experiência foram na cidade de Monte Alegre, quando ele começa a abrir os olhos por meio das leituras. O gosto por leitura, foi uma herança do seu pai. “Fui pesquisando por minha conta. Pouco a pouco fui mudando a minha cabeça na questão de entender a fé ligada ao social.”

O município de Belterra fica localizado na região do baixo Amazonas, numa distância de cerca de 45 km de Santarém. Assim como Mojuí dos Campos, Belterra faz parte da região metropolitana de Santarém, criada em 2012 pelo Estado do Pará por meio da Lei Complementar n.º 79. Possui uma população estimada de cerca de 18.099 pessoas, de acordo com o censo realizado em 2022 pelo IBGE (2022).

Apesar de ter se emancipado de Santarém somente em 1995, por meio da lei estadual 5.928, a história dessa cidade é bem mais antiga. No ciclo da borracha, a região de Belterra despertou o interesse da Companhia Ford por ser uma planície elevada às margens do rio Tapajós. Henry Ford almejava, a partir do cultivo das seringueiras, se tornar o maior produtor de borracha natural do mundo (IBGE, 2023).

Os primeiros operários começaram a chegar em 1934, entre americanos e nordestinos, sendo estes últimos, trabalhadores braçais que fugiam da seca. Entre 1938 e 1940, Belterra viveu seu período de êxito econômico. A estrutura em estilo americano criada por Ford fez com que Belterra fosse conhecida como uma cidade americana no interior da Amazônia (IBGE, 2023).

A década de 40 foi marcada pelo declínio desse grande projeto. A segunda guerra mundial, a concorrência asiática e a incidência da doença da seringa são apontadas como as causas para a decadência da experiência fordista. Apesar de ter idealizado e administrado a cidade, é relatado que Ford nunca pisou nas terras de Belterra por medo de doenças tropicais.

Em 1945, Belterra passa a fazer parte do município de Santarém (Prefeitura de Belterra, 2023).

Atualmente, a produção de soja passou a ser uma das principais atividades econômicas da cidade de Belterra (AGUIAR, 2023). Os efeitos do avanço da soja são percebidos pela população que relata prejuízos na produção de alimentos por pequenos produtores, como as poupas de frutas, devido ao amplo uso de agrotóxicos pelos monocultores da soja (OESTADONET, 2023).

Em 2023, um sojeiro foi multado pelo Ibama pelo uso de agrotóxico próximo a uma escola pública e no horário escolar. Os sintomas de coceira, tontura, vômito e dor de cabeça foram relatados por estudantes e funcionários da escola (RODRIGUES; MATOS, 2023). Ressalta-se que o proprietário rural responsável pelo uso de agrotóxicos já havia sido notificado mais de 30 vezes pelo IBAMA (VIEIRA, 2023).

Além dos prejuízos para a população de humanos, os não humanos também têm sido impactados pelo avanço da soja no município de Belterra. Há relatos de nascentes e igarapés contaminados e extintos, bem como de diminuição da população de abelhas (OESTADONET, 2023). Esse inseto contribui não só para a produção de mel, como é responsável pela polinização de diversas plantas. As abelhas sem ferrão, comuns na região, desempenham um serviço ecológico muito importante, porém a incidência de agrotóxico afeta o metabolismo desses insetos. A alteração da temperatura, provocada pelo desmatamento, também seria responsável por danos à população de abelha (G1 Santarém e Região, 2020).

Edilberto e Carlos fazem parte do Movimento Tapajós Vivo. Edilberto, que está desde o começo, relembra que o movimento surgiu em 2008, quando o grupo que, na época, era a Rede de Defesa da Amazônia, RDA, acabava de perder a luta contra a instalação da Cargill. “Perdemos a guerra, a Cargill se implantou na marra. Até hoje ela está ilegal, mas está normal rindo da nossa cara.”

A Cargill é uma empresa multinacional estadunidense que atua no setor de alimentos. No Brasil, a Cargill opera desde 1965 e possui cerca de 11 mil funcionários sendo que, na cidade de Santarém, atua há cerca de 20 anos e gera, segundo informações da empresa, cerca de 400 empregos diretos (CARGILL, 2023).³ O porto da Cargill em Santarém já se destacou como o maior exportador de soja da região norte do Brasil, sendo superado no ano de 2022 pelo Terminal de Grãos Ponta da Montanha instalado em Barcarena, no nordeste do Estado do

³ De acordo com as informações no Portal da Cargill Brasil “A Cargill ajuda seus clientes a alcançar o sucesso por meio da colaboração e da inovação, e está comprometida a usar seu conhecimento e experiência globais para superar desafios econômicos, ambientais e sociais onde quer que faça negócios.

Pará (OESTADONET, 2022). A companhia de commodities agrícolas ADM *nutrition solutions* realizou o maior embarque de soja, com 84.802 toneladas em um único navio (FORBES, 2022).

Em 2021, a organização Terra de Direitos publicou o levantamento “Sem licença para destruição - Cargill e violação de direitos no Tapajós (Santarém)”. Nesse estudo construído com a participação de diversos sujeitos coletivos de Santarém, foram apontadas várias irregularidades desde a chegada da empresa na cidade, em especial, a violação ao processo de licenciamento ambiental. O levantamento aponta os vários impactos ocorridos desde a instalação da Cargill na região, como o avanço da soja para dentro das comunidades, desmatamento, conflitos fundiários, além da destruição da praia urbana Vera Paz e do sítio arqueológico localizado no espaço de instalação da empresa, área sagrada para os indígenas da região (Terra de Direitos, 2021).

Apesar da Cargill ter iniciado suas operações na cidade de Santarém em 2003, a empresa só apresentou a primeira versão do Estudo de Impacto Ambiental, EIA, e do Relatório de Impacto Ambiental, RIMA, em 2008. Antes mesmo do início da instalação, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou a primeira Ação Civil Pública (ACP) no caso, em 1999, contra o processo de licitação conduzido pela Companhia Docas do Pará, CDP, requerendo a anulação do edital para que fossem apresentados EIA/RIMA (Terra de Direitos, 2021). A constituição brasileira, no seu art. 225, § 1º, IV, exige EIA/RIMA para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.

No ano de 2006, a Cargill foi condenada a realizar EIA/RIMA pelo Tribunal Regional Federal. Desde a instalação, foi ajuizada ação judicial pelo MPF questionando a ausência de EIA/RIMA e, em 2010, foi aberto inquérito policial pelo MPF e Ministério Público do Estado do Pará, MPPA, para apurar crime na elaboração do EIA/RIMA apresentado em 2008. Mesmo com todos esses impasses relacionados ao EIA/RIMA, o órgão ambiental estadual concedeu licença para instalação no ano de 2000 e de operação em 2003, sendo esta renovada em 2008 (Terra de Direitos, 2021).

Desde o início das discussões sobre a implementação da Cargill na cidade de Santarém, os sujeitos coletivos da cidade têm atuado para conter o avanço da empresa e da soja na região. A ação dos diversos coletivos resultou, inclusive, na prisão de ativistas no ano de 2006, quando estes paralisaram as atividades da Cargill como forma de protesto às irregularidades da empresa (Terra de Direitos, 2021).

Atualmente, a Cargill aguarda a renovação da licença para continuar operando no Estado do Pará. A antiga licença expirou em novembro de 2020. A omissão da Secretaria de

Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), o órgão ambiental estadual, tem sido compreendida como fator que favorece a atuação irregular da multinacional na cidade de Santarém. Por meio da Recomendação Conjunta 001/2022, quatro Promotoras de Justiça do MPPA solicitaram ao Estado do Pará a suspensão do licenciamento ambiental da empresa (MPPA, 2022) para que as comunidades afetadas sejam consultadas, em observância à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Foram solicitados, ainda, esclarecimentos à empresa acerca de regulamentação interna, divergências geoespaciais, entre outras recomendações (PINTO, 2022).

No ano de 2008, esse grupo precursor do Movimento Tapajós Vivo ouviu falar dos projetos hidrelétricos para o rio Tapajós. Com isso, uma equipe viaja até a comunidade São Luiz do Tapajós, na cidade de Itaituba, onde seria construída a barragem. Ao voltarem de lá, essa equipe ficou espantada devido a existência de um projeto do governo sobre o qual a população não sabia de nada. “Passamos a pensar, como vamos fazer para enfrentar? Então começamos a pesquisar, a fazer reunião.”

Nessa época, o foco da luta era a hidrelétrica. O MTV foi para a resistência e fez caravanas pela região, sensibilização, cartilhas e se juntou aos Mundurucus. “Na primeira caravana, nós conseguimos botar 700 pessoas lá na comunidade de São Luiz. Na segunda caravana, nós passamos 1000 pessoas na cidade de Itaituba. E tudo isso com o apoio, nós não temos dinheiro, nós somos aventureiros.”

Edilberto relembra que os governos do Partido dos Trabalhadores que fizeram outras duas hidrelétricas no rio Madeira e que fez Belo Monte. Depois de muita pressão, quando a presidenta Dilma Roussef saiu do governo em 2016, ela arquivou o projeto. “Com a Dilma saindo, na véspera dela sair, ela que estava séria que ia fazer a hidrelétrica. Olha isso! Isso que dói para nós. o nosso próprio governo que a gente está lutando para botar no poder, são eles.”

O complexo do Tapajós foi proposto no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento, criado no segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2007-2010). O projeto integrante do PAC prometia integrar produção de energia limpa e preservação ambiental. Inicialmente, estava prevista a criação de cinco aproveitamentos hidrelétricos na cidade de Itaituba, dois no Rio Tapajós e três no Rio Jamanxim. No Rio Tapajós, seriam construídas as usinas de Jatobá e de São Luís do Tapajós, esta última com o maior aproveitamento hidrelétrico entre todas (MREI, 2009).⁴

⁴ Sobre o documentário produzido pelo Governo Federal, o Movimento Tapajós Vivo faz o seguinte comentário: “Um vídeo bem-produzido que teria sido distribuído em dezenas de embaixadas brasileiras para dizer que a

O Ministério Público Federal elaborou o documento “O projeto da Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós e as violações aos direitos do povo indígena Munduruku”. Esse documento, assinado pelo procurador federal Luís de Camões Lima Boaventura e pelo assessor jurídico Rodrigo Magalhães de Oliveira, foi entregue à relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os direitos dos povos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, em reunião em Altamira (PA). No documento, é destacada a ameaça direta do empreendimento ao povo Munduruku e às comunidades tradicionais de Montanha e Mangabal e de Pinhel, além das comunidades afetadas indiretamente. Quanto aos impactos previstos, são citados: aumento de conflito fundiário, invasão de terras indígenas, diminuição da pesca e da caça, deterioração da autonomia alimentar e transmissão de doenças infectocontagiosas (BOAVENTURA; OLIVEIRA, 2016).

No início das discussões sobre a criação das hidrelétricas no rio Tapajós, um grupo de pessoas começou a se reunir para estudar o plano do governo federal. Ainda em 2009, esse grupo foi até a comunidade de Pimental, onde seria construída a barragem de São Luiz do Tapajós para participar de um encontro com moradores, indígenas Munduruku, lideranças de outras organizações e representante do MPF. Era o início do Movimento Tapajós Vivo (SENA, 2014).

Em janeiro de 2012, presidenta Dilma Roussef, cria a medida provisória nº. 558 que alterna o limite de sete unidades de conservação para viabilizar a construção das usinas hidrelétricas. Nesse ano, foram realizadas manifestações públicas em Santarém organizadas pelo MTV e audiência pública na UFOPA. Contudo, as duas caravanas idealizadas pelo MTV nos anos seguintes são consideradas, pelo próprio movimento, como os acontecimentos de maior valor interno e externo (SENA, 2014a).

A primeira caravana ocorreu em 2014, no dia 27 de novembro, na comunidade ribeirinha de São Luiz do Tapajós. A ação político-religiosa que contou com a presença de quatro bispos da Amazônia, reuniu 700 pessoas de diferentes organizações (SENA, 2014b). Já a segunda caravana, ocorreu entre 26 e 28 de agosto de 2016 na cidade de Itaituba e reuniu cerca de 1.100 pessoas. Nesse segundo evento, foi comemorado o arquivamento da licença ambiental que autorizava a construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós (FARIAS, 2016).

Ao longo desses anos, o movimento foi descobrindo e tomando consciência de que o problema é uma disputa do território mais ampla, não só a questão das hidrelétricas. “A hidrelétrica estava em função de uma outra coisa. Nós fomos dando conta e entrou a questão logística dos portos do Tapajós, o agronegócio, aí o garimpo. Aí continuou nessa luta de como vamos defender a bacia do rio Tapajós?”

Além dos três rios, Tapajós, Teles Pires e Juruena, compõem a Bacia do Tapajós os seus afluentes como o rio Arapiuns. A Bacia do rio Tapajós possui uma extensão de quase 500 km² sendo uma das cinco maiores sub-bacias do sistema Amazônico. Ela atravessa os estados do Pará, do Amazonas e do Mato Grosso, conectando os biomas do Cerrado e da Floresta Amazônica (ROCHA *et al.*; 2022).

No Brasil, a lei 9.433/1997, instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, o SINGREH. Dentre os entes do SINGREH, os comitês de Bacia Hidrográfica, previsto nos artigos 33, III, 37 e seguintes, constituiriam o “parlamento das águas”, espaço no qual pessoas com diferentes ideias discutem sobre o interesse comum, qual seja, o uso das águas (Governo Federal, 2022). Um dos aspectos interessantes nesses comitês é que sua composição não se limita a divisão política-administrativa dos Estados e municípios, pois sua abrangência é definida pelos limites geográficos de cada bacia.

A bacia hidrográfica do Rio Tapajós vive, há anos, sob constantes ameaças, seja pela construção de barragens, portos, hidrovias, entre outros empreendimentos. No início de 2021, a contaminação do rio por mercúrio devido à forte presença do garimpo ilegal ganhou destaque e despertou a preocupação de diversos segmentos da sociedade e do poder público (Jornal Nacional, 2022). No dia 20 de maio de 2022, o MPF promoveu, em Santarém, audiência pública para debater os impactos do mercúrio da bacia do Rio Tapajós. Nesse evento, foi criado um fórum para discutir continuamente a questão (MPF, 2022).

Para Edilberto, o Tapajós é um foco sério dentro da Amazônia, tanto pelo garimpo quando pela logística dos portos. Ele destaca que entre as cidades de Santarém e Itaituba existem cinco portos e mais sete em construção. Em relação a Santarém, ele faz referência ao porto da Cargill. “Chega as carretas do Mato Grosso, 800 mil carretas. Vão chegando e se agasalhando para poder descarregar, aí joga em cima de balsa. Cada balsa, 1500 toneladas, eles emendam 6 balsas e botam num rebocador e aí veem descendo o rio.” Ele questiona: “Tu já imaginaste, mano, o perigo para quem está pescando no Tapajós, o perigo para quem vai de canoa navegando, o perigo para quem vai na lancha, tudo isso aí?”.

Edilberto classifica o MTV como um movimento positivamente anárquico. “A gente é horizontal, a gente não tem hierarquia, a gente não tem estatuto, nesse sentido nós somos anárquicos. E vivemos que nem japim na cara dos outros. Mas, fomos estruturando, convidamos outros movimentos para participar.” No começo, as parcerias foram realizadas com o STTR e o GDA. Atualmente, são seis os membros do MTV. “Esse é o Tapajós Vivo, um jikitaiazinha”.

Outra ação do MTV, segundo Carlos, é o projeto Tapajós Solar realizado com parceiros como o Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Ambiental do Brasil e a Cáritas Nacional. “É um projeto que tem uma visão mais política da energia sustentável que se contraponha a questão energia hidroelétrica. A gente conseguiu esse financiamento para fazer a instalação desses módulos solares daqui de Santarém.” Foram contempladas organizações tanto na zona urbana de Santarém e de outras áreas como na Flona.

No dia 27 de março de 2023, foi publicada a lei municipal 21.903. Essa lei foi proposta pelo vereador Carlos Martins, a partir do diálogo com o Movimento Tapajós Vivo, dispõe sobre a implementação de painéis solares fotovoltaicos nas escolas da rede pública municipal de Santarém. Após o projeto de lei 395/2021 ser aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal, o prefeito Nélio Aguiar o vetou. O veto foi derrubado em nova votação na Câmara.

2. 8 Quilombolas

O senhor Mário de Souza é, atualmente, um dos coordenadores da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém, a FOQS. “Eu moro no quilombo de Murumuru, mas eu nasci no São Benedito de Itiqui que é uma área que tem próxima dos territórios. Eu fiquei residindo entre Murumuru, Tingu e São Benedito durante muitos anos e, com 15 anos, eu tive que sair.” Ele morou nos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais e, há 10 anos, regressou para o Estado do Pará. Sua trajetória na federação começa quando se tornou presidente da Associação de Remanescentes de Quilombo, a ARQ de Murumuru. Ele exerceu o mandato no quilombo de Murumuru por quatro anos e já está no seu segundo mandato pela FOQS.

O senhor Mário explica que a FOQS coordena 12 territórios quilombolas em Santarém. Desses 12 territórios, apenas um fica na zona urbana do município, que é o Pérola do Maicá. Na área do Planalto, a FOQS coordena os quilombos do Bom Jardim,

Murumurutuba, Mururu, Tiningú e Patos do Ituqui. Já na área de várzea, são os quilombos Nova Vista do Ituqui, São José do Ituqui, São Raimundo do Ituqui, Surubiu-açú, Arapemã e Saracura. “A FOQS surge exatamente com esse objetivo, de coordenar esses territórios com o propósito de trabalhar a coletividade. Ela surge com esse objetivo, há 17 anos atrás, no dia 09 de março. A FOQS completou 17 anos já, completou nesse ano”.

As reuniões da FOQS ocorrem às segundas-feiras, na sede do município de Santarém-PA. “Toda segunda-feira nós estamos aqui reunidos na federação para pegarmos as demandas, fazer os encaminhamentos para quem de direito for.” Participam dessas reuniões os presidentes e as presidentas das ARQ’s de cada território. O senhor Mário destaca a presença das mulheres na atual gestão. Dos 12 territórios, 8 são presididos por mulheres.

Atualmente, a gestão da FOQS tem atuado em diversas pautas, para além da questão da titulação territorial. “A FOQS, durante muito tempo, trabalhou muito o lado da titulação territorial. Ela tinha isso como carro chefe. Mas hoje em dia, essa nossa gestão, nós entendemos que a titulação é uma prioridade, mas a gente precisa desenvolver umas outras coisas”. O senhor Mário destaca, ao menos, três importantes projetos desenvolvidos atualmente pela FOQS: Omulu, voltado para a saúde quilombola; Kizomba, que trabalha a questão cultural; e a Copa Quilombola que incentiva a prática esportiva. Ele ressalta ainda a grande participação da juventude nessas frentes de trabalho.

A FOQS possui dois representantes na Divisão de Educação Escolar Quilombola (DEEQ) da Secretaria Municipal de Educação. No nível estadual, possui parceria com a Malungu, que é a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará. Nacionalmente, a FOQS é parceira também da CONAQ, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

O censo realizado em 2022 foi o primeiro a incluir perguntas para identificar pessoas que se autodeclararam quilombolas e contabilizou uma população de 1,3 milhão de pessoas. Mais de 30 % dos quilombolas brasileiros vivem na Amazônia Legal, o que confirma que essa diversa região também é negra. Apenas 12,6 % dos quilombolas brasileiros vivem em territórios demarcados (GOMES, 2023).

O Pará é o quarto estado brasileiro em termos de população quilombola de acordo com o último censo realizado. Na cidade de Santarém, 4.363 pessoas se declararam quilombolas, o que representa cerca de 1,31 % da população de cerca de 32 mil habitantes. A cidade vizinha de Oriximiná é a que tem a maior população quilombola da região oeste do Pará, cerca de dez mil pessoas que representam 13,8% da população total do município (VIEIRA, 2023).

Dos 12 territórios quilombolas em Santarém representados pela FOQS, em 2019, apenas Surubiu-Açu ainda não tinha sido regularizado pelo Incra, embora a comunidade já tenha sido certificada pela Fundação Palmares (BORGES, 2019). Essas comunidades quilombolas estão localizadas no bairro Pérola do Maicá, nas áreas de várzea ao longo do rio Amazonas e na terra firma, região do Planalto Santareno. Seus moradores vivem da pesca, da agricultura familiar e da pecuária em escala (SARMENTO, 2019).

2.9 Grande Área do Maicá

Diana Maria é moradora do bairro Uruará. Faz parte da coordenação da Pastoral da Juventude e, atualmente, tem ajudado a construir o projeto “Encantos do Maicá” de Turismo de Base Comunitária (TBC) junto à associação de moradores do bairro Pérola do Maicá. “Eu moro no bairro Uruará desde que me entendo por gente, mas a minha descendência, as minhas raízes, são da região do Tapará. E aí meus pais vêm [para o bairro] na perspectiva de estudar, aquela coisa né, parece que para melhorar a perspectiva de vida, tem que vir para a cidade.”

Ela inicia sua vida comunitária no seu bairro, na comunidade São João Batista, quando passa a entender que a sua casa é mais coletiva. Dentro da comunidade, começa a fazer parte da CEB e do grupo jovem, quando conhece a Pastoral da Juventude. “A pastoral da juventude tem a sua ação pastoral de cunho social. E aí a gente começa a refletir dentro da perspectiva aqui da nossa região, quais são as mazelas, as nossas dificuldades, os nossos enfrentamentos. E aí uma das pautas, foi a questão do Lago [do Maicá].”

Ela nos conta que desde 2016, a pastoral vem fazendo essa reflexão em relação à ameaça portuária. Em 2017, ela assume a coordenação diocesana da Pastoral da Juventude e o coletivo passa a ampliar a perspectiva e refletir não só sobre a juventude de Santarém, mas dos sete municípios que compõem a diocese. “Como a gente fala, foi um rolê bem doido, desde 2017, porque tu tens que começar a partir da realidade da sua experiência, pensar perspectivas para a juventude de diversas realidades. Não é um negócio fácil não.”

Em 2018, ela começa a fazer a discussão sobre o direito à cidade a partir da UFOPA onde cursa Gestão Ambiental. “A gente fala muito das lutas ribeirinhas e tudo mais, mas assim, foi uma outra perspectiva muito legal, por ser da cidade. E a gente pensou em uma perspectiva de quais são os enfrentamentos de luta dentro da nossa cidade.” Diana também participou do projeto de extensão do NAJUP Cabano que realizou oficinas de direito à cidade voltada para estudantes secundaristas das escolas públicas de Santarém.

Diana considera que é fruto da caminhada de formação dentro da Pastoral da Juventude. “A PJ tem um processo de formação que é muito isso, depois do eclesial a gente visa a militância, olhando o social. Não é à toa que estou aqui na minha região, pensando o projeto, olhando a partir do meu território, da minha realidade, fruto de uma inquietação coletiva.” Ela acredita que, dentro desse processo, não tem como a gente ficar inerte na nossa realidade.

O senhor Zelí faz parte da associação de moradores do bairro Pérola do Maicá. Ele é natural de Minas Gerais e, aos seis anos, foi embora com os seus pais para o Estado do Paraná onde viveu mais de 30 anos numa mesma comunidade. No ano de 1982, ele ingressou no sindicato de trabalhadores rurais, onde permaneceu por três mandatos alternados, e na Pastoral da Juventude. “Na pastoral da juventude, foi o seguinte. Eu comecei na comunidade, depois na paróquia, e depois fui membro da coordenação diocesana, lá da diocese de Toledo. E o trabalho foi bacana também, e acho que ficou frutos desse trabalho, permaneceu alguma de boa”. Em 2005, o senhor Zelí veio para o Pará, na cidade de Óbidos. Ele se mudou para Santarém no ano de 2008 e permanece até hoje no mesmo lugar, no bairro Pérola do Maicá. “Aqui eu conheço pouco, conheço mais só o bairro mesmo.”

Dona Valdeci ou, simplesmente, dona Valda, nasceu na região do Lago Grande e veio para Santarém na juventude. Ela começou sua trajetória no bairro Santarenzinho, na comunidade de Nossa Senhora do Amparo. No Santarenzinho, foi da associação de moradores por dois mandatos. Por questões familiares, precisou se mudar para o bairro Pérola do Maicá. Na época, já fazia parte da Pastoral Social. Ela está na coordenação da associação do bairro desde 2019 e, atualmente, também faz parte do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP). “Nós tínhamos uma necessidade de fazer uma aproximação com os movimentos sociais. Eu escutava muito que os movimentos estavam sem o apoio da igreja. Nós trabalhamos um plano de pastoral que pudesse fazer esse caminho junto com as organizações sociais.”

Ela ressalta que essa aproximação foi um aprendizado muito grande e que, depois que o Padre Guilherme a sucedeu na Pastoral Social já tinha um caminho preparado que ele fortaleceu muito. Nessa época, foi realizada a primeira Romaria da Terra e das Águas, um evento voltado para toda área metropolitana de Santarém com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar num contraponto à questão da monocultura. “Foi um processo bonito, a construção de tudo isso junto com os sindicatos e organizações. Foi demais!”

2.10 Planalto Santareno

Jonielson Silva, conhecido por todos como Júnior, também faz parte da Pastoral da Juventude e, assim como a Diana, tem contribuído para o projeto “Encantos do Maicá”. Ele nasceu em Santarém, mas seus pais e avós vieram do Nordeste. Até os seis anos de idade, morou na comunidade São Benedito na região do Planalto, que fica localizada na Santarém-Jabuti. Atualmente, mora no bairro Vitória Régia. Nessa época, a soja não havia chegado na região do Planalto. Os avós de Júnior participavam de Sindicato. “Então, lá, essa questão do Planalto ainda, não se tinha, aquela questão da soja para lá. Então tinha assim, muita produção, tanto de banana, laranja, abacaxi, macaxeira, farinha.”

Aos seis anos de idade, Júnior se mudou com toda sua família para a zona urbana de Santarém. Durante um período, eles iam e voltavam para a comunidade pela questão da roça, uma vez que o plantio ajudava a mantê-los na cidade. No começo, um amigo da família foi morar em Manaus e cedeu a casa para eles. Eles se organizaram, conseguiram comprar uma casa, mas sempre mantiveram a relação com a comunidade. Contudo, a situação começou a mudar. “Só que chegou um momento lá que não tem, não existe mais essa comunidade.”

Segundo Júnior, os sojeiros saíram comprando todos e seus avós tiveram que vender a casa, num preço bem barato, sendo os últimos moradores a saírem dessa parte do Planalto. “Meu avô foi o último morador a sair de lá, saiu a base já do agrotóxico. Jogaram, ele passou mal, a ambulância foi buscar lá. Era questão de saúde, ficar no meio do veneno, não dá.”

Em 2011, já em Santarém, Júnior começa a se envolver na Pastoral da Juventude e, nesse processo, se aproxima das questões da grande área do Maicá. De 2015 a 2018, por meio da FAMCOS, participa do projeto de cursinho pré-vestibular. Essa experiência contribui para que ele mudasse de área e começasse a cursar na UFOPA o curso de licenciatura em História. “Então, para mim, foi uma experiência gostosa [cursinho]. E, após isso, eu me envolvi um pouco na FAMCOS, e aí, acabei ficando aqui no Pérola.”

A região conhecida como Planalto Santareno compreende as áreas de três municípios: Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos. No Planalto Santareno convivem comunidades de indígenas, de quilombolas e de povos tradicionais. Contudo, há cerca de três décadas, os conflitos fundiários se acirraram com a expansão da monocultura da soja para a região.

No relatório “Agrotóxicos no Planalto Santareno” (2021), organizado pelo padre Guillermo Grisales, são elencadas algumas das consequências do avanço da soja para o Planalto Santarém: expulsão de terra e ameaças; impactos no modelo de agricultura

tradicional; mudança na paisagem; perda das florestas de alimento e do bem viver amazônico; comprometimento da segurança alimentar; impactos na produção da agricultura familiar; extinção de comunidades; elevação da temperatura; desmatamento; impacto sobre os polinizadores; impacto na saúde; exposição aos agrotóxicos; migração para as periferias dos centros urbanos e marginalização (GRISALES, 2021).

Estudo recente aponta que, até os anos 1990, predominava no Planalto Santareno os pequenos produtores rurais e algumas fazendas dedicadas, especialmente, à pastagem. Já a partir dos anos 2000, a agricultura de larga escala e a entrada de sistemas de produção mais intensivos despontaram na região incentivados pela presença do porto da Cargill, pelo baixo preço das terras e pelos incentivos governamentais. Apesar do avanço do agronegócio, a pesquisa também indica as formas de resistência e inovação da agricultura familiar que mantêm um dinamismo crescente em algumas áreas do Planalto Santareno bem como o aumento da produção de frutas e hortaliças (CORTES *et al.*, 2020).

Nesse segundo capítulo, apresentamos os sujeitos coletivos e a suas trajetórias pela cidade de Santarém. A partir dos diversos relatos, começamos a desdobrar os elementos heterogêneos que constituem esse grande coletivo. No próximo capítulo, Tapajós, a ênfase da nossa composição será na cidade de Santarém do presente.

3 TAPAJÓS: DA OCUPAÇÃO TAPAJOARÁ À SANTARÉM DO SÉCULO XXI.

Os povos que viveram em Santarém no passado pré-colonial – guerreiros orgulhosos, artistas sofisticados – deram seu nome ao rio (...) A tradição de lutas dos povos indígenas do Tapajós é conhecida. Orellana e Carvajal foram recebidos ali a flechadas há quase 500 anos. Tomara que essa cultura ancestral de resistência possa impulsionar os atuais tapajônicos no esforço pela proteção do rio e seus habitantes (NEVES, 2015, p.89).

Os estudos arqueológicos têm contribuído para reescrever a rica história antiga da Amazônia, apesar de todo apagamento e destruição que persiste. Pesquisas recentes nos dão notícias de que a ideia de “natureza intocada”, tão presente no imaginário político e cultural brasileiro, deve ser reconsiderada pois, há mais de 10.000 anos, a Amazônia é ocupada por diversos povos (NEVES, 2006).

Uma das características dos primeiros habitantes era a prática da estratégia de exploração que valorizava a biodiversidade que é característica da região: eram pescadores, coletores e que caçavam pequenos animais. Esses povos tiveram o papel muito importante para o processo de domesticação de plantas e para a agricultura (NEVES, 2006). As florestas que recobrem muitos sítios arqueológicos são cocriadas por humanos e não humanos.

A sociodiversidade da Amazônia é percebida na variedade de línguas indígenas de, pelo menos, quatro grandes famílias diferentes: tupi-guarani, arawak, carib e gê. Essa diversidade também é verificada na produção das cerâmicas mais antigas da América do Sul. As cerâmicas tapajônicas, por exemplo, bastante sofisticadas e de tradição incisa- ponteadas, são atribuídas aos povos que viviam no território que hoje chamamos de Santarém (NEVES, 2006).

Essas cerâmicas indicam ainda que a ocupação tapajônica aconteceu entre o final do primeiro milênio da era comum se estendendo até a colonização, no século XVII. Pesquisas arqueológicas corroboradas por relatos de missionários da época, indicam que “a sociedade tapajônica era bastante hierarquizada e que as mulheres tinham um papel político e religioso importante” (NEVES, 2006, p. 68). Para o arqueólogo Eduardo Góes Neves, aos olhos da arqueologia, a cidade de Santarém pode ser considerada a povoação organizada mais antiga do Brasil, uma vez que há evidências de ocupação humana há mais de 7 mil anos na foz do rio Tapajós com o Amazonas e de que sua área urbana tem sido ocupada, continuamente, há mais de mil anos (NEVES, 2015).

Desde o século XVI, outros modos de ocupação foram sendo praticados no território que hoje conhecemos por Santarém, formando um amálgama de assentamentos gerados por diferentes matrizes: indígena, portuguesa e quilombola (GOMES; CARDOSO, 2019). Se o modo colonial de ocupação portuguesa, que expulsou os indígenas para a floresta, tentou reproduzir o padrão de urbanização europeu, os modos indígena e quilombola são muito sensíveis à imposição dos não humanos. Hoje, essa diversidade vem sendo destruída por novos arranjos espaciais voltados para a produção econômica, especialmente, a monocultura de soja (GOMES; CARDOSO, 2019).

Nesse segundo momento da nossa composição, queremos tecer mais algumas redes que compõem a cidade de Santarém do presente. O título “Tapajós” refere-se a um dos rios que forja essa cidade. Como ressaltado por Taynara Gomes e Ana Cláudia Duarte Cardoso, “A localização e a proximidade com o rio foram fatores determinantes para a estruturação do espaço de Santarém, pois, à medida que a malha urbana se afasta do rio, as características mudam” (GOMES; CARDOSO, 2019, p.11). Com esse título, resgatamos também o passado dos povos dessas terras e dessas águas que eram ocupadas muito antes de 1661, quando foi fundada a “Aldeia dos Tapajós” por João Felipe Bettendorf, ou ainda 1758, quando Santarém foi elevada à categoria de vila, recebendo o mesmo nome da cidade portuguesa.

3.1 Verticalização

Thiago, da CJP, descreve Santarém como uma cidade sem igual para morar. “Pra mim, sair de Santarém para morar, só se for um vento muito forte pra me levar daqui. Aqui é minha casa. Eu estou vendendo meu peixe porque eu moro aqui. Mas eu consigo em 5 min de moto, no máximo, ir numa praia.” Thiago valoriza o fato de que se quiser ir numa praia de bicicleta, ele consegue. E numa praia boa. Ele pode ir andando de casa ver o pôr do sol na orla, coisas que, em Santarém, são muito básicas para seus moradores. Ele avalia que Santarém não é um lugar violento e que ainda é um lugar aconchegante, acolhedor e que dá para viver bem.

Ele se diz privilegiado por conseguir se locomover na cidade de moto e de carro, o que garante o seu acesso aos lugares que Santarém tem para oferecer. “Eu consigo ir em lugares como praia do Maracanã, na praia do Juá, na praia do Pajuçara, na serra do Saubal. Eu consigo atravessar a cidade, comprar peixe no Porto dos Milagres, pescadores acabaram de pescar, ainda está na canoa e está vivo.” Esses são, para Thiago, lugares de relacionamento,

mas que a população, de forma geral, tem dificuldade de acessar. O acesso vai depender do bairro onde se mora.

A família de Thiago veio de Óbidos, município também localizado na região oeste do Pará. Ele relembra que há 32 anos a mãe, dona Dirlene e a tia, dona Zenilda, chegaram em Santarém e moravam numa casa próxima à orla da cidade. “Tá com uns dois meses que eu dei uma volta em Santarém com a minha mãe e a minha tia, que é como se fosse uma mãe para mim. Fazia muitos anos que elas não saiam para dar uma volta na cidade que acolheu elas.” Elas ficaram surpresas com as transformações do local. “É uma rua que as pessoas que circulam por Santarém quase todos os dias vão passar, e elas não passavam por lá há 32 anos. Égua! Como é possível? Elas moram aqui, estão aqui e não conseguem ter acesso aos lugares mínimos.”

Thiago avalia que a sua casa e dos muitos outros que moram na cidade está sendo extremamente modificada, não só as paredes, mas a sua estrutura. Ele avalia que a cidade tem se inchado, se verticalizado e expandido as suas fronteiras de forma muito acelerada. “Eu gosto muito de andar de moto, mas eu ando mais de moto porque é um inferno andar de carro certos momentos. Sei lá, cinco anos atrás você não tinha isso em Santarém. O fluxo de carros é muito grande e aumentou nos últimos cinco anos.” As mudanças têm ocorrido também no padrão de vida dos santarenos. “Tem mudado o padrão de alguns santarenos, porque você vê, com muita frequência, terem carros maiores, que o valor deles é maior. Há um tempo isso não tinha.”

Uma das recentes transformações apontada por Thiago, foi o prolongamento da avenida Moaçara. “Essa rua ia até a BR 163, mas agora elas resolveram cortar por trás do [residencial] Salvação até encontrar a Everaldo Martins, e lá já está quase toda asfaltada. Isso significa que para trás do Moaçara, que não tinha morada, vai expandir de forma muito acelerada, atrás do Salvação.” Ele acredita que haverá uma nova expansão da cidade por trás da avenida Moaçara, agora asfaltada, e que daqui uns 5 anos, poderemos ter bairros atrás da Moaçara, assim como aconteceu na Avenida Fernando Guilhon.

Thiago prevê ainda que nos próximos anos haverá bairros próximos ao aeroporto novo da cidade, onde recentemente foi criado um centro de convenções. “Bem próximo do Aeroporto está sendo construído um centro de convenções. E isso atrai o setor imobiliário para fazer uma expansão, um espraiamento das terras, das vendas e tudo.” Outra mudança que está sendo discutida na cidade é o asfaltamento da interpraias, uma estrada que dá acesso as comunidades e praias da região do Eixo Forte. “Aí você vai ter o interpraias, vai passar por

umas dez praias. E a galera já vinha comprando terras nesses lugares. Quem vinha comprando terra? A elite de Santarém.”

Uma das coisas que tem deixado Thiago triste, ultimamente, é ir em certos lugares da cidade e não conseguir ver o rio. “Tem uma rua em Santarém chamada Barão de Santarém, a rua onde quase todos os ônibus vão passar. E quando você está no topo dessa rua, você olha pra frente e você vê o encontro dos rios. É como se a cidade te desse boas-vindas.” Um prédio foi construído no local e não é mais possível ter acesso total à vista do encontro entre os rios Tapajós e Amazonas. Ele avalia que isso vai piorar nos próximos anos.

Thiago ressalta que a lógica de Santarém e dos outros municípios do oeste do Pará não é a de viver em prédios. Para ele, essa lógica muito recente de “enjaular as pessoas” em apartamentos e, até mesmo em condomínios, foi implantada. “A lógica de Santarém é de terrenos sejam eles 10x30, 20x40, que as pessoas têm um quintal, geralmente ela vai ter uma mangueira, vai reunir a família no final de semana, assar um peixe, uma carne, falar mal dos outros, o que for. O terreno dela, o quintal dela, é um espaço de convivência.” Além de serem espaços de convivência, os terrenos são produtivos e tem alguma coisa plantada, como horta e frutas, o que favorece uma relação de troca entre quem está na cidade e quem está no interior.

Ele observa que a cidade passou a ter muitos prédios, em especial, construídos pela empresa R Branco. “Volta e meia você vai andar na cidade e você vai ver no topo do prédio um “errezinho” com uma bolinha vermelha. Significa que aquele prédio foi construído por essa empresa.” Segundo Thiago, essa é a principal empresa do setor imobiliário de Santarém e que tem comprado muitos terrenos. “Esses apartamentos são vendidos para pessoas que não são de Santarém, na grande maioria das vezes. Ou se não, quando é para Santarém, para a elite financeira de Santarém e, em certa medida, intelectual, dependendo, a galera do campo intelectual tem grana.”

Dona Valda, da associação de moradores do bairro Pérola do Maicá, também observa a maior presença dos prédios na cidade. “Estou aqui na cidade desde 1986, 1987. Você vê uma realidade da cidade para hoje. Hoje cedo eu escutei, a cidade horizontal e a cidade vertical. Nessa história toda, é como um risco de perder a identidade, parece que não é mais a gente.” Ela ainda avalia que os moradores do Pérola do Maicá não têm condições de morar em prédio porque os quintais fazem diferença na vida das pessoas.

Hoje eu conversava com uma senhorinha ali na outra rua e ela dizia:
-Eu morava ali no Jutaí, na rua tal e tal, mas lá não tinha quintal. Aí a mulher trocou com esse daqui pra nós. Olha, e agora nós já fez uma puxada!
Vê como aquilo faz diferença para ela? Isso é a vida da gente, não tem como você morar em outro espaço.

A presença de novos empreendimentos imobiliários na cidade de Santarém não passa despercebida pelos moradores da cidade. O mercado imobiliário anuncia que é chegada a hora da verticalização da cidade de Santarém (OIMPACTO, 2013) e os seus entusiastas avaliam que o adensamento é uma alternativa à limitada expansão da cidade devido à presença dos rios e das áreas de floresta (Pará Web News, 2022). Contudo, a verticalização não pode ser dissociada das novas dinâmicas econômicas na região (GOMES *et al.*, 2017).

A pressão pela verticalização repercute nos processos legislativos da cidade. Em 2017, durante a revisão da lei de parcelamento uso e ocupação do solo (LC 07/2012), que ocorreu paralelamente ao processo de revisão do Plano Diretor, houve a tentativa de aumentar o número de gabaritos a serem permitidos tanto na região central da cidade como no distrito de Alter do Chão. Na época, sujeitos coletivos se manifestaram contrariamente as alterações propostas por, entre outras consequências, ampliar a verticalização (Terra de Direitos, 2017). O Projeto de Lei Complementar (PCL) 01/2017 foi proposto pelo vereador Antônio Rocha, presidente da Câmara Municipal.

Entre as alterações propostas pelo projeto de lei, destaca-se a mudança do zoneamento do município, ampliando-se a zona urbana para áreas onde já existem condomínios de alto padrão irregulares. O PLC 01/2017 propôs ainda a flexibilização da regulamentação do uso e ocupação do solo permitindo, por exemplo, a atividade extrativista e mineral em áreas de proteção ambiental.

A alteração dos limites dos gabaritos das construções foi uma das inovações mais polêmicas, sendo questionada por diversos segmentos uma vez que permitia a verticalização de grande parte da área central da cidade e, especialmente, da vila de Alter do Chão, principal ponto turístico de Santarém, com edifícios de até 19 metros. Ressalta-se que nessa vila já existem construções iniciadas fora do padrão definido pela legislação urbanística municipal e usos incompatíveis com as restrições definidas pela Lei Complementar 07/2012. Sobre a lei, o vereador Antônio Rocha declarou: “A gente espera que esse projeto venha legalizar aquilo que nós precisávamos. Queríamos construir uma casa, não podíamos, queríamos construir um muro, não podíamos. A prefeitura não dava licença e as pessoas construam por conta própria” (VIERIA; CADETE, 2017).

Destaca-se que o referido projeto de lei complementar, em que pese o impacto das mudanças propostas, foi desacompanhado de quaisquer estudos técnicos que justificassem tais alterações. Esse fato, aliado à ausência de amplo debate participativo que envolvesse a população local, ensejou a Recomendação Conjunta n.º 02/2017 do Ministério Público do Estado Pará, MPPA, de 19 de outubro de 2017, que advertiu ao Município de Santarém que

suspendesse o Projeto de Lei afim de que garantir: a realização estudos técnicos interdisciplinares; a apresentação e execução de um plano de atividades informativas e consultivas com a população; a realização de audiência pública com outras instituições como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, o Instituto de Terras do Pará, ITERPA, a Fundação Nacional do Índio, FUNAI, dentre outras e, por fim, a realização de Consulta Prévia, livre e informada às populações tradicionais atingidas pelas mudanças.

Outra questão que motivou críticas de diversos segmentos da sociedade foi o fato de que a discussão sobre a alteração da legislação urbanística se deu ao largo do processo de revisão do Plano Diretor da cidade iniciado em julho de 2017. Sendo o Plano Diretor o principal instrumento de política urbana, conforme definido pela Constituição Federal no artigo 182, a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo deveria ser alterada à luz desse instrumento, e não o contrário. Essa insatisfação motivou a suspensão da segunda audiência do processo de revisão do Plano Diretor de Santarém, no dia 13 de outubro de 2017. Os sujeitos coletivos de Santarém se recusaram continuar a discussão do Plano Diretor enquanto o PCL 01/2017 não fosse suspenso.

Apesar da recomendação do MPPA e da crítica realizada por diversos sujeitos coletivos da cidade, no dia 12 de dezembro de 2017, em menos de 3 meses da sua apresentação ao parlamento municipal, o projeto de lei complementar 01/2017 foi aprovado como Lei Complementar 11/2017. Embora a articulação realizada entre representantes de diversos segmentos tenha conseguido impedir algumas mudanças, como a construção de edifícios de até 19 metros na Vila de Alter do Chão, a nova Lei passou a permitir a construção em Áreas de Preservação Ambiental, ainda que sujeitas ao Código Florestal. Fato é que a legislação urbanística do município foi alterada em tempo recorde (menos de três meses) e sem qualquer estudo prévio. Além disso, o sentido conferido ao Plano Diretor pela Constituição Federal, enquanto principal instrumento de política urbana, foi esvaziado. Ressalta-se ainda que nem a técnica legislativa foi observada: erros gramaticais, uso inadequado de incisos, parágrafos e alíneas e ressalvas indevidas, como no caso do artigo 44 § 4º, I que já prevê a morosidade do poder público na prestação de serviços de saneamento básico, dentre outros exemplos.

No dia 14 de dezembro de 2017, após a aprovação da lei pela Câmara Municipal de Santarém, foi realizada audiência pública de iniciativa do MPPA com a presença de representante do MPF, vereadores, secretários do governo municipal e sujeitos coletivos. Embora a lei já tivesse sido alterada e o debate, naquele momento, perdido seu sentido participativo, foi ressaltada a não realização de estudo prévio para a alteração da legislação

urbanística e o desconhecimento por parte dos poderes executivo e legislativo dos reais impactos das alterações realizadas.

Estudo de caso realizado em 2018 apontou que, desde 2010, foram construídos 15 edifícios na cidade entre 6 e 30 pavimentos, totalizando 946 unidades habitacionais (BENTES, 2018). No âmbito desse estudo, corretores entrevistados demonstraram ânimo com o mercado imobiliário de Santarém e revelam que esses empreendimentos são voltados para um seleto grupo de pessoas que tem poder aquisitivo para comprá-los como médicos, empresários, juízes e funcionários públicos federais, com renda mínima mensal de R\$20.000,00 mensais, e vindos das regiões centro-oeste e sudeste do Brasil. O Unique Residence construído pela empresa R Branco (R Branco Engenharia, 2023), segundo as informações dos entrevistados, na época, tinha suas unidades mais modestas comercializadas ao preço de R\$780.000,00. Já o triplex do mesmo empreendimento estava sendo ofertado por cerca de 3,5 milhões de reais (BENTES; 2018).

3.2 Soja

Para Thiago, se pudesse mudar a cidade, ele tiraria, além dos prédios, a soja e os sojeiros. “É um grupo que tem modificado considerável a cidade. Eles compram os lugares e fazem sempre uma morada a partir da sua lógica e determinam a dinâmica daquele lugar, porque são pessoas que tem mais poder aquisitivo e dão um pouco a tônica.” Ele relaciona a chegada dos sojeiros ao *boom* dos prédios em Santarém, uma vez que os prédios só existem porque têm pessoas para comprar.

A soja é uma planta ancestral cultivada, originalmente, na Ásia. Considerada um grão sagrado ao lado de outros grãos, sua produção ficou restrita à China por muitos séculos. É no século XX que o Brasil intensifica a produção desse grão tendo a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) um importante agente no desenvolvimento de tecnologias para adaptar a cultura da soja ao nosso país, processo que ficou conhecido como “tropicalização da soja” (EMBRAPA, 2017). O processo de tropicalização da soja consiste na “expansão desse cultivo para áreas situadas entre o trópico de capricórnio e a linha do equador, caracterizadas por terem baixas altitudes” (BARROSO; DA ROSA, 2018).

No ano dia 12 de março de 2022, produtores rurais se reuniram na Fazenda Koch para abrirem a colheita de soja do Baixo Amazonas. O evento foi promovido pelo Sindicato Rural de Santarém (SIRSAN) e, além de produtores e empresas parceiras, estiveram presentes

autoridades do governo estadual, das prefeituras de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos. Entusiasmados, os produtores da região estimavam crescimento de 10% na safra de 2022 (RODRIGUES, 2022).

De acordo com dados sobre a produção agrícola do município de Santarém disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, em 2004, o município produziu cerca de 30.000 toneladas de soja. Passados 15 anos de contínuo avanço da soja na região, a quantidade produzida chegou à marca das 96.000 toneladas em um único ano, 2021 (IBGE, 2022).

Atualmente, a soja tem sido o principal produto das lavouras paraenses. Dados da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca do Estado do Pará, SEDAP, atribuem à soja o “Valor Bruto Estimado de R\$ 6,29 bilhões, representando 47,21% dentre as lavouras, e 23,50% do Valor Bruto de Produção total do Estado para o ano de 2021” (Estado do Pará, 2022).

Além dos sojeiros, muitos profissionais de outras regiões do país têm chegado na cidade por verem uma oportunidade de crescer. “Você tem um grupo bem grande em Santarém que, não vou pegar só as sojeiros para Cristo, pela escassez de algumas profissões, os negócios que têm, as pessoas olham pra isso, vem para Santarém e se instalam.” Para Thiago, Santarém atravessa um processo de modificação da sua elite, antes formada basicamente por fazendeiros. Agora tem pecuarista, sojeiros, o grupo do cultivo de milho, entre outros.

A presença desses grupos, segundo Thiago, aumentou com a instalação da Cargill na cidade. “Quando eles vieram em 2005, veio muito sojeiro para cá porque, se tenho onde colocar a soja num navio, vou plantar mais próximo, não vou descer do Sul para cá. Não vou jogar isso no porto de Santos e subir horas e horas de navio. Vou pegar as minhas carretas e venho para Santarém ou Itaituba”.

Ele avalia que, mesmo com dificuldades, tanto a Cargill quanto a Embraps⁵ têm encontrado muita resistência do povo santareno, o que fez com que muitos sojeiros fossem para Itaituba, cidade localizada no sudoeste paraense. Caso o complexo portuário da Embraps seja criado, Thiago pondera que a cidade vai viver um novo inchaço populacional. “Quando essa galera começou a comprar terra no Planalto, as pessoas que lá moravam precisavam ir para algum lugar. Elas vêm para a periferia. Se você for nas periferias de Santarém, você vai ver. ‘Ah, você morava onde?’ ‘Ah, na comunidade tal’, que não existe mais.”

⁵ O projeto portuário da Embraps será mais bem descrito no capítulo 4.

Thiago ainda projeta que nas próximas eleições o grupo da soja vai eleger o seu primeiro vereador “raça pura”. “Nas eleições municipais de 2020, o candidato apoiado majoritariamente por esse grupo, teve uma votação expressiva. Esse grupo, no último pleito eleitoral, bancou candidatos que hoje estão na câmara dos vereadores, mas quase fazem o seu primeiro vereador de raça pura.” A expressão “raça pura” se refere a um candidato sojeiro, vindo de fora, que já tem domicílio eleitoral na cidade. Mesmo esse candidato específico não tendo sido eleito, Thiago reconhece que os sojeiros têm os seus representantes dentro da Câmara Legislativa. Para ele, isso ficou bem claro no processo de revisão do Plano Diretor e no plano modificado e aprovado pela Câmara.

Um dos desafios atuais para a cidade, segundo Thiago, é derrotar não só o Bolsonaro como também o bolsonarismo. “Santarém é uma cidade Bolsonarista, se tornou uma cidade Bolsonarista. Os movimentos têm se reunido em torno de vencer o Bolsonarismo. Eu diria que isso, indiretamente, é disputa da cidade. Porque esse grupo mais bolsonarista quer uma outra cidade, e a gente quer a nossa.” Ele avalia ainda que, apesar da energia vivida durante o Plano Diretor ter dissipado, ele tem sentido que o grupo de organizações têm tentado convergir forças novamente para derrotar o bolsonarismo.

Edilson, do STTR, avalia a chegada da soja no município no ano de 2002, em especial, na região do Planalto. Para ele, desde então, as coisas foram se acirrando, os conflitos internos com as lideranças, a disputa pela terra, a ganância pela chegada de um desenvolvimento. “A soja, como eles pregam, que vai ter emprego para a comunidade. E os comunitários ali, acabaram se influenciando, vendendo suas terras e vindo para a periferia da cidade.” Edilson destaca que na região da Curuá-Una teve um grande avanço da monocultura e hoje é tudo pasto, área individual. Igarapés foram assoreados e há, ainda, o impacto do agrotóxico no sangue das pessoas que moram nos três municípios da região metropolitana da Santarém, confirmado por pesquisas. Atualmente, existe um fórum do agrotóxico no município de Santarém. “A gente tá no debate sobre o avanço do mercúrio, o avanço do agrotóxico na região e a gente tem participado do fórum e a participação dos sojeiros é muito grande, né. Quando a gente vai falar, denunciar, eles gritam.”

Edilson resgata a história do primeiro assentamento criado na região do Ituqui. Mesmo o povo permanecendo, a disputa pela soja é imensa. “A soja já começou a entrar dentro dos territórios, comprando as parcelas que é individual. As pessoas vão tendo uma ilusão de 50, 60 mil, 100 mil, pega o dinheiro, e vêm para a periferia da cidade.” Ele ainda destaca que, em Ituqui, também já teve muita disputa da madeira. “Hoje, se você quiser madeira para fazer uma casa, não existe mais. Foi grilado, foi desmatado.”

Nos assentamentos Curuá I e Curuá II, entre os municípios de Santarém e Prainha, há também disputa pela madeira. O STTR de Santarém possui delegacia sindical nessas comunidades. “Lá também é madeira. Muito roubo de madeira”. Edilson também destaca a poluição dos rios Curuá-Tinga e Curuá-Una. Nessa mesma região, no assentamento Corta Corda, a disputa de terra coexiste com a imensa produção dos trabalhadores. “Tem muita produção. Tem açaí, tem o cheiro-verde, tem roças, eles criam bastante boi, a pimenta, a terra é muito fértil.”

3.3 PAE Eixo Forte

Em relação ao PAE Eixo Forte, assentamento criado em 2005, Edilson destaca a expansão imobiliária muito grande e a disputa da compra de terras. “Nós não sabemos ainda em que pé vai ficar daqui pra frente com esse assentamento, mas é um assentamento que pra gente fazer resistência não vai ser tão fácil nesse governo que a gente está enfrentando.”

O nome “Eixo Forte” remonta a década de 1980, sendo que a palavra “eixo” se refere a rodovia Everaldo Martins, PA- 457, que dá acesso às comunidades e a palavra “forte” relacionada a união das comunidades (SILVA, 2019). Em 1989, faziam parte da associação de moradores do Eixo Forte, a AMEIFOR, vinte comunidades: Alter do Chão, Juá, Pajuçara, Irurama, São Braz, Jatobá, Andirobalzinho, Santa Rosa I, Cucurunã, Ponta de Pedras, São Sebastião, Ponte Alta, Vila Nova, São Francisco de Carapanari, Santa Maria, Santa Luzia, Santa Rosa II, São Pedro, São Raimundo e Caranazal (SILVA, 2019). Atualmente, o Eixo Forte é um dos distritos rurais de Santarém.

Dentre essas comunidades, a vila de Alter do Chão, um dos atuais distritos rurais de Santarém, é conhecida mundialmente devido a prática turística. Celebrada como “Caribe da Amazônia” devido as suas belas praias de águas claras e areias brancas, a vila de Alter do Chão foi eleita como o melhor destino turístico nacional no ano de 2021 (MAGALHÃES, 2021). Destaca-se ainda sua forte cultura expressa na realização da festa do Çairé, e nos modos de vida dos pescadores, dos caboclos e dos indígenas da tribo Borari.

Em 2003, o município de Santarém criou, por meio da lei 17.771 a APA Alter do Chão. A APA abrange sete comunidades: Alter do Chão, Ponta de Pedras, Santa Rosa, Caranazal, São Raimundo, São Pedro e Jatobá. Na época, lideranças do Eixo Forte criticaram o decreto por abranger apenas parte das comunidades e avaliaram que a APA foi criada mais para satisfazer ao capricho político da Câmara Municipal (RENTE, 2006). Nessa mesma

época, foi iniciada a luta pelo reconhecimento do território indígena Borari de Alter do Chão (Tapajós de Fato, 2021). De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA), o processo de reconhecimento do Território Indígena Borari de Alter do Chão está na fase de identificação (ISA, 2023).

O projeto de assentamento agroextrativista (PAE) Eixo Forte foi criado no ano de 2005 por meio da portaria nº 44 da superintendência regional do INCRA em Santarém. A criação do assentamento foi defendida pelo STTR diante do avanço da soja para a região do Eixo Forte como uma forma de garantir a permanência dos comunitários no local. O PAE Eixo Forte abrangeria, formalmente, dezesseis comunidades: Andirobal, Cucurunã, Irurama, Jatobá, Pajuçara, Ponta de Pedras, Ponte Alta, São Braz, São Francisco do Carapanari, São Pedro, São Raimundo, Santa Rosa, Santa Luzia, São Sebastião, Santa Maria e Vila Nova, sendo que algumas comunidades passaram por processos de desmembramentos e de agregação, como a Nova União (antiga Santa Rosa I) e Santa Rosa II (SILVA, 2019).

Atualmente, os distritos rurais Alter do Chão e Eixo Forte seguem se transformando devido ao avanço da soja e do mercado imobiliário. A pressão exercida por esses segmentos econômicos foi percebida no processo de alteração da legislação urbanística de parcelamento, uso e ocupação do solo. A flexibilização dos usos propostos no âmbito do projeto de lei descaracterizaria a proteção dos outros regimes jurídicos da APA Alter do Chão e do PAE Lago Grande que, em algumas áreas, se sobrepõem.

No ano de 2021, foram realizadas entrevistas com moradores de Alter do Chão e de algumas comunidades do Eixo Forte no âmbito do projeto “Contracartografias” desenvolvido por meio da parceria por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade de Sheffield (Reino Unido) (Contracartografias, 2023). Em entrevista realizada pelo pesquisador Yuri Rodrigues com a indígena Borari Ianny Alves, do coletivo de mulheres indígenas Suraras do Tapajós, ela relata as pressões sofridas durante a revisão da legislação urbanística de parcelamento, uso e ocupação do solo. Na época, ela estava construindo um quarto nos fundos da casa do irmão em Alter do Chão e um fiscal da prefeitura a advertiu dizendo que se não pode construir prédios, também não pode construir uma oca. Ianny ressalta que Alter do Chão está no olho do furacão por ser cercada pela pressão da especulação imobiliária e da gentrificação, pela expansão da soja e pela contaminação do rio pelo mercúrio (RODRIGUES, 2021).

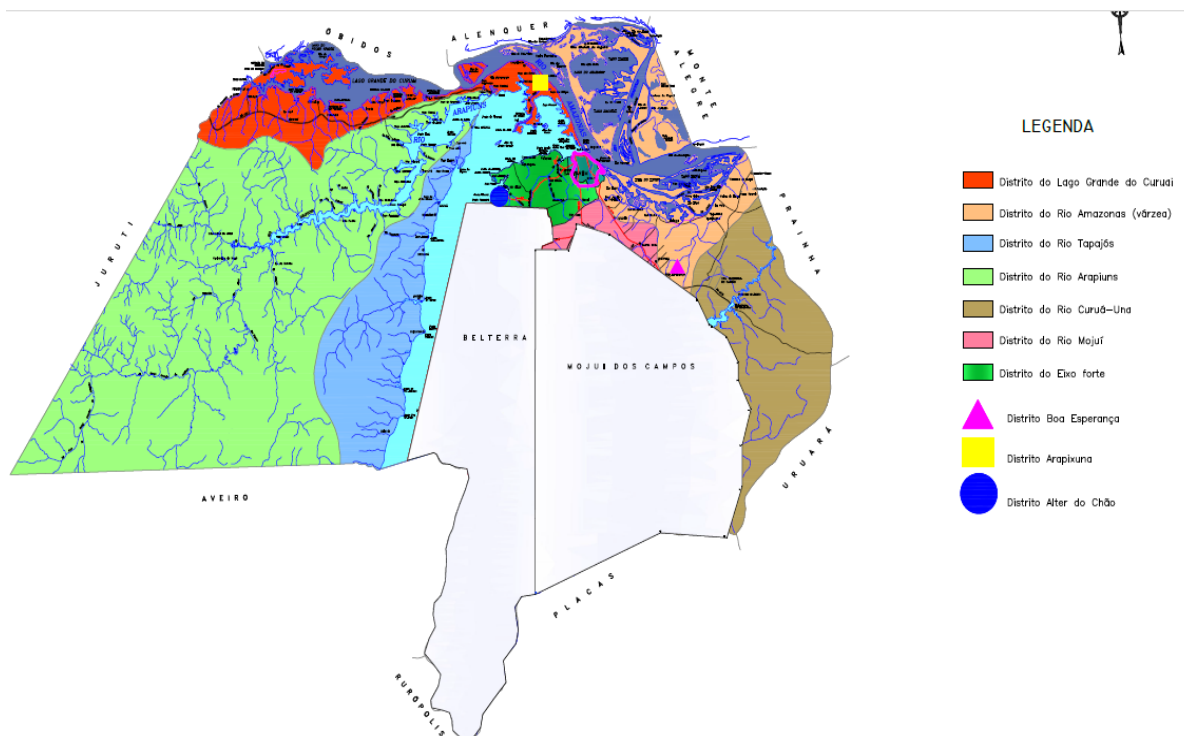
Duque Reginal Souza, liderança comunitária de Ponta de Pedras no Eixo Forte, resgata o histórico de trabalho na comunidade na relação com o turismo comunitário voltado para o artesanato e para o atendimento de clientes nas barracas da praia de Ponta de Pedras. Ele

destaca que a chegada de pessoas de fora tem provocada mudanças nos modos de vida: as casas agora são cercadas, o aumento da poluição sonora de carros e motos, e o aumento do uso de entorpecentes na comunidade (RODRIGUES, 2021).

Na comunidade de Santa Luzia, Ronilson Pedroso Duarte, morador há mais de 20 anos, resgata a história da comunidade que já foi vinculada à comunidade de São Brás. Ele é mecânico e sua esposa é professora, mas nas horas vagas se dedicam à produção de cupuaçu, açaí, taperebá e outros tipos de frutas que fornecem outras rendas. Ele destaca que um dos objetivos comunitários é a realização do Festival do Açaí, que é a principal fonte de renda da associação comunitária. Ele também ressalta as dificuldades enfrentadas pelos comunitários: a questão do acesso à comunidade, a falta de escola e transporte escolar e a precariedade da energia elétrica. Ronilson acredita que, devido a presença do mercado imobiliário, o Eixo Forte deixará de existir, assim como a produção agroextrativista (RODRIGUES, 2021).

Senhor Ladilson Amaral, morador da comunidade Santa Maria, é agricultor familiar e, na época da entrevista, diretor do STTR. Ele resgata que uma das primeiras organizações da comunidade foi a igreja católica e depois o clube de futebol. Em outubro, eles realizam o Festival Cupuçaí e daí criaram a dança Cupuçaí. Ele destaca as dificuldades no âmbito da produção agroextrativista como a falta de incentivo para o melhoramento e para o escoamento da produção, além da falta de energia elétrica que prejudica a armazenagem das frutas. Para ele, o Eixo Forte também está no olho do furacão pela presença das belas praias e dos igarapés, e por estar localizado perto do aeroporto e de Alter do Chão (RODRIGUES, 2021).

Figura 2 - Distritos Rurais de Santarém



Fonte: PLANO DIRETOR DE SANTARÉM, 2018

3.4 Mudanças Climáticas

Para Edilson, à medida que o município cresce, aumenta a fome, a miséria, a precariedade. “Não facilita nada para o lado do pequeno, só para o lado do grande. Então, a gente precisa fazer essa resistência. A Cargill trabalhando aí sem licença, né. Os crimes ambientais acontecem, a gente discute, denuncia, não temos respostas por parte da SEMA municipal.” Ele percebe ainda que o que é construído pelo sindicato não é legitimado. “O prefeito burla, os secretários não dão atenção.”

Edilson cita como exemplo o caso da agricultura familiar que, na sua avaliação, é tratado pelo município com muito descaso, sem incentivo. “A merenda escolar tem que ser 30% garantido, no mínimo, dos produtos oriundos das trabalhadoras e trabalhadores rurais, não acontece.” Ele ressalta que existe uma discussão nacional, a nível de Estado, para que a compra seja feita diretamente, com os trabalhadores entregando na própria escola. “Quem sabe isso aí a gente não vai poder avançar, mas ainda está na mão deles.”

Edilson relaciona ainda o atual momento da agricultura familiar às mudanças climáticas. “Muitos trabalhadores não produziram em 2021, o inverno chegou em outubro,

principalmente nessa área de várzea. Quem desmata não é o trabalhador rural, são as grandes empresas. E as coisas vão ficando...esse calor imenso que a gente está vivendo.” Ele defende a necessidade de fortalecer a agricultura familiar por meio das cooperativas e dos seus produtos como a farinha, o beiju, as hortaliças, as galinhas e aqueles gerados pelo extrativismo para quem vive na floresta.

Desde o final da década de 1980, com a criação do Painel Intragovernamental sobre as Mudanças Climáticas (IPCC) pela ONU, a ciência climática pode confirmar o que antes era uma hipótese: as mudanças climáticas estão, de fato, ocorrendo. Ao longo dos anos, por meio dos relatórios do IPCC, foi reconhecida que essas mudanças são sem precedentes no nosso planeta e que é altamente provável que a ação humana seja a principal causa do aquecimento global. O aquecimento do planeta impacta diretamente na biodiversidade, nos ecossistemas e na produção agrícola, dentre outros aspectos e, quanto maior for o aquecimento, maiores são os impactos (MARENGO; SOUZA JR., 2018).

Na Amazônia, estima-se que de 1949 a 2017, a temperatura oscilou positivamente 0,6 a 0,7 C°, sendo que esse aquecimento teria sido intensificado nas últimas duas décadas. A projeção do IPCC é de que a temperatura aumente 4C° até o final do século XXI e que haja uma diminuição em 40% das chuvas na região. O aquecimento global aliado à mudança do uso da terra, como os desmatamentos, afeta o equilíbrio dos ecossistemas com impactos para toda a América do Sul (MARENGO; SOUZA JR., 2018).

Pesquisas recentes têm acompanhado o aumento da frequência de eventos climáticos extremos na Amazônia, como as secas. A projeção é que, em resposta às mudanças climáticas, a região se torne uma área mais quente e mais seca. Dois períodos de seca extrema teriam ocorrido em 2005 e 2010, sendo este último reconhecido como o mais dramático dos últimos 110 anos (NASCIMENTO *et al*, 2020).

Os eventos climáticos extremos ocorridos na Amazônia teriam afetado o padrão sazonal das variáveis meteorológicas, com alteração da umidade e da temperatura do ar e do saldo de radiação, sendo esses resultados mais evidentes nas áreas de pastagem. Segundo pesquisadores da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e da Universidade Federal de Pelotas (UFpel), esses dados corroboram que as conversões das áreas de floresta, aliadas aos eventos extremos, podem interferir nas variáveis meteorológicas na região (NASCIMENTO *et al*, 2020).

As mudanças climáticas também impactam nas dinâmicas entre as águas e as terras da região. Em pesquisa recente, pesquisadoras da Universidade Federal do Amazonas, UFAM, identificaram transformações significativas em duas ilhas no rio Amazonas, localizadas no

município de Juruti-PA. Por intermédio das percepções de dezessete mulheres cultivadoras em áreas de várzeas, verificou-se perdas irreversíveis no plantio de mamão, mandioca, cacau e banana após intensas cheias que passaram a ocorrer a partir do ano de 2009 (SILVA; NODA, 2016).

3.5 Saúde

Renata Moara, da UES, descreve Santarém, de forma muito afetuosa, uma cidade gostosa de se viver, que as pessoas são genuinamente acolhedoras, ainda que não seja uma cidade tão acessível assim. “Para a gente conseguir ir pro centro, é até que ok, porque sai as linhas dos nossos bairros e tudo mais. Mas se eu quero sair da minha casa que é no bairro de Santana para ir pro shopping, por exemplo, lá para o Rio Tapajós [shopping], esse acesso já está totalmente embaralhado.”

Ela avalia que a infraestrutura da cidade está muito acabada e que nos últimos anos, no governo Nélio, teve uma destruição, um abandono. “A gente tem umas obras feitas, mas que a gente sabe que na primeira chuva vai ser levado todo asfalto, vai ser levado tudo.” Esse abandono não é verificado apenas nas periferias, mas na própria orla.

Renata destaca a questão do acesso à água em Santarém e lembra que no mês de agosto de 2022, estava faltando água em todos os bairros da cidade. “A gente tem sofrido com a questão da água aqui em Santarém. Agora mesmo, antes de vir para cá, não tinha água na minha casa. Acho que a gente tem dado alguns passos para trás na questão. Ao invés de conseguir avançar, a gente tem regredido.” Ela avalia ainda o caso da terceirização da saúde que refletiu numa baixa da qualidade da saúde no município.

Pouco antes do início do processo de revisão do Plano Diretor de Santarém iniciar, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, projeto de lei sobre a qualificação de entidades como organizações sociais (OS) no âmbito do município. A lei 20.222/2017 foi sancionada pelo prefeito Nélio Aguiar em julho de 2017 com ênfase às OS’s dirigidas aos serviços e às ações de saúde, inclusive podendo atuar nas atividades de competência do Sistema Único de Saúde (SUS). A aprovação da lei se deu junto com as promessas de redução de custos para o município e de melhoria do atendimento para a população (OESTADONET, 2017).

A decisão de transferir para organizações sociais da gestão hospitalar do Hospital Municipal de Santarém Dr. Alberto Tolentino Sotelo (HMS) e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) não considerou o Conselho Municipal de Saúde de Santarém. Em carta

aberta divulgada no dia 05 de julho de 2017, conselheiros destacaram que a questão não foi discutida nesse fórum. No texto divulgado pelo conselho, enfatizou-se o tempo breve em que os poderes legislativo e executivo aprovaram a terceirização. O Conselho se posicionou contrariamente à transferência da gestão hospitalar pública para organizações sociais privadas em virtude dos prejuízos para os profissionais de saúde, para a população usurária e para o controle social (O IMPACTO, 2017).

Em março de 2018, o contrato com a organização social que assumiu a gestão do HMS e da UPA, o Instituto Panamericano de Gestão (IPG), foi assinado (CADETE, 2018). Em julho de 2020, o IPG foi substituído pelo Instituto Mais Saúde em virtude das denúncias feitas pelo Ministério Público Federal (MPF) no ano de 2019 de que o IPG havia sido favorecido no processo escolha por meio de chamada pública realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, SEMSA (VIEIRA, 2022).

Contudo, a substituição não se refletiu em melhoria nos serviços de saúde voltados para a população de Santarém e, em julho de 2021, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a indicação n.º 174/2021 para que o prefeito rescindisse o contrato com o Instituto Mais Saúde (CARNEIRO, 2021). Na indicação, destacou-se a falta de medicamentos e a dívida de 15 milhões da referida OS junto aos seus fornecedores, o que compromete a prestação de serviços. No dia 07 de outubro de 2022, o prefeito Nélio Aguiar anunciou que a transição da gestão hospitalar da OS para o município já está em andamento, em virtude de decisão judicial (CARDOSO, 2022). O desfecho desse caso ilustra o fracasso da terceirização da saúde feita às pressas sem a participação, se quer, do conselho municipal que, em 2017, já ponderava os riscos envolvidos na transição da gestão pública para a privada.

3.6 Ocupação Vista Alegre do Juá

Abimael, do CITA, avalia que o processo de conjuntura urbana é muito diferente do desenvolvimento que se vislumbra no seu território. “Eu não gosto da cidade, não porque eu não gosto de pessoas. Eu entendo que a cidade, ela tem uma espécie de desenvolvimento que muitas vezes suprime e vai excluindo. No território, a gente sempre vislumbra o desenvolvimento com a natureza, não sem ela.” Mesmo não gostando da cidade, ele pondera que tem que permanecer nela por vislumbrar um futuro melhor, para que as pessoas possam usufruir um ambiente sadio.

Ele descreve a sua aldeia como o paraíso, mesmo tendo problemas. “Você chegar num local que você consiga entrar num igarapé e tomar um banho, que você consiga ver uma área de mata, que você consiga viver naquele espaço da natureza. O calor é diferente, o ar é diferente, entendeu?” Abimael relata que costuma levar muitas pessoas para a sua aldeia. Antes, ele diz: “aqui você tem uma vida, mas lá você vai viver a nossa vida. A gente precisa de bem material? Precisa. Mas lá você vai ver que é muito diferente.” Segundo Abimael, as pessoas que vão até lá se deslumbram com o contato com a natureza.

Apesar da aldeia ser uma área boa para se viver, ele avalia que é necessário também sair de lá para proteger esse espaço. “A gente vê na aldeia, esses impactos ecológicos. É uma área boa para se viver, mas a gente precisa também sair para proteger aquele espaço. Só lá dentro, a gente consegue proteger internamente. Só que a gente precisa sair para proteger em outros aspectos.” Um desses aspectos, é a defesa do território.

Abimael pondera que algumas transformações têm sido positiva na cidade, como por exemplo, o acesso à saúde em alguns espaços, ainda que forma mínima, fruto da organização do povo que passa a pressionar seus representantes no poder público. Ele percebe que a cidade está crescendo e o fator da habitação, da moradia, tem que ser pensado. “O crescimento da cidade de Santarém, em especial, ele é eloquente porque ela está crescendo, a população está se expandido, o povo está chegando nesse processo diário”

Nesse processo, Abimael critica as áreas grandes na zona urbana de Santarém destinadas ao setor público e que não cumprem função social. “Nós temos aí grandes terrenos da união no centro da cidade que estão ali, parados, que não está apresentando uma servidão ao público. A gente passa ali em alguns terrenos do 8º BEC, você vê um monte de lixão, porque o povo coloca”. Ele observa que, ao mesmo tempo, grandes ocupações estão acontecendo por necessidade de moradia e defende que o poder público veja isso.

Ele destaca ainda a presença dos indígenas em diferentes regiões da cidade. “O município de Santarém é gigante. Nossos indígenas, no município de Santarém estão na área do PAE Lago Grande, estão na área Planalto, estão na área do Arapiuns, na área do Tapajós do outro lado, estão todos por aí.” Ele ressalta também a presença dos indígenas nas periferias urbanas de Santarém.

Na ocupação do Juá, a presença indígena pode ser verificada já na entrada da avenida Fernando Guilhon. O CITA construiu sua sede num dos terrenos da ocupação. “O Juá é um exemplo de domínio das populações tradicionais, indígenas e quilombolas que se encontram nesse espaço”. Ele acredita que vários indígenas estão hoje na cidade em busca de estudo, saúde, trabalho. “Em sua maioria, essas pessoas estão nessas áreas de margem.”

Em 2009, foi iniciado o processo de formação da ocupação Vista Alegre do Juá. A área do Juá está localizada na Avenida Fernando Guilhon, em frente ao Residencial Salvação construído no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), ao lado direito do Rio Tapajós Shopping e ao lado esquerdo do condomínio Cidade Jardim do grupo Buriti, se estendendo até as margens do rio Tapajós.

Segundo uma das lideranças do processo de ocupação, a área foi escolhida por não cumprir função social. Em março de 2011, ocorre a primeira reintegração de posse. Em junho de 2011, o processo de ocupação foi retomado pelos moradores, momento em que se iniciou a segunda fase da ocupação. Nesse mesmo período, foi criada a associação de moradores e consolidado o Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia (MTLM). Em setembro do mesmo ano, ocorre a segunda reintegração de posse. A área foi ocupada novamente em 2014 onde os moradores permanecem atualmente (REIS *et al.*, 2018; PINHO *et al.*, 2019; REIS *et al.*, 2020).

A área é reivindicada, até hoje, pela empresa Sisa Salvação Empreendimentos Imobiliários LTDA., do grupo Buriti. Em 2009, a empresa ajuizou uma ação de reintegração de posse, em 2010, uma ação de atentado e, em 2014, uma ação possessória em face aos integrantes da associação de moradores e do MTLM. Em 2015, foi deferida a liminar pela reintegração de posse solicitada pela empresa no âmbito da ação possessória que, até hoje, não foi cumprida (MATOS, 2018).

Ao longo do processo de ocupação, os moradores, por meio do MLTM, desenvolveram formas de organização e de gestão da ocupação. Na época, o MTLM destinou, dentro da ocupação, áreas comunitárias para a criação de escola, unidade básica de saúde, áreas de lazer e de bosque já pensando na futura construção de um bairro. Pesquisas realizadas pelo MTLM indicavam que, após três anos ininterruptos, em 2017, viviam na ocupação cerca de 3 mil famílias, sendo que em alguns dos 986 lotes “10x30” abrigam mais de uma família (REIS *et al.*, 2018).

Pesquisas realizadas na UFOPA entre 2017 e 2019, buscaram identificar o perfil dos moradores do Juá. Em levantamento realizado junto à cinquenta e uma famílias da ocupação, foi possível verificar que grande parte dos ocupantes entrevistados não têm um emprego formal e possuem renda familiar de até um salário-mínimo. A ausência de condições financeiras para arcar com as despesas de aluguel foi considerada pelos entrevistados como a principal motivação para viverem na ocupação (REIS *et al.*, 2020; PINHO, 2023).

Além de abrigar a sede do CITA, o Juá é uma área ocupada por indígenas que vivem na cidade. Raíra Fonseca, indígena do povo Arapiun, é estudante e moradora do Juá. Em

depoimento ao projeto “Telas em rede”, ela ressalta que no Juá se sente conectada à natureza por ser o ambiente que vivia na aldeia, por ter um rio perto para tomar banho, por exemplo. Ela diz que sente como se o Juá fosse a sua aldeia por lá viver pessoas que também vieram de lá (TELAS EM REDE, 2023).

Localizada na zona oeste de Santarém, o surgimento dessa ocupação está associado às recentes dinâmicas na avenida Fernando Guillon que liga o centro da cidade ao Aeroporto Internacional Wilson Fonseca: a criação do Residencial Salvação no âmbito do projeto “Minha Casa, Minha Vida”, a instalação do Rio Tapajós shopping, a presença dos condomínios residenciais e, mais recentemente, a instalação das redes de supermercados Assaí e Atacadão, além da construção do Centro de Convenções pelo governo do Estado do Pará.

A pesquisadora Mizant Santana do curso de Geografia da UFOPA analisou a produção do espaço em Santarém. Ela observou que, nas últimas duas décadas, há um novo padrão de produção do espaço baseado na valorização da terra urbana, sendo a região oeste da cidade seu vetor de expansão. Sua análise destaca, nesse novo vetor de expansão, a velocidade da implantação de novos loteamentos, a produção de serviços seletivos e a instalação de negócios de maior vulto econômico. Sobre a ocupação Vista Alegre do Juá, Mizant ressalta que ela é resultante do processo expansão urbana, assim como os condomínios seletivos, baseado numa lógica especulativa (SANTANA, 2022).

Estudo recente realizado pelas pesquisadoras da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) Jacilene Rego e Maria Cavalcante indica que, atualmente, vivem no local 5 mil famílias numa área de 235 hectares. Elas consideram ainda que, mesmo sem o reconhecimento formal do poder público, a ocupação já pode ser considerada como bairro devido ao tempo de permanência dos moradores e às proporções geográficas da área (REGO; CAVALCANTE, 2022). Hoje a ocupação conta com linha de ônibus urbana própria (Prefeitura de Santarém, 2020) e, recentemente, tem sido discutida a pavimentação da sua principal via de acesso (MOURA, 2022). Ainda que o prefeito Nélio Aguiar tenha declarado que, por ser uma área consolidada deva ser tratada como bairro, a prefeitura de Santarém condiciona a criação formal do bairro e a instalação de equipamentos públicos à resolução do conflito judicial (VIEIRA, 2021).

3.7 Território Indígena

Abimael afirma que o CITA tem se colocado na figura de proteção do espaço territorial. “Entendemos que o território de Santarém é um território indígena. Constantemente, nós temos feito essas incisões, nós temos visto situações que, sob o julgamento de desenvolvimento, acabam por deteriorar vários sítios arqueológicos de Santarém”. Ele ressalta que a área urbana de Santarém não foi, ela é território indígena, que está submerso a concretos e asfaltos, mas que seu povo continua nesse espaço. A atuação do conselho tem buscado políticas públicas e reconhecimentos para os indígenas que estão na cidade.

Uma das recentes ações do conselho foi o acampamento “Santarém território indígena”, inspirado nos acampamentos “Terra Livre” em Brasília que reúne indígenas de todo espaço brasileiro. “Esse foi o primeiro e nós vamos ter muitos ainda. Temos um vilão que paira, que está sempre aí, o Marco Temporal, na questão do PL 490, e outros projetos de lei que estão tramitando no congresso, que tentam invisibilizar ainda mais a questão étnica dos povos indígenas no Brasil.”

Abimael defende que Santarém precisa do acampamento para mostrar que os indígenas estão aqui. “Nós estávamos na praça São Sebastião onde era uma aldeia. E, pode estar submerso naquelas camadas de concreto, mas nós estamos aqui, nós estávamos aqui para mostrar”. Essa necessidade ocorre ainda porque muitas pessoas fazem comentários racistas, preconceituosos, do ponto de vista que não existem indígenas porque, para ser indígena, tem que ter olhos esticados, cabelos lisos. “Sabe, o povo vem com um estereótipo. E não é isso. Os povos indígenas são diversos, tem uma diversidade étnica gigantesca. Não podemos fazer uma comparação, não tem essa questão de ‘tem que ter DNA’, já ouvi umas falas que vai bem nesse conceito.” O conselho, portanto, além de mostrar que esse espaço é dos indígenas, ocupa as ruas e a praça São Sebastião como cidadãos.

No acampamento, foram discutidas questões sobre territorialidade, educação, autonomia, visibilidade, além de um protesto sobre a questão do marco temporal discutida no Supremo Tribunal Federal, STF. “As organizações indígenas como CITA, como FEPIPA, COIAB, APIB, entre outras do território, apresentaram como ponto inicial os acampamentos locais. Santarém ficou com um acampamento regional”.

Como a discussão foi retirada da pauta de discussão no STF, muitas cidades não fizeram seus acampamentos, no entanto, a coordenadora do CITA incentivou que se

mantivesse a programação. Para Abimael, O acampamento foi positivo do ponto de vista da demarcação territorial. “Demarcar território não é somente plaquear, ou colocar cerca. Muito pelo contrário. É você estar nesses espaços, onde geram bastante conflito, no sentido de que, se a gente não estiver para nos apresentar, dar nosso ponto de vista, a gente sempre vai ser sujeitos da crítica.”

Abimael e outros advogados assessoraram os movimentos presentes no acampamento. “Nós observamos que a noite toda, nós tivemos grandes adversidades de quem não gosta do social. Nós tivemos algumas divergências, mas que a gente conseguiu contornar. Do ponto de vista da questão da demarcação territorial, foi muito positiva.” Para ele, o município passou a ver que tem essas pessoas. “Nós não somos fantasia de quem acha, os povos indígenas estão aqui e vão vir, vão fazer acampamento na praça, na frente da prefeitura, sabe? Onde tiver, a gente vai fazer.”

Outro ponto ressaltado por Abimael foi a questão das burocracias públicas junto às secretarias de meio ambiente, corpo de bombeiros, entre outros. O CITA respeitou todos os procedimentos. “Nós seguimos os protocolos do branco, não de solicitar, mas de informar que nós estaríamos ali naquele determinado período e tínhamos que ter a segurança que é devida a todo cidadão, ter assim como a acessibilidade daquele espaço.”

Hoje, a preocupação do CITA é a questão do julgamento do marco temporal. Para Abimael, existem duas teorias para esse julgamento. “De um lado, o Estado brasileiro vai reconhecer os direitos originários dos povos indígenas, e do outro lado, se ele julgar o contrário, ele vai entender que o Brasil sempre teve o papel de massacre, de colonizador, e que ele vai continuar.” Ele explica que em Santarém não tem espaço de retomada “Aqui, nós estamos hoje lutando em espaço de terras, em territórios nossos habitados culturalmente, que vem dessa linhagem de antepassados. Em outros estados, como no Mato Grosso, temos retomada. O povo foi expulso e agora está retomando as suas terras.”

3.8 Região Metropolitana

Sara ressalta que a atuação da Fase compreende a cidade numa perspectiva territorial. “Compreender a cidade não somente como área urbana, mas nesse contexto mais amplo, que envolve o território como um todo, que discute a relação com o rio, com a floresta. Uma cidade que esteja dialogando com as necessidades da pluralidade dos seus povos.” Ela destaca a atuação da FASE no PAE Lago Grande. “Embora seja uma área rural, tem uma conexão

muito potente com essas pautas urbanas, inclusive nessa perspectiva de dar visibilidade para essa luta.” Para Sara, a cidade é entendida como uma janela que precisa ter para que essas lutas ganhem notoriedade.

Uma outra noção que atravessa o trabalho da Fase é a compreensão a partir da região metropolitana que envolve também as cidades de Mojuí dos Campos e Belterra. Sara destaca a proximidade da Fase com a associação de mulheres agricultoras rurais de Belterra e que não se restringem apenas ao debate do campo, mas também se engajam nos processos relacionados à cidade. “Eu acho que esse é um campo que a gente ainda precisa avançar muito, que é nesse debate metropolitano. Embora Santarém seja oficialmente uma região metropolitana, a gente não tem políticas públicas de cunho metropolitano.” Ela cita o exemplo do debate portuário que poderia estar se dando no âmbito metropolitano. “Em vez de Santarém estar brigando por um porto, Belterra querendo acabar com as praias para fazer um porto, poderia se pensar num porto que tivesse esse caráter regional e fosse feito num local que não tivesse tanto impacto para as comunidades.”

No ano de 2012, o poder legislativo do Estado do Pará criou, por meio da Lei Complementar n.º 79, a região metropolitana de Santarém que inclui, ainda, as cidades de Belterra e Mojuí dos Campos. Essa lei possui apenas dois artigos.

Na Câmara Municipal de Santarém, em 2021, Carlos Martins solicitou a regulamentação dessa lei que, inicialmente, previa em seu projeto, por exemplo, a criação de um Conselho de Desenvolvimento da região metropolitana de Santarém (TOMÉ, 2021). Quando deputado estadual, Carlos Martins foi autor do projeto de lei complementar 01/2010 que propôs a criação da região metropolitana. O projeto de lei complementar contava com 8 artigos que, além do Conselho de Desenvolvimento, previa também a criação de um Fundo de Desenvolvimento para essa região metropolitana.

Pareceres emitidos durante a tramitação do projeto por quatro comissões da ALEPA avaliaram aspectos da proposta de criação da Região Metropolitana de Santarém como a constitucionalidade, as viabilidades financeira e orçamentária e conflito de interesse com os municípios envolvidos. Nos pareceres do deputado Airton Faleiro, que foi relator em duas das quatro comissões, foi avaliado que o objetivo do projeto era, em última análise, promover o desenvolvimento regional a ser alcançado por meio da atuação comum dos gestores municipais e estaduais. A versão desidratada do projeto de lei, com apenas dois artigos, foi aprovada em dezembro de 2011 e sancionada em janeiro de 2012.

Em 2017, a Secretaria de Desenvolvimento e Obras Públicas do governo estadual paraense, SEDOP, publicou um estudo de delimitação da região metropolitana de Santarém.

O relatório foi elaborado a partir das diretrizes do Estatuto da Metrópole, lei federal 13.089/2015. A região metropolitana de Santarém foi criada antes da promulgação do referido estatuto e não atendeu exigências de explicitação da relação entre os municípios que a compõe, de indicação das funções públicas de interesse comuns que justificam a instituição da região metropolitana e de definição da estrutura de governança interfederativa bem como dos meios de controle social (TOURINHO; PINHEIRO; BELLO, 2017).

O estudo da SEDOP afirma a necessidade de revisão da lei que criou a região metropolitana de Santarém por não se adequar ao Estatuto da Metrópole e nem mesmo ao artigo 50 da Constituição do Estado do Pará de 1989. O estudo reconhece que o projeto de lei era mais amplo do que a versão sancionada e que a aprovação da LC 79/2012 não foi precedida de estudos técnicos para, entre outras coisas, identificar se há ou não a ocorrência do fenômeno metropolitano (TOURINHO; PINHEIRO; BELLO, 2017).

O estudo citou apenas dois grandes padrões de organização espacial: o padrão de circulação fluvial (Companhia Docas do Pará e Cargill) e a BR-163 juntamente aos diferentes empreendimentos hidroelétricos regionais. Para verificar se existe fenômeno metropolitano, o estudo analisou interdependência socioespacial dos municípios por meio, por exemplo, da verificação dos deslocamentos diários da população dos municípios de Belterra e Mojuí dos Campos para a sede da região metropolitana de Santarém. Outros aspectos analisados foram em relação às funções públicas de interesses comuns quanto as ações voltadas para o meio ambiente, planejamento, desenvolvimento urbano, transporte e mobilidade metropolitana, habitação, saneamento, educação e saúde (TOURINHO; PINHEIRO; BELLO, 2017).

De acordo com o estudo da SEDOP, a interdependência socioespacial não foi verificada, ainda que exista um deslocamento expressivo de estudantes de ensino superior da cidade de Belterra para Santarém e de trabalhadores da cidade de Mojuí dos Campos para a sede. Quanto às funções públicas de interesse comum, destacou-se que o planejamento continua sendo realizado de forma fragmentada, prevalecendo o interesse municipal, ainda que seja verificada a necessidade de integração, em especial, nas áreas de transporte e mobilidade, e saneamento. Ainda assim, o resultado do estudo ratificou a delimitação da região metropolitana de Santarém nos moldes da LC 79/2012 (TOURINHO; PINHEIRO; BELLO; 2017).

Os limites da institucionalização oficial dessa região metropolitana, possíveis de serem verificados já no seu processo de criação, foram discutidos pelas pesquisadoras da Universidade Federal do Pará (UFPA) Taynara Gomes, Ana Cláudia Cardoso e Kamila Oliveira e pelo pesquisador Helder Coelho. Trabalho publicado em 2017 resgata a figura da

metrópole como um padrão urbano que surgiu no século XX, associada ao processo de industrialização. Ao resgatar o crescimento das cidades da Amazônia impulsionados pelos grandes projetos e pela política de integração nacional, os autores afirmam que estas se consolidaram num outro período da evolução capitalista, prescindindo do padrão urbano da metrópole clássica. As metrópoles do século XXI, por sua vez, geram processos de aglomeração e periferação sem as contrapartidas da estruturação do espaço e de reprodução da vida (GOMES *et al*, 2017).

Quanto à experiência brasileira, os autores apontam que a Constituição Federal de 1988 delegou aos Estados a competência para criar regiões metropolitanas sem exigir contrapartida de oferta de mecanismos institucionais. A mudança constitucional favoreceu a separação progressiva entre o que seriam as metrópoles, fenômeno socioespacial, e as regiões metropolitanas, institucionalidade. Para os autores, a não compreensão imediata dos processos econômicos relacionados à questão metropolitana fez com que os entes federativos, estados e municípios, acreditassem que a institucionalização das regiões metropolitanas favoreceria ao desenvolvimento da região uma vez que os municípios envolvidos passavam a tornar-se aptos a receber investimentos federais específicos (GOMES *et al*, 2017).

Ao tecer considerações sobre a criação da região metropolitana de Santarém, a pesquisa da UFPA aponta que a oficialização dessa metrópole acontece em meio ao surgimento desse novo padrão de metrópole que herda a logística e os dividendos da exploração de *commodities* e que é paraíso da acumulação primitiva para o setor imobiliário global. Essa metrópole é ainda profundamente desigual, palco de violências e conflitos contra aqueles que sempre souberam usufruir e preservar os tesouros dessas terras e dessas águas (GOMES *et al*, 2017). A exclusão das comunidades tradicionais, que nem foram citadas no estudo da SEDOP, indicam que a criação dessa região metropolitana beneficia os grandes agentes capitalistas e perde a oportunidade de aproveitar os potenciais da região no que se refere ao equilíbrio entre o meio natural e urbano (GOMES *et al*, 2017).

3.9 Saneamento Básico

Para Sara, poderia também haver políticas de consórcio entre os municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos para tratar questões comum, como a questão do lixo. “A gente tem o lixo do Perema. Assim como a gente vai para Belterra e na própria margem a gente vê muito lixo acumulado. E a gente não tem políticas sendo pensadas a nível

metropolitano, de pensar um lixão que pudesse atender os três municípios.” Ela defende que é necessário avançar nesse debate para que os municípios ampliem suas perspectivas para além dos seus territórios.

Sobre o lixão do Perema, padre Edilberto ressalta que são depositadas 160 toneladas de lixo por dia, a 13 km da região central da cidade. Ele lembra que a Alemanha se interessou em apoiar a construção de um tratamento de lixo para a cidade e, na época, foi assinado um acordo entre a prefeitura e o governo alemão. A atual gestão do prefeito Nélio Aguiar tem chamado o lixão de ‘aterro controlado’. “Com o dinheiro que ele conseguiu na Alemanha e algum dinheiro que ele conseguiu aqui, comprou algumas motos estreitas para cavar, e aí eles cavam e jogam aquelas 160 toneladas hoje, e depois amanhã tem mais 160, e depois de amanhã mais 160.” Para Edilberto, essa situação favorece que o chorume desça e caia no lençol freático.

E os problemas continuam. “Recentemente, tocaram fogo lá. Aquele fogo tóxico saiu espalhando. E tem comunidades no entorno. Essas comunidades começaram a se incomodar. E aí resolveram fazer uma pressão, tapar o portão da entrada do lixão.” Os comunitários pediram ajuda e o padre Edilberto apoiou como membro da CJP, além do apoio da Gracivane do STTR e da Conceição Menezes da UNECOS. Segundo padre Edilberto, o governo da Alemanha “se aborreceu” e cortou o dinheiro.

Fomos lá para dar apoio. A organização foi do pessoal. Tinha carro de som. E aí, quando chegamos lá, eles:

-Olha! Lá vem o padre.

Aí eu peguei o microfone e comecei a dar corda. Tinha gente da prefeitura lá, puto, porque o caminhão estava parando e não podia entrar. Estava fechado o portão. Aí o rapaz da prefeitura pediu a palavra e disse:

-Olha, eu queria que vocês compreendessem, sabe, a gente quer ver se resolve.

A turma:

-Não, não. Do jeito que está, olha a desgraça. Tá tudo aí e a gente bateu foto. Moral da história. O Nélio Aguiar processou nós três por agitação popular, prejudicando o ritmo da cidade. O juiz fez uma liminar nos proibindo de chegar no portão do lixão. Caso chegássemos lá, seríamos presos os três e pagar 20 mil. Aí a Terra de Direitos disse:

-Nós vamos te defender, vocês três. Aí vamos recorrer para Belém.

Recorreu para Belém e não deu em nada. Então, eu não posso mais chegar no lixão.

O marco legal do saneamento básico brasileiro, lei federal 11.445/2007, definiu em seu artigo terceiro os quatro pilares do saneamento no Brasil: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais

urbanas. De acordo com os dados de 2021 do Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS, 2021), Santarém possui os seguintes desempenhos nesses indicadores:

Tabela 1 - Indicadores saneamento básico de Santarém em 2021

	Rede de Água	Rede de Esgoto	Coleta de Resíduos Sólidos
População urbana atendida	69,09 %	5,62 %	100%
População total atendida	50,61%	4,12 %	85,99%

Fonte: ELABORADA PELA AUTORA COM BASE NOS DADOS DO SNIS, 2021.

Os dados do SNIS consideram uma população total de 308.339 habitantes sendo que 225.869 habitantes vivem na área urbana. Quanto aos indicadores sobre as águas pluviais urbanas, o SNIS indica que Santarém possui uma taxa de cobertura de pavimentação de 43,9%. O indicador de gestão de risco aponta que 6,9% dos domicílios estão sob risco de inundação.

No ano de 2022, o *ranking* nacional do Instituto Trata Brasil situou Santarém na terceira pior posição em relação ao saneamento. Na classificação, são observados os seguintes: acesso a água potável, atendimento de coleta de esgoto e tratamento do esgoto. Desde 2014, Santarém se manteve entre as dez últimas colocações nos rankings desse instituto. A classificação também indica que outras cidades da região norte se encontram em situação semelhante (Trata Brasil, 2021a). Importante ressaltar que o Instituto Trata Brasil, de acordo com informações disponíveis em seu próprio portal é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), formada “por empresas com interesse nos avanços do saneamento básico e na proteção dos recursos hídricos do país” (Trata Brasil, 2023a).

As publicações do Instituto Trata Brasil geram diferentes repercussões sempre que publicadas. Em 2021, na Câmara Municipal, o vereador Erasmo Maia, diante do resultado do ranking, defendeu a participação da iniciativa privada na prestação desse serviço público na cidade de Santarém (Câmara Municipal de Santarém, 2021). Na mídia local, em 2022, foi destacado que, apesar de investimentos terem sido realizados nos últimos longos, estes estão longe do ideal. Ressaltou-se que os moradores da periferia da cidade convivem com esgoto a céu aberto e que os problemas de abastecimento de água na cidade são frequentes (G1 Santarém e Região, 2023).

O primeiro plano municipal de Saneamento Básico do município de Santarém foi criado no ano de 2019 por meio da lei municipal 20.876. Essa lei instituiu a política municipal de saneamento e criou o sistema municipal de saneamento, entre outras providências. No ano de 2022, essa legislação foi revista por meio da lei 21.862. Nessa revisão, a legislação de 2019, baseada especialmente na lei federal 11.447/2007, foi atualizada com base na lei federal 14.026/2020, que é conhecida como o novo marco legal do saneamento básico no Brasil aprovado durante o governo Bolsonaro e que consagrou a meta de universalização do acesso à água e à coleta e ao tratamento de esgoto até 2033.

A aprovação da lei 14.026/2020 foi realizada sob muitas críticas. Deputados e senadores de oposição ao governo da época criticaram a velocidade com que a tramitação ocorreu e reivindicaram que essa discussão fosse realizada em outro momento. Na época, o Brasil e o mundo atravessavam momentos críticos da pandemia do coronavírus. Outra crítica realizada pela oposição era o incentivo à privatização do serviço possibilitada pela nova legislação e seus possíveis efeitos como aumento das tarifas e risco de desistência em regiões com pouca atividade comercial (BETHÔNICO, 2022).

O Observatório do Marco Legal do Saneamento, do Instituto Água e Saneamento, organização civil sem fins lucrativos, levantou dez pontos sobre o novo marco legal. Nesse levantamento, o observatório identificou que o novo marco legal não fortalece os quatro componentes do saneamento básico priorizando os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Para esse observatório, a aprovação do novo marco foi também uma oportunidade perdida para seguir a resolução da ONU que trata o acesso a água potável e ao esgotamento sanitário como direitos humanos. Além disso, o observatório aponta que a regionalização da gestão desses serviços enfraquece o controle social pelos moradores dos municípios, já que a nova lei não prevê instrumentos de participação social (Observatório do Marco Legal do Saneamento, 2023). Já o Instituto Trata Brasil avalia que o novo marco do saneamento gerou esperança para o avanço no setor (Trata Brasil, 2023a) e tem apontado o cenário para investimentos em saneamento no Brasil (Trata Brasil, 2023b).

Ao largo da discussão do novo marco legal do saneamento, o aterro sanitário de Santarém, conhecido como Lixão do Perema, segue recebendo toneladas diárias de lixo (SILVA, 2017). Localizado no km 14 da rodovia Santarém/Curuá-Una, no aterro do Perema são depositados diferentes tipos de resíduos que não recebem tratamento adequado, sendo este local caracterizado pelo Ministério Público Estadual como lixão à céu aberto (COSTA; SALDANHA; MONTE, 2020). Além disso, a gestão do lixão do Perema tem contribuído para a contaminação das águas subterrâneas prejudicando, especialmente, a comunidade do

Perema, situada no entorno do lixão (SILVA; OLIVEIRA, 2014). O lixão do Perema é gerido por uma empresa que, em maio de 2022, foi condenada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará no âmbito de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público estadual a tomar providências sobre o aterro (RIBEIRO, 2022).

3. 10 Praias

Uma outra luta que padre Edilberto considera perdida foi em relação a praia do Maracanã. Durante a pandemia, a prefeitura construiu uma passarela de cimento armado em cima dessa praia urbana, a mais próxima do centro da cidade. “Meu Deus do céu, que estupidez! Só que quando a comunidade quis reagir, já estava fincado. Aí nós fomos dar apoio discutir, barulho e tudo. Mas aí foi, foi, veio a pandemia, está lá aquele monstro. Dá uns quinhentos metros, no meio da praia, uma coisa horrorosa.”

Thiago avalia que o poder público não parou de usar e modificar os espaços durante a pandemia, quem parou foram os movimentos sociais. “Em plena pandemia, o município de Santarém enterrou a praia do Maracanã. Eles queriam fazer uma calçada na praia, ficar igual muitas cidades de fora. Poxa, mas a beleza da praia é a sua coroa branca, entendeu?” Ele estima ainda que a intenção da prefeitura era fazer a mesma coisa na praia Ponta de Pedras, avaliação compartilhada pelo padre Edilberto.

Sobre a praia de Ponta de Pedras, padre Edilberto resgata. “Há uns dois meses e meio atrás, o secretário de administração atendeu, politicamente, aos pedidos dos barraqueiros de Ponta de Pedras. Os barraqueiros queriam melhorar o espaço para poder ganhar mais dinheiro para sobreviver.” Segundo Edilberto, a prefeitura conseguiu dinheiro com o deputado federal José Priante (MDB-PA), atual presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (GABRIEL; AZEVEDO, 2023), e o secretário de infraestrutura planejou e fez um desenho de como seria a melhoria para a praia e para os barraqueiros e levou esse plano para os comunitários. Preocupada com o projeto, a presidente do assentamento Eixo Forte procurou a CJP. Padre Edilberto aceitou participar da reunião com o secretário, assim como professores da UFOPA e do Instituto Federal do Pará, IFPA.

Chegando lá na reunião, meu Deus, tinha umas cinquenta pessoas lá na sala. E lá na frente estava a presidente, estava o presidente da comunidade, estava o secretário e mais não sei quem. Eles disseram:
- Quem quiser falar, pode se inscrever.

E eu me inscrevi. Aí ele mostrou o papel de como ia ser. Ele iria fazer um muro de arrimo e, então, fazer as barracas, depois uma rua asfaltada para passar os carros e o estacionamento bem ali. Aí eu disse:

-Olha só, fazer um muro de arrimo, fazer uma orla igual em Santarém, é prender o rio. Olha Copacabana no Rio, como é bonito lá, lá não tem muro, eles respeitaram o mar. Eles afastaram, aí fizeram a passarela. Olha aquilo como exemplo, a gente podia fazer bem aqui, e deixa o rio vir até onde ele quer. Aí faz para cá uma passarela, não faz muro. E faz aqui as barracas, ajeita as barracas e atrás faz o estacionamento.

Aí Jackson entra depois e confirma, os outros vêm e confirmam. O secretário foi ficando acuado, porque já estava tudo pronto para passar, já tinha vindo o dinheiro. Aí outros apoiaram, apoiaram, aí ficou aquilo. O secretário ficou meio sem graça. E os barraqueiros ficaram brabos porque perceberam que iriam perder por causa de nós. Terminou a reunião, eles marcaram uma outra reunião com os técnicos. Significa que nós iríamos estar fora para decidir o que fazer. Uma semana depois eu vou fazer uma compra de peixe lá no mercadão e encontro o líder que tinha solicitado a melhoria lá, puto comigo.

-Pô, padre, por causa de ti nós vamos perder o projeto.

-Como assim, mano? Eu estava defendendo vocês, cara!

-É, mas aí o secretário está aborrecido e diz que nem vai fazer mais nada, vai levar para outro lugar.

E parece que assim aconteceu.

Padre Edilberto avalia que Santarém deixa de ser um lugar de convivência humana para se tornar um lugar a serviço do capital. Para ele, os prédios de vinte andares são a ilustração do momento mais forte. A cidade não estaria se desenvolvendo, mas sim inchando. “Quem vai morar nesses prédios? O morador nativo? Ele está indo e a cidade vai inchando. As pessoas que vêm do interior e as que vendem os seus terrenos nas áreas mais urbanas estão indo para as periferias. São quatro ou cinco ocupações tipo o Juá no entorno de Santarém.”

3.11 Sítios Arqueológicos

Para Carlos, do Movimento Tapajós Vivo, Santarém está buscando o seu espaço dentro do cenário amazônico. “Esse universo aí traz muitos desafios para a questão urbana. Uma cidade que se esforça para dar essa cara amazônica para a cidade, mas, ao mesmo tempo, quer importar coisas que, muitas vezes, não tem nada a ver com o cenário amazônico.” Ele reflete sobre os muitos problemas sociais e ambientais da cidade que, cada vez mais, está perdendo os seus espaços naturais. “Eu acho que isso é um erro muito grande porque os espaços naturais, eles dão vida a cidade, ainda mais agora que a gente está vivendo essas mudanças climáticas, se a gente perde esses ambientes, isso é muito ruim para a nossa qualidade de vida como cidadãos. E Santarém tem perdido.”

Carlos lista os muitos espaços naturais que Santarém tem perdido: o igarapé do Urumari, o igarapé do Irurá, o igarapé Tucurunã, São Brás, Mapiri o Lago do Juá, perdeu a praia do Maracanã, perdeu Vera Paz, perdeu a Sudan, está querendo perder o Lago do Maicá. “Parece que a cidade vai crescendo e vai perdendo esses espaços naturais. É muito ruim, é muito ruim mesmo. Uma cidade com uma cara amazônica parece que está longe de construir aqui dentro desse cenário do agronegócio, desses empreendimentos.”

Carlos ainda avalia que a cidade poderia seguir outro caminho dentro do cenário amazônico, mas está sendo entregue aos empreendimentos sem a noção de desenvolver uma cidade mais ambiental. “A cidade cresce desordenadamente, as periferias aí, muita gente pobre sem saneamento básico, enquanto o prefeito tenta melhorar a cara da cidade, mas com essa visão de que tem que concretar tudo, tirar o verde da cidade, trocar o verde pelo concreto.” Ainda assim, para Carlos, ao comparar Santarém com outras cidades, aqui você ainda tem uma certa tranquilidade de viver.

Recentemente, a prefeitura de Santarém começou a executar um projeto de construção de um camelódromo em cima do sítio arqueológico do bairro da Aldeia. “No Plano Diretor, esses locais estavam sendo colocados como locais de preservação, que precisavam ser respeitados, e, simplesmente, a prefeitura passou por cima dessa questão. Prejudicou o sítio arqueológico querendo impor a construção do camelódromo lá.” Ele ressalta que a prefeitura não consultou nem as pessoas do curso de Arqueologia da UFOPA e que o Ministério Público precisou entrar com uma ação para que as obras parassem. “Isso estava dentro do Plano Diretor, bem claro lá. O secretário não lê, o prefeito não lê. Eles não estão nem aí para a população, com que está escrito. E vão querendo empurrar as coisas assim, na marra né, como tem acontecido com tantas outras situações aqui em Santarém.” Para Abimael, do CITA, esse caso é um dos reflexos do desenvolvimento a todo custo do. “Nosso prefeito resolveu fazer a construção de um espaço onde é um sítio arqueológico. O poder público ainda precisa entender que o Conselho Indígena, assim como as associações e os sindicatos têm um papel fundamental no gerenciamento desse município.”

A região central de Santarém está localizada sobre um grande sítio arqueológico, o sítio Aldeia. É comum que nos quintais das casas do bairro de mesmo nome sejam encontradas cerâmicas tapajoaras relacionadas à tradição incisa e ponteadada. No local, também é possível conhecer parte da história do período colonial (MUNIZ, 2016). Contudo, Santarém e a região ainda são pouco conhecidas do ponto de vista arqueológico (NEVES, 2006).

Com o processo de crescimento urbano, o grande sítio arqueológico localizado na região central de Santarém vem sendo destruído (NEVES, 2006). No mês de janeiro de 2022,

a prefeitura de Santarém iniciou uma obra numa das praças localizadas na área central mais tradicionais da cidade, a praça Rodrigues dos Santos. A intenção do poder público é construir um camelódromo no local com cerca de cem boxes.

A praça Rodrigues dos Santos, segundo o historiador santareno Wilde Dias da Fonseca, já teve muitos nomes, oficiais e não oficiais. O local onde fica essa praça era ocupado por indígenas Tupaius ou Tapajós, que a denominavam de Ocara-Açu, que significa terreiro grande. Foi nesse local que o padre João Felipe Bettendorf, teria fundado a primeira igreja da cidade dedicada à Nossa Senhora da Conceição. Os nomes extraoficiais foram: Largo das Amendoeiras, Largo do Teatro, Largo da Usina, Praça das Missões, Praça do Congresso e Praça do Cruzeiro. Ao longo de quatro séculos, a praça Rodrigues dos Santos foi denominada, oficialmente, Praça da Imperatriz e Praça da República, refletindo as mudanças políticas nacionais. Em 1927, a praça passou a homenagear o santareno Dr. Manoel Waldomiro Rodrigues dos Santos, nome que permanece até hoje (FONSECA, 2015).

A recente intervenção da prefeitura na praça Rodrigues dos Santos gerou muita repercussão. Foi publicada uma nota do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro – Pará ressaltando a falta de diálogo nesse processo e defendendo o respeito à memória e ao meio ambiente cultural de Santarém (Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro, 2022). Docentes do curso de Arqueologia, Antropologia, História e Geografia da UFOPA elaboraram laudo destacando que, apesar do alto índice de urbanização, continuam ocorrendo achados de vestígios cerâmicos e líticos no local (CARNEIRO, 2022).

Ainda em janeiro de 2022, o Ministério Público do Estado do Pará ingressou com uma Ação Civil Pública com pedido liminar de suspensão das obras. A ação foi fundamentada em informações do Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós, IHGTap, que destaca o valor histórico e cultural da praça e a não observância da legislação para a realização de obras no local. A liminar foi deferida no mesmo mês (MPPA, 2022).

O prefeito de Santarém, em vídeo publicado nas redes sociais, contestou as informações da promotoria de justiça de que a praça será destruída. Segundo Nélio Aguiar, o objetivo da obra é transformar o local em um novo ponto turístico e atender as demandas antigas dos vendedores ambulantes. Ele ressaltou ainda que a praça, atualmente, está abandonada e subutilizada pelos moradores (OESTADONET, 2022). Em fevereiro de 2022, o vereador Carlos Martins propôs um projeto de lei ordinária nº. 174/2022, ainda em tramitação, para declarar a praça Rodrigues dos Santos em Patrimônio Histórico e Cultural do município (TOME, 2022).

3.12 Desenvolvimento

O coordenador da FOQS, senhor Mário, avalia que Santarém tem evoluído muito e desenvolvido bastante. “[Santarém] está numa localização muito boa e é uma cidade muito conhecida. Sempre foi uma cidade muito falada, por causa do rio, do comércio que tem. Santarém tem desenvolvido bastante e não é à toa que é chamada Pérola do Tapajós.” Ele pondera que no Brasil, especialmente na região norte, não se liga muito para a urbanização, mas que o atual prefeito da cidade tem uma outra visão. “Ele saiu asfaltando para tudo quanto é lado, e isso é muito benéfico, isso desenvolve muito mais rápido um município. Nem votei no prefeito aí que é o Nélio, mas assim, ele está fazendo um trabalho muito bom nesse aspecto da urbanização dentro do município.” Para o senhor Mário, a chegada do asfalto obriga as pessoas a melhorarem as suas casas e o município a fazer a canalização do esgoto. “Uma coisa vai chamando a outra.”

Senhor Mário afirma que, dentro dos territórios, as pessoas não entendem que seus trabalhos são importantes para o desenvolvimento de Santarém. “Se você for no centro, você vai ver que a grande maioria do comércio de Santarém é sustentada pelo pessoal interior. Vem os barcos cheio de gente, vem os ônibus cheios de gente todos os dias.” Ele avalia que o município, muitas vezes, não tem essa visão para as pessoas dos territórios. “E a gente acaba olhando para os grandes negócios que o dinheiro não fica por aqui, não se investe aqui, muita das vezes não tem essa preocupação com as pessoas que estão lá.”

Junior, da PJ, enfatiza que Santarém é uma cidade cultural e histórica, que precisa ser cultivada a identidade dela. “Santarém tem muitos artefatos, tem muitas histórias que não foram contadas, é uma cidade em descoberta.” Santarém é também uma cidade turística, o que deve ser preservado, assim como o meio ambiente. Ele avalia que a cidade não precisaria de tantos empreendimentos, tantos prédios, se fosse gerada renda do turismo.

Ele relembra que, há 14 anos atrás, chegou a tomar banho no igarapé na Curuá-Una que cruzava no seminário. “Essa cidade ‘desenvolvida’ não tem se preocupado com essas questões. Aos poucos, vão se aterrando tudo, vão se destruindo, vão se concretando. Esse desenvolvimento de cidade, pra mim enquanto morador da cidade, não é bom.” Ele ressalta que tem ocorridos muitos incidentes nessa cidade “desenvolvida” como alagamentos.

Outro aspecto destacado por Júnior é o desrespeito às áreas de proteção ambiental. “A área de proteção ambiental no Saubal era preservada. Agora não, já começaram a devastar, já

passaram trator em algumas áreas. Ainda é área de proteção ambiental. São leis que existem, mas que não são respeitadas.” Para ele, esse “desenvolvimento” não é desenvolvimento.

Para Diana da PJ, Santarém é diversa dentro do território, diferente do que vê em outras cidades que é uma cidade só. “Cara, acho que dentro da nossa região Amazônica, Santarém é uma diversidade de dinâmicas. Tem a parte urbana, tem a parte do planalto, tem a parte do interior que faz parte da cidade, por que não?” Ela acredita que essa dinâmica específica de Santarém que é o bacana e o desafio da cidade. “E tem a questão periférica, que é um a outra dinâmica, dentro da parte urbana, que a gente não fala muito. E eu acho que isso que é o legal da cidade de Santarém.”

Recentemente, Diana sentiu que seu território também está sendo ameaçado. Moradora do bairro Uruará, tem acompanhado, de perto, a construção do posto de combustível da empresa amazonense ATEM’S. “Eu senti praticamente no quintal de casa a questão da construção do posto lá de combustível. Então, falar dentro da perspectiva do que é o território, acaba sendo muito assim, enraizado, pra gente que mora aqui.” Ela ressalva que, embora se fale muito da questão do Maicá, em especial do bairro Pérola do Maicá, a extensão do lago e a ameaça vai muito além. “Ele pega desde ali no Uruará, Área Verde. Sentir essa ameaça de perto e escutar é muito assustador, sabe? E aí trazer esse instrumento, essa discussão para outras realidades também que enfrentam, para outros territórios de luta, eu acho que é dividir as angústias.”

Padre Edilberto relembra que foram feitas tentativas de enfrentamento a instalação do depósito de combustível da ATEM’s no lago do Maicá, mas sem sucesso. “O pessoal se mexeu, Padre Guilherme ainda pelejou e tal, fomos lá. E está lá, com risco de poluição do rio, de explosão e tudo isso, dentro da cidade. Então, isso é como funciona. Afinal de contas, no Brasil inteiro, o Estado está a serviço do capital, nós somos restos.”

Nesse capítulo, descrevemos mais esse grande coletivo que é a cidade de Santarém. A partir do emaranhado de redes e fluxos que compõem essa cidade, avançamos na nossa composição resgatando no capítulo seguinte, “Boiada”, o processo de revisão do Plano Diretor ocorrido em 2017 e os seus atuais desdobramento políticos e jurídicos.

4 BOIADA: O PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE SANTARÉM-PA

A figura do boi está intrinsecamente ligada ao imaginário brasileiro sendo este considerado um bicho nacional por excelência. Na tradição nordestina temos, desde o século XVIII, a festividade do Bumba Meu Boi até hoje celebrada, cuja origem remonta ao auto do boi. Essa festa tem sua versão amazonense na cidade de Parintins, que incorporou lendas e rituais indígenas, e se concretiza na disputa dos bois Caprichoso e Garantido.

Há alguns anos, o boi também tem sido expressão máxima do agronegócio. No congresso nacional, a bancada ruralista é conhecida como a banca do boi. Na famosa reunião ministerial do governo Bolsonaro no dia 22 de abril de 2020, o então ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, afirmou que era necessário aproveitar o momento da pandemia de Covid-19 para “passar a boiada”. Em outras palavras, ele defendeu que era a ocasião ideal para flexibilizar a legislação ambiental e da área da agricultura tendo em vista a atenção da sociedade e da mídia para a crise sanitária e humanitária (G1 Política, 2020).

Nesse capítulo, avançamos nossa composição ao resgatar o processo de revisão do Plano Diretor de Santarém-PA e os seus atuais desdobramentos. Podemos considerar que, nesse episódio, a Câmara Municipal de Santarém e o prefeito Nélio Aguiar passaram a “boiada” por cima do processo participativo de elaboração do plano diretor. Em favor dos interesses do segmento econômico do agronegócio, o poder público entregou a cidade à soja ao destinar grande parte do território à produção intensiva de grãos e ao ampliar a zona portuária para a região do Maicá. É nesse momento também que os próprios sujeitos coletivos que protagonizaram a aliança em defesa do lago do Maicá avaliam os limites e as potencialidades desse acontecimento.

Figura 3 - Linha do tempo do processo de revisão do Plano Diretor de Santarém-PA



Fonte: ELABORADA PELA AUTORA, 2023.

4.1 O processo de Revisão do Plano Diretor

Thiago resgata a atuação da Comissão de Justiça e Paz no processo de revisão do Plano Diretor. Primeiramente, eles fizeram uma memória de como tinha sido a construção do Plano Diretor de 2006. Na elaboração do plano, Thiago era mais novo e teve pouca participação. Feito esse resgate, a comissão tomou a decisão de participar da revisão. “Sempre depois de algumas assembleias a gente fazia uma reunião para discutir que rumo as coisas iriam tomar. Até que chegou ao ponto da gente se organizar um pouco mais para a assembleia geral de aprovação da minuta [conferência].”

Nas reuniões anteriores à conferência, Thiago relembra que havia certo pessimismo por parte da CJP. “A gente refletia assim: ‘Cara, esse é um momento perdido’ porque a gente notava que os movimentos não conseguiam dialogar, cada um defendendo a sua pauta, e os grupos contrários aos indígenas, aos quilombolas, à lógica e ao modo de vida da cidade, eles estavam mais unidos.” Eles acreditavam que os sujeitos coletivos de Santarém não tinham forças para fazer frente aos interesses do agronegócio.

A avaliação de que era um momento perdido, segundo Thiago, se provou errada após a conferência de revisão do Plano Diretor. “Nós estávamos errados porque a conferência que vai gerar a minuta do Plano Diretor foi uma prova muito séria de que nós podemos articular, tanto é que nós conseguimos vencê-los naquele momento. A guerra não foi vencida, mas aquela batalha nós vencemos.” Para ele, foi dito de forma muito clara para quem chega e quer modificar Santarém que a cidade pode ter pessoas de fora morando, mas que “essas pessoas

devem se inculturar a Santarém e não a cidade se modificar para acolher quem é de fora. Ficou claro que Santarém defendeu seu modo de vida e queria se manter no seu estilo.”

Thiago resgata ainda as dificuldades para que as pessoas pudessem chegar ao local da conferência de ônibus. “No dia anterior, nós estávamos mobilizando recursos para que as pessoas pudessem chegar de ônibus lá. A prefeitura de Santarém ainda modificou o local, e a gente conseguiu saber, e o pessoal conseguiu contornar e ir para a conferência.”

O fato de terem contornado a situação adversa, para Thiago, demonstrou a força da articulação composta pelos diversos sujeitos coletivos. “Para mim, uma coisa que fica daquele momento, é que se a gente consegue articular as lutas e convergir as forças e as pautas, a gente consegue fazer frente àqueles que querem modificar a lógica de cidade de Santarém.” Contudo, para Thiago, quando essa articulação não ocorre, a luta é perdida. “Se a gente vacilar e cada um tocar sua pauta e não conseguir convergir forças, é luta perdida, vai ser sempre luta perdida.”

Os fóruns do processo de revisão do plano diretor, segundo Thiago, foram muitos esvaziados, com exceção da conferência. Para ele, esse esvaziamento ocorre porque não foram viabilizadas condições mínimas por parte do poder público para que as pessoas participassem. “A gente está discutindo algo muito sério. Como é que a gente quer aquela cidade para os próximos 10 anos? Então, no mínimo, nesse município, deveria ser decretado feriado municipal. Eles poderiam ter levado as assembleias para os domingos.”

Para Thiago, o grupo que conduziu o processo não tinha interesse em viabilizar a participação popular. Diante desse impasse, o movimento popular teria outra tarefa de incidir na população para que ela participasse. “Houve pouca participação no processo como um todo. E ainda bem que nós conseguimos na conferência levar. E aí ficou claro o quanto a participação popular é fundamental nesse processo, porque foi decisivo para a gente ganhar aquela batalha.”

Ele avalia ainda que a tarefa dos movimentos sociais de tentar, o tempo todo, que tivesse gente nos espaços de decisão, foi razoavelmente cumprida, em especial, na conferência, ainda que pudessem ter levado mais pessoas. Outra contribuição foi se reunirem para pensar que cidade que a gente quer. “As reuniões que vão se arranjar as articulações para verificar como é que a gente vai ocupar as reuniões, as conferências, elas são reuniões que parecem, num primeiro tempo, muito inocentes, uma reunião boba. Não, aquela é uma reunião de disputa da cidade.”

Ele pondera ainda que, mesmo não externando verbalmente como queriam a sua cidade, o fato de dizer que querem que mantenha a cidade expressa a vontade de que

Santarém permaneça como está “Eu diria que essa foi a principal contribuição que os movimentos deram, de dizer dentro desse processo ‘nós queremos manter o nosso modo de vida e a nossa cidade como ela está no seu modo de vida’. Pode ter melhoria? Pode. O que não pode é mudar a essência da cidade.”

Thiago afirma que é possível lutar pela cidade desde que se consiga convergir forças. “Para mim, apesar de depois da conferência a gente ter levado um golpe da câmara de vereadores, o principal aprendizado é que vale a pena.” Ele confessa que estava descrente que essa convergência aconteceria em virtude das divergências entre os movimentos, mas que a construção em torno do processo de revisão deixou claro que é possível, mas que, para isso, é preciso liderança. Para Thiago, a questão da liderança ficou evidente quando a Sara da Fase passa a liderar esse processo junto aos outros atores. “Tem que ter liderança, ficou claro. E aí não é comandante, é liderança mesmo, entende? Se a gente consegue ter lideranças que consigam transitar entre os diversos atores para convergir forças, a gente consegue fazer frente àqueles que querem modificar Santarém.”

Renata ressalta a participação muito forte do movimento quilombola no enfrentamento ao porto que ficou na sua memória. “Essa questão do porto no lago do Maicá é o que fica minha memória, justamente por essa participação muito grande dos quilombolas que moram ali na área, de colocar que não tinha como ter o porto ali, que o lago é uma base de subsistência daquela população.” Ela ainda resgata a atuação dos movimentos ambientais, indígenas e da juventude. Este último, segundo Renata, contribuiu na questão da mobilidade urbana.

Apesar do movimento social estar muito envolvido no processo de revisão, Renata avalia ainda que houve pouco envolvimento da população em geral. “A maioria da sociedade não sabia o que estava acontecendo, não sabe o que é o plano diretor, que tem que ter a revisão dele, não sabe que pode participar, que pode ir na Câmara dizer que não quer aquilo.”

Quanto a participação do poder público, Renata considera que foi desastrosa e contra a população de Santarém. Ela enfatiza que houve meses de organização, discussões e sistematização para, no final, o processo não ser respeitado. “Chega no momento da Câmara apenas dar a canetada no que a população já tinha discutido e ela vai lá e faz tudo ao contrário, passa o trator. Então, foi uma ação desastrosa mesmo do Poder Público que não representa a população santarena.” Ela resgata ainda a reação dos sujeitos coletivos entre a votação da Câmara e a sanção pelo prefeito Nélio Aguiar. “Teve ato lá na frente da Câmara com a presença dos movimentos de uma forma bastante incisiva, dizendo que tinha que respeitar o plano que tinha sido aprovado durante a plenária, durante as discussões.”

Renata considera a aprovação de um plano diretor diverso pela Câmara Legislativa como uma derrota, apesar da vitória durante a conferência. “Ficamos contentes que íamos conseguir manter a nossa cidade com a nossa cara, sem a invasão da soja, que hoje a gente vê que está cada vez mais presente aqui no nosso município e na região como um todo.” Ela pondera que é importante que os sujeitos coletivos continuem trabalhando pela revogação do plano e por uma revisão antecipada. “Os dados estão aí, de como o nosso rio Tapajós está contaminado, de como essas construções impactam as vidas das pessoas. Eu acho que a gente teve uma derrota, mas que é possível tentar reverter alguma coisa.”

Renata destaca dois momentos mais importantes desse processo: a conferência e o desfecho. O primeiro momento foi na plenária final da conferência, quando os sujeitos coletivos conseguiram aprovar “o plano que a cidade merecia”. “Eu acho que esse foi um momento muito forte, muito emblemático, de mostrar que a luta vale a pena e tem resultados se a gente tem uma construção coletiva.” O outro momento foi quando, no final de 2018, nos últimos dia de atividade parlamentar na câmara, antes do recesso, foi votada e aprovada pela câmara a versão reprovada na plenária final da conferência. “Esse foi um outro momento muito emblemático. A gente fez a luta lá na Câmara, mas que, infelizmente, a gente não tinha a quantidade de vereadores e vereadoras que estivessem no nosso lado e a grande maioria deles votou a favor do plano diretor que nós reprovamos.”

Quanto aos aprendizados, Renata avalia que um deles foi aprender sobre a dinâmica da cidade. O outro aprendizado foi a unidade dos movimentos. “Se a gente constrói as coisas coletivamente, a gente consegue ter avanços, a gente consegue ter uma troca maior.” Quanto aos limites, ela considera que estes estão, justamente, na política institucional.

Ao resgatar o processo de revisão do Plano Diretor, Yuri da Fase destaca que esse foi um processo histórico, mas também que eles começaram a evidenciar os desvios de conduta, de ética e de corrupção dentro do processo de construção de um planejamento da cidade que deveria ser feito com a participação popular. Na época, Yuri participava do grupo de pesquisa “O direito à cidade em Santarém-PA” da UFOPA. “Esses momentos foram sala de aula para me amadurecer politicamente também diante do que estava acontecendo. E foi assim que a minha construção veio sendo feita também como sujeito disso.”

Hoje, ele consegue avaliar que foi um momento histórico porque os movimentos se aglutinaram por uma causa, o que é uma dificuldade muito grande. “O plano diretor foi um marco na história dos movimentos. E aí teve essa representatividade, essa diversidade dos sujeitos, dos movimentos, das bandeiras políticas também ali”.

Um dos aprendizados possíveis para Yuri é o entendimento que a gente precisa das representações nos espaços de poder, mas que a gente não deve se limitar a elas. “Mesmo que a gente garanta essas representações, que a gente não se limite a apenas ao espaço institucional, que a gente crie outras estruturas. Que a gente não fique também sob essas decisões. A gente precisa construir outros espaços aliados à representatividade dentro da Câmara Legislativa.” Mesmo sabendo que o espaço institucional é o ponto final onde é decidido, ele reflete: “Como é que a gente garante minimamente uma organização e uma força que a gente não se limite apenas ao espaço do Estado? Eu acho que a gente teria que fazer uma avaliação nesse sentido, de enxergar outros caminhos que não se limitasse só ao espaço institucional.”

Ele ainda ressalta que aquele foi um espaço de força política muito grande. “Eu acho que o processo do Plano Diretor foi muito genuíno, eu acho que a gente conseguiu alcançar aquilo que hoje a gente está com uma dificuldade muito grande de mobilização, de articulação”. Essa dificuldade, para Yuri, pode ser também em virtude da pandemia, pois tem várias coisas que só estão retomando agora.

Em julho de 2022, aconteceu a Conferência da Cidade. A Fase fez parte da coordenação do evento e Yuri resgata. “Essa conferência foi o “ó do borogodó”. As limitações também se deram muito similar [em comparação à revisão do PD] na construção dessa conferência. Foi a sétima conferência, não teve uma divulgação nem representatividade da participação da população dentro da construção disso”. A fase estava na conferência representando as ONG’s.

Edilson resgata a participação do STTR na conferência. “Nós participamos agora da conferência da cidade, foi muito restrito, ela não foi discutida lá nas comunidades. A participação foi mínima. Nós tivemos aqui os quatro temas, e nós ocupamos como sindicato. Mas a gente viu que não foi uma discussão aberta, ela foi muito fechada.”

Yuri avalia que a construção da conferência foi feita a partir dos interesses do segmento empresarial uma vez que quem ocupa as secretarias do poder executivo são orientados por esses interesses. “Foi mais um cumprimento de um processo, não foi algo que eles queriam que tivesse a participação. Cumpriu uma exigência do que está na legislação. E de lá saiu um conselho, que em alguns locais são vistos como Conselho de Desenvolvimento Urbano, aqui vai ser chamado de Conselho da Cidade.” A Fase tem uma cadeira nesse novo Conselho da Cidade representando, mais uma vez, as ONG’s. Ele resgata ainda o processo de discussão sobre quem iria ocupar as cadeiras desse novo conselho. “A própria discussão sobre quem iria estar nessas cadeiras, principalmente no segmento dos movimentos sociais, teve uns

desvios muito grandes assim, em que um Conselho queria entrar dentro de outro Conselho. Agora está tendo essas estratégias, os chamados Conselhos de Segurança, os CONSEG's." Segundo Yuri, cada bairro tem um conselho de segurança que tem acordos diretos com o poder executivo. E uma das cadeiras destinadas para os movimentos sociais foi ocupada pelo CONSEG do Pérola do Maicá. "Eu ainda não entendo. Como que isso é possível? Porque um Conselho entrar dentro de um outro conselho e ser representante lá é um negócio doido, né? Então, tem todas essas contradições no meio disso". Yuri pondera que se as organizações estivessem mais fortes, como a FAMCOS já foi no passado, esse tipo de situação não ocorreria (AIRES, 2022).⁶

4.2 Ação Civil Pública

Sobre o desfecho do processo, Thiago acredita que os movimentos deram um vacilo. "Nós vacilamos em não fazer frente a isso. A gente sabia que eles estavam do lado dos portos, os vereadores. Mas qual a estratégia que a gente adotou? 'Bora entrar na justiça, tentar adiar isso e fazer alguma coisa'. Essa coisa nunca saiu, nós estramos na justiça." Ele avalia que o que se pode aprender com essa experiência é que não se deve depositar as energias no judiciário, uma vez que o judiciário representa a elite de um local.

Em 2019, foi proposta uma Ação Civil Pública (ACP) sobre o processo de revisão do Plano Diretor contra a prefeitura de Santarém. Thiago resgata que, inicialmente, a ação foi proposta na Justiça Federal. Foi declinada a competência para a justiça comum e foram feitas algumas correções na petição inicial. "O juiz simplesmente sentou em cima do processo e passou um ano. Depois, ele decidiu indeferir a liminar, mandando suspender a validade do Plano Diretor. Inclusive, essa decisão que é desse ano já [2022] é uma decisão muito ruim porque isso cria uma narrativa de que eles estavam certo."

Senhor Mário da FOQS relembra que a federação, junto com o CITA, entrou com uma representação. Ele afirma que a FOQS não é conta o desenvolvimento, mas que ele tem que ser muito bem estruturado. "Nós temos muitas famílias pra dentro, na região de várzea e planalto. E aqui temos um rio que ele corre para dentro. Tudo que se faz aqui na frente, no Maicá, vai afetar para lá. A gente se torna oposição, não ao desenvolvimento, mas a forma que se planeja fazer."

⁶ A 7ª Conferência da Cidade foi realizada nos dias 21 e 22 de julho de 2022.

Em julho de 2022, houve uma decisão no âmbito de um agravo instrumento impetrado pelo CITA e pela FOQS. Nessa decisão monocrática, as organizações conseguiram parcialmente uma nova liminar. Thiago resgata que foram feitos quatro pedidos: 1) Que as comunidades tivessem direito de consulta, porque o Plano Diretor não permitiu que elas tivessem; 2) Que a câmara dos vereadores desse amplo acesso à documentação do trâmite de aprovação do plano diretor; 3) Que o município de Santarém se abstinhasse de emitir autorização para que os portos de instalem; e 4) a anulação da lei aprovada pelos vereadores. “O relator que vai dar a limiar, ele vai narrar numas duas páginas sobre o quanto é possivelmente ilegal esse processo que houve de desconsiderar a vontade do povo de querer a cidade de tal jeito, e um grupo de vereadores querer de outro modo.”

Thiago avalia que, apesar de suspender a construção dos portos, a desembargadora não diz que o Plano Diretor está cheio de vícios, nem vai tocar em nada sobre o direito à consulta prévia, livre e informada dos povos tradicionais. Para ele, a decisão do agravo já informa um pouco da tônica de como vai ser a decisão final. Mas ele também acredita que tem uma coisa na decisão importante que as pessoas estão deixando em segundo plano, que é a disputa da cidade por meio do Plano Diretor. “Esse relator [relatora] vai trazer uma discussão sobre a validade do Plano Diretor construído a partir do Porto. Ele [ela] vai dizer, inclusive, que há um vício, uma ilegalidade, provavelmente, porque ele não pode afirmar, já que só está concedendo uma liminar, que não houve obediência à vontade do povo.”

Edilson, do STTR, avalia que essa decisão foi uma vitória para os movimentos sociais. “Agora, dentro da região do Maicá, a criação dos portos, houve uma lei, uma ação civil pública do Ministério Público Federal que proíbe que o município dê licença para qualquer empreendimento”. Senhor Mário, da FOQS, ressalta que a licença dos portos, por enquanto, está suspensa. “Até que o município coloque as claras como que foi decidida essa situação de tornar a área do Maicá numa área portuária, está suspensa qualquer licença de portos aqui no município de Santarém nessa área”.

Valda, da associação de moradores do bairro Pérola do Maicá avalia que essa é uma reposta positiva para o movimento porque a gente acaba tendo uma esperança e nos anima a continuar lutando por aquilo é direito da gente.

Para a nossa alegria, eu estava lá em Belém no FOSPA, aí a Luísa me chamou e disse:

-Valda, saiu uma decisão contra a prefeitura e a câmara em torno do Plano Diretor. Então, está exigindo que a prefeitura e a câmara deem um retorno de todas as documentações necessárias da aprovação do Plano Diretor sob multa, e a multa é altíssima.

E aí eu fico me perguntando: será que eles vão dar o retorno? Certamente, vão fazer. Não é justo um grupo de vereadores, com o cargo que têm, mudarem um direcionamento de um projeto simplesmente para beneficiar um grupo em detrimento de uma comunidade, uma população toda. Para nós, isso estava claro, muito claro, do que tinha acontecido. E, se de fato hoje, eles têm que se justificar porque tomaram aquela decisão, o que garantiu, o que sustentou eles fazerem aquela mudança, seria importante que fosse esclarecido, assim como a gente também pede esclarecimento dessa questão do projeto portuário.

A partir da decisão desse agravo, Thiago verifica que alguém do judiciário está realmente debatendo o direito à cidade, ainda que de um jeito torto, ainda que não dê em nada. “Foi aberta uma brecha no Tribunal de Justiça do Pará para se discutir o direito à cidade. Que as pessoas que conduzem, um pouco, os processos de revisão do Plano Diretor deveriam se ater ao Estatuto da Cidade, deveriam se ater a vontade do povo.”

A Ação Civil Pública foi criada no ano de 1985 por meio da lei federal 7.347. A ACP é utilizada na defesa de danos morais e patrimoniais causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, a qualquer outro interesse difuso ou coletivo. Mais recentemente, a ACP passou a proteger também contra infrações à ordem econômica, à ordem urbanística, à honra e à dignidade de grupos.

Esse tipo processual pode ser proposto pelo rol de pessoas legitimadas no artigo 5º da lei da ACP. Dentre essas pessoas, podem propor a ACP associações constituídas civilmente a pelo menos 1 ano e que tenha entre as finalidades institucionais a proteção dos bens jurídicos descritos no art. 5º, inciso V, alínea b. Nesses casos, o Ministério Público, se não intervir no processo como parte, deverá atuar como fiscal da lei.

Em abril de 2019, foi proposta pela FOQS e pelo CITA uma ACP com pedido de antecipação de tutela em face do município de Santarém, da União, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, ANTAQ, e da Superintendência do Patrimônio da União, SPU. Essa ação foi proposta no âmbito da Justiça Federal sob o nº. 1001434-09.2019.4.01.3902 com o objetivo de (1) declarar a nulidade do art. 142 da lei municipal 20.534/2018 e das demais normas editadas pelos órgãos municipais, (2) condenar o município à obrigação de não conceder licenças na área do lago Maicá (3) realizar consulta prévia, livre e informada junto às comunidades afetadas pelo art. 142 do Plano Diretor (4) obrigar a Câmara Municipal e o município a apresentar todo registro do processo de revisão do Plano Diretor e (5) iniciar os estudos técnicos na área do Maicá e entorno.

Em decisão de 12 de junho de 2019, o juiz federal Érico Rodrigo Freitas Pinheiro extinguiu o processo sem resolução de mérito e declinou a competência em favor da justiça estadual alegando que não cabe a União e demais entes federativos intervir na legislação municipal em questão.

Já na Justiça Estadual, a ACP foi iniciada em setembro de 2019 sob o n.º 0809090-15.2019.8.14.0051, em face apenas do Município de Santarém. Na contestação, o município de Santarém alegou a ilegitimidade ativa dos autores que, segundo a defesa, não teria comprovado que a alteração no artigo 142 do Plano Diretor os afeta. Justificou que área portuária está pendente de estudo técnico e que a consulta prévia, livre e informada será realizada. Solicitou ainda a formação de litisconsórcio necessário com o Estado do Pará, ente responsável pelo licenciamento ambiental.

A manifestação do Ministério Público do Estado nesse processo apontou que a aprovação de um plano diretor que desconsidera a vontade popular fere o princípio da gestão democrática das cidades e que a redação do artigo 142 sancionado não considerou o direito de consulta prévia, livre e informada da OIT. Outro princípio violado com a alteração da APA do Maicá foi o da vedação ao retrocesso ambiental. O MPPA, representado pela promotora de justiça Lilian Braga, manifestou-se favorável à concessão da tutela de urgência pleiteada pelos autores.

No dia 12 de maio de 2022, o Juiz Claytoney Passos Ferreira da 6ª Vara Cível e Empresarial indeferiu o pedido de liminar alegando que a parte autora não teria elementos mínimos de que tenha havido vício no processo legislativo municipal. Contra essa decisão, foi interposto agravo de instrumento no TJPA sob o n.º 0808298-15.2022.8.14.0000. Em decisão monocrática do dia 27 de julho de 2022, a desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento concedeu o pedido liminar requerido pela FOQS e pelo CITA. Na decisão, a desembargadora afirma que “potencial falta de transparência no processo legislativo, mesmo com a realização prévia de audiências públicas, pode evoluir para o reconhecimento da inconstitucionalidade da norma.” Dos pedidos realizados inicialmente pela FOQS e pelo CITA, foram acolhidos os que dizem respeito às autorizações para construções portuárias na área do Lago do Maicá e à transparência do processo legislativo de revisão do Plano Diretor.

4.3 Candidaturas Coletivas

Depois da articulação em torno do processo de revisão do Plano Diretor, Thiago avalia que eles deixaram a energia esfriar e não conseguiram levar a luta mais para frente. Mas as candidaturas coletivas que disputaram as eleições municipais de 2020 vão surgir daí. “Égua, a gente consegue se reunir, a gente consegue dialogar, a gente consegue fazer frente. Muitas falas ‘bora fazer alguma coisa mais juntos?’ vão surgir dali.”

As eleições municipais de 2020 foram atravessadas pela pandemia de Covid-19. Nesse pleito atípico, duas candidaturas coletivas disputaram as eleições para a Câmara Municipal com bandeiras que também estiveram presentes no processo de revisão do Plano Diretor. As duas candidaturas coletivas foram propostas no âmbito do PSOL.

Uma das candidaturas protagonizada por jovens da periferia e da zona rural de Santarém teve como principal bandeira a defesa do Bem-Viver. Thiago, Darlon, Diana e Sandrielem formaram, com seus nomes e corpos, o Puxirum do Bem Viver. Esses jovens compartilham vivências na Pastoral da Juventude e nos Guardiões do Bem Viver (ALMEIDA, 2020a).

A outra candidatura coletiva foi formada por quatro mulheres amazônidas: Alessandra Caripuna, Claudiane Lírio, Tati Picanço e Luana Kumaruara. Essa aliança entre mulheres indígenas e quilombolas reforçou a defesa dos territórios aliada à luta pelos direitos das mulheres (ALMEIDA, 2020b). A bancada vozes amazônidas obteve 882 votos e o Puxirum do Bem Viver 878 votos.

4.4 Agronegócio

Edilson, do STTR, adverte que o Plano Diretor aprovado valida a expansão da soja. “O plano Diretor é um instrumento que valida a expansão da monocultura da soja para o PAE, PA, PAE Eixo Forte e PAE Lago Grande. Está dentro do Plano Diretor. Como é que a gente faz essa resistência na defesa do território?” Ele ressalta que houve uma violação do direito, pois o plano discutido pela população foi distorcido e aprovado sem a presença da sociedade civil e dos movimentos sociais. “No calar da noite, a gente foi violado no nosso direito. E cada dia a gente aprende. Mas a gente não tem que dormir para isso, para esses grupos

contrários, que querem lesar os nossos direitos. A gente sabe que se a gente não unificar, os nossos direitos serão violados.”

O antropólogo Caio Pompeia apresentou em seu trabalho “A formação política do agronegócio” um perfil aprofundado do segmento político e econômico mais influente do Brasil atual, o agronegócio. Sua investigação remonta a origem do “agrobusiness”, termo criado por acadêmicos da Universidade de Harvard nos Estados Unidos nos anos de 1940. Esse termo foi usado para se referir a soma de todas as operações envolvidas na produção e distribuição de alimentos e fibras (POMPEIA, 2021).

Pompeia destaca que o termo, não por acaso, surgiu na escola de negócios de Harvard, e não de agronomia. Desde sua origem, foi difundido mesmo sem explicações metodológicas, que o agrobusiness seria responsável por 40% do Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos e pelo mesmo percentual dos empregos. Para o antropólogo, esses argumentos macroeconômicos apoiados em “estatísticas” nunca mais se descolaram da narrativa do agrobusiness sendo que, décadas depois, foram reproduzidos no Brasil (POMPEIA, 2021).

Outra estratégia narrativa desse segmento econômico foi ter associado o agronegócio à política alimentar de escala mundial, o que levou seus entusiastas do campo estatal a encorajar os agentes do agrobusiness a atuarem numa guerra contra a fome. A noção de “revolução verde” também foi empregada para nomear os ganhos de produtividade em países “em desenvolvimento” a partir do uso de novas tecnologias como novas sementes, fertilizantes e agrotóxicos (POMPEIA, 2021).

No Brasil, de acordo com as investigações de Caio Pompeia, a inserção do conceito de agrobusiness é precedida pelo debate relacionado aos temas agrário e agrícola. Enquanto a questão agrária dizia respeito às transformações nas relações de produção, a questão agrícola se dedicaria aos aspectos relacionados às mudanças da produção em si. No âmbito desse debate, destaca-se a discussão sobre a reforma agrária que foi interrompida em 1964 pelo golpe militar (POMPEIA, 2021).

A partir dos anos 1970, a noção de agrobusiness passou a ser mais presente na esfera pública brasileira. Nesse período, houve um processo de modernização da agricultura, nominado por analistas sociais como “modernização conservadora”. Se, por um lado, houve notável aumento da produtividade e da produção agrícola, de outro lado o processo de modernização produziu uma série de efeitos extremamente prejudiciais às minorias como a desterritorialização de grupos étnicos, expropriação de terras de agricultores e aumento da taxa de exploração dos trabalhadores rurais (POMPEIA, 2021, p. 109).

Nos anos seguinte, segundo Caio Pompeia, a experiência do agronegócio no Brasil, passa a ser marcada pela instrumentalização das propostas sobre a atuação do Estado de acordo com as conveniências do momento. Por aqui, a questão da segurança alimentar também foi utilizada como um operador de sensibilidade aliando-se a esse discurso o ideal do crescimento econômico. Essas justificativas levou o segmento do agronegócio brasileiro a pleitear investimento governamental e diminuição dos tributos (POMPEIA, 2021).

É na década de 90 que se originaram os planos de organizar formalmente o agronegócio no Brasil. Em 1994, por exemplo, ocorre a primeira edição da feira “Agrishow”, espaço de promoção do contato entre industriais e produtores rurais. Também nessa época, o projeto do agronegócio passa a ser aceito pela cúpula do governo federal. A ideia de “celeiro do mundo” passou a ser reforçada pelo governo Fernando Henrique Cardoso e a inserção do país no circuito das *commodities* aumentou a pressão para que o segmento passasse a desfrutar de prestígio político equivalente à participação na economia (POMPEIA, 2021, p. 177).

No início dos anos 2000, o crescimento mundial da demanda por produtos agrícolas, especialmente pela China, provocou a alta dos preços das principais *commodities* agropecuárias. Caio Pompeia destaca três fatores para o boom das *commodities*: grande reordenamento no comércio global de *commodities* agropecuárias; capacidade do aumento da produção do Brasil em decorrência da estratégia privada-estatal; potencialidades da exportação agropecuária para o balanço de pagamento e consolidação de um aparato de legitimação. “Esse cenário desencadeou notável processo de reengenharia institucional e ampliou as competições no campo do agronegócio” (POMPEIA, 2021, p. 193).

É nesse cenário que Luís Inácio Lula da Silva é eleito para o seu primeiro mandato, iniciado em 2003. O primeiro governo progressista eleito no âmbito federal, já no seu primeiro mandato, fez acenos ao setor do agronegócio ao escolher o primeiro-ministro do campo. Roberto Rodrigues, ligado à Associação Brasileira do Agronegócio, Abag, chefiou o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de 2003 a 2006. É nesse momento também que a bancada ruralista passa a ter maior relevância no Congresso Nacional. Paralelamente ao aprofundamento do pacto político com os segmentos do agronegócio, Caio Pompeia destaca que nas gestões petistas houve a retomada vigorosa de instrumentos da política agrária por meio da atuação dos ministérios do Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Social e Trabalho que confrontava os interesses do segmento do agronegócio (POMPEIA, 2021).

A inserção do agronegócio no governo federal fez com que essa categoria passasse a ser instrumentalizada por segmentos progressistas. O acordo entre o governo Lula e os ruralistas passou a ser criticado pelos segmentos do movimento social ligadas às agendas da reforma agrária e da agricultura familiar como a Comissão Pastoral da Terra, CPT, e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, MST, fundamentais para a eleição de Lula. Dentro do governo, essas agendas começam a perder espaço devido à pressão do agronegócio, como ficou explícito na demissão de Clayton Campanhola do comando da Embrapa no início de 2005. O governo passou a adotar um discurso conciliatório entre esses segmentos afirmando que o agronegócio não era inimigo da reforma agrária (POMPEIA, 2021).

No início dos anos 2010, o segmento do agronegócio, cada vez mais heterogêneo, viveu um momento de convergência em torno das alterações no Código Florestal. As mudanças no Código Florestal foram capitaneadas pela senadora Kátia Abreu, ligada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a CNA, e, futuramente, ministra do segundo governo da presidenta Dilma Rousseff, do PT. Na avaliação de Caio Pompeia, as alterações propostas foram além da necessidade de atualização legislativa, o que implicava na transfiguração dessa lei. No Congresso, o projeto de lei foi relatado pelo deputado do Partido Comunista do Brasil (PcdoB) Aldo Rebelo, árduo defensor das mudanças. Rebelo alegava que as propostas no âmbito do novo código possibilitariam aliar “desenvolvimento” e “sustentabilidade” para que o Brasil ajudasse a nutrir o mundo. Para Pompeia, a aliança em torno do Código Florestal constitui o núcleo político entre agentes privados e parlamentares. Esse núcleo, desde então, passou a se tornar cada vez mais influente na política nacional, como ele demonstra posteriormente.

Outra pauta que passaria a unir o segmento do agronegócio nos anos seguintes, era a questão do marco temporal quanto à demarcação das terras indígenas. Os discursos dos parlamentares ruralistas reduziam os indígenas à figura do “pobre do campo”, o que é definido pelo autor como uma operação retórica etnocentrista. Citando Eduardo Viveiros de Castro, ele resgata que esse discurso é usado como estratégia de desterritorialização (POMPEIA, 2021, pp. 283-284).

A composição entre o governo federal e o agronegócio passou a inflexionar a disposição do executivo para reconhecer os direitos territoriais indígenas. Desde o início dos anos 2000, houve o aumento dos processos de retomadas indígenas. Esse aumento não passou despercebido pelo segmento do agronegócio que propôs a PEC 215/2000 que almejava transferir a competência para decisões finais sobre demarcação de terras indígenas do poder legislativo para o executivo. Apesar do ministro da Justiça José Eduardo Cardozo se

posicionar contrariamente à PEC, as ações da Advocacia Geral da União, AGU, passou a dificultar os processos de demarcação ao estender as dezenove condicionantes estabelecidas pelo STF no caso Raposa Serra do Sol para todos os casos. Além disso, a FUNAI passou por um processo de enfraquecimento, desde junho de 2013, ainda governo Dilma (POMPEIA, 2021).

Nos anos que se seguiram após o impeachment da presidenta Dilma, houve o aprofundamento da aliança do poder Executivo com o segmento do agronegócio. No governo de Michel Temer, por exemplo, foi aprovado um novo marco legal para a regularização fundiária que facilitou a apropriação de terras públicas na Amazônia. Nesse momento, há a reconfiguração do campo heterogêneo do agronegócio com a consolidação do Instituto Pensar Agronegócio e o enfraquecimento da figura da ex-ministra Kátia Abreu que se posicionou contrariamente ao impeachment (POMPEIA, 2021).

Com a acessão de Jair Bolsonaro ao poder, um outro grupo é fortalecido, a União Democrática Ruralista, UDR. Formada por agentes patronais conservadores e representantes do poder local, a UDR representa ideários e práticas de extrema direita. Suas lideranças defendem, por exemplo, a extinção do Ministério do Meio Ambiente e o fim da adesão do Brasil ao Acordo de Paris. Embora mais próximo aos ideários de Bolsonaro, a UDR não assumiu o Ministério da Agricultura. As posições radicais do grupo eram vistas com desconfianças por muitos do segmento. Tereza Cristina, deputada federal, assume o Ministério da Agricultura e Antônio Nabhan Garcia, da UDR, torna-se Secretário Especial de Assuntos Fundiários (SEAF).

Caio Pompeia aponta que, desde 2014, outro campo começa a se consolidar, a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura (Coalização) composta por organizações ambientais, representantes do agronegócio e pesquisadores. Com atuação pautada na agenda do Clima, a Coalizão defende as unidades de conservação, as ações contra o desmatamento ilegal, a transição para uma economia de baixo carbono, entre outras pautas. Durante o governo Bolsonaro, a Coalizão reprovou diversas vezes as ações do poder executivo sendo acompanhada por figuras públicas de outros segmentos do agronegócio. Vale ressaltar que fazem parte da Coalizão diversas corporações, entre elas, a Cargill, a mesma que atua em Santarém sem licença ambiental (POMPEIA, 2021).

Caio Pompeia encerra sua investigação ressaltando que o tratamento às agendas socioambientais no nosso país é essencial para o Brasil e para o mundo. Ele destaca que é importante considerar a heterogeneidade do campo político do agronegócio, com diferentes

gradações em relação à adesão e à oposição as essas agendas e que os conflitos na interação entre agentes privado-estatais se encontram em contante reconfiguração (POMPEIA, 2021).

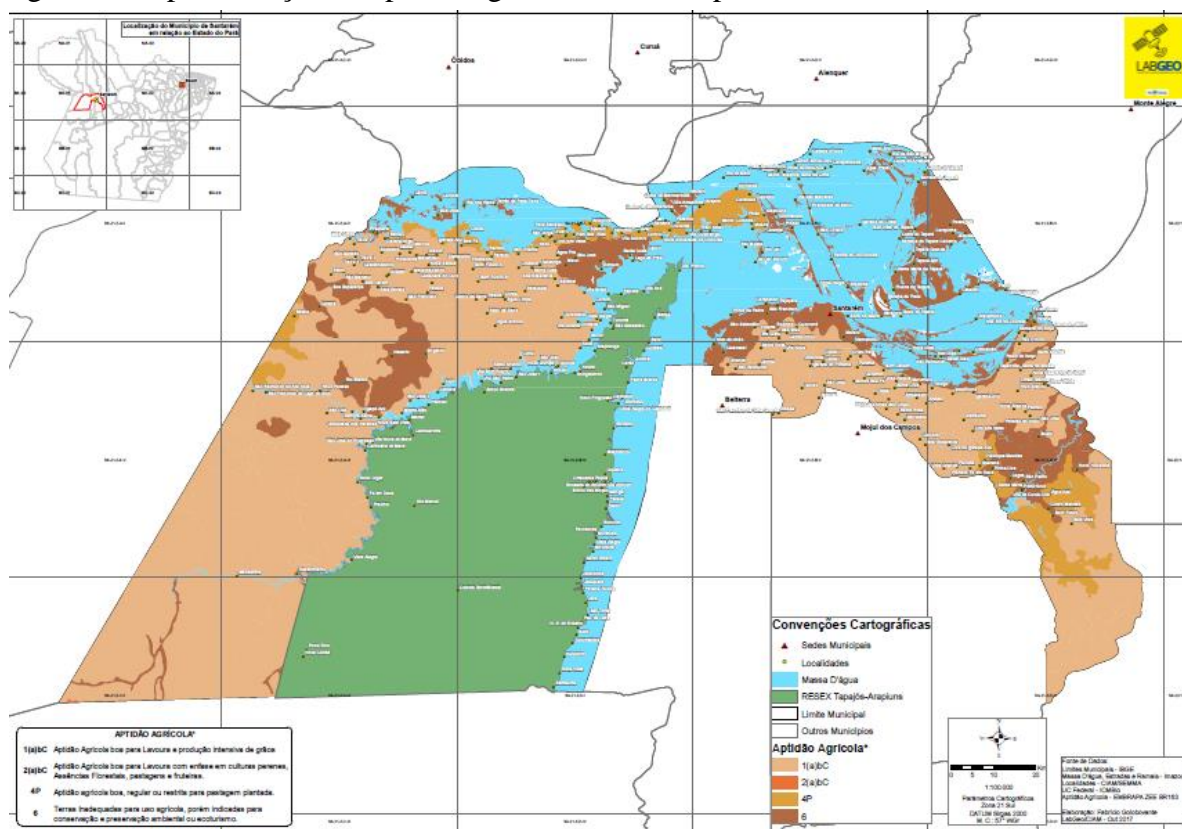
Esse longo percurso pela pesquisa do antropólogo de Caio Pompeia agrega à nossa composição que tenta descrever, a partir do caso de Santarém, como o agronegócio tem também produzido as cidades brasileiras.

O crescimento das cidades médias impulsionado pelas dinâmicas relacionadas ao agronegócio foi um dos dados de maior destaque do Censo realizado em 2022 pelo IBGE. O crescimento da população da região centro-oeste, o principal celeiro do agronegócio no país, é o dobro da média brasileira. O desempenho econômico do agronegócio é apontado como um dos responsáveis pelas baixas taxas de desemprego nessas cidades, o que atrairias as pessoas (Canal Agro Estadão, 2023).

Mais do que atrair populações para essas cidades, o agronegócio tem transformado essas cidades de forma a favorecer a sua realização. Construção e ampliação de rodovias, hidrovias e portos são alguns exemplos de infraestruturas ligadas ao crescimento do agrobusiness que chegam nesses locais. Outra mudança é a transformação do uso e da ocupação do solo, muitas vezes, sob o custo da destruição de áreas verdes, da homogeneização do plantio e da remoção direta e indireta de famílias.

Na revisão do Plano Diretor de Santarém, ocorrido em 2017, a pressão do agronegócio para transformar a cidade foi acolhida pelos poderes legislativo e executivo do município. Esses poderes passaram por cima da participação popular e aprovaram um instrumento que ampliou a zona portuária do município para a região do Maicá e destinou a maior parte do território santareno à plantação intensiva de grãos.

Figura 4 - Espacialização de aptidão agrícola do município de Santarém-PA



Fonte: PLANO DIRETOR DE SANTARÉM, 2018.

4.5 Plano Diretor

Senhor Mário, da FOQS, relembra que a preocupação no processo de revisão do Plano Diretor estava na área dos portos. Na época, ele era presidente do quilombo de Murumuru e a FOQS atuou de forma participativa junto aos demais movimentos sociais. Ele resgata ainda a divisão que houve no ginásio: “de um lado ficava o pessoal do agronegócio, que era o pessoal da soja, e do outro lado ficava o pessoal dos movimentos sociais. Inclusive, o pessoal da soja estava até uniformizado, com as camisas e tal.”

Ele avalia que não havia muito interesse nas demais discussões. “Lembro que uma das temáticas mais discutidas foi tornar essa área do Maicá até a boca do Ituquí uma área de portos que era uma área de preservação. Eu lembro que fui para uma sala, para a área da educação, e outro grupo dos quilombolas foram para essa sala da discussão sobre portos e agronegócio.”

Senhor Mário resgata ainda o momento da plenária no qual foi decidido que o a área do Maicá até a boca do Ituqui permaneceria como uma área de preservação. “E aí terminou a reunião, estava já entrando bem para à tardinha, lá pelas cinco, seis horas. A Câmara municipal fez um trabalho no qual eles não concordaram com aquilo que foi acordado com a sociedade civil, fizeram uma mudança tornando essa uma área portuária.”

O Plano Diretor é um instrumento jurídico no qual encontramos as principais diretrizes sobre o planejamento e a gestão da cidade. Nessa lei, estão definidas desde questões urbanísticas, como disposições quanto ao zoneamento do município, assim como as diretrizes para a saúde, educação, patrimônio histórico e cultural, dentre outras áreas. Sua incidência abrange o território do município como um todo, ou seja, áreas urbanas e rurais.

Embora o instrumento do Plano Diretor na experiência brasileira seja anterior à Constituição Federal, é em 1988 que ele passa a se destacar em relação aos demais instrumentos urbanísticos. O artigo 182, § 1º da constituição enfatiza que esse é o instrumento básico da política urbana e que é obrigatório para as cidades com mais de 20 mil habitantes. No Estatuto da Cidade, lei federal 10.257/2001, esse instrumento recebe mais contornos jurídicos e sua obrigatoriedade passa a ser ampliada para mais municípios brasileiros (artigo 39 e seguintes).

Um dos aspectos relevantes do tratamento legal dado pelo Estatuto da Cidade ao instrumento do Plano Diretor diz respeito à participação. No Estatuto, a questão da participação perpassa a política urbana como um todo, para além do Plano Diretor. A gestão democrática da cidade, além de ser consagrada como uma das diretrizes da política urbana (art. 2º, II), recebe um capítulo próprio na legislação federal (cap. IV). Quanto ao plano diretor, o quarto parágrafo do artigo 40 ressalta a necessidade de realização de audiências públicas e debates nos processos de elaboração desse instrumento, bem como a garantia da publicidade e do acesso às informações e aos documentos produzidos durante o processo. Essa obrigação se estende também aos processos de revisão dos planos diretores que devem ocorrer, pelo menos, a cada dez anos (art. 40, §3º).

Ainda que a gestão democrática esteja resguardada na legislação, não existem maiores diretrizes legais de como ela deve ocorrer na prática. São diversas os formatos de processo de elaboração e revisão dos planos diretores, sendo as diferentes metodologias construídas unilateralmente pelo poder público. Em julho de 2022, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional lançou um guia para elaboração e revisão de planos diretores. Esse documento pretende apoiar os municípios nos processos de planejamento e gestão do território como um todo. O documento é enfático quanto a obrigatoriedade da participação

afirmando que, a falta da realização de audiências públicas pelo Executivo municipal ou do Legislativo pode anular o processo e a aprovação do Plano Diretor em razão do desrespeito ao preceito constitucional da participação popular, o que resulta numa declaração de inconstitucionalidade por omissão (MIDR, 2022).

Para além da iniciativa do poder executivo federal, a gestão democrática da cidade no âmbito do planejamento e da gestão das cidades tem ganhado novos contornos a partir das experiências no âmbito do sistema de justiça. As práticas das promotorias de justiça, defensorias, juízes, tribunais e das advocacias têm criado parâmetros, ainda que incipientes, para a concretização dessa diretriz. Nesse sentido, o Ministério Público do Estado do Paraná, MPPR, por meio do Centro de Apoio Operacional as Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo tem copilado, de forma colaborativa, algumas jurisprudências sobre a gestão democrática da cidade em seu portal (MPPR, 2023). A partir dessa seleção, podemos encontrar diferentes tratamentos à questão pelo poder judiciário.

De onze decisões copiladas pelo MPPR, podemos observar que a declaração de inconstitucionalidade tem sido reconhecida pelos tribunais quando os processos de elaboração e revisão dos planos diretores não respeitam o requisito da participação (ACP 053.08.111161-0 TJSP; ADIN 2008.064408-8 TJSC; ACP 5021653-98.2013.404.7200 TRF4; ADIN 0303489-40.2012.8.05.0000 TJBA), inclusive com fundamento em constituições estaduais (ADIN 70017515719 TJRS). A obrigatoriedade da participação tem sido estendida ainda a outras leis e instrumentos urbanísticos como o zoneamento (AG 1059705-2 TJPR), lei de uso e ocupação do solo (ADIN 0198857-75.2012.8.26.0000 TJSP; ADIN 994.09.224728-0 TJSP) e operação urbana consorciada (AI 030634271.2011.8.26.0000 TJSP). Há ainda, decisões ora reconhecendo a legitimidade dos conselhos municipais para substituir a participação popular direta (RE 718326 STF) ora reconhecendo irregularidades e a insuficiência desses espaços (ACP 2012.01.1.193724-4 TJDF).

4.6 Áreas de Proteção Ambiental

A atuação do CITA é resgatada por Abimael que avalia que o movimento social foi bastante participativo no processo de revisão do plano diretor, apesar do desfecho. “Nós tivemos uma rasteira que nos abateu bastante do ponto de vista de entender que se nós não estivermos nos espaços decisivos como o legislativo, o executivo, os processos, ainda que

sejam discutidos com a vontade do povo, eles são alterados por quem se diz representar o povo.”

O CITA participou de várias frentes sendo que Abimael esteve na discussão sobre meio ambiente onde foi debatida a ideia de diminuir as APA's. “Eu me recordo que essa área aqui, próxima ao aeroporto, ela estava na seara da discussão, no GT que eu estava. E eu vi assim, que tudo que queriam era a diminuição, sob a alegação do desenvolvimento e para a inclusão de moradia.” Na época, ele questionou por que não se discutia sobre a ocupação dos terrenos que estão no meio da cidade e o porquê de mexer numa área que beneficia muito, ponderando que, apesar da cidade estar crescendo, é necessário cautela. Além da questão do meio ambiente, outra contribuição do CITA foi na discussão sobre o acesso à saúde das comunidades, dos moradores que estão mais distantes.

Figura 5 - Áreas de Proteção Ambiental nos Planos Diretores de 2006 e 2018

Plano Diretor de 2006	Plano Diretor de 2018
	<p>Art. 13. São diretrizes para o desenvolvimento do setor turístico no Município de Santarém: VI – proteção do meio ambiente, de forma prioritária, através do incentivo ao ecoturismo e do fortalecimento, regulamentação e implementação de unidades de conservação, como Áreas de Proteção Ambiental (APA), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Parques Municipais, entre outras;</p>
<p>Art. 27. As diretrizes que irão nortear o desenvolvimento do extrativismo e da pesca são as seguintes: IX – Estabelecimento de parcerias com os Governos Federal e Estadual, para apoiar o desenvolvimento socioeconômico-ambiental das Unidades de Conservação de uso direto e das áreas de assentamento, notadamente as reservas extrativistas, área de proteção ambiental, Projetos de Assentamentos Agroextrativistas, Projetos de Assentamento Florestal e Projetos de Desenvolvimento Sustentável.</p>	<p>Art. 27. As diretrizes que irão nortear o desenvolvimento do extrativismo e da pesca são os seguintes: IX- Estabelecimento de parcerias com os governos estadual e federal, para apoiar o desenvolvimento sócio-econômico-ambiental das unidades de conservação de uso direto e das áreas de assentamento, notadamente as reservas agroextrativistas, projetos de assentamentos florestais e de desenvolvimento sustentável;</p>
<p>Art. 39. São ações estratégicas da Política Ambiental do Município de Santarém: III – estabelecer normas que visem coibir a ocupação humana de áreas de</p>	<p>Art. 39. São ações estratégicas da Política Ambiental do Município de Santarém: III – Estabelecer normas que visem coibir a ocupação humana de áreas de proteção ambiental, exceto quando sustentado por plano</p>

<p>proteção ambiental, exceto quando sustentado por plano de manejo;</p>	<p>de manejo; XIII – Regulamentar por Decreto, no prazo de um ano, a Área de Proteção Ambiental do Maicá, prevista no art. 142, inciso VI do Plano Diretor Municipal;</p>
<p>Art. 137. A orla fluvial do Município se ordena da seguinte forma, conforme Mapa do Ordenamento Fluvial do Município de Santarém:</p> <p>I – Área de proteção ambiental de interesse turístico e recreativo para balneário - iniciando no limite do Município de Santarém com o Município de Belterra até a ponta da praia do Maracanã;</p> <p>II – Área de Proteção Ambiental – iniciando da ponta da Praia do Maracanã, seguindo até a Rua da Maracangalha, à montante do Cais do Porto localizada no bairro do Maracanã;</p> <p>VI – Área de Proteção Ambiental do Maicá – iniciando do furo do Maicá seguindo até a Comunidade Fé em Deus, na Região do Ituqui;</p>	<p>Art. 142. A orla fluvial do Município se ordena da seguinte forma, conforme Mapa do Ordenamento Fluvial do Município de Santarém:</p> <p>I – Área para efetivação da proteção ambiental de interesse turístico e recreativo para balneário – iniciando no limite do Município de Santarém com o Município de Belterra até a ponta da praia do Maracanã;</p> <p>I - Area de interesse turístico e recreativo para balneário — Iniciando no limite do Município de Santarém com o Município de Belterra até a Avenida Juá, com as coordenadas geográficas DATUM WGS 84: 2°25'37.5"S 54°45'35.8" Ws</p> <p>II – Área para efetivação da proteção ambiental – iniciando da ponta da Praia do Maracanã seguindo até a Rua Maracangalha, à montante do Cais do Porto localizada no bairro do Maracanã;</p> <p>II — Área para efetivação da proteção ambiental — Iniciada da ponta da Praia do Maracanã, coordenadas geográficas DATUM WGS 84: 2°25'30,9"S 54°45'22.9"W, seguindo até a Rua Maracangalha, coordenadas geográficas DATUM WGS 84: 2°25'03.6"S 54°44'35.7" W, à montante do Cais do Porto;</p> <p>VI – Área para efetivação da proteção ambiental do Maicá – iniciando do furo do Maicá seguindo até a Comunidade Fé em Deus, na região do Ituqui;</p> <p>VII – Área portuária III – destinada para instalação de empreendimentos de grande porte e impacto ambiental.</p> <p>VI — Area para efetivação da proteção ambiental do Maicá – será definida por estudo técnico.</p> <p>§ 1º – A área de abrangência portuária III será</p>

	<p>definida após estudo elaborado por equipe técnica composta por equipe multidisciplinar que será formada de forma paritária por membros da sociedade civil e do poder público, que deverá cumprir os trabalhos no prazo de 12 meses.</p> <p>§ 1º As áreas portuárias são destinadas a instalação de terminais de cargas e passageiros e para instalação e operação de Terminais de Uso Privado (TUP) e Estações de Transbordo de Cargas (ETC) e para transporte internacional de cargas, de acordo com a viabilidade técnica.</p> <p>§ 2º Todo o estudo deverá ser realizado garantindo o direito de consulta, previsto na Convenção 169 da OIT, que será realizada respeitando os protocolos comunitários de consulta, de povos indígenas, quilombolas e todas as comunidades tradicionais localizadas na área impactada.</p> <p>Parágrafo único. Poderá o Poder Público utilizar mecanismos no sentido de se promover remoção ou exigir medidas compensatórias a serem realizadas pelas indústrias existentes.</p>
--	---

Fonte: ELABORADA PELA AUTORA COM BASE NO PLANO DIRETOR DE 2006, NO PLANO DIRETOR REVISTO PELA POPULAÇÃO EM 2017 E NO PLANO DIRETOR SANCIONADO EM 2018 ⁷.

Abimael avalia de forma positiva a participação na conferência. “Foram dois dias de muita discussão, foram dias que a gente entrou das sete da manhã às 21h da noite. E aí, para no final, a gente descobrir que, tudo o que a gente tinha discutido ali, foi alterado na Câmara dos Vereadores”. Ele pondera que quando não há participação, ainda existe uma justificativa para que eles tomem decisões, o que não foi o caso. “Eu me recordo que aquele ginásio ficou pequeno para tanta gente, sabe? E o conselho lá, os indígenas ali, mostrando a demanda. Mostrando que o município não se resume só área urbana de Santarém, mas que existe todo um espaço.”

⁷ Os textos tachados na coluna do Plano Diretor de 2018 foram aqueles aprovados pela população durante a conferência de revisão realizada em novembro de 2017 e depois modificados na versão da lei que foi aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito Nélio Aguiar.

Sobre os aprendizados, Abimael diz que o CITA sentiu o impacto do desfecho, mas não para desistir e sim como um aviso de que a discussão não é só lá. “A discussão do Plano Diretor não passa somente no social, ele tem que passar ali onde é aprovado. É nesse momento que a gente precisa estar. Eu tenho certeza de que, no próximo Plano Diretor, o movimento social estará onde é o fator decisivo.”

4.7 Estatuto da Cidade

Sara relembra quando foram iniciados os trâmites para criação do Plano Diretor em Santarém, na segunda gestão do prefeito Lira Maia (1996-2004). Nessa época, a FAMCOS, em parceria com o professor Maurício Leal, já fazia formações sobre política urbana. “A gente foi para a prefeitura brigar porque não queria o Plano Diretor que o Lira Maia queria fazer. O prefeito tinha contratado uma empresa de assessoria para elaborar um Plano Diretor de gaveta, como sempre fazia.” A FAMCOS exigiu que a prefeitura fizesse um processo de participação popular. “Foi um movimento realmente precursor desse processo de luta pela participação popular nas instâncias de debate sobre a cidade. Aquele primeiro plano diretor já foi assim, em 2006, que estava na saída do Lira Maia para a Maria do Carmo.”

Em dezembro de 2006, foi promulgado o primeiro Plano Diretor da cidade de Santarém-PA pela prefeita Maria do Carmo Martins Lima do Partido dos Trabalhadores (PT). A lei foi elaborada por meio de um processo que contou com a participação de diversos segmentos da cidade, conforme relatado pelos sujeitos coletivos nas entrevistas. A lei aprovada pela Câmara e sancionada pela prefeita dialoga com a legislação nacional do Estatuto da Cidade, lei federal 10.257/2001, em muitos aspectos, destacando-se a presença de instrumentos urbanísticos, ambientais, jurídicos, financeiros e tributários como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), o Imposto Territorial e Predial Urbano progressivo no tempo (IPTU progressivo), a relação entre orçamento público e planejamento urbano, dentre outros.

Em que pese a inovação da legislação municipal, pouco se avançou na efetivação dos instrumentos que, se aplicados, teriam o potencial de mitigar os efeitos do crescimento urbano nos últimos 20 anos, principalmente para os mais pobres. Além disso, o próprio plano diretor de 2006 favoreceu a expansão da área urbana do município para espaços com forte presença da agricultura familiar, como o assentamento agroextrativista Eixo Forte. Os agricultores do PAE Eixo Forte, além de sofrerem a pressão do mercado imobiliário voltado para a venda de

terrenos próximos à Alter do Chão, disputam seu território com os produtores de soja (GOMES *et al*, 2017).

Na avaliação de Sara, o processo de revisão do Plano Diretor em 2017 trouxe a diversidade dos movimentos que atuam na cidade que não se restringem as associações de moradores. “Os movimentos lutaram para que o Plano Diretor fosse um retrato da cidade e não uma carta dos desejos do agronegócio, como acabou sendo aprovado. Então, realmente é uma diversidade, uma pluralidade, que sai desse tradicional tecido urbano que a gente vê por aí.” Sara acredita que temos uma cidade diferente desde a sua concepção e que se manifesta nas lutas sociais que constroem esse tecido urbano.

Quanto aos aprendizados do processo de revisão, Sara avalia que é justamente entender quais são os limites desse instrumento. Ela reconhece que se cria muita expectativa em relação ao Estatuto da Cidade que foi uma conquista dos movimentos e ao Plano Diretor, seu principal instrumento, como garantidor de um processo que retrate a diversidade da cidade. “Entre a letra da lei e a realidade fática, tem uma grande distância. E a gente vive num território muito conflituoso, a disputa pela terra, a disputa pelos territórios, influenciou e influencia diretamente na elaboração das leis, na gestão da cidade.”

O Estatuto da Cidade, lei federal 10.257/2001, foi criado para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecer as diretrizes gerais da política urbana, entre outras providências. Essa lei reforça o objetivo da política urbana brasileira de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais e da cidade. Para concretizar esse objetivo, o Estatuto da Cidade prevê diversos princípios e instrumentos de política urbana como, por exemplo, o parcelamento, a edificação e a utilização compulsórios, o IPTU progressivo no tempo e a usucapião urbana.

João Bazzoli, professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT), destaca a função social da propriedade e a regularização fundiária como os dois pontos de maior relevância na lei federal. Contudo, ele avalia que o Estatuto da Cidade, por não alcançar pequenos municípios, em especial aqueles com menos de vinte mil habitantes e desobrigados a elaborar o Plano Diretor, é inaplicável em grande parte das áreas urbanas da Amazônia Legal. Aponta ainda que o fato dessa região ter sido ocupada sobre terras predominantemente federalizadas impõe limites legais aos processos de regularização fundiária (BAZZOLI, 2022).

Passados mais de 20 anos da promulgação desse marco legal urbanístico, têm sido realizadas muitas reflexões que, no geral, enfatizam a baixa efetividade dos instrumentos do Estatuto da Cidade, apesar da sua importância. Essas análises destacam ainda o período de regresso pelo qual o país está atravessando em muitas áreas, entre elas, na questão urbana.

Desde o governo Michel Temer, houve retrocessos no marco legal urbanístico, em especial, com a descaracterização do instituto da regularização fundiária realizada pela lei federal 13.465/17 (PAZ, 2021).

Na avaliação do professor José Júlio Lima da UFPA, na região norte, passados 20 anos da promulgação do Estatuto da Cidade, esse marco legal tem sido utilizado para o cumprimento de mera formalidade imposta pelo sistema de financiamento de políticas públicas. Ele reconhece ainda que os instrumentos do Estatuto da Cidade têm limitações inerentes à concepção de cidade neles contidos, que não condiz com a experiência das cidades amazônicas, uma vez que o urbano na Amazônia é diferente do urbano das demais regiões e possui peculiaridades ambientais, fundiárias e históricas. O instrumento do Plano Diretor, por exemplo, é insuficiente para dar conta do território dos municípios como um todo, uma vez que estes incluem, além da área urbana, vastas áreas rurais com complexas situações fundiárias e territórios de ocupação periurbana como comunidades ribeirinhas e quilombolas que vivem em meio à exploração de recursos naturais. Essas situações estariam além do escopo dos instrumentos do Estatuto da Cidade (LIMA, 2021).

Sara avalia ainda que o processo de revisão do plano diretor de Santarém não escapou das disputas que existem na cidade. “Santarém está no olho do furacão, não só ela, mas aqui a gente tem um epicentro dessas disputas territoriais, um território onde o avanço do capital transnacional, inclusive, com grandes projetos logísticos, portuários, de monocultivos que fazem uma pressão enorme sobre o território.” Ela constata que Plano Diretor foi capturado pelos segmentos da cidade que conseguiram fazer um *lobby* muito grande junto aos poderes legislativo e executivo, articulando, inclusive a reversão da decisão que foi amplamente debatida e construída, mas que não era do agrado desses segmentos. “O jogo democrático não foi forte o suficiente para suportar a pressão desse setor tão bem-organizado politicamente a ponto de conseguir reverter todo o processo.”

Outro aprendizado, segundo Sara, é de que não basta ter um instrumento nem basta se mobilizar para que esse instrumento seja garantido. É necessário estabelecer uma coalizão de forças nos espaços onde esses instrumentos vão ser manuseados. Hoje, ela avalia que o espaço da Câmara Legislativa precisa ser disputado pelos movimentos sociais. “Os movimentos sociais precisam entender isso porque, hoje em dia, a disputa pela Câmara ainda corre muito ao largo de uma decisão dos movimentos. É muito definida pelos partidos e os partidos, inclusive, conseguem engolir os movimentos.” Ela percebe que não existe uma articulação dos movimentos sociais pautando esses espaços e colocando candidatos e candidatas que realmente serão comprometidos com essa luta. “Do contrário, a gente vai sempre lutar, lutar,

lutar, conseguir importantes vitórias, mas vai ficar na mão de quem tem o poder de estabelecer e mudar as cartas do jogo conforme os interesses deles orientam.”

4.8 Projeto Portuário

Carlos, do Movimento Tapajós Vivo, considera que a participação dos sujeitos coletivos no processo de revisão do Plano Diretor foi positiva, pelo menos na conferência, que teve uma participação bem expressiva dos estudantes, STTR, MTV, FAMCOS, UNECOS e do movimento de mulheres. “No nosso ver, era um plano que respondia as demandas do município, demandas dos movimentos e que assim, estava sendo construído com uma cara mais social, com uma cara dos movimentos mesmo de Santarém.” Ele avalia que os vereadores deturpam no último momento aquilo que foi criado democraticamente pelos movimentos. “Foi algo assim, muito ruim dentro desse processo porque não era para acontecer dessa forma.”

O aprendizado, segundo Carlos, é que através da democracia a gente consegue muitas coisas. “A gente pode fazer com que as leis se tornem mais humanas, se tornem mais próximas do povo com a participação popular.” Ele considera que a disputa em torno do Plano Diretor “era uma luta contra os gigantes”. “Você percebia que existia duas forças ali: dos empresários, do pessoal ligado ao agronegócio que queria impor a sua posição de desenvolvimento e outra dos movimentos sociais, que estavam contrapondo toda aquela situação ali que eles estavam sendo envolvidos.” Para ele, outro aprendizado é que, sem a força popular, sem a união das entidades, sem a união dos agentes que buscam por justiça social, a gente não chega a lugar nenhum. “Os diversos atores que estavam ali presentes fizeram ouvir a sua voz, isso que foi importante”.

Padre Edilberto, também do MTV, avalia que o Plano Diretor foi uma sacanagem entre outras. “Foi uma experiência altamente democrática, surpreendente o que ocorreu. A Câmara que não tinha nenhum direito de mexer no que estava aprovado, só tinha que verificar se era constitucional ou não. Eles incubaram um ano, engavetaram. E nos últimos dias do mandato daquele ano, eles aprovaram.” Depois da aprovação pela câmara, Edilberto relembra que os sujeitos coletivos tentaram ir à prefeitura, mas o prefeito se escondeu.

O integrante do MTV avalia que, os resistentes moradores, estão longe de conseguir o que é patrimônio nosso, a convivência, porque falta uma consciência mais clara daquilo que é convivência comum. “Nós somos muito ligados em focos particulares. Nós não temos uma

defesa da cidade, nós não temos uma luta comum em defesa da cidade”. Ele considera ainda que essas lutas isoladas não têm força e que o grande aprendizado é que a luta é longa. “Nós fizemos aquela belíssima luta do Plano Diretor depois, quando os vereadores tentaram e fizeram a mudança, nós não tivemos força para barrar. Fizemos um barulho, mas não tivemos força. Falta para nós alguma coisa mais estratégia.”

Valda, da Associação de Moradores do bairro Pérola do Maicá, relaciona o processo de revisão do plano diretor a um momento anterior. “Em 2014, nós já começamos a perceber essa ameaça da construção dos portos, mas especificamente, da Embraps. Era Cervital, tinham outras aí, que acabaram saindo daqui da cidade. Desistiram porque disse que aqui era muita confusão. E ficou a Embraps aí insistindo ainda.”

Em 1953, o jornal de Santarém Ilustrado enaltecia a possibilidade de construção de um porto na cidade. Este serviria para escoar a produção feita na região e sua criação deveria estar relacionada a construção de uma grande câmara frigorífica para armazenar duas mil toneladas de carga, no mínimo. De acordo com o jornal, na matéria cujo título era “Santarém e a valorização da Amazônia,” as tecnologias modernas deveriam eliminar o empirismo que a indústria extrativista introduziu nos hábitos das pessoas da região. “Santarém poderá ser o grande porto de movimentação de todas as nossas riquezas circundantes desse eixo de penetração, que dará a Cuiabá e a todo interior do Mato Grosso uma saída eficiente para o Atlântico Norte” (ICBS, 2023).

Em 2023, os portos para escoamento da produção ganham cada vez mais realidade em Santarém, incentivados pelas políticas de apoio irrestrito ao agronegócio dos diferentes governos, dos diferentes poderes e em diferentes escalas, ao longo desses 70 anos. A instalação do Porto da Cargill, no início dos anos 2000, não foi precedida pelo processo de licenciamento ambiental e os impactos desse grande equipamento presente na orla da cidade são sentidos por diversos sujeitos humanos e não humanos.

Para aumentar a competitividade dentro do segmento do agronegócio, os produtores de grãos da região passaram a reivindicar um novo projeto portuário para a cidade. A iniciativa da Empresa Brasileira Portos de Santarém, Embraps, seria uma forma dos produtores escaparem do monopólio da multinacional Cargill garantindo a redução de custos das suas operações. Além desses benefícios diretos aos produtores de grãos, a empresa prometia aumento na arrecadação de impostos para o município e a geração de empregos para a população (G1 Santarém e Região, 2014).

Em 2014, foi apresentado o EIA/RIMA pela Embraps que avaliou os possíveis impactos ambientais do projeto portuário. O estudo foi assinado por pesquisadores vinculados

à FADESP, fundação de direito privado ligada à UFPA. De acordo com o relatório, o Terminal de Exportação de Granel Sólido da Embraps “se propõe a atuar como alternativa de escoamento de granéis produzidos na região Centro-Oeste do país, servindo de entreposto estratégico entre as áreas de produção e exportação, atendendo as demandas do mercado nacional e internacional” (EMBRAPS, 2014). As justificativas para construção do terminal são: localização estratégica de Santarém; facilidade de integração multimodal entre a BR-163 e o rio Amazonas; insuficiência de terminais portuários em Santarém.

No EIA/RIMA, a empresa santarena afirma que a construção do empreendimento se dará em terreno próprio de 502.788 m², sendo a área construída equivalente a cerca de 55% desse total. A construção do terminal, seria realizada em duas fases: a de instalação, prevista para ser concretizada em 24 meses, e a de ampliação, com previsão de 18 meses. “O empreendimento será composto por um cais para atracação de navios e infraestrutura retroportuária como armazéns, área administrativa, área de convivência, balanças rodoviárias, tombadores de caminhão, moega, oficina e almoxarifado, portaria, entre outras” (EMBRAPS, 2014).

O relatório reconhece a presença da comunidade quilombola do Arapemã, mas afirma que a construção do terminal não causará impactos socioambientais diretos ao território quilombola em virtude deste se localizar fora da área de influência direta do empreendimento. Quanto à APA, o relatório também reconhece a sua existência no Plano Diretor de 2006, mas afirma que não há decreto de criação desse instrumento (EMBRAPS, 2014).

Em 2018, um grupo multidisciplinar de pesquisadores da UFOPA apresentaram um estudo técnico contrapondo o EIA/RIMA apresentado pela Embraps. Foram analisados aspectos do empreendimento quanto às questões ambientais, bióticas e socioeconômicos a partir de diferentes áreas do conhecimento científico.

Preliminarmente, o estudo da UFOPA aponta a insuficiência de apenas um EIA/RIMA para o empreendimento, sendo necessário ao menos três para comportar todas as obras de infraestrutura: o porto, o pátio das carretas e a estrada que terá um fluxo previsto de 800 carretas por dia. O estudo indica, com base em resolução do CONAMA, que o licenciamento deveria ser realizado no âmbito do IBAMA, órgão federal, e não da SESMA, órgão estadual. Além disso, o EIA/RIMA da Embraps, de acordo com o estudo da UFOPA, deveria compreender também as áreas de influência indireta do empreendimento (UFOPA, 2018).

Ao longo de 68 páginas, o estudo da UFOPA aponta as fragilidades metodológicas no relatório apresentado pela Embraps em diferentes aspectos, o que comprometeria os resultados apontados pela empresa. Os autores e as autoras do estudo sugerem a realização de

novo estudo que considere os apontamentos feitos na avaliação técnica. “Em vista das fragilidades metodológicas do diagnóstico ambiental, os dados e as discussões apresentadas comprometem, portanto, o prognóstico e a avaliação integrada dos impactos ambientais. (...) a análise da matriz de impacto e a elaboração de medidas mitigadoras e compensatórias ficam inviabilizadas” (UFOPA, 2018).

O pesquisador Rogério Henrique Almeida da UFOPA resgatou a linha do tempo do projeto portuário da Embraps em Santarém desde o requerimento de licença ambiental à SEMAS/PA em 2013. Na análise dessa complexa situação que envolve muitos modos de existência, Rogério descreve os muitos sujeitos envolvidos nesse processo como os empresários da soja e do milho do Brasil Central, a FADESP, os sujeitos coletivos que resistem ao projeto, a composição da câmara de vereadores no momento da votação do novo plano diretor. Para Rogério, o caso do Maicá evidencia “a centralidade do papel do Estado na dinâmica da construção de projetos de desenvolvimento, a presença das diferentes frações de classes, bem como o avanço da territorialização do grande capital sobre as terras públicas e os territórios já conformado segundo o uso de diferentes territorialidades locais” (ALMEIDA, 2022).

Diana, da Pastoral da Juventude, avalia que, apesar de existirem várias discussões na conferência, “o quente” era a questão portuária. “O ápice da conferência, estava muito entorno da discussão do Porto Maicá, quem era a favor, quem era contra. Quando era mais geral, chegando nesse tema, meu Deus do céu!” Ela lembra que, na divisão dos grupos de trabalho, encaixaram a discussão num outro tópico, “para disfarçar, para desmobilizar os movimentos sociais.”

Para Diana, faltou ampliar um pouco a discussão. “Era a minha primeira conferência. Eu sei que a preocupação era importantíssima, mas tinham outras pautas que não ganharam muita importância.” Contudo, ela pondera que os coletivos que estavam ali perceberam que a ameaça portuária iria prejudicar outras demandas dentro da cidade. “Quando eu vi que a galera que era contra o porto conseguiu dizer que não queria o porto do Maicá, égua! Foi uma satisfação!”

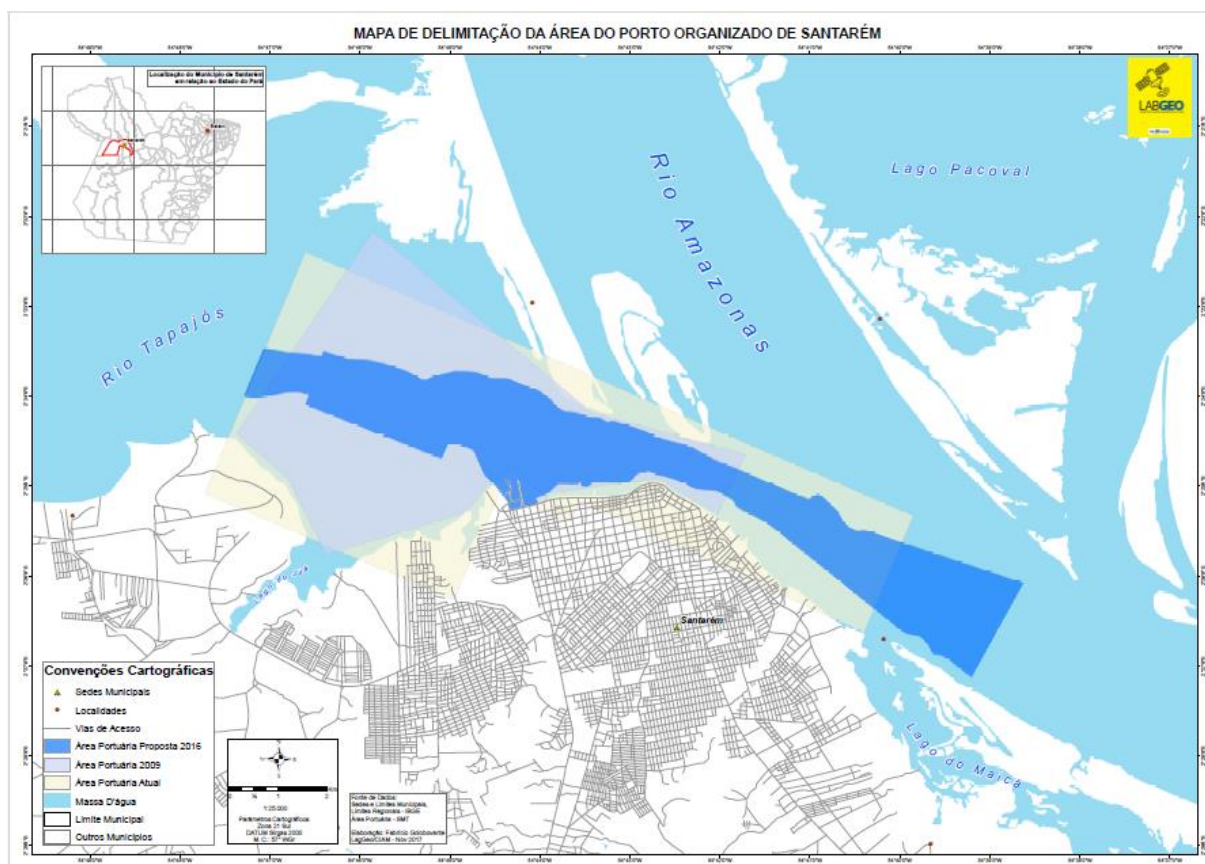
Júnior, também da Pastoral da Juventude, avalia que as associações não se envolveram nos outros debates como cultura, educação, saneamento. “As associações daqui [grande área do Maicá], Jaderlândia, Mararu, Urumanduba, Jutaí, Área Verde. Eles não se envolveram. E se juntaram ao grupo da Embraps, vestiram a camisa que dizia assim ‘aqui na minha terra pode desenvolvimento economicamente sustentável’.” Ele lembra que, quando acabou a pauta do porto, as pessoas ligadas a essas associações foram embora.

Diana resgata que, na surdina, o plano foi alterado. “Quebrou toda a dinâmica do voto do povo, né, porque a população votou e decidiu. E aí o prefeito assinou. Logo após isso, eu lembro que foi em seguida, começou a construção do posto de combustível que fica naquela divisão Uruará, Lago Verde, enfim.” Moradora do bairro Uruará, ela acompanhou de perto a instalação do posto da ATEM’s. “Pra gente que mora perto, era um terror escutar a construção. Tipo assim, então acabou. O que a gente decidiu na conferência, não vai rolar, entendeu? É como se dissesse assim, depois que construir esse posto de combustível, vai construir o porto.”

A área que foi aterrada na época da construção do posto de combustível era usada pelo grupo de jovens que Diana faz parte. “A gente se reunia para ir para a praia, ou em dias de domingo, que era a antiga praia do osso, agora praia verde. A gente usava muito para ir tomar banho e se encontrar de fato. E agora a gente não pode nem chegar perto daquele espaço lá porque é cheio de segurança. Olha só!” O posto fica no Uruará, bem no final, já na divisa com o bairro Área Verde. “Ou seja, um espaço que a galera sempre usou, principalmente do Uruará, pra quem não tem acesso para ir para outras praias, sempre dia de domingo foi para a galera da região do Uruará, Área Verde, um banho em dia de domingo. E aí tu não poder ir mais para lá.”

Diana avalia que falta muito para a população aprender a refletir o que é, realmente, a vinda de um porto. “A galera não está muito preocupada no termo coletividade, está muito ainda nos efeitos do individualismo, sabe. E aí aquilo que a Dona Valda falou muito no início, que é papel da associação fomentar... e a gente vê muita associação que não faz esse trabalho, o que é preocupante”. Ela acredita na tentativa de fazer um processo formativo antecipado, que vai além de “pegar o microfone e falar numa forma de enfrentamento.” “Muitas vezes esse processo de enfrentamento, a gente só paga de doido, e a galera não entende, e acaba a gente sendo odiado depois.”

Figura 6 - Área portuária de Santarém



Fonte: PLANO DIRETOR DE SANTARÉM, 2018

4.9 APA do Maicá

No ano de 2014, Valda estava na Pastoral Social e o entendimento era de que uma forma de enfretamento aos portos era mexer com a regularização da APA do Maicá. “A gente começou todo esse debate em torno da APA, da regulamentação da APA, da criação do projeto de lei, da sensibilização das comunidades para compreender, de fato, o que era isso. A APA tinha sido criada lá atrás e não tinha sido regulamentada.”

Ela relembra o esforço da vereadora Ivete Bastos, hoje presidenta do STTR, para que o projeto de lei fosse aprovado. “Chegava ao ponto de sessão dela desmaiar, a pressão subir, ter que ir para hospital. Sem contar na pressão que tinha nas bases. Nesse momento, a associação aqui, nós trabalhamos vários eventos que nós trouxemos pra dentro do bairro porque nós tínhamos, de certa forma, um apoio.” Foram realizados abaixo-assinados com intenção de sensibilizar e de criar uma lei de iniciativa popular. “Olha só o tamanho da nossa audácia né? Já que nenhum vereador puxava um projeto, teria que ser de iniciativa popular. Então, a gente

busca a lei. Desde a região do Maicá, região do Ituqui, todo evento que tinha, nós estávamos lá coletando assinatura.”

Valda resgata ainda que sensibilizar foi difícil porque foram criados grupos para contrapor ao processo e que estavam na base. “Quando nós íamos para a Câmara, nós éramos surpreendidos com todo mundo com plaquinha ‘não à APA’. E aí qual era a argumentação? Que se aqui tornasse APA, não iria poder criar galinha, não iria poder criar pato, não iria poder criar isso.” Segundo Valda, esses grupos deixavam as pessoas do bairro Pérola do Maicá amedrontadas.

Ela ainda avalia que a participação da associação no processo de revisão foi no que antecedeu, a questão da APA. A sede da associação foi palco, inclusive, de uma audiência pública descentralizada da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA).

Como, na época, o deputado Bordalo (PT) que era da comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa se mostrou sensível a essa discussão, aí ele disse:

-Seria interessante que fosse no bairro, Valda. Tu tens espaço lá?

Aí a gente conseguiu aqui na época dialogar, e ver essa estrutura toda. A gestão municipal esteve presente, só passou por aqui. Não foi muita coisa que desse para se comprometer. Mas assim, todos os envolvidos, na época, na discussão, estavam. E assim, acho que foi o momento que toda cidade soube dessa novidade. Na época, eu considerei assim, bastante inovador. Penso que foi inédito porque foi uma coisa assim que nunca tinha acontecido, de uma assembleia sair de Belém e vir para o município, né. E, a partir daí, eu acho que fortaleceu a luta. Então, eu acho que esses foram os momentos mais fortes da associação nesse processo todo.

O Plano Diretor de Santarém de 2006, lei municipal 18.051 de 2006, criou no seu artigo 137, VI, a área de proteção ambiental do Maicá (APA do Maicá), iniciada no furo do Maicá seguindo até a comunidade Fé em Deus, na região do Ituqui. A APA é uma das categorias de unidade de conservação prevista originalmente na lei 6.902 de 1981 e regulamentada na lei 9.985 de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). De acordo com o artigo 15 da lei do SNUC, “a Área de Proteção Ambiental (...) tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.”

Para que o instrumento de proteção ambiental fosse realmente efetivo, era necessária à sua regulamentação por meio de legislação específica. Em 27 de junho de 2016, a vereadora Ivete Bastos do PT apresentou um projeto de lei para regulamentar a APA do Maicá. O projeto de lei foi criado quando já se discutia no município a possibilidade de expandir a zona portuária do município para o Lago do Maicá e contou com a colaboração de lideranças

comunitárias, sujeitos coletivos e profissionais da UFOPA. Na época, Sara Pereira da Fase Amazônia declarou que a articulação para a criação da APA “mais um passo fundamental na luta em defesa do Lago do Maicá contra a pretensão de construção de empreendimentos portuários por parte de empresários do agronegócio. Toda a rica biodiversidade do Lago do Maicá estará ameaçada, caso os portos sejam construídos ali” (TERRA DE DIREITOS, 2016).

No projeto de lei 741/2016 proposto pela vereadora Ivete Bastos, a APA do Maicá teria início no furo de Maicá indo até o igarapé do Jacaré. Proposto no mês de junho de 2016, o projeto não foi para a frente naquela legislatura. O presidente da Câmara Legislativa de Santarém justificou que seria necessário discutir a questão da APA do Maicá com a sociedade em audiências públicas. As sessões legislativas sobre o projeto foram acaloradas com a presença de grupos contra e a favor da criação da APA. Outra justificativa apresentada pelo vereador Dayan Serique é que a questão da APA do Maicá deveria ser discutida no âmbito do processo de revisão do Plano Diretor de Santarém que seria realizado em 2017 (VIEIRA, 2022).

Conforme consulta no Portal da Câmara Legislativa de Santarém, o projeto de lei 471/2016 consta como “em tramitação” até hoje, sendo a sua última atualização de 28 de junho de 2016. Importante ressaltar que nenhum vereador do Partido dos Trabalhadores foi eleito ou reeleito para a legislatura 2017-2020, fato já conhecido pelos vereadores que propuseram o adiamento das discussões sobre a regulamentação da APA do Maicá em 2016. Na versão modificada pelos vereadores do Plano Diretor revisto, lei 20.534 sancionada em 2018, foi indicado que a APA do Maicá será definida por estudo técnico.

4.10 Terra

Valda constata que toda discussão favorável ao Plano Diretor, de fato, participativo, foi quebrada e, para surpresa, no finalzinho do ano. “E aí, a gente entra num desanimo total porque foi muito esforço. E a gente, de fato, começa a perceber que aquilo que estava sendo colocado como ameaça.” A preocupação com a regularização fundiária se tornou mais constante. “Por isso que eu falo da questão da regularização fundiária, se você não tem a sua titulação, você sai daí sem direito a nada.”

Ela nos conta que, no bairro Pérola do Maicá, a Embraps tem uma área que toma quase a metade do bairro que será o local a ser destinado aos pátios das carretas. “Enquanto os

moradores passam 30 anos reivindicando a documentação de um lote, a Embraps consegue uma área. São muitas contradições que a gente vive assim.” Além da ameaça da Embraps, atualmente, os moradores convivem com a empresa de combustível ATEM’s.

Quando a Luísa me fala da questão da Embraps, eu disse assim:

-E a ATEM’s?

Porque a ATEM’s foi uma outra coisa né, que no final do ano, no mês de outubro, começou a aterrar e, quando foi em dezembro, estava tudo levantado. Para a nossa surpresa, o que sustentou o licenciamento dela, segundo o desembargador, e eu tenho todos os documentos aqui, foi pelo fato dela já estar com 97% da obra construída, não seria prudente mandar derrubar. Mas, se fosse a minha casa, ele teria mandado derrubar. Mas enfim, são essas coisas.

O dia 17 de abril se tornou um marco na luta pela reforma agrária no Brasil. A data remete ao terrível 17 de abril de 1997, dia em que dezenove trabalhadores rurais foram brutalmente assassinados por quase 300 policiais militares do Estado do Pará no episódio que ficou conhecido como o massacre de Eldorado do Carajás. A chacina ocorreu na PA-150, município de Eldorado do Carajás, localizada no sul do Estado (MST, 2022).

Cerca de 1500 homens, mulheres e crianças, organizados no Movimento dos Sem-terra (MST) estavam acampados na rodovia e marchavam até Belém para cobrar do governo estadual a desapropriação da Fazenda Macaxeira, em Curionópolis, município paraense. A operação militar que ceifou brutalmente a vida de dezenove pessoas foi articulada pelo governo do Estado junto ao Secretário de Segurança e ao presidente do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) com o objetivo de desobstruir a via (Memorial da Democracia, 2023).

Esse caso, assim como outros, também ficou marcado pela impunidade. Apenas dois oficiais foram condenados, o coronel Mario Colares Pantoja, comandante da operação, e o major José Maria de Oliveira. Os dois foram presos após dez anos da condenação e, seis anos de regime fechado, passaram a cumprir suas sentenças em regime domiciliar (BARBOSA, 2020).

Desde o massacre de Eldorado dos Carajás, muitas outras pessoas perderam suas vidas em conflitos fundiários. De acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), os conflitos seguem crescendo. Foram registrados no primeiro semestre de 2023, 973 conflitos no campo. Dentre as 527 mil pessoas envolvidas nesses conflitos em 2023, os dados da CPT apontam que a população indígena é a que mais tem sofrido com a violência na luta pela terra (BOCCHINI, 2023).

Ainda de acordo com a CPT, 80% desses conflitos pela terra ocorrem na Amazônia Legal, o que a torna a região com a maior violência no campo do país. Desde a colonização,

os conflitos fundiários que dizimam muitas vidas compõem a realidade amazônica, região também marcada pela concentração de terras. Apesar da assimetria de poder entre aqueles que estão nessa disputa na região, Rogério Almeida e Elias Sacramento afirmam que “os sujeitos historicamente colocados em posição de subalternização edificam um processo de organização, enfrentamento e ocupação no cenário político em defesa de seus direitos de posse e uso da terra, da floresta, do subsolo e dos rios” (ALMEIDA; SACRAMENTO, 2022, p. 32).

Hoje, esses conflitos fundiários na Amazônia também se atualizam em novas disputas pelas terras urbanas, como no caso da ocupação Vista Alegre do Juá em Santarém-PA. Em monografia defendida no curso de Direito da UFOPA, Francisco Bezerra resgata o caso da gleba Mojuí dos Campos, para tratar da apropriação de terras públicas de forma ilícita na Amazônia. Para Francisco, os conflitos fundiários na região teriam sua origem, em parte, na insegurança jurídica dos documentos que conferem propriedade à terra, tendo em vista a prática fraudulenta de construção desses documentos por meio da grilagem (BEZERRA, 2018).

A pesquisa analisou o procedimento discriminatório que culminou na arrecadação, pela União, da gleba Mojuí dos Campos bem como a desafetação dessas terras localizadas na área de expansão urbana do município de Santarém. A área de estudo abrange a fazenda Salvação, propriedade privada que é o local da disputa judicial que envolve a ocupação Vista Alegre do Juá. A investigação de Francisco aponta possível caso de apropriação ilícita devido as inúmeras inconsistências identificadas nos documentos da fazenda Salvação e no procedimento de desafetação de parte da gleba Mojuí dos Campos (BEZERRA, 2018).

A construção do projeto portuário na grande área do Maicá também envolve disputa de terras. As professoras Danielle Wagner Silva e Izaura Pereira da UFOPA ressaltam no Estudo Técnico realizado pela universidade que a Embraps afirma que realizará a obra em terreno próprio, desconsiderando a ocupação histórica dos moradores da área afetada direta e indiretamente pelo empreendimento. Segundo as pesquisadoras, as famílias dos bairros Área Verde e Pérola do Maicá vêm pleiteando há anos a regularização fundiária de seus terrenos junto à prefeitura de Santarém, sem sucesso. Elas ressaltam ainda que os moradores ocupam esses terrenos de maneira contínua e sem reivindicação de reintegração de posse há anos, sendo possível o reconhecimento jurídico da usucapião, com fundamento na Constituição Federal (UFOPA, 2018).

Valda mora na “famosa Transmaicá, onde iria passar a rua para poder as carretas passarem”. Ela relembra que um dia chegou em casa e tinha um marco na sua varanda.

Falta de clareza desse processo todo, é o que nos deixa incomodados, eu diria. Ontem, eu estava com um grupo da EMATER, e aí fomos lá no porto, e aí ele disse assim:

-Onde é que vão fazer o porto? Onde é que vai passar isso?

-Não disseram ainda pra nós onde vai ser.

É a resposta assim que eu dou, porque, de fato, é isso. Eles vão fazendo tudo as caladas, de forma que não chamam aqueles que devem ser chamados para esclarecer, e a gente fica nessa incerteza do que de fato se está pensando.

Para o senhor Mário da FOQS, “não custa nada ser consultado”. Ele afirma que, se fosse apresentando um projeto em que nada de anormal fosse acontecer, as pessoas não teriam como se opor, mas quando vai fazendo de qualquer jeito, as pessoas ficam assustadas. “Nessa região, a gente trabalha muito o extrativismo, a pesca. Então, qualquer anormalidade que acontecer para cá e que entrar para lá, vai ser um prejuízo muito grande para milhares de famílias que tem para dentro.”

Valda enfatiza ainda que o processo de revisão do Plano Diretor foi uma frustração tão grande que depois que passou, o movimento social ficou desanimado. “A gente fala muito assim de aprendizados, mas a gente deveria pensar também na questão das frustrações. E aí eu cheguei até a escutar: ‘pra que participar desses processos, se depois não consideram’. O que a gente faz, o que a gente diz?” Ainda assim, ela afirma que o processo também deixa a lição de que a gente precisa ser persistente na luta. “E aí, ser persistente na luta talvez não seja fazer o enfrentamento da forma como se fazia antes, com foice, com arco e flecha, essas coisas. Mas é pensar em dinâmicas diferenciadas, eu digo assim, inteligentes. E um pouco da associação vem isso.”

Nesse quarto capítulo, resgatamos o processo de revisão do plano diretor por intermédio dos relatos dos sujeitos coletivos e desdobramos algumas das redes que compõe esse acontecimento na sua relação com a política e com o Direito. No capítulo seguinte, Jiquitaias, serão apresentados os atuais desdobramentos desse acontecimento para além do espaço urbano onde novas alianças pelo direito à cidade têm sido construídas.

5 JIQUITAIAS: NOVAS ALIANÇAS PELO DIREITO À CIDADE PARA ALÉM DO URBANO

A entrevista realizada com o Movimento Tapajós Vivo aconteceu na casa do Padre Edilberto, no bairro Aldeia. Na entrada de sua casa, que é envolta por muitas árvores e flores, há uma homenagem aos cabanos em forma de arte, com referência especial ao líder Eduardo Angelim. Antes da entrevista começar, papeamos um pouco enquanto aguardávamos o Carlos, que também foi entrevistado.

Padre Edilberto resgatou suas muitas andanças pelo imenso território santareno que, durante algumas décadas, abrigou Belterra, sua cidade natal. Os muitos desafios enfrentados na Amazônia foram trazidos por ele sem qualquer inocência. Nem a possível vitória do Lula naquele agosto de 2022, encerrando um período tenebroso para os povos amazônidas sob o governo Bolsonaro, poderia trazer a esperança de dias melhores para o rio Tapajós. Afinal, foi nos governos do PT que as ameaças das hidrelétricas foram mais constantes.

Mesmo diante de tantos desafios perante os poderosos da região, do Brasil e do mundo, padre Edilberto afirmou, com confiança, que os sujeitos coletivos de Santarém são pequenas Jiquitaias. “Como nós somos jiquitaia, nós somos desse tamaninho, mas aí os outros chamam a gente.” Questionei o que eram jiquitaias e ele me explicou que eram pequenas formigas e advertiu que, no dia que as conhecesse, não esqueceria mais. A mordida das Jiquitaias incomoda bastante. No dia seguinte, em visita ao bairro Pérola do Maicá para realizar a entrevista com a associação de moradores, tive um encontro com elas. Os pés queimaram durante dias!

As jiquitaias, *Solenopsis saevissima*, também são conhecidas como formigas lava-pés. Sua ferroada provoca queimação e irritação na pele (DIAS, 2022). O nome Jiquitaia, original do Tupi antigo, significa “ardido” e nomeia uma espécie de pimenta produzida pelo povo Baniwa do alto do rio Negro que conquistou o mercado internacional (ISA, 2013). No passado, Jiquitaia foi o nome de um jornal que circulou em Santarém nas primeiras décadas do século XX. Com a grafia “Jêquytaia”, o título adotado “nessa gazetinha” fazia referência a língua dos antepassados e queria dizer “farelo queimoso”. O editor-chefe do jornal era o senhor Innocentino Collado Pimenta, que assinava apenas “Zé Pimenta” (ICBS, 2023).

Inspirado nas pequeninas jiquitaias que, quando juntas, não passam despercebidas, esse capítulo pretende jogar luz nas atuais composições realizadas pelos sujeitos coletivos de Santarém que, com criatividade, têm buscado novas alianças na luta pelo direito à cidade para

além do espaço urbano. Nesse capítulo, são apresentadas as experiências dos Guardiões do Bem Viver no PAE Lago Grande e da Associação de Moradores do bairro Pérola do Maicá. Apoiados nos modos de existência diversos, essas iniciativas que têm em comum o protagonismo da juventude, se mostram como sementes de novos arranjos políticos em defesa de cidades que saibam como coexistir com as águas e com as florestas.

5.1 Bem Viver

Marlon, do “Guardiões do Bem Viver” resgata a história do coletivo que começa em 2019, ano da primeira romaria do bem-viver. Numa reunião da Região 8 da Pastoral da Juventude, foi discutida a importância do protagonismo da juventude e a ideia de organizar a romaria foi fortalecendo. “A gente pegou os coordenadores da Pastoral da Juventude da região do Arapiuns, Lago Grande e Arapixuna, que formam a região 8 da pastoral que fica dentro do assentamento. Aí reunimos com eles e colocamos a proposta. Tudo começou como Pastoral da Juventude, ninguém nem sonhava em ser guardiões.”

Essa motivação os levou a procurar parceiros, em especial, o STTR, a FEAGLE e a FASE. “Eles confiaram na gente, sabiam que a gente poderia ser capaz. E a gente fez de tudo para conseguir recurso para que essa romaria pudesse sair porque o território estava sendo, ou seja, ainda é ameaçado pela mineração, principalmente pela Alcoa.” Marlon ressalva que nunca colocaram que a romaria era um evento da igreja, porque gostariam de envolver diversos jovens. “Nós temos hoje jovens no coletivo que fazem parte de outra religião.”

A defesa do território contra a mineração foi o principal objetivo da romaria. As ameaças ao território são constantes, e não vêm apenas da mineradora Alcoa. “Tem outras mineradoras que ameaçam o território por ser rico não somente em bauxita, mas em outros minérios. E tava na hora de dar um grito de chega. Chega! Aqui não tem só animais, não tem só florestas, aqui tem gente, aqui tem pessoas, aqui tem famílias.” O entendimento do coletivo é de que a mineração é prejudicial às famílias que moram no Lago Grande “A mineração entrando, as famílias não têm onde ficar. A nossa preocupação foi essa.”

Thiago, da CJP, esteve presente na primeira reunião em que foi idealizada a romaria do bem viver. A reunião foi realizada no centro de formação do STTR em Santarém, o Chico Roque, em novembro de 2018. Estavam presentes membros da Pastoral da Juventude do Lago Grande e do Arapiuns, não tinha ninguém do Arapixuna. Esses três lugares formam a região pastoral 8. “Foi feita uma provocação para eles, né. ‘Que tal fazer alguma coisa para dar

maior visibilidade?’ O Arapiuns já vinha discutindo sobre a ideia de fazer o grito da juventude, que é um negócio muito poderoso que eles faziam, que reunia muita gente e tal. Então, já vinha esse papo.”

A inspiração da romaria, segundo Thiago, veio da experiência da diocese do Xingu que organiza a Romaria da Floresta que vai do túmulo da irmã Dorothy Stang que fica no centro de formação da paróquia de Anapu até o local onde ela foi assassinada em 2005. “Dá uns 55 quilômetros mais ou menos, são uma noite e um pedaço do dia, com diversas paradas de reflexão a partir dos mártires da Amazônia. E aí então foi feita a provocação ‘que tal fazer algo semelhante, uma romaria?’” Para construir a romaria, foram chamadas outras organizações que seriam “co-coordenadoras”.

A segunda reunião foi realizada na comunidade Maranhão, na casa do Edilson, vice-presidente do STTR. “Nessa reunião já vão chamar alguém do Arapixiuna, vão chamar a FASE, o STTR e a FEAGLE, e chamaram também um outro grupo chamado grupo Mãe Terra. Esse bloco de organizações constituem os coordenadores da primeira romaria”. Na época, Thiago participava das reuniões como assessor da FASE. “Na primeira reunião, eu fui como curioso, eu que fiz a provocação ‘que tal da romaria?’ Mas na segunda reunião, eu disse ‘vou estar como FASE, não vou poder opinar muito’ Partiu a ideia da Pastoral da Juventude.” Thiago afirma, categoricamente, que a romaria é da Pastoral da Juventude que chamou outras organizações para construírem juntos.

5.1.1 Cabanagem

Thiago relembra os processos de escolhas para determinar de onde a romaria iria sair até onde ela iria chegar. “Eu achei muito interessante isso, como é que a galera foi fazendo suas escolhas a partir dos seus territórios, a partir das suas ancestralidades.” O ponto de partida foi na comunidade de Cuipiranga porque foi um palco de resistência do movimento da Cabanagem. “Se a gente está nessa história de entender a Cabanagem, inclusive, alguns se entenderem como novos cabanos, é fundamental recomeçar lá. E dizer assim, para os outros, que a gente está disposto a ser os novos cabanos nesse momento histórico”. O ponto de chegada foi na comunidade de Muruí, onde fica a sede da FEAGLE. “Existe um grande questionamento sobre legitimidade da federação responsável pelo assentamento. Então, a juventude toma a iniciativa de dizer ‘vamos findar na FEAGLE, dizendo assim, que ela é a

nossa federação' dá total legitimidade." Para Thiago, as escolhas foram propositais. "Eu achei isso de uma maturidade muito grande, a galera fazer essas escolhas."

De 1835 a 1840 ocorreram vários eventos políticos e militares no antigo Grão-Pará que constituíram o movimento da Cabanagem. O nome do movimento se refere ao modo de vida dos moradores que viviam em cabanas, condição ainda presente na Amazônia. Nas palavras de Márcio Souza, a Cabanagem foi "uma clara demonstração de que os agentes sociais da Amazônia estavam não apenas experimentando a desmontagem final do projeto colonial", o movimento "apontava para o nascimento de uma civilização original, sustentada demograficamente pelos novos amazônidas: os cabocos" (SOUZA, 2019, p. 205).

Nesse acontecimento complexo, estiveram envolvidos indígenas, mestiços, quilombolas, sem-terras e proprietários abastados contra as oligarquias portuguesas. Em 7 de janeiro de 1835, o quartel dos corpos de caçadores e artilharia em Belém é tomado pela tropa de Antônio Vinagre, um dos líderes cabanos ao lado de outras importantes figuras como Eduardo Nogueira Angelim, Batista Campos, Apolinário Maparajuba. Márcio Souza afirma que a revolta se espalhou por todo Grão-Pará sendo a região do Baixo Amazonas um dos focos da resistência cabana (SOUZA, 2019).

O movimento foi fortemente reprimido pela coroa brasileira. Estima-se que 30.000 pessoas morreram durante a Cabanagem. A resistência cabana fez com que a repressão levasse três anos para acabar com todos os focos de rebelião. Na análise de Márcio Souza (2019), o esmagamento da Cabanagem por força vinda de fora pode nos dizer muito sobre os desafios atuais da Amazônia.

A Cabanagem é considerada como o maior levante popular da nossa história (Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2022). Para Márcio Souza, o levante popular "fez renascer o orgulho de uma Amazônia indígena, que saiu da letargia para dar o troco de dois séculos e meio de atrocidades." Contra o projeto colonial, "as massas cabanas indicaram definitivamente não existir integração possível entre as sociedades tribais e as sociedades nacionais que nasceram da colonização europeia" (SOUZA, 2019, p. 206).

Marlon enfatiza que Cuipiranga foi escolhido por ser um local de resistência devido à Cabanagem. "A gente usou Cuipiranga como ancestralidade de buscar também ali a luta dos cabanos. Não dizendo que nós vamos resgatar, porque a partir do momento que a gente diz resgatar, é como se não existisse mais. Nós éramos os novos cabanos, mas não da mesma forma que eles."

Cuipiranga, também denominada de Ecuipiranga que na língua indígena significa terra vermelha, é uma comunidade localizada numa baía entre os rios Tapajós e Arapiuns há três

horas de barco da cidade de Santarém. Em 2009, viviam nessa comunidade cerca de 48 famílias, herdeiros das memórias dos guerreiros desse vilarejo que, no século XIX, foi palco da resistência cabana numa aliança entre mestiços, negros, indígenas Munduruku e Maués. Após dois anos de resistência, essas terras foram avermelhadas pelos sangues cabanos, mortos em confronto desigual com as forças imperiais em 12 de julho de 1937 (DUTRA, 2009).

Florêncio Vaz, docente da UFOPA, reflete sobre as razões de, até hoje, Cuipiranga despertar tanto interesse, em especial, dos pesquisadores. Em 2011, após 175 anos da resistência cabana em Cuipiranga, ele ressaltou algumas das singularidades desse acampamento. Um dos primeiros fatos destacado por Florêncio é de que o acampamento já existia desde 1832, o que mostra que a Cabanagem não começou com a tomada de Belém em 07 de janeiro de 1935 e se espalhou para o interior. Para Florêncio, a guerra teria iniciado em várias localidades do interior da Amazônia e culminou com o ato na capital da província. Cuipiranga foi a fortaleza rebelde mais bem sucedida no interior da Amazônia e permaneceu de pé mesmo depois do movimento ser reprimido na capital em 13 de maio de 1836 (VAZ, 2011).

Cuipiranga está localizada num lugar estratégico: de frente, o rio Tapajós e seu afluente Arapiruns. Aos fundos, o braço direito do rio Amazonas. Isso permitia que os cabanos controlassem o fluxo de embarcações nos três rios. Além disso, os cabanos em Cuipiranga possuíam um sistema de comunicação bem-organizado que se utilizava de cavalos, canoas e mensageiros. Essas estratégias compensavam a disparidade em relação ao acesso às armas das forças imperiais (VAZ, 2011).

O exército de cabanos em Cuipiranga chegou a ter cerca de mil pessoas alimentadas pela farinha e pela carne produzida nas redondezas que também abrigavam os familiares dos guerreiros, contabilizando mais de três mil pessoas. Destaca-se desse grupo, os líderes cabanos Miguel Apolinário, autotizado Maparajuba Firmeza, e Eduardo Nogueira, que acrescentou Angelim ao seu nome. Os nomes de árvores, Maparajuba e Angelim, se relacionavam à dignidade, força e justiça desses não humanos (VAZ, 2011).

Cuipiranga continua alimentando o imaginário dos povos dessas terras e dessas águas. Essa experiência tem sido objeto de pesquisas, livros e documentários, além de iniciativas como encontros e caravanas que buscam manter viva a memória dos cabanos. Em Santarém, é possível encontrar ainda diversos coletivos que, com seus nomes, fazem referência a esse acontecimento como o NAJUP Cabano, o coletivo Novos Cabanos, os advogados populares do Maparajuba, entre outros.

O protagonismo da juventude, especialmente da Pastoral da Juventude, é destacado por Thiago. Naquele momento, calculou-se que eram 144 comunidades a serem mobilizadas. “A juventude foi em todas as comunidades sem exceção. Talvez essa seja a única organização, dentro desse território, que consiga ter isso. A molecada pegou moto, pegou bajara, pegou carro e foi em todas as comunidades. E aí surtiu um efeito gigantesco.” Thiago resgata ainda um momento marcante.

Cara, tem uma cena que para mim é marcante. Na semana que antecede a romaria, os meninos já estavam lá, e eles convidam a gente para ir lá. Eu mesmo estava na Fase e foi destacado entre pessoas, eu, Jairo e acho que Samis, pra nós irmos passar esses dias com os meninos em Cuipiranga. Então, eles foram pra dentro da mata e não tem barracão, não tem auditório. E aí o que o pessoal fala:

-Não, nós vamos construir um barracão.

Então, foram para dentro da mata, tirar palha, preparar os esteios, e nós fizemos um barracão imenso na beira da praia. Quando a gente termina isso, no dia anterior a romaria, aí amanhece um puta de um dia assim, muito lindo mesmo, com o sol raiando, e, no momento que o sol está raiando, começam a surgir os primeiros barcos vindo do Arapiuns. Aquela cena nunca saiu da minha cabeça! Desde aquele dia, que é cena de um momento de gente chegando com os barcos, não demora muito, chegando ônibus de outros lugares. Veio gente de todos os lugares!

Marlon resgata que o ramal terminou de ser aberto no dia da romaria. Eles passaram uma semana lá, de “trabalho dobrado.” “Eles perguntaram se era possível a gente trazer, pelo menos, reunir 200 jovens para a caminhada, uma caminhada de 35 km. E a gente falou que não, que, no mínimo, a gente queria 500 jovens por região, Arapiuns, Lago Grande e Arapixuna, no total daria 1500 jovens.” Foram reunidos mais de 1300 jovens e outras pessoas que, para Marlon, “não eram jovens de idade, mas jovens de espírito, e que estavam com a gente seguindo firme na luta.”

Para Marlon, não foi uma “caminhada por caminhar”, mas uma caminhada de reflexão sobre as ameaças que estavam vivendo. Foram discutidas questões sobre políticas públicas, mineração, direitos humanos. “Foram 35 km de caminhada, de muita reflexão, de união da juventude. A gente saiu umas 6h da tarde de Cuipiranga para chegar às 7h da manhã. A gente parava para fazer as paradas de reflexões sobre os temas que a gente levou para discutir durante a caminhada.”

Thiago resgata que juntaram 1500 pessoas na praia e que no decorrer da caminhada, foi somando mais gente. “É isso que foi bom, como existe uma mineradora querendo entrar nesse território, então, as organizações, os atores, passaram a medir forças, medir força de narrativa, medir força humana mesmo.”

Marlon relembra que, além do cansaço, sentiu-se muito emocionado por essa conquista da juventude e daqueles que ajudaram no processo que conseguiram dar uma resposta para a Alcoa e para o Sínodo para Amazônia proposto pelo Papa Francisco. “Foi muito emocionante e importante mesmo. A galera sentiu ali que realmente que a gente estava fazendo algo que ia valer a pena.”

Thiago avalia que a partir da romaria, surge um ator inquestionável, ainda que a pastoral da juventude fizesse esse trabalho de forma isolada. Ele considera que hoje há um processo de negação da pastoral da juventude por parte de outras organizações. “Surge um ator inquestionável nessa luta que é a juventude, seja ela a que está na pastoral da juventude, seja ela a que não está. Inclusive, é esse ator que vai questionar diversos outros atores dentro território, atores contrários ao assentamento.”

Uma cena ocorrida na comunidade de São José, para Thiago, foi o primeiro experimento da força da juventude, que enfrentou um advogado que estava questionando o assentamento. “Tinha um advogado, que já foi preso algumas vezes, ele estava lá questionando o assentamento. Então, os meninos vão saber disso e eles vão para essa reunião e acabam com essa reunião, questionando o advogado.” Thiago avalia que, a partir daí, todo o assentamento, diversos outros atores, a própria Alcoa e as pessoas de Santarém começam a ver: “Olha, dentro do assentamento tem uma nova força, um novo ator, e que ele questiona e que ele tem força”. E continua: “eu acho que é importantíssimo que surge nisso, é um ator poderosíssimo que é a juventude. Para mim, vale a pena injetar energia na molecada porque está com outro gás, né.”

Diana, da Pastoral da Juventude, também resgata o acontecimento da romaria do Bem Viver. “Foi uma experiência muito bacana pelo fato de ser uma região bem extensa, e a gente achar que parece que é só uma realidade, mas são diversas realidades dentro de uma realidade, mas com uma série de ameaças também.” Para ela, a romaria trouxe a perspectiva do território como instrumento de defesa da autonomia da própria população e do entendimento de que o modo de vida não pode ser tirado de qualquer maneira. Diana defende que essa perspectiva territorial pode ser ampliada tanto para o campo quanto para a cidade.

Marlon relembra a criação do “Manifesto Cuipiranga”, logo depois da romaria, onde os Guardiões relatam sobre o bem viver. O manifesto foi entregue ao Ministério Público e para alguns vereadores. “Nós fizemos esse manifesto e trouxemos para eles lerem e saber que a gente quer o bem de todos. Não é a mineração que vai fazer bem para gente, são diversas realidades dentro de uma realidade, não é a mineração que vai fazer a gente permanecer lá.”

As juventudes do Lago Grande, Arapiuns e Aapixuna permanecem atuando pela defesa do território, e o consenso do coletivo expresso por Marlon é de que os jovens têm que aparecer. “Fomos, mobilizamos a juventude, fizemos diversas reuniões, fomos conversando, fizemos palestras nas escolas falando o que que era a cultura do bem viver”. No primeiro ano, as palestras tiveram os seguintes temas: “Defender a mãe terra: o nosso modo de vida resistir” e “PAE Lago Grande: território livre de mineração”.

5.1.2 Mandioca

Pelo fato de a romaria ser a “romaria do bem viver”, uma filosofia que a PJ está lendo muito, surgiu o nome “Guardiões do bem viver”. Marlon relembra ainda que foi estudada a possibilidade de continuar como Pastoral da Juventude e, depois, como “Novos Cabanos”. “A gente discutiu, sentamos e batemos o martelo pra dizer que nosso coletivo se chamaria “Guardiões do bem viver”, um coletivo mais social, de movimento social, por conta de que a igreja tem suas limitações. Então, muitas coisas que a gente quisesse fazer, nós não poderíamos.”

O coletivo começou com 15 membros, sendo 5 de cada região. “Nós fomos ficando conhecidos, nós fomos dialogamos e vimos que o protagonismo da juventude era muito importante e que nós tínhamos que fazer esse trabalho de trazer a juventude para trabalhar em defesa do território.” Marlon destaca que o coletivo é o braço direito da FEAGLE, a gestora do território e parceiros de outras organizações que trabalham lá dentro como o STTR, a FASE.

Marlon aponta que o coletivo é bem misto entre homens e mulheres e a faixa etária varia entre 18 e 30 anos. A comunicação entre os guardiões se dá, principalmente, pelo Whatsapp, num grupo que agrega mais de 50 jovens sendo que nenhum deles mora pertinho um do outro. “O território é muito grande. Uns moram no alto Arapiuns, outro no baixo Arapiuns, outros moram no Arapixuna, outros no meio do Arapixuna, outros lá no Lago Grande. Tem o médio Lago Grande, o baixo Lago Grande e o alto Lago Grande. Estão todos aí e nós estamos espalhados.”

Por meio do grupo no Whatsapp, os guardiões conseguem se comunicar ainda que às vezes falte conexão de internet, o que segundo Marlon, interfere em algumas coisas. “Tem alguns ali que não tem aparelho de celular, mas a maioria tem. Quem não tem acho que são

uns cinco só. Mas no momento que a gente consegue comunicar com eles, a gente coloca eles por dentro de tudo que está acontecendo.”

Hoje, um dos objetivos dos guardiões, segundo Marlon, é lutar pelo bem-estar de todos que vivem dentro do território e fazê-los enxergar que o bem viver é importante. “O nosso bem viver são os nossos modos de vida, nossas tradições. Ali, as pessoas terem uma água saudável para tomar um banho, ter uma água boa para beber. Preservar os igarapés, preservar os rios, preservar as florestas, as frutas, as produções. Tudo isso é o nosso bem viver.” Ele ainda enfatiza que tem imensas produções no território. “Tem as comidas típicas, as bebidas típicas, como tarubá, a tiborna, o caxiri, a pajiroba, diversas outras. O peixe assado, a farinha. Enfim, diversas riquezas que a gente tem e não quer perder. Que são de fato as nossas raízes, as nossas ancestralidades que são os povos indígenas.”

A *Manihot esculenta* Crantz é uma planta milenar de origem sul-americana. Conhecida popularmente como mandioca, macaxeira ou aipim, é o segundo alimento energético mais consumido no mundo, atrás somente do arroz (EMBRAPA, 2023). Pesquisas arqueológicas indicam que uma das maiores contribuições dos indígenas das américas foi a domesticação de muitas plantas, dentre elas, a mandioca. A domesticação é um processo no qual plantas consideradas selvagens são manipuladas com a finalidade de se destacar algumas de suas características. O arqueólogo brasileiro Eduardo Neves afirma que podemos considerar a emergência da agricultura enquanto um processo coevolutivo no qual plantas e seres humanos desenvolvem uma dependência mútua, que torna suas vidas impossíveis sem a presença do outro (NEVES, 2006, pp. 32-33).

Na cultura indígena, a origem da mandioca está relacionada à sua própria mitologia. Com diferenças versões, o aparecimento dessa planta ocorreu quando uma figura feminina, criança ou mulher, morreu. Da terra brota a mandioca, numa transformação do corpo humano enterrado que salva toda aldeia da escassez. Foram os indígenas que perceberam que, para consumir a mandioca, é necessário extrair o seu veneno. Eles verificaram que o ácido cianídrico evaporava ao torrar, assar ou ferver a mandioca (BITTENCOURT, 2017).

A mandioca é considerada uma das plantas mais importantes para a população da Amazônia por ser matéria prima de diversos alimentos como a farinha e o tucupi. Todas as partes da mandioca são aproveitadas na culinária amazônica. As folhas da mandioca, por exemplo, são a base da Maniçoba. Além de pratos, essa planta ancestral também está presente em muitas bebidas fermentadas como o Tarubá, a Pajiroba e o Caxiri (BITTENCOURT, 2017).

A produção da farinha, muito comum entre as famílias amazônicas, possui várias etapas como a plantação, a colheita, o transporte, a limpeza, a ralação, a prensagem, o esfarelamento, a peneiração e, enfim, a torragem. Todas essas etapas são importantes. Por exemplo, na limpeza é eliminada parte do ácido cianídrico. A textura da farinha varia de acordo com cada região (Café do Sítio, 2023).

A manipulação da mandioca é um saber ancestral perpetuado até hoje. Comunidades de diferentes lugares da Amazônia realizam festivais em sua homenagem, como o Festival da Mandioca realizado na comunidade de Juruti Velho, cidade de Juruti-PA. Esse evento, que tem como objetivos valorizar, divulgar e agregar valor de consumo à mandioca e seus derivados, é realizado há mais de vinte edições (Juruti Velho, 2023).

Para Yuri da FASE, o bem viver é um ideal de vida, que se baseia nas dinâmicas coletivas, na relação com a natureza, com a ancestralidade, com a espiritualidade. “Por muito tempo, pelo menos dentro dos conceitos ou das relações que a gente trás de fora, a gente vai se afastando dessas relações ou acha que isso não faz parte. A gente mora numa região que isso é fundamental para a nossa existência.” Ele afirma que a luta por entender o bem viver como elemento principal da cidade foi o que lhe pegou. “Pô, o bem viver não é só um conceito, uma expressão, mas é uma forma de vida. Uma defesa de uma região, da cidade, dos modos de vida de quem está aqui, seja no centro urbano, mas também aqueles que não estão inseridos diretamente na parte central da cidade.”

Yuri resgata ainda que, quando se deparou com essa expressão no grupo de pesquisa “O direito à cidade em Santarém-PA”, a relação com o bem viver era entendida a partir da discussão que é feita nos países andinos e, da forma como era visto, o bem viver era muito utópico. “Pra mim, hoje não faz sentido ver o bem viver como uma utopia, o bem viver é uma prática, faz parte da nossa vida, a gente consegue ver isso materializado na vida das pessoas. É algo verdadeiro, é algo genuíno.” Para ele, mesmo que a utopia seja importante para a luta, o bem viver não parte de uma utopia, ele parte de uma realidade, a realidade vivida em Santarém.

A partir dessa compreensão, Yuri conta que o grupo de pesquisa foi se relacionando aos movimentos sociais de Santarém para entender a dinâmica do direito à cidade junto ao bem viver. “Isso foi me constituindo também como uma pessoa que via a cidade para além do urbano, para além das concepções da urbanidade.”

5.1.3 Curuai

Outro objetivo dos Guardiões, segundo Marlon, é mostrar para os grandes projetos que o progresso não é o desenvolvimento que eles querem. “A gente quer o desenvolvimento, mas o desenvolvimento da forma correta. Que seja tudo sustentável. Que cada comunidade tenha seu abastecimento de água porque todo mundo tem direito à água saudável, o bem-estar de todos é um direito de todo mundo”. Ele ainda afirma que os guardiões querem levar a juventude para o trabalho de luta contra a mineração.

Os Guardiões também têm atuado de forma a ajudar a FEAGLE. “Os guardiões são FEAGLE porque FEAGLE não é só a federação, não é só os diretores que fazem parte da FEAGLE, é todo o povo que mora dentro do território. E a gente como juventude está dentro FEAGLE também.” Sete guardiões participaram da última disputa eleitoral para a direção da FEAGLE e conseguiram vencer. Marlon considera que a vitória foi muito importante na atual conjuntura. “É um momento em que a gente precisa da Amazônia de pé e que o planeta pede por socorro. O território é imenso, tem 254 mil hectares, é uma área muito grande, mas uma área de preservação.”

Marlon define ainda que a luta dos guardiões é em defesa do território e contra a mineração por entenderem que esse tipo de progresso não é melhor para todo mundo. Ele avalia que, a partir do momento que a mineração entrar, eles ficarão só com os prejuízos. “Nós não teremos nada de lucro com isso, como eles falam do tal progresso. Mas dentro do território não tem ninguém capacitado para trabalhar dentro de uma mineradora. Vai vir o que? Gente de fora para trabalhar.”

Na defesa do território, os guardiões protagonizaram a campanha “Não abra mão da sua terra”, desenvolvida pelo STTR. Essa campanha possibilitou a formação de novos guardiões. “A juventude que saiu a campo no território, de comunidade em comunidade. Das 154 comunidades do território, todas foram visitadas. E todas tiveram o privilégio de receber a campanha sobre a grilagem da terra.” Marlon resgata que o STTR financiou a campanha e apostou no protagonismo da juventude, o que deu certo.

Edilson, do STTR, ressalta que no Lago Grande tem um grupo de jovens muito forte, assim como na RESEX. Ele relembra ainda a atuação dos guardiões na campanha “Não abra mão da sua terra”. “Realizamos no período de fevereiro a abril desse ano de 2022. Na campanha a gente preparou essa molecada para falar da importância da defesa do território, A

molecada dominou o mapa, mostrando a realidade, 80 e poucas comunidades serão impactadas.”

Ele resgata que o planejamento começou no PAE Lago Grande. Depois, foram realizadas oficinas de capacitações em seis polos, seguidas pela juventude. “São 154 comunidades dentro do PAE, mas já fundaram novas comunidades e se reconheceram novas aldeias.” O STTR calcula, segundo Edilson, que no PAE Lago Grande há 40 mil habitantes considerando que existem 7.800 famílias dentro do território.

Edilson ressalta que a juventude foi preparada para falar também da lei 13.465/2017, da grilagem de terra na Amazônia, do mapa e dos pedidos de lavras de exploração de minério dentro do PAE. “Essa campanha também faz o levantamento da política de infraestrutura, da política pública, das ameaças e todos os descasos dentro do território, quais eram as problemáticas, em preparação para a audiência pública.”

A formação em comunicação com a equipe dos novos guardiões foi feita em parceria com a equipe do portal Tapajós de Fato. Foram dois módulos, em outubro e novembro o que, segundo Marlon, ajudou muito no processo de diálogo e de conversa. “A gente levou eles para campo, começamos pelos Arapixuna, Lago Grande, Arapiuns. E foi um começo muito bom para eles de desenvolvimento enquanto juventude, de saber dialogar e conversar e realmente conhecer o território.” Ao todo, 40 jovens fizeram parte da equipe que foi dividida em diversas comunidades. “Esse trabalho voluntário rendeu muito, muito mesmo. A gente percebeu o resultado nas audiências públicas que estavam presentes para mais de 700 pessoas.”

Os guardiões participaram ativamente de duas audiências públicas que ocorreram no PAE Lago Grande para discutir políticas públicas. Uma delas foi realizada na comunidade de São Francisco e a outra na sede da FEAGLE. “A juventude foi protagonista daquele momento, ela aguentou. E a maioria das falas que tiveram, foi a juventude que esteve presente, que esteve nas falas, que falou para o Ministério Público o que a gente precisava, o que a gente necessita”. Marlon ainda relembra que o enfrentamento com os bolsonaristas de Curuai foi bastante tenso.

Edilson, do STTR, também resgata as duas audiências. Estiveram presentes nas audiências diversas autoridades do MPF, MPPA, SEMA, IBAMA, EMBRAPA, EMATER, além de parceiros e jovens da área da comunicação. Ele conta que a audiência realizada na região do Arapiuns foi bem calma e que a juventude foi preparada para fazer fala em defesa do território, do direito à saúde, do direito à educação e à infraestrutura básica. Mas que, na audiência realizada no Lago Grande, teve um grupo contrário, de desmobilização. “Nesse

grupo contrário tem os antropólogos, tem advogados, tem comissões, tem associações criadas para fazer acontecer o município [de Curuaí]. E nesse período não foi tão fácil vivenciar esse trabalho, principalmente na parte da audiência pública.” Segundo Edilson, antes da realização das audiências, esse grupo chegou a invadir a sede do STTR em Curuaí, no dia 11 de abril de 2022. “Na audiência pública, eles chegaram a tumultuar. E agora esse grupo vai até Belém para criar o município de Curuaí. Lá é uma comunidade bem grande, somente não tem infraestrutura para ser uma cidade, são 3 mil famílias que moram lá.

Em 2022, nos meses de abril e maio, foram realizadas duas audiências públicas no território do PAE Lago Grande, onde vivem cerca de 35 mil moradores organizados em 150 comunidades, aproximadamente (MPPA, 2022). As audiências foram iniciativas do Ministério Público Federal (MPF) e tiveram como objetivo “debater e encaminhar medidas de proteção ao Projeto de Assentamento Agroextrativista Lago Grande frente a ameaças de violação de direitos humanos por empresas, megaprojetos e grilagem de terras” (MPF, 2022). Além dos comunitários e do público geral, foram especialmente convidados a participar representantes do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), Instituto de Terras do Pará (ITERPA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), Prefeitura Municipal de Santarém, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santarém (SEMMA), Polícia Federal/Santarém, Delegacia Especializada em Conflitos Agrários (DECA/Santarém), Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ).

A primeira audiência pública, foi realizada nos dias 25 de abril de 2022, às 9h, na comunidade de São Francisco, região do Arapiuns. A segunda audiência, foi realizada na sede da FEAGLE, situada na comunidade de Murui, região do Lago Grande, no dia 05 de maio de 2022, também às 9h. Conforme relatado por Edilson, a audiência na comunidade de São Francisco foi tranquila, enquanto a audiência na sede da FEAGLE teve muitos momentos de tensão em torno das disputas sobre a vila de Curuai.

A vila de Curuai possui cerca de 4.000 habitantes, sendo a maior comunidade da região do Lago Grande. Está localizada entre os municípios de Santarém, Óbidos e Juruti numa área de transição entre várzea e terra firme. Ela é ainda a sede do distrito Lago Grande do Curuai, pertencente ao município de Santarém (FOLHES, 2016).

É nessa vila que se encontra, atualmente, um dos principais conflitos no PAE Lago Grande. Elites locais têm pressionado para que o Lago Grande do Curuai se torne um

município, emancipando-se de Santarém. Essa intenção tem ecoado em muitos espaços como na Câmara Legislativa de Santarém (Câmara Municipal de Santarém, 2019). e na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (VIEIRA, 2022). Os defensores da emancipação acreditam que a autonomia da região facilitaria o seu desenvolvimento, enquanto aqueles que são contrários defendem que a emancipação permitiria o avanço dos segmentos econômicos do agronegócio e da mineração para a região o que descaracterizaria o PAE Lago Grande (Tapajós de Fato, 2022).

O pesquisador Ricardo Theophilo Folhes, da UFPA, analisou em sua tese de doutorado as continuidades e discontinuidades com as relações de poder herdadas do período colonial na região do Lago Grande, em especial, na vila de Curuai. Ele conclui que as áreas de várzeas ainda são controladas por segmentos das elites locais, formados por proprietários de terras e gado. Estes proprietários, que fundaram seu poder no período colonial, têm comandado lentamente um processo de ampliação dos sistemas de uso da terra para os interiores da terra firme. Ricardo Folhes ressalta ainda que o PAE Lago Grande, criado em 2005, além de anexar apenas as faixas de terra firme, deixando de fora as áreas de várzea, não alterou a estrutura fundiária da região marcada pela presença de antigas fazendas e por demandas de regularização fundiária na terra firme (FOLHES, 2016).

Marlon conta que o áudio visual e a comunicação popular tem sido ferramentas importantíssimas dentro do território e destaca as parcerias com a Negritar, a Dzawi e o Telas em Movimento. Eles criaram a campanha “O PAE Lago Grande produz sim”. “O grupo contrário dizia que o território não produz nada, que o território não tem nada. E nós começamos a visitar as comunidades, fotografar as produções, plantações, as pessoas fazendo farinha, o quanto de riqueza tem lá dentro, frutas, o quanto as pessoas plantam.” A campanha é divulgada no Facebook e, segundo Marlon, rendeu bastante, tanto que “conseguiram calar eles.” “Isso foi uma intervenção muito boa nas redes sociais que a gente fez.” Ele considera as redes sociais muito importante para o trabalho dos Guardiões do Bem Viver. Hoje eles gerenciam a conta dos Guardiões no Instagram e a da FEAGLE no Facebook. “Rede social é onde a gente mostra os nossos trabalhos e as pessoas acompanham a gente.”

5.2 Encantos do Maicá

5.2.1 Terras Caídas

A Associação de Moradores do Bairro Pérola do Maicá, AMBAPEM, foi fundada em 18 de abril de 1991 e possui 31 anos de história no ano de 2022. Valda não morava no bairro na época da fundação, mas conhece a história da associação por observar, pesquisar, procurar saber e ler muitas atas das reuniões da associação de todos esses períodos. “A associação começou a partir de uma ocupação de famílias que vieram especificamente do Lago Grande do Curuaí, ilha do Bom Vento, que o próprio fenômeno [terras caídas] expulsou de lá e eles foram migrando para cá. Tem Saracura, Arapemã, território quilombola. Então, ela começa com essa migração.”

O processo de erosão fluvial que ocorre às margens do rio Amazonas é denominado pelos ribeirinhos como fenômeno das “terras caídas.” Esse fenômeno faz parte da dinâmica dos rios de planície sendo resultado da combinação de outras causas naturais e intensificado pela ação antrópica. A erosão fluvial causada pelas águas do rio ocorre, principalmente, no período da cheia, e arrasta uma grande quantidade de solo (VALE *et al.*, 2019).

O fenômeno das terras caídas impacta, diretamente, muitas comunidades que são, até mesmo, extintas pela ação fluvial. No ano de 2011, por exemplo, a força das águas derrubou uma área com extensão de 500 metros destruindo dez casas e uma escola na comunidade de Fátima do Urucurituba, onde viviam cerca de 400 pessoas. Essa comunidade fica às margens do rio Amazonas na cidade de Santarém (ARAÚJO, 2011).

A pesquisadora Aline da Paixão Prezotto Santos, da UFOPA, investigou a relação da população ribeirinha da comunidade de São Ciríaco do Urucurituba, localizada na cidade de Santarém, com o fenômeno das terras caídas. Ela analisou, entre outras questões, os significados e sentidos que levam os moradores a permanecerem nesses ambientes suscetíveis a riscos. Os resultados mostraram um acúmulo de saberes ecológicos por parte dos ribeirinhos que aprenderam a se relacionar com a sazonalidade do ambiente, o que lhes permite agir sobre essas circunstâncias (SANTOS, 2020).

5.2.2 Puxirum

Valda acredita que houve consentimento da gestão municipal da época para a ocupação da área do bairro Pérola do Maicá, embora não esteja nada documentado, é algo dito e relatado. “Nesse período, as famílias foram chegando, muito naquele sistema do puxirum, abrindo os caminhos com o terçado, com o machado, e assim foi, uma luta muito árdua porque, depois de tudo isso, pensar no transporte coletivo para essa comunidade, energia elétrica”. Ela relembra, que na busca da energia elétrica para a comunidade, o seu pai foi vítima dos “gatos”.

Para chegar energia aqui para a casa dele, que a gente está ali próximo da Transmaicá, onde eu também moro, ele tinha que trazer lá do bairro do Maicá, que está mais ou menos, acho, a um quilometro daqui. E aí era contar um pouco com a sorte porque nós tínhamos muitos apagões, né. E, naquele tempo, eles esperavam exatamente a época que a gente não tinha energia, porque éramos abastecidos com a energia da Curuauna, da hidrelétrica de Curuauna e sempre com muitas deficiências. E quando não tinha energia, eles iam para lá para tentar trazer a rede, né, o gato, o famoso gato. Numa dessas, ele sofreu um choque elétrico. Ele conta a história de como foi tudo isso e, para nós, foi tudo muito difícil. Na época, eu não morava aqui, eu morava no Santarenzinho. Nem comunicação naquele tempo também não tinha, telefone, tudo muito difícil. Eu fui saber dois dias depois, ele já estava praticamente fora de risco.

Valda ainda resgata que todas as lutas por políticas públicas foram árduas e protagonizadas pelos próprios comunitários. As diretorias que a associação teve nesse período também atuaram nesse sentido. Ela relembra que o próprio espaço da associação foi cedido para a escola municipal do bairro Pérola do Maicá. “E hoje a gente acredita que é um pouco mais difícil porque nós não temos mais essa coesão de força entre os comunitários. Muito pelo contrário. A gente tem uma divisão muito grande. Então, isso acaba atrapalhando. Naquele tempo era diferente.”

O puxirum é uma prática indígena de trabalho coletivo voltada a realização de um objetivo comum, geralmente relacionada ao plantio de roça. Esse exercício de ajuda mútua faz parte do modo de vida dos indígenas do Baixo Amazonas e, em outras regiões, pode ser chamado de “ajuri” ou “mutirão”. O puxirum, até hoje praticado, é realizado por comunidades amazônicas para a construção de casas e limpezas dos espaços comuns (MATOS, FERREIRA, 2019).

Apesar da relevância do puxirum para a consolidação de muitas comunidades na Amazônia, essa prática tem sido enfraquecida em virtude das novas dinâmicas econômicas na

região. Valores associados à sociabilidade capitalista, como individualismo, dão lugar à prática coletiva. Aqueles que têm dinheiro, pagam pelos serviços de outras pessoas, o que fragiliza a interdependência dos comunitários. Outros fatores que enfraquecem a prática do puxirum são a inserção de novas tecnologias no plantio de roça e as novas dinâmicas de relação com o tempo, por exemplo, a obrigatoriedade da permanência das crianças e adolescente nas escolas (MATOS; ROCHA FERREIRA, 2019).

Na recente história política brasileira, a expressão “Puxirum” foi difamada pela ex-ministra Damares Alves no governo Bolsonaro. Damares associou a prática de origem indígena ao estupro coletivo de mulheres e meninas. Assim como em outros episódios, a atual senadora da república, distorceu a realidade para criar pânico e sensacionalismo (RIOS, 2020).

Outro desafio apontado por Valda tem sido as penalizações sofridas em virtude do posicionamento da associação diante dos interesses políticos e politiquieiros. Apesar das dificuldades, Valda aponta que a associação ainda consegue sensibilizar algumas pessoas. “Falando da gestão atual, todos os nossos trabalhos aqui na sede partem desse trabalho comunitário. São poucos? São. Mas eu acho que são aqueles que de fato estão comprometidos com a luta.”

Nos últimos dez anos, a associação vem lutando de maneira mais intensa pela titularidade como forma de garantir segurança no território onde estão. Um dos primeiros passos é o processo de georreferenciamento, iniciado em sete de julho de 2022. “A gente tem muitas ameaças. Não é que a titularidade, o fato de eu ter a titulação da minha terra, não vai me garantir todas as outras coisas. Mas a gente passou, e eu acho que até hoje passa, por esse medo.” Durante o trabalho de georreferenciamento, Valda tem percebido o temor das pessoas em relação a insegurança de permanecer ou não nos seus terrenos.

Valda resgata que já existiu um conflito muito grande entre a associação e os quilombolas.

Eu não vou dizer que eram moradores, porque, na verdade, isso ia muito da cabeça de quem estava na gestão. E que trouxe muitas sequelas, muitos desentendimentos, muitas ameaças inclusive, muito fortes aqui. E eu cheguei uma vez, naquela ocasião, dizer para eles:

-Mas vocês percebem que o inimigo é outro?

Naquele tempo, eu ainda nem estava na associação. Mas eu já conseguia assim, fazer uma reflexão com eles para perceber que o nosso inimigo não é o irmão que está do nosso lado não, o nosso inimigo é outro. E a gente precisa ter isso.

Ela relembra que, quando começaram o projeto de turismo de base comunitária, a associação procurou envolver a juventude quilombola. Valda advertiu Júnior para não estranhar possíveis resistências por parte dos quilombolas como consequência de um passado muito recente. “Ainda tem feridas abertas. Hoje eu já percebo uma realidade diferente, mas não ideal naquilo que a gente pretende.”

Valda avalia que as organizações sociais já estão com atores bem “experientes na luta, mas também cansados.” Por isso, na associação, eles têm apostado em novas dinâmicas para envolver a juventude e as mulheres, com a criação de departamentos específicos. Além dessas duas frentes, atualmente, eles têm o departamento de produção, que organiza a feira, o projeto de turismo de base comunitária “Encantos do Maicá”, o projeto das mulheres com as sacolas ecológicas e o departamento de cultura. “Essa é a forma que a gente tem tentado fazer para mostrar que a associação não é só aquela que pode ser uma organização assistencialista, mas pensando em outros processos.”

A criação de um departamento jovem, segundo Valda, se deu com o intuito de renovação do quadro de lideranças que possam dar continuidade ao trabalho da associação. “Nós temos, assim, um público bastante envelhecido. Eu digo para eles: ‘eu não vou ficar aqui eternamente, preciso sair’. Mas tenho a responsabilidade de preparar um grupo para ficar, para conduzir. Bem recente, a gente está com o envolvimento da juventude de forma bem mais clara.”

Hoje, a associação possui um departamento de mulheres. Valda relembra que na chapa que concorreu, havia “uma mulher na cabeça e uma no final,” no conselho fiscal. “Hoje, com o departamento de mulheres, tem algo diferente. A gente chega a ter reuniões aqui que eu conto e tem mais mulheres do que homens. Isso me alegra! Teve uma assembleia aqui que nós fizemos e número de mulheres dobrou.” Ela tem percebido certo envolvimento das mulheres no processo todo e percebe que, aos poucos, a associação está mudando e as mulheres são bem mais presentes.

Senhor Zelí, também da associação, tem percebido essas mudanças. “Do tempo que eu moro aqui, sempre a maioria das assembleias só dava os mais velhos mesmo, na linguagem popular né. Aí de uns dias para cá, de uns tempos para cá, com esse envolvimento, está mudando um pouco, né.” Ele acredita que o objetivo da associação é ajudar no desenvolvimento comunitário e social. “A partir do momento que você se desenvolve na comunidade, você também se desenvolve no seu pessoal”.

5.2.3 Turismo de Base Comunitária

Junior, da Pastoral da Juventude, tem atuado junto à associação no projeto de turismo de base comunitária e avalia como ótima a experiência da associação de moradores do bairro Pérola do Maicá. “Olhando no contexto de cidade, das associações, umas deixaram de ter esse sentido de comunidade, de ter os departamentos que trabalham. Hoje, a gente consegue ver que trabalham a juventude, as mulheres, um processo comunitário que gera frutos dentro da comunidade.” Ele aponta que dá para contar nos dedos as associações que fazem um trabalho comunitário. “Ficou mais uma questão partidária e, dentro do contexto dessa grande área do Maicá, é a questão do cooptação de lideranças.”

Ele considera que, atualmente, a associação tem passado por um processo de revigoração com os novos departamentos no qual as pessoas se encantam com esse processo coletivo. “Tem aqui um grupo de mulheres, tem a produção de hortaliça. O bairro aqui é o que mais produz, o cinturão verde. Por que também eles não podem se envolver na associação? E, principalmente, a questão da juventude.”

Junior resgata que quando estava na coordenação da área do grande Maicá da Pastoral da Juventude foi apresentada a proposta de desenvolver um projeto de turismo no bairro Pérola do Maicá. “Eu me interessei, comecei a acompanhar junto com a Amanda Leão. Então a gente passou a acompanhar esse processo e, acompanhando o processo, a gente foi se envolvendo. Tem sido uma experiência incrível. Tanto que gerou frutos.” Um dos frutos gerados, segundo Júnior, é a nova composição da associação de moradores do bairro Maicá, assumida por jovens que participaram do projeto. “Hoje a juventude assumiu a liderança da associação. Fez sentir. ‘Poxa, lá no Pérola eles fazem um trabalho legal, por que que a gente não pode fazer aqui também? Por que a gente não pode construir também um projeto? Não, a gente pode fazer alguma coisa aqui’.” Para ele, ver a juventude refletindo e provocando, tem sido um processo bonito.

A história do projeto de turismo comunitário contada por Valda começa num diálogo entre ela, o senhor Dileudo da FOQS, o Cacique Manoel do Conselho Indígena do Planalto e o procurador federal Luís Camões.

Nós vimos, naquele momento, que foi exatamente o que nos deu motivação para começar a pensar num turismo no bairro. E aí, em um determinado momento, o Camões gritava lá para o pessoal. Nós tínhamos 25 barcos, grandes barcos de turistas estrangeiros no lago. Pessoal, pescando, aquela coisa, joga a carniça. E chegou num determinado momento, ele disse:
-Valda, o que vocês ganham com isso?

Eu olhei para o Dileudo, para o Cacique, e falei:

-Por enquanto nada, mas vai ganhar, não vai?

-Vai! Ah, vai!

Sabe, assim, aquilo ali foi um impulso tão grande que eu comecei a pensar como fazer isso. Tanto é que nós trouxemos para dentro do plano da associação, apresentamos o plano aqui na assembleia. E aí chegamos nessa parte aí do departamento jovem e eu coloquei:

-Esse é o desafio de vocês. Como é que vamos trabalhar esse projeto?

E a partir daí, a gente só vem somando. E aí claro, ainda não veio o Dileudo aqui, mas o cacique Manoel já veio em duas formações, em dois momentos aqui. E eles estão pensando em replicar, em multiplicar essa experiência daqui nas comunidades, nessas outras comunidades. Eu acho que isso é algo interessante para nós, isso é fazer resistência! Essa é a alternativa que a gente apresenta para contrapor essa lógica portuária.

Valda ressalta que no plano diretor modificado pela câmara legislativa e sancionado pelo prefeito, a região do Maicá consta como área portuária. Além disso, a APA foi deixada de lado, o que ela acredita que poderá inviabilizar a questão do turismo. “Então, é um choque de realidade daquilo que estava e que era e agora não é mais. E a gente diz ‘Não, é isso que a gente quer?’ Não é o porto que é interessante. Interessante para nós é fazer o projeto do turismo comunitário.” Valda avalia que, além de ajudar na geração de renda, o projeto também possibilita maior envolvimento comunitário.

Quando iniciaram a discussão sobre o projeto de turismo de base comunitária, eles sonharam em construir um trapiche no lago para acolher os visitantes. “Passamos noite e pensando, e calculando, um trapiche feito de madeira, é isso e aquilo, como ficaria. Levamos a proposta para a secretaria de turismo do município. O secretário, de princípio, disse que não teria possibilidade, não tinha isso, aquilo.” Depois de um bom tempo, a associação convenceu o secretário de ir até o bairro para olhar o espaço e participar da assembleia. “Quando ele chegou aqui, ele mudou completamente o discurso dele. Disse que aqui tinha uma potencialidade enorme. Arrumar aqui, tudo essas ruas aqui, arborizar, plantar árvore, fazer aqui... já nem era mais um trapiche, mudou completamente.” Segundo Valda, ele queria fazer uma coisa extraordinária, colocar concreto, trazer restaurantes, enfim, uma orla. “E aí nós ficamos com medo da história toda, porque não era aquilo que a gente queria.”

Diana, da Pastoral da Juventude, conta como essa questão está sendo trabalhada dentro do departamento jovem da associação de moradores do bairro Pérola. “Percebeu-se a necessidade de pensar quais são as potencialidades da região. Porque o Maicá só é conhecido como o espaço onde vai ser feito o porto, a ameaça do porto, se a gente for pesquisar é isso que está nos google da vida.” A juventude começou a pensar sobre o que a região do Maicá tem a oferecer. “Com isso surge o projeto “Encantos do Maicá” onde a perspectiva é pensar

de uma forma coletiva, comunitária, o que é o turismo, diferente de outras regiões aqui em que é pensado o turismo individualista, mas trazendo a parte da comunidade, de gerar renda para a comunidade.”

O objetivo do projeto, segundo Diana, é envolver pescadores, agricultores, artesões a partir dos diversos locais para quem vir de fora perceber o espírito de coletividade, de comunidade de fato. “Que gere renda além das atividades que esses atores fazem. Tanto o seu Zelí a partir da realidade dele como agricultor, também para os próprios pescadores. Além da renda do pescado também perceber que podem ser guias turísticos e falar da região.” Por meio do projeto, pretende-se dar visibilidade para as histórias contadas e fomentar a cultura local. “O que tem esse encanto dentro da região do Maicá? O que é que o lago pode encantar de quem vem de fora para conhecer?” Apesar do foco ser muito o lago, Diana ressalta a existência das lendas, das místicas e mistérios da nossa região.

Em agosto de 2022, eles já haviam realizado dois passeios. “Eu acredito que é um processo. Aos pouquinhos a gente vai engajando, vai pegando o jeito.” Diana conta que o projeto também atua nas redes sociais, em especial, no Instagram. “E aí a galera de vez em quando pergunta: ‘e aí, quando é que vai ter o próximo passeio?’ E tudo mais”. Ela avalia que as pessoas já estão entendendo que o Maicá não é só o espaço que querem virar área portuária: tem belezas, tem encanto, tem pessoas que vivem dali, tem modos de vida. “Eu acho que essa é a perspectiva do projeto, sabe? Entender que ali também é um espaço que visa geração de renda, além do que já existe, e pode se potencializar a partir das realidades, desse mistério que é o povo, encantar o turista que vem para conhecer.”

Diana resgata que a juventude abraçou o projeto, inclusive de outros bairros. “Tem um pouquinho de cada região, do Mararu, Diamantino, o próprio Pérola, o Maicá, Uruará. Não significa que os demais da associação não participem. Dona Valda é o braço, a perna, a mão, a cabeça... e os próprios parceiros.” Ela afirma que os jovens da Pastoral da Juventude têm dado protagonismo ao processo que tem mudado a perspectiva do enfrentamento. “Fazer algo novo pela região, pelo território, de fato, na perspectiva da defesa mesmo, não é só o enfrentamento. Contrapor esse projeto do porto na perspectiva de dizer o que tem aqui de bonito, qual o modo de vida que a gente quer.” Diana acredita que é muito importante dar visibilidade para as comunidades tradicionais e para a própria região que, segundo ela, era muito camuflada. “Pensar na região do Maicá de outra perspectiva é muito bacana, e a gente já percebe esse retorno, da galera já querendo conhecer de fato.”

Por meio da parceria com a Pastoral da Juventude, Júnior também participa do projeto “Encantos do Maicá”. Uma das atividades iniciais do projeto tem sido as formações sobre

turismo de base comunitária voltadas para pescadores, agricultores, comerciantes, indígenas e quilombolas da região. “Nesses últimos processos, a gente já conseguiu envolver mais pescadores. ‘Olha, eu já tenho a minha bajara, eu já pinteí ela’. Então, a gente disponibilizou cursos agora recente de sacolas ecológicas, biojóias, artesanato em argila e manipulação de alimentos.” A expectativa é que, com esses cursos, possam incentivar tanto a produção voltada para o turismo como para a composição da feira da associação. Ele ressalta que eles têm segurado um pouco o projeto por conta do processo, para que não seja, simplesmente um turismo comercial.

As formações agora têm sido voltadas para os condutores e guia. “Os nossos atores que estarão na linha de frente para receber os turistas. Eles receberam formação de primeiros socorros, entender qual é o papel do guia e qual o papel do condutor, o que que ele pode colaborar.” Eles esperam que as formações deem frutos e que, da equipe de 40 pessoas presentes, ao menos 20 permaneçam na associação. “A gente sabe que o projeto é por um tempo, é mais formativo. Então, que fique essas pessoas para dar continuidade na vida, na comunidade.”

5.2.4 Quintais Produtivos

Outro projeto desenvolvido pela associação são os quintais produtivos. Valda resgata que a associação fez um estudo socioeconômico do bairro e eles perceberam grandes problemas. Daí, surgiu a questão de como eles poderiam começar a dar visibilidade para as potencialidades do Pérola do Maicá. “A gente está acostumado a ver só aquilo que não é tão bom, e, às vezes, dá muita visibilidade para isso. Mas não consegue dar visibilidade para as potencialidades. E a gente conseguiu, começou a perceber, que tinha grande, que tem grandes potencialidade no bairro.”

A associação percebeu a necessidade de mostrar essas potencialidades como forma de fazer contraponto ao projeto portuário. “Ah, porque o porto vai trazer emprego. Quantos empregos e para quem? Em quanto tempo? Qual é o período?” Além do projeto de turismo de base comunitária, outra dinâmica de geração de renda tem sido os quintais produtivos.

A gente percebeu que aqui nós tínhamos não só o cheiro verde, essa diversidade aí, mas tinha outras, frutas, outras coisas para serem colocadas aqui. E aí com o levantamento que foi feito, a gente percebeu

-Dá para a gente fazer uma feira?

-Ah, acho que dá.

-Tem quantos?

-Tem 12.

-12 dá, 12 é um bom número!

E a gente foi.

-Se nós passarmos da quinta realização da feira, a feira pegou.

Nós estamos na décima segunda realização da feira, fizemos domingo passado. Elas são realizadas de 15 em 15 dias no momento.

A associação conseguiu uma parceria com a EMATER que está disposta a dar assessoria técnica. Dona Valda avalia que a feira tem motivado as pessoas da comunidade. A mãe dela, por exemplo, sofre com a doença de Parkinson há mais de 10 anos. “Com essa história de motivação da feira, ela até desistiu de viajar. Ela ia embora para Manaus, para a casa da minha irmã. E agora ela tem cinco canteiros. Ela amanhece o dia olhando os canteiros dela. Então, tem servido também como forma de ocupação, de terapia para ela”. Dona Valda destaca que, além das mulheres e jovens que se envolvem com o artesanato, as pessoas de idade também estão sendo motivadas a participarem da feira.

Tem uma senhorinha ali, dona Idanei. Eu fico encantada! Ela chegou aqui:

-Dona Valdeci, eu posso vender? Eu fiz uns abanos. Todo tecido a palha.

-Nossa, que legal!

E agora, ela disse que o pessoal encomendou para ela suporte de não sei o que. Ela está fazendo. São até pessoas de idade que estão sendo motivadas para estar aqui na feira.

O senhor Zelí tem feito o levantamento para ver, de fato, o que a feira tem gerado. Segundo dona Valda, na segunda ou na terceira feira, foi gerada uma renda de quase mil reais numa manhã, das 7h às 11h. “A gente termina, vai fazer uma avaliação, alguns encaminhamentos para a próxima feira, tem todo um processo de discussão. E as dinâmicas que a gente cria dentro da feira.” Para participar da feira, cada produtor vende cinco bingos, o que gera renda para a associação que custeia também as suas obras também.

A gente quer fazer dessa feira uma coisa, assim, bem animada! Que tenha muitas outras coisas. O menino dali quer cantar na feira. Pode vir cantar, não tem problema não!

-Posso vir cantar?

-Cante!

-Então, vamos fazer uma banda?

-Vamos fazer a banda, não tem problema!

O senhor Zelí é a pessoa que anima a feira. Ele lembra que, no começo, tinham mais artesãs que produtores. “Os quintais produtivos que nós falamos aqui não é somente a planta de cheiro verde, essas coisas. Ela é ornamental, medicinal. Não sabia quantas pessoas tem por aí que fazem mudas de plantas medicinais e ornamentais. E com o trabalho que a gente fez, a gente descobriu várias.” Seu Zelí avalia que, com a feira, aumentou um pouquinho da renda.

A gente faz um pouquinho de muda também em casa. Eu acho que foi na terceira ou quarta feira que eu tava aqui, eu tinha umas mudas lá, falei:

-Nem vou levar isso aí, eu já levei, trouxe, levei, trouxe...ah, não vai custar nada, eu vou levar.

Quando eu cheguei aqui, logo em seguida, chegou um cidadão, não sei daonde, de fora.

-Eu acho que eu vim no lugar certo, porque me informaram que aqui tinha essas mudas exatamente do jeito que me falaram. Bonita, boa e num preço bom.

Era muda de arruda.

Senhor Zelí revela que tem hora que tem até vergonha, porque já não consegue atender a demanda de fora: “Gente de outros bairros da cidade que liga para mim: ‘Pô, eu tô querendo cheiro verde, eu estou querendo alface’. Mas eu não tenho, o que eu tenho só dá para atender o que eu já estou trabalhando na feira e entregando diariamente.”

Dona Valda conta que o senhor Zelí já recebeu proposta para entregar 50 cheiros verdes por dia só para uma pessoa, mas que eles não conseguem ainda ter essa demanda e diversificar a produção. “Época de Pupunha. Tinha feiras que vinha pra cá 15, 16 caixas de pupunha. Dá onde? Tudo daqui. Tá com três feiras que a gente está abastecendo com laranja. Pensa numa laranja boa, laranja mel. Só de um quintal! É interessante, bem interessante!”

Para animar a feira, estão sendo realizados sorteios de kits agroecológicos. “O que que é? Cada mesa dá algo para colocar na cesta, na cesta agroecológica. Já tem duas feiras que a gente está fazendo isso. E com isso, para ser sorteado, a pessoa chega, coloca o nome da lista, dá lá os contatos e tal.” Dona Valda revela que, com esses contatos, querem criar uma lista de transmissão instantânea da feira. “É pra ver se a gente consegue alcançar um público maior. Mas feira é isso, um dia dá, dá um pouco mais, um dia a gente fica alegre, deu para um, não deu pro outro. Tudo depende do produto que ele tem. É isso, mas está avançando.”

Junior avalia que, com o projeto “Encantos do Maicá” e os quintais produtivos, além de contrapor ao projeto portuário, possibilita que a associação ganhe a confiança da população daqui. “Poxa, como é que é bonito o lago do Maicá, como que é bacana que também pode gerar renda lá no quintal. Olha, o seu Zelí que tem um quintal produtivo, é o que coordena a feira agroecológica.” Ele lembra que, no começo, não deu ninguém na primeira feira, mas, com o tempo, as pessoas foram gostando. “Tanto é que hoje, se falar da feira agroecológica, as pessoas já defendem porque é o espaço que gera renda para mim. Tem sido uma alegria né, tem sido uma experiência de partilha, de coletividade, muito boa.”

Yuri, da Fase, aponta que a cidade se beneficia dessas várias dinâmicas que acontecem ao redor da cidade, nas regiões chamadas “periurbanas”, como a produção e a pesca da região do Maicá. “Por isso também que essa reivindicação ela teve essa importância muito grande,

porque muita gente iria ser afetada, é uma região ali que é muito importante para a manutenção da vida e da cidade.”

As pesquisas sobre os espaços periurbanos remontam a década de 1940. O pesquisador Augusto dos Santos Pereira da Universidade Federal do Paraná (UFPR), resgata que essas pesquisas surgiram nos Estados Unidos por volta da segunda metade do século XX. O termo utilizado nessa época era “franjas urbanas”. Ele resgata ainda que, na experiência estadunidense, os automóveis foram fundamentais para a consolidação de regiões periurbanas enquanto, na Europa, o mercado imobiliário foi o responsável (PEREIRA, 2013).

No Brasil, embora existam pesquisas sobre a periurbanização desde a década de 60, é nos anos de 1990 que se intensificam as investigações sobre as cidades e regiões que contêm regiões agrícolas, sobre as novas ruralidades e sobre o papel da ruralidade no desenvolvimento. Augusto dos Santos Pereira avalia que houve, a partir desse período, uma revalorização das áreas rurais e as pesquisas passaram a trabalhar a plurifuncionalidade periurbana no entorno de cidades brasileiras. Desde 2013, essas pesquisas vêm crescendo no país e aparecendo nos trabalhos tanto o nome periurbano ou, ainda, áreas de transição rural e urbana (PEREIRA, 2013).

Augusto dos Santos Pereira entende as áreas periurbanas como espaço de interface onde coexistem lógicas urbanas e rurais. Ele destaca alguns aspectos relevantes da periurbanização: a posição intermediária ao redor das cidades; a transição no qual elementos rurais e urbanos aparecem gradativamente; o conflito, em especial, ambiental e a oportunidade no que se refere às estratégias de sobrevivência para grupos vulneráveis (PEREIRA, 2013).

Na Amazônia, a questão periurbana assume ainda mais contornos. Em pesquisa realizada na ilha do Mosqueiro, na cidade de Belém, pesquisadores da UFPA indicaram a presença de comércio na ilha assim como de práticas simultâneas e alternadas de trabalhos urbanos e rurais e de facilidade no acesso aos distritos que comercializam suas produções na própria ilha. Os pesquisadores questionam as rígidas referências de urbano e de rural adotadas nas políticas públicas de habitação (REBELLO; LIMA; LIMA, 2019).

Nos quatro últimos capítulos, construímos uma composição capaz de desdobrar as redes e os elementos que compõe o grande coletivo Santarém. No próximo capítulo, apresentamos algumas reflexões sobre o direito à cidade a partir da experiência vivida pelos sujeitos coletivos de Santarém na tentativa trazer mais mediações para as discussões sobre esse direito.

6 O DIREITO À CIDADE: NOVAS COMPOSIÇÕES.

O ano era 2007. As manifestações que ocorriam no início do ano contrárias ao aumento da passagem em Juiz de Fora, município da zona da mata mineira, já faziam parte do calendário da cidade. Nessa época, eu tinha 16 anos e foi a primeira vez que botei meu “bloco na rua”, embora acompanhasse pelo Orkut a repercussão dos atos nos anos anteriores. Naquele ano, a coragem foi maior do que as muitas razões que meus pais tinham para não deixar que eu participasse. Afinal, era comum a intervenção da polícia para desmanchar esses eventos por meio da violência. Os manifestantes sempre acabavam feridos, desmaiados e, até mesmo, presos.

Hoje avalio que essas ações políticas tiveram mais êxitos no futuro do que naquele momento, pois não conseguimos reverter os aumentos. No ano de 2008, as experiências acumuladas nesses atos foram fundamentais para a campanha “Fora Bejani”, ex-prefeito da cidade condenado por corrupção. Há anos, os estudantes secundaristas e universitários da cidade já denunciavam o prefeito Carlos Alberto Bejani por sua conivência com as empresas responsáveis pelo transporte coletivo público, mesmo contrariando alguns seguimentos “progressistas”. Afinal, Bejani (na época do PTB de Roberto Jefferson) era base do governo Lula.

No ano de 2008, experimentamos ainda a campanha para a prefeitura mais bonita que já participei. Botamos a “margarida no peito”, entoamos marchinhas pelas ruas de Juiz de Fora, sonhamos em construir uma gestão bem diferente daquelas que estavam sendo praticadas. Depois do primavera resultado no primeiro turno, Margarida Salomão foi alvo de uma campanha pesada do conservadorismo tacanho de Juiz de Fora. No jardim onde margaridas poderiam ter florido naquele outubro de 2008, as sementes de um bolsonarismo primitivo já estavam plantadas. O projeto de mudança vencedor no primeiro turno teve menos votos no segundo turno e foi superado por Custódio Matos, que fez uma gestão fantasma na cidade de Juiz de Fora, que seguiu abandonada nas gestões de Bruno Siqueira e Antônio Almas.

Margarida floresceu na Câmara Federal e continuou teimando. Na sua quarta candidatura à prefeitura, derrotou um candidato que representa o mercado imobiliário juizforano. Esse seguimento tem transformado consideravelmente Juiz de Fora com seus empreendimentos que incham a cidade, que não se preocupam com a sobrecarga das

infraestruturas, que comercializam pequenos apartamentos amontoados em condomínios verticais como se esses fossem sinônimo de moradia digna.

Ainda que com os limites impostos pela pandemia e pelo preço das alianças, que muitas vezes se traduzem em composições tristes, percebo mudanças significativas na cidade. O passe livre aos domingos e feriados no transporte coletivo na cidade tem implicado em transformações expressivas para as juizforanas e os juizforanos que pretendem exercer seu direito à cidade em outros espaços. Há ainda o aumento dos espaços de lazer como o parque municipal com suas piscinas que nos refrescam nesse calor sem precedentes. Pegar o “busão” gratuito e tomar banho numa piscina pública parece uma combinação perfeita!

São muitos os desafios dessa Juiz de Fora que, à medida que cresce, passa a experimentar ainda mais os problemas das grandes metrópoles. Mas como não se encantar em perceber que aqueles sonhos desejados lá atrás se concretizam de alguma forma na Juiz de Fora de hoje? Há 16 anos, vencer qualquer demanda em relação às empresas do transporte público parecia uma utopia. Sei que as melhorias no transporte público são imperativas ainda hoje afinal, mobilidade não se faz apenas com gratuidade. Falta ampliar a circulação dos coletivos com mais oferta, inclusive nos domingos e feriados, expandir as linhas para mais bairros e ruas, facilitar a integração das diferentes regiões da cidade e, urgentemente, melhorar a qualidade do serviço uma vez que os ônibus têm quebrado cotidianamente gerando a insatisfação legítima das pessoas que dependem do transporte público. Há também muitas mediações que desconheço para que essas iniciativas institucionais aconteçam e elas devem ser problematizadas. Hoje, contudo, aponto para os benefícios imediatos na vida de muitas famílias e acredito que as ações políticas realizadas lá atrás construíram um legado pelo direito à cidade que, de alguma forma, reverbera hoje.

Esse pequeno resgate da minha própria experiência em Juiz de Fora é uma tentativa de situar os lugares por onde transito quando falo sobre o direito à cidade. Para mim, a noção de direito à cidade a partir da teoria ou do direito positivo veio bem depois. Começo a minha relação mais intensa com esse direito enquanto uma jovem secundarista que tem a urgência de ocupar as ruas para poder transformar a realidade. Essa jovem topou com campo do direito urbanístico e fez dele um lugar de refúgio e criatividade para escapar do dogmatismo da faculdade de Direito. No mestrado, meu encontro com as obras do tio Lefebvre e tio Harvey agregaram outras perspectivas ao direito à cidade que, nesses autores, nunca deixou de ser práxis. É nesse momento que tento compreender um pouco melhor a realidade das cidades de Juiz de Fora e Rio de Janeiro. Dedico minhas pesquisas do mestrado na Universidade Federal Fluminense, UFF, e da especialização no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e

Regional, IPPUR, a essas duas distintas realidades que informam um direito à cidade praticado por sujeitos coletivos como o coletivo “MaisJF” e o Comitê Popular Rio Copa-Olimpíadas.

A partir de 2017, vocês já têm uma noção dessa jornada. Meu encontro com Santarém e com os sujeitos coletivos dessa “múltipla cidade” expandem minhas compreensões sobre o direito à cidade até então. A experiência em Santarém abre as portas da percepção para compreender que esse direito pode ser muito, muito mais: mais múltiplo, mais colorido, mais humano, mais animal, mais água, mais floresta, mais encantado! E é isso que a prática ancestral dos sujeitos humanos e não humanos desse território amazônico nos informa.

Nesse capítulo, pretendemos trazer novas mediações para a discussão do direito à cidade. Iniciamos com as reflexões dos próprios sujeitos coletivos de Santarém e, ao final, tentamos “reagregar o social” santareno por meio das mediações capturadas durante a criação da nossa composição. Mais do que trazer conclusões, pretendemos com nossas reflexões fazer circular novos problemas sobre o direito à cidade a partir das múltiplas experiências dessa cidade amazônica.

6.1 Não é porque eu moro lá no interior que eu não sou da cidade

Renata Moara, da UES, define que direito à cidade é a gente conseguir ter acesso a todos os espaços que a gente tem e conseguir conquistar novos. Ela defende ainda o direito da juventude de poder se movimentar na cidade para além das instituições de ensino. “Acho que direito à cidade é a gente conseguir viver a cidade no dia a dia dela. E conseguir acessar esses espaços, seja através do transporte público com qualidade, mas também a um preço justo para que a gente consiga de fato ir para todos os lugares da nossa cidade.”

Para Renata, a questão ambiental é uma batalha muito grande ligada ao direito à cidade. “Não tem como a gente falar de direito à cidade em Santarém, na Amazônia, sem falar em meio ambiente porque a cidade também é o meio ambiente. O meio ambiente não é só a floresta, o rio. Eu acho que hoje a nossa principal luta é em defesa da Amazônia.” Ela entende que a defesa da Amazônia implica em conseguir ter os territórios livres do garimpo e da soja, o que garantiria uma cidade melhor. “Quem produz para a cidade, é a agricultura familiar, não é a soja. Se a gente tem hoje uma cidade extremamente quente, é culpa dos madeireiros, que invade nosso território. Acho que hoje a luta pelo direito à cidade não pode ser desconectada da luta ambiental, da luta eco socialista em defesa da Amazônia.”

Para Edilson, do STTR, o direito à cidade inclui aqueles que estão na área rural. “O sindicato faz essa avaliação de que não só o urbano, mas também o rural e o periférico sejam assistidos e não desassistidos, porque ele é garantido, ele é cidadão, ela é cidadã. O direito à cidade para nós não é ser desassistido quem está na área rural.”

Thiago, da CJP, define que direito à cidade é poder ter acesso ao que tem nessa cidade e avalia que o cenário brasileiro está ruim. “É eu ser um preto que eu vou entrar num bar e a PM [Polícia Militar] não vai me abordar, coisas muito básicas, sabe? E se a gente for pegar o recorte de um indígena, é a mesma coisa. Eles não vão ter o direito de transitar na cidade com suas pinturas, uma coisa muito básica.” Ele afirma ainda que direito à cidade é conseguir acessar a cidade como um todo, o que a gente não consegue de forma efetiva.

O senhor Mário, da FOQS, associa o direito à cidade ao desenvolvimento. “A cidade, em si, o município, não pode parar no tempo, ele tem que crescer em todos os sentidos. Na educação, na cultura, na saúde, no aspecto financeiro. O município precisa trabalhar para beneficiar todo mundo.” Ele defende que o município precisa beneficiar o empresário assim como o pequeno agricultor, quem mora nos territórios, seja indígena quilombola ou comunidades tradicionais. “Hoje a gente vê que os governos, de modo geral, pensam muito em quem tem condições, eles não olham muito para quem não tem condições. Então, eu acho assim, que se tratando de cidade, a gente precisa crescer, mas todo mundo precisa crescer junto.”

Abimael, do CITA, inclui os sujeitos não humanos na luta pelo direito à cidade protagonizada pelo Conselho Indígena. “Nós temos no território o que chamamos de protetores, de encantados, esse é o sujeito não visível, mas culturalmente respeitado. Nós temos os animais, as árvores, que são sujeitos de direito, mas que não conseguem estar nesses espaços. Nós que representamos essa gama coletiva.” Ele reflete ainda que tudo está ligado. “O esgoto vai para onde? É despejado diretamente no rio. Esse sujeito não humano está lá, que são os peixes, o espaço aquático. E isso reflete por quê? Porque, de alguma forma, vamos estar ligados. Polui aqui e vou almoçar o peixe assado hoje que viveu todo aquele impacto, de alguma forma aquilo volta.”

Para Abimal, quando se protege os territórios indígenas, as áreas de mata, de igarapé e de rio, não se protegem apenas os seres vivos. “Estamos protegendo a curupira, a mãe d’água, a mãe da mata. Nós temos essa cosmologia do território que faz parte desse habitat. Se eu luto hoje só pelos humanos que a gente tem, nossos indígenas, e esquecer esses aspectos, os impactos são direcionados àqueles povos que residem naquele espaço.” Ele avalia que, numa área desmatada, quem sofre não são somente os indígenas. “Perdeu toda uma área de árvores

centenárias, que eram casas, eram supermercados dos animais. Se a gente for olhar pelo ponto de vista, o animal quando ele chega numa fruteira, ele tem um supermercado, ele vai encontrar de tudo.”

O guardião do bem viver Marlon defende que o direito à cidade inclua as pessoas que moram no campo. “Não é porque eu moro lá no interior que eu não sou da cidade, que a cidade não me pertence. Esse município aqui tem de fazer algo por quem está lá, porque a cidade necessita do campo, da produção, das pessoas. A gente tem o direito sim à cidade.”

Para Yuri da Fase, na luta pelo direito à cidade é preciso entender que a gente não está dissociado da natureza. “Eu acho que por muito tempo, essa estrutura da cidade, como ela é construída e produzida, nos faz entender como algo dissociado da natureza. Como se a gente entendesse a natureza fora da nossa dinâmica de vida, fora da nossa relação de vida. É o contrário, a gente é parte da natureza.” Yuri compreende ainda que o direito à cidade precisa se tornar um direito plural e não se restringir ao urbano. “Para viver aqui a gente precisa manter o direito da natureza, ao rio, à água, ao saneamento. Mas também à saúde diferenciada para os indígenas, para as populações tradicionais como um todo. Tornar esse direito à cidade um direito plural, mais ampliado do que aquele que se restringe ao urbano.” Ele percebe que esses direitos são reivindicados, muitas vezes, por quem está no território. “Isso também tem que entrar dentro deste aspecto da discussão do direito à cidade, que isso não se restringe só a área urbana, mas tudo que está envolta, a toda essa dinâmica do que é uma cidade amazônica: ela é ampla, ela é plural, ela é diversa, ela é multiversa e se amplia, ela é muito para além.”

Outro aspecto destacado por Yuri, é a compreensão de Santarém como um território ancestral. “Olhando também por esse olhar da Cabanagem, eu me encontro nessa relação histórica, entendo isso muito forte comigo, como uma descendência, de entender que a gente está lutando por isso porque essas pessoas vieram antes. Porque esse chão que a gente pisa é sagrado, precisa ser defendido.” Ele entende que o direito a cidade precisa considerar o aspecto da espiritualidade. “Dentro desse direito à cidade a gente precisa considerar os encantados, esse outro que a gente acha que é muito distante. A espiritualidade é uma coisa que move a gente também. Mesmo as pessoas que não têm uma relação direta, quando chegam aqui na beira do rio, sentem uma coisa diferente.”

Sara da Fase, entende que a cidade tem sido produzida para o consumo e que seus moradores são tidos como consumidores. E o acesso aos espaços da cidade são condicionados àqueles quem tem dinheiro para se movimentar por ela. “As pessoas que moram na periferia. Hoje é sábado. Para você vir passear na orla com seus filhos, você tem que ou vir agora, para

poder voltar seis, sete da noite ou você tem que ter dinheiro para pagar um táxi para voltar, porque não vai ter ônibus depois das 9 da noite.”

Ela defende ainda que a luta pelo direito à cidade é coletiva. “Ninguém conquista direito lutando sozinho. A conquista dos direitos ela é essencialmente coletiva. Ou a gente entende isso ou a gente vai estar fadado a ser vistos e tidos como meros consumidores.” Para Sara, a felicidade autêntica só é alcançada se todos têm condições materiais de ter o mínimo de conforto. “A felicidade só vai ser verdadeira, se o meu vizinho for feliz. Não adianta lutar só por mim, eu tenho que lutar pelo meu vizinho, porque se a gente não tiver o mínimo, o básico para todo mundo, a minha felicidade pessoal é pura vaidade.”

Sara ainda inclui os não humanos entre os sujeitos de direito. “Eu estava agora vendo a iguana aqui, me veio também a mente que sujeito de direito não está limitado a nós humanos. Que a natureza também é sujeito de direito. Que o rio, a floresta, os animais têm direitos. E esses direitos da natureza são a última salvaguarda da nossa existência.” Para Sara, nós somos parte da natureza, não o contrário e, se não entendermos isso, estamos perdidos.

Carlos, do MTV, também entende a natureza enquanto sujeito de direito. “O rio tem direito a ser cuidado, a não ser prejudicado, não ser contaminado, as águas, as terras, os animais, toda natureza.” Padre Edilberto, também do MTV, tem o mesmo entendimento. “A natureza não é um objeto, a natureza é um ser vivo. Mas por que nós humanos nos arvoramos no direito de sermos usuários e “abusários” da natureza? Nós olhamos a natureza como objeto.” Edilberto entende a natureza como um ser vivo que está dando um aviso. “Vocês estão me destruindo? Então lá vai pandemia em cima de vocês, lá vai o calor em cima de vocês, lá vai o fogo na França. Égua! Não estão vendo o que a natureza está dizendo!”

6.2 O direito à cidade: novas composições

Caminhamos para a reta final da nossa travessia. Na composição que criamos até aqui, agregamos muitos elementos (mas não todos) que compõem o pluriverso santareno. Nesse momento, vamos realizar algumas reflexões a partir das experiências dos muitos modos de existência e de suas muitas redes que coexistem na cidade de Santarém numa tentativa de fazer circular novos problemas.

Nas nossas pesquisas preliminares realizadas em 2017 (REIS; RODRIGUES, 2019), Erlan Nadler da FAMCOS destacou o “Mercadão 2000” como um lugar que multiplica os modos de existência. Esse estabelecimento, além comercializar plantas como frutas, verduras,

grãos, hortaliças, medicamentos e artesanatos, também dá mais realidade aos saberes das vendedoras sobre as plantas do passado, saberes que têm circulado de geração em geração de mulheres. Esse mercado tem sido objeto de novas obras de infraestrutura para que também seja um lugar turístico. Qual a prática do turismo capaz de compor com as múltiplas existências que coexistem no mercadão 2000?

Erlan contrapõe ainda o “Mercadão 2000” com o porto da Cargill afirmando que o mercado popular deixa a multinacional “no bolso”, porque traz muito mais benefícios da cidade. Enquanto o mercadão 2000 dá realidade aos muitos modos de existência que ali circulam, a Cargill potencializou a entrada da soja na região, enterrou a praia da Vera Paz e destruiu parte do sítio arqueológico sob o qual está instalada. A criação do porto da Cargill desrespeitou a legislação ambiental e a empresa começou a operar sem ter sido aprovado o EIA/RIMA da empresa. Desde a sua instalação, os Ministérios Públicos estadual e federal têm atuado no sentido de defender o processo de licenciamento ambiental. Destaca-se a atuação das quatro mulheres promotoras do MPPA que escreveram uma recomendação conjunta para que o licenciamento da empresa seja suspenso até que sejam ouvidas as comunidades afetadas, seguindo as orientações da Convenção 169 da OIT.

O imaginário da “terra de ninguém” ainda faz parte do imaginário brasileiro sobre essas terras e essas águas. A Amazônia, ocupada há séculos por uma diversidade de povos e comunidades, assume cada vez mais aspectos de um território global, tomado por infraestruturas de outros países e multinacionais. Nas suas águas, nas suas estradas e nos seus ares, circulam pessoas, línguas, informações, *commodities* de todas as partes do mundo.

À medida que o tempo passa, novas redes passam a compor a realidade amazônica, cada vez mais complexa. Essas novas redes que se consolidam na região implicam num novo significado para a expressão “terra de ninguém” tratado como sinônimo de impunidade. Essas redes são: organizações criminosas ligadas ao narcotráfico, as milícias, traficantes.

Essa grande floresta serpenteada por imponentes rios passou a coexistir com a lógica urbana intensificada desde a década de 70 por um projeto nacional de ocupação da Amazônia. Desde então, a lógica urbano-industrial passou a ser realidade não só nas grandes cidades, mas também nos territórios e vilas. O modo de vida urbano ganha mais realidade enquanto outros arranjos são enfraquecidos. Qual a urbanidade que permita coexistir as águas e as florestas? Qual a urbanidade que pode compor com os modos de existência não urbanos? Qual a urbanidade que pode coexistir com os territórios e as vilas?

Os sujeitos coletivos de Santarém se organizam a partir de muitas redes, em diferentes escalas. Além de se relacionarem como organizações regionais, estaduais, nacionais e

internacionais, as pessoas que compõem esses sujeitos coletivos transitam entre as diferentes coletividades. É possível perceber cooperação entre eles no processo de revisão do Plano Diretor e nos diferentes projetos, mais recentemente, na organização da Romaria do Bem Viver e no projeto “Encantos do Maicá”.

São muitas as dificuldades apontadas na relação entre os sujeitos coletivos de Santarém e o poder público municipal. Erlan, da FAMCOS, aponta que os espaços institucionais são ocupados pelos sujeitos coletivos para saberem como a gestão está pensando. Já Sara denuncia que para participar eles precisam brigar, inclusive acionando o Ministério Público. Há um pessimismo em relação aos espaços institucionais de participação que em diferentes momentos têm sido desrespeitados (REIS; RODRIGUES, 2019).

Assim como no caso do processo de revisão do Plano Diretor, a gestão do prefeito Nélio Aguiar passou por cima do conselho municipal no caso da terceirização da saúde. A atuação do STTR indica um possível usos desses espaços quando conseguiu incluir pautas das comunidades rurais em agendas tipicamente urbana. É o caso tanto do Conselho Municipal de Transporte, onde o STTR pautou as especificidades da mobilidade nos territórios e do processo de revisão do plano diretor, quando o STTR conseguiu que fossem ampliadas as oficinas comunitárias a serem realizadas na zona rural do município (REIS; RODRIGUES, 2019). Qual a composição possível com os espaços institucionais? Como ocupar esses espaços?

A água, em suas diferentes formas de manifestação, é elemento constitutivo da cidade de Santarém. Seja pela presença dos majestosos rios Tapajós e Amazonas que forjam a cidade, a dinâmica entre chuva e seca, entre terra firme e várzea, as composições entre os igarapés e o urbano, os sujeitos ribeirinhos, a alimentação e a economia baseadas nos pescados, o aquífero Alter do Chão, o turismo de praia, a mobilidade entre as muitas cidades e comunidades, o tráfego que possibilita o comércio... as águas compõem várias redes dessa cidade!

O modo de existência dos ribeirinhos, na sua diversidade, não pode ser dissociado do rio que mata a sede, que alimenta, que diverte, que possibilita a prática de rituais, que abriga os encantados, que é caminho para se chegar em outros lugares. O ser ribeirinho é um sujeito híbrido, composto pelo humano e pelas águas, assim como os indígenas são a composição entre o humano e o território. As recentes dinâmicas econômicas que exterminam as comunidades bem como os grandes projetos exógenos que expulsam a população ribeirinha para as periferias das cidades, nos faz questionar: quem são os ribeirinhos na área urbana de

Santarém? Como eles conseguem existir longe de um dos principais elementos que os constitui? Como dar mais existência aos ribeirinhos que vivem no urbano?

A importância que as águas têm para as muitas redes que tecem essa cidade, contudo, é inversamente proporcional ao tratamento que tem sido dispensado a esse elemento tão poderoso e que tem faltado para muitas famílias. Os rios e lagos são constantemente poluídos e envenenados pelo mercúrio, o que causa a doença e a morte de humanos e não humanos. Qual o tratamento que a cidade pode dar a questão da água de forma a garantir seu acesso universal? Como a cidade pode cuidar dos seus rios para que eles continuem sendo fonte de vida? Como fazer coexistir o urbano e os muitos rios, lagos, praias e igarapés que atravessam a cidade?

Na trajetória dos sujeitos coletivos de Santarém, é possível perceber o papel da igreja católica, por meio das pastorais, na formação política de muitas lideranças. Não se perde de vista, como ressaltado por Thiago, que a igreja é um campo de contradições. Por outro lado, é possível aprender com esses setores da igreja que têm forjado alianças com as organizações sociais, contribuindo também com as suas práticas e seus rituais que são adaptados pelos diversos sujeitos coletivos como as dinâmicas de grupo, as romarias, a organização territorial. Destacamos ainda o protagonismo da Pastoral da Juventude que está presente em muitas alianças na defesa da cidade, seja na área urbana, periurbana ou nos assentamentos agroextrativistas. A partir dessas experiências protagonizadas também pela igreja católica, podemos ampliar o alcance das seguintes questões: quais são as alianças possíveis entre os sujeitos coletivos? Com quem é possível compor apesar e a partir das diferenças? Em que condições é possível compor?

A vitalidade dos sujeitos coletivos de Santarém pode ser percebida na presença da juventude em diversas organizações históricas como o STTR, a FEAGLE, a associação de moradores do bairro Pérola do Maicá, a FOQS. A juventude tem assumido posições de direção nessas organizações, trazido novas dinâmicas de comunicação e feito circular novos problemas, como a campanha “Não abra mão da sua terra”, uma parceria entre o STTR e os Guardiões do Bem Viver em defesa do território do PAE Lago Grande que envolve a produção audiovisual. Na área urbana, a juventude protagonizou no passado a conquista da passagem estudantil, como resgatado pela Renata, ainda que durante a pandemia, a impossibilidade de ocupar as ruas tenha se traduzido em retrocessos no passe estudantil, até então, congelado ao preço de R\$ 0,65. Recentemente, a candidatura coletiva do Puxirum do Bem Viver foi uma aliança importante entre as juventudes das periferias e dos muitos

territórios representados por quatro jovens que pretendiam ocupar o espaço institucional da Câmara Municipal.

O STTR de Santarém surgiu durante o regime militar e é um dos sindicatos de trabalhadores rurais de maior destaque em toda América Latina (REIS; RODRIGUES, 2019). Sua importância está relacionada à criação dos projetos de assentamento agroextrativista Lago Grande e Eixo Forte, além do apoio às demandas dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. Destacamos ainda, a defesa das comunidades diante do avanço da soja e da mineração mesmo que sob constantes ameaças. Edilson, atual vice-presidente, aponta que o sindicato também tem se renovado a partir da participação maior das mulheres, como a presidenta Ivete Barros, que já foi vereadora da cidade. Recentemente, o STTR também tem realizado composições com os indígenas que fazem parte de duas secretarias do sindicato.

Na atuação recente do STTR, o instrumento dos protocolos de consulta tem sido utilizado para a defesa dos territórios ameaçados por grandes projetos, como a mineração. A elaboração dos protocolos de consulta tem mobilizado lideranças e comunidades que criam uma metodologia própria para deliberarem sobre a presença ou não dos grandes projetos. Nesse sentido, difere-se da simples deliberação comunitária, o que tem gerado conflitos, como no caso da RESEX Tapajós-Arapiuns. Após anos de prática da construção dos protocolos de consulta na região, vale a pena refletir: esse instrumento tem sido suficiente para proteger as comunidades? Como os protocolos de consulta têm reverberado nos espaços institucionais, em especial, no sistema de justiça? Qual o legado dos processos de construção dos protocolos nas comunidades? A mobilização realizada tem se renovado em novas alianças?

Na atuação dos sujeitos coletivos entrevistados, é possível perceber a intensa relação entre o urbano e os outros territórios da cidade. A FOQS, por exemplo, realiza suas reuniões na Travessa Sorriso de Maria, no bairro Aeroporto Velho. Sara destaca o urbano como o lugar que dá visibilidade as lutas que acontecem nos outros territórios da cidade e Abimael destaca que a cidade é o espaço que vai proteger o território.

Sara, Abimael e Marlon deixaram suas comunidades para continuarem tendo acesso à educação, o que reforça a ideia de que garantir políticas públicas nas comunidades é também garantir a permanência das famílias nos territórios. Já Diana, questiona a ideia de que para ter uma vida melhor é necessário vir para a cidade, algo que marca a sua trajetória e dos seus pais que deixaram suas comunidades rurais para viver na área urbana de Santarém. Na trajetória de Abimael, a interiorização possibilitou que ele concluísse o bacharelado e o mestrado em Direito. Hoje ele atua como professor na UFOPA. Quais redes são necessárias para garantir a

permanência das famílias nos territórios? Como pensar essa permanência dentro das discussões sobre o direito à cidade?

Júnior destaca a relação entre a área urbana de Santarém e os outros territórios da cidade. O cultivo da roça no planalto santareno foi essencial para manter sua família na zona urbana, algo que foi impossibilitado pelo avanço da monocultura de soja. Foi destacado ainda pelos sujeitos coletivos a integração entre os municípios localizados no entorno de Santarém. Essa integração, em muitos casos, se dá pelos rios, que transportam pessoas e produtos. Esses municípios também têm experimentado dinâmicas semelhantes como a presença estrangeira (Juruti, Belterra, Oriximiná) e o avanço do agronegócio no planalto santareno (Belterra, Mojuí dos Campos). Essas novas dinâmicas impactam tanto na vida das muitas famílias que vivem nessas cidades como também na vida dos muitos não humanos como os rios, as florestas, os animais (abelhas, peixes), os cultivos (policultura). O caso de Belterra, em particular, expressa a curiosa relação entre a Amazônia e aqueles que são de fora. Henry Ford, estadunidense que nunca pisou na Amazônia, planejou e modificou drasticamente essa cidade.

Essas relações que extrapolam o território municipal, desafia os sujeitos coletivos a praticar ações mais abrangentes. A igreja católica, por meio das suas pastorais, tem construído algumas alternativas nesse sentido, como a realização de romarias metropolitanas (Romaria da Terra e das Águas), a organização em regiões (fundamental para o êxito da Romaria do Bem Viver) e dioceses.

É no resgate da história do Movimento Tapajós Vivo que os limites do desenvolvimentismo de esquerda são mais perceptíveis. O coletivo surge para defender o rio Tapajós das ameaças dos governos petistas que pretendiam construir em seu leito um complexo de hidrelétricas. Esse mesmo governo também fortaleceu a atuação do agronegócio no Brasil. A esquerda é um campo plural sendo que, parte dela, tem apostado na conciliação entre práticas inconciliáveis pautadas num tipo de desenvolvimentismo que, apesar do rótulo sustentável, não garante a vida dos diferentes modos de existências presentes na região.

Como ressaltado por padre Edilberto, todas essas redes têm pontos em comum, não sendo possível pensar a defesa do rio sem ligar todos esses pontos. Além das formações, caravanas e mobilizações, o Movimento Tapajós Vivo também tem apostado numa agenda positiva, como o projeto Tapajós Solar que se desdobrou em uma lei municipal. Ainda que o impacto da iniciativa seja local, investir na energia solar pode ser um ponto de partida na construção de alternativas às grandes hidrelétricas e ao seu poder destruidor.

Na trajetória dos sujeitos coletivos, uma questão que se destaca é a cultura. Carlos enfatiza o papel do teatro santareno na sensibilização sobre as questões sociais. Nas

comunidades, a cultura se manifesta por meio da realização de festas, como o festival da Mandioca em Juruti Velho e o Çairé em Alter do Chão, e ainda de danças como a Cupuçaí na comunidade de Santa Marta no Eixo Forte. Algumas organizações também têm investido maior atenção à cultura, como a associação de moradores do bairro Pérola do Maicá, que tem um departamento de cultura, e a FOQS que desenvolve o projeto Kizomba.

Santarém, esse grande sítio arqueológico, é também território indígena. Nas palavras de Abimael, esse território está submerso nos concretos dessa Santarém do século XXI. O acampamento “Santarém: território indígena” dá mais realidade a esse território indígena e explora outros sentidos para a demarcação. Para o indígena Abimael, demarcar é dar o nosso ponto de vista. Santarém é lugar de encontros e de extermínio, de resistência e apagamentos, como ressaltado por Marlon. Essa cidade é também expressão da colonização que mudou seu nome para o da homônima cidade portuguesa. Para Júnior, Santarém é ainda hoje uma cidade em descoberta, cujas histórias precisam ser contadas. Quais histórias sobre Santarém ainda não foram contadas? Como contar essas histórias? Quais os sujeitos humanos e não humanos que as compõem?

Diana ressalta que, para pensar em Santarém, é necessário compreendê-la enquanto um território onde se pratica diversas dinâmicas. Essas dinâmicas, para ela, é o bacana e o desafio da cidade. Esse território chamado Santarém inclui o urbano, os rios, a floresta e suas pluralidades de modo de existências. Santarém, território ancestral, também tem se destacado como um destino turístico, o que não ocorre sem afetar os modos de vidas que coexistem com essas águas e com essas terras há muitos séculos. Como dar mais existência aos modos de existência que nos dão notícia desse território ancestral como os sítios arqueológicos, os indígenas e todas as suas tradições? Como a cidade pode se tornar expressão desses muitos modos de existência que coexistem há séculos? Como o turismo pode potencializar os diferentes modos de existência e não os enfraquecer, como tem ocorrido?

Santarém, além de território indígena, é também território negro. Dados recentes do IBGE confirmam que a Amazônia legal abriga 30 % dos quilombos brasileiros, e na cidade de Santarém existem, ao menos, 4.633 pessoas que se declaram quilombola. A população negra também compõe essa Amazônia plural e agrega com sua cultura, cores, ritmos, crenças, modos de vida e de se relacionar com o espaço. Como dar mais realidade a Amazônia negra? Qual urbanidade que valoriza os elementos que compõem as cosmologias africanas no seu encontro com a Amazônia?

Hoje, essa diversidade tem sido sufocada pelas tendências homogeneizantes promovidas pelos seguimentos econômicos presentes na cidade que ganham expressam na

monocultura e na verticalização cada vez mais percebida. Os impactos do avanço dos segmentos econômicos do agronegócio, do mercado imobiliário e da mineração na região atinge humanos e não humanos, como as abelhas, os rios, os igarapés, os peixes. Contudo, há dinâmicas pautadas em outras lógicas, como no caso do Planalto Santareno. Pesquisa realizada no local aponta o dinamismo da agricultura familiar por meio de práticas que se reinventam, ainda que coexistindo com o avanço da soja. Como garantir que o direito à cidade seja também expressão do direito à diferença? Como olhar para a realidade sem cair nas armadilhas da totalização? Como dar visibilidade as dinâmicas e as práticas que se pautam por outras lógicas que não as homogeneizantes?

A Santarém desse início de século tem mudado a sua cara, o que alimenta a preocupação de Thiago, para quem a cidade tem se descaracterizado. Novas vias, novos prédios, novos equipamentos, novos moradores. Essas mudanças têm comprometido o que, para Thiago, são direitos muito básicos dos santarenos e santarenas, como chegar em alguma praia em pouco tempo, ver o encontro dos rios Tapajós e Amazonas da avenida Barão de Santarém, não precisar cercar seu imóvel, ter um quintal na sua casa. O quintal, para os santarenos, não é apenas mais um espaço da casa. Ele é local de encontro, de sombra, de cultivo de alimentos e remédios, de lazer e de conversa. O direito à praia, à paisagem e ao quintal são, portanto, dimensões do direito à cidade em Santarém.

Compreender a Santarém de hoje exige olhar atentamente para um dos modos de existência que compõe várias redes da cidade: a soja. Mais do que um grão ancestral, a soja é hoje uma *comodity*. Com a chegada desse grão na cidade, muitos outros modos de existência, e suas respectivas redes, ganharam mais realidade: o agronegócio, os sojeiros, as multinacionais, os agrotóxicos, os pastos, os portos, as rodovias e as hidrelétricas. A presença dessas novas redes impacta diretamente no urbano, nas comunidades, na produção familiar, nos rios, nas florestas, nos animais, na organização fundiária (espaços comuns passam a ser individuais).

Os assentamentos, marcados pela coexistência de muitos modos de existência, têm se descaracterizado por novas dinâmicas de ocupação do solo e de vida, como relatado pelos moradores do PAE Eixo Forte. A presença estrangeira é percebida com desconfiança. Barulho, drogas, valorização imobiliária. O relato dos moradores aponta as dificuldades enfrentadas nas comunidades. Falta incentivo à produção, à distribuição e ao armazenamento daquilo que as comunidades produzem. É necessário garantir melhores estradas e energia. Ou seja, são necessárias muitas outras redes para que os modos de existências ligados aos assentamentos continuem existindo.

A produção realizada nas comunidades tem sido impactada ainda pelas recentes dinâmicas climáticas. Edilson, do STTR, observa os efeitos da mudança climática na produção devido a modificação nos regimes de chuva e seca que caracterizam o verão e o inverno amazônico. Períodos de seca têm impactado em diversos modos de vida como dos agricultores e das agricultoras familiares, dos ribeirinhos e das ribeirinhas, dos botos, dos peixes, dos cultivos como a mandioca e o cacau, conforme apontado por pesquisa realizada na cidade de Juruti.

As dificuldades de permanecer existindo e produzindo nos territórios têm contribuído para a formação de novas ocupações urbanas em Santarém e para a expansão das periferias. Essas ocupações, como a do Juá, atualizam conflitos fundiários tão antigos nesses solos amazônicos, e fazem questionar não só a função social dos terrenos privados, mas também das terras ocupadas pelo poder público, como ressaltado por Abimael. Sujeitos que viviam há séculos nas áreas de várzea, de terra firme, nos rios e nas florestas, agora compõem esse urbano em ebulição. Pensar os sujeitos que constroem o espaço urbano de Santarém de hoje inclui considerar a diversidade de indígenas, quilombolas, agricultores e ribeirinhos que agora edificam suas vidas nesse espaço repleto de asfalto e concreto. Como garantir que esses sujeitos, despossuídos dos elementos que os constituem, possam ganhar mais existência no urbano santareno? Quais os elementos compõem as periferias da cidade de Santarém?

Essa nova Santarém experimenta ainda novas institucionalidades, como a da Região Metropolitana, ainda que o fenômeno metropolitano não tenha sido verificado empiricamente em estudos relacionados à da lei estadual. O que tem significado a adesão à essa institucionalidade? Seria a figura da região metropolitana a que melhor da conta dos desafios comuns aos municípios limítrofes de Santarém? Porque incluir apenas Belterra e Mojuí dos Campos? Quais os modos de existências deveriam pautar a discussão metropolitana em Santarém e região? Quais sujeitos humanos e não humanos não podem ficar de fora?

Sara e padre Edilberto ressaltam que as questões relativas ao saneamento poderiam ser tratadas de forma a abranger os demais municípios que fazem parte da região metropolitana, escala pouco trabalhada até agora. Nacionalmente, acompanhamos um desmonte de um entendimento mais amplo de saneamento sendo que, localmente, os interesses de privatização também têm reverberado. O que deveria ser considerado em termos de saneamento básico nas cidades da Amazônia, em especial, em Santarém? Como tratar a questão de forma a proteger também os muitos não humanos que compõe as redes do saneamento básico?

Na experiência recente de Santarém, também podemos identificar algumas composições tristes, por exemplo, entre as orlas e o concreto. É o caso da praia do Maracanã,

principal praia urbana de Santarém. Nas palavras de Thiago, a prefeitura enterrou a praia durante a pandemia. Houve a tentativa de “enterrar” também a praia de Ponta de Pedras e o desfecho do caso envolvendo os gestores públicos é muito semelhante ao do trapiche no lago do Maicá. A prefeitura impõe os projetos “de cima para baixo” e, se não há acordo com os moradores, inviabiliza-os.

Carlos e Júnior destacam que a cidade tem crescido às custas dos seus espaços naturais. Muitos modos de existência foram perdidos: os igarapés urbanos, a praia da Vera Paz, a praia da Sudam, os sítios arqueológicos, as APA’s. A cidade ainda quer perder o lago do Juá, o lago do Maicá, os assentamentos. Como o urbano pode coexistir com esses modos de existência? Qual é a urbanidade em que cabe os igarapés, as praias, os lagos, os sítios arqueológicos?

Há entre os sujeitos coletivos uma pluralidade de pontos de vista sobre o que tem sido a cidade de Santarém. São sujeitos das aldeias, das comunidades quilombolas, dos bairros históricos, da periferia, dos municípios próximos. Esses sujeitos expressam diferentes visões sobre o que tem sido Santarém, quais são as suas urgências e desafios. Há também quem considere que a gestão do prefeito Nélio Aguiar está trazendo o desenvolvimento, como apontado pelo senhor Mário da FOQS. Os sujeitos coletivos, portanto, são diversos o que não significa que eles não possam compor determinadas alianças.

Essa diversidade dos sujeitos coletivos também se expressa nos seus diferentes modos de existência. Essa diferença foi um dos fatores que garantiu o êxito da aliança construída em torno do processo de revisão do Plano Diretor. Durante a conferência de revisão do plano diretor, em novembro de 2017, foi construída uma composição que testou os limites do espaço institucional de participação. Essa aliança múltipla conservou a heterogeneidade desses sujeitos coletivos e dos diversos modos de existências representados. A aliança expôs as demandas de sujeitos humanos e não humanos diante das propostas em curso, em especial, relacionadas ao lago do Maicá.

A relação entre Thiago e o processo de revisão do plano diretor foi marcada pela mudança de ponto de vista. Se no começo do processo ele estava desacreditado, a experiência da conferência, nas suas palavras, foi uma prova muito séria de que os sujeitos coletivos podem se articular. Para Renata, a experiência no processo de revisão do Plano Diretor mostrou que as alianças entre os sujeitos coletivos são possíveis.

Os limites do processo de revisão do Plano Diretor estavam colocados desde o início, como declarado pelo Erlan e pelo senhor Ladilson durante nossas pesquisas preliminares, ainda em 2017 (REIS; RODRIGUES, 2019). Ao longo do processo, foram muitas as

dificuldades criadas pelo próprio poder público: baixa divulgação e mobilização da população, dia e horários inacessíveis para os trabalhadores e trabalhadoras, realização das atividades em locais pouco servidos pelo transporte público, infraestrutura precária, falta de organização. Nos dias da conferência, por exemplo, a comissão organizadora não esperava receber tantas pessoas. Grandes filas, falta de crachás. Listas de presenças feitas à mão foram criadas para registrar os participantes. Não havia o auxílio de computadores e impressoras. Faltou fazer bom uso das tecnologias que não podem ficar de fora dessas composições.

As dificuldades de exercer a participação nos espaços institucionais conduzidos pela prefeitura de Santarém se repetem em outros fóruns, como nos conselhos. Em julho de 2022, essas dificuldades foram percebidas na Conferência da Cidade como ressaltado por Edilson e por Yuri. O educador popular da Fase resgatou o momento da Conferência da Cidade dizendo que esta foi “o ó do Borogodó”, especialmente, pelo direcionamento das vagas do Conselho da Cidade ocupadas pelos conselhos de seguranças de alguns bairros, algo bastante controverso segundo Yuri.

Sara reconhece a importância de ocupar os espaços institucionais para garantir uma coalizão de forças favoráveis, assim como Renata. Yuri defende que os sujeitos coletivos não se limitem aos espaços institucionais, sendo necessário criar outras estruturas. Na realidade santarena, podemos considerar que já existem essas estruturas de participação exercidas para além dos espaços institucionais? Quais são essas estruturas? Como fortalecer essas iniciativas? Como essas estruturas autônomas podem impactar de forma mais direta numa coalizão de forças potente? Quais alianças precisam ser construídas?

Para Thiago, durante o processo de revisão do Plano Diretor ficou claro a necessidade de uma liderança que consiga transitar entre os atores. Para ele, essa liderança foi exercida pela Sara, da Fase Amazônia. A liderança não é aquela pessoa que concentra poderes, ela é expressa na capacidade de tecer alianças, de compor com os diferentes. Ou seja, se aproxima mais da figura de um diplomata do que de um ditador.

Na experiência de revisão do Plano Diretor de Santarém, é possível verificar momentos de abertura e de bloqueio na relação entre as demandas dos sujeitos coletivos e o sistema de justiça. Destacamos as atuações dos Ministérios Públicos, estadual e federal, alinhada com a defesa dos interesses também pleiteados pelos sujeitos, não só no caso do Lago do Maicá como também na defesa dos sítios arqueológicos, dos processos de licenciamento ambiental (Cargill), entre outros. A iniciativa dos promotores e promotoras dão mais existência aos problemas presentes na cidade, fazendo com que eles circulem nos espaços institucionais por meio de novas gramáticas.

Em relação ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, o voto da desembargadora Luzia Nascimento mostra uma maior sensibilidade do poder judiciário às demandas relacionadas ao direito à cidade. Ressaltamos que, no voto, a desembargadora levanta a possibilidade de declaração da inconstitucionalidade do Plano Diretor. O voto é surpreendente, pois as segundas instâncias dos Tribunais de Justiça dos Estados são identificadas ao conservadorismo patrimonialista por suas decisões. Por outro lado, nem todas as demandas foram acolhidas, como ressaltado por Thiago, afinal, na cosmologia do Direito, nem tudo é considerado jurídico. A partir dessa experiência, podemos nos questionar: a aposta no judiciário vale a pena? Se sim, em que medida? Sempre? Quais os riscos?

Apesar do desfecho do processo de revisão do plano diretor nos poderes legislativo e executivo, a avaliação dos sujeitos é de que a construção coletiva vale a pena, como enfatizado por Renata. Para Yuri, o momento da conferência foi um marco na história dos sujeitos coletivos sendo que a força da aliança conseguiu expor os limites dos espaços institucionais de participação. Ele avalia ainda que essa unidade dos sujeitos coletivos é algo muito difícil de se construir, o que não deve ser menosprezado. Padre Edilberto avalia que, apesar de terem vencido a batalha, no final os sujeitos coletivos não tiveram força para sustentá-la. Já dona Valda defende, que além de olhar para os aprendizados, é importante olhar para as frustrações, pois o desfecho do processo de revisão desmobilizou as pessoas. A luta dos sujeitos coletivos foi efêmera? Quais são os aprendizados? E as frustrações? A aposta na via judicial foi uma boa escolha? Quais outras estratégias poderiam ter sido adotadas antes e depois da apreciação do Plano Diretor pela Câmara? Qual o papel da conjuntura nacional de eleição do presidente Bolsonaro nessas questões?

Na avaliação da Diana e do senhor Mário, a pauta sobre a questão portuária teve mais atenção que as demais, o que deveria ser repensado pelos sujeitos coletivos. Por exemplo, muitas pessoas se concentraram para realizar as discussões do Grupo de Trabalho de mobilidade, onde estavam sendo debatidas as questões relacionadas à zona portuária, sendo que os demais grupos de trabalho estavam esvaziados. Vale lembrar que as alterações realizadas pelos vereadores impactaram também nas disposições sobre as APA's, sobre a educação indígena e quilombola, sobre o transporte público, sobre a saúde, dentre outras.

As alianças relacionadas ao Plano Diretor em Santarém são antigas. Como apontado por Sara, na gestão do prefeito Lira Maia, início dos anos 2000, a FAMCOS realizou uma mobilização para que não fosse feito um instrumento de gaveta por empresas de fora. Após a aprovação do Plano Diretor Participativo criado em 2006 sob a gestão da prefeita Maria do Carmo, houve outras mobilizações para que os instrumentos do PD fossem colocados em

prática. A aliança mais expressiva foi em torno da regulamentação da APA do Maicá, entendida como uma alternativa à zona portuária. Quase 20 anos após a criação do primeiro Plano Diretor de Santarém, qual tem sido a efetividade desse instrumento? Como o PD tem reverberado nos poderes legislativo, executivo e judiciário? A aposta nesse instrumento tem valido a pena?

As avaliações da efetividade do instrumento do Plano Diretor têm sido realizadas nacionalmente na ceara das discussões sobre os 20 anos da promulgação do Estatuto da Cidade. Desde 2001, muitas cidades criaram seus planos diretores tendo como fundamento a lei federal que ampliou a obrigatoriedade desse instrumento para mais municípios brasileiros. No âmbito do judiciário, novas jurisprudências têm dado novos contornos pragmáticos aos instrumentos e princípios previstos no Estatuto da Cidade. A atuação de advogados, promotores, defensores e juizes tem construído, por exemplo, algumas balizas para o princípio da Gestão Democrática das Cidades, o que pode contribuir para uma maior efetividade desse princípio.

Ao tratarmos do Estatuto da Cidade enquanto uma lei federal de abrangência nacional, é necessário olharmos atentamente para as necessidades das cidades amazônicas que não são contempladas no diploma legal. Essas cidades possuem dinâmicas próprias atravessadas por questões geofísicas, climáticas, fundiárias, sociológicas, culturais. Outro ponto que devemos considerar nessa grande teia é que o instrumento do Plano Diretor pode sofrer retrocessos, como quando comparamos o PD 2006 e o PD 2018. O caso das APA's explicita bem essa possibilidade.

Olhar para a cidade de Santarém de hoje demanda também compreender como o segmento do agronegócio se articula nessa realidade. Como apontado nas pesquisas do antropólogo Caio Pompeia, esse é um setor heterogêneo, que tem apoio inclusive de setores progressistas. É preciso entender ainda como o agronegócio tem operado nas cidades brasileiras: novas infraestruturas logísticas, aumento populacional, tendências homogeneizantes, destruição da diversidade de modos de existências humanos e não humanos. Esse segmento consegue ainda, muitas vezes, aliar o discurso do desenvolvimento com o da sustentabilidade para justificar retrocessos. Quais são as estratégias narrativas desse segmento econômico operadas em Santarém?

O segmento do agronegócio possui muitas nuances, uma vez que há uma pluralidade de pontos de vista no âmbito do *agrobusiness*. Por exemplo, a Cargill faz parte de uma coalização nacional do agro mais sensível às questões ambientais, mas opera sem licenciamento ambiental em Santarém. Na cidade, os sojeiros defensores da criação da zona

portuária enxergam na construção dos portos na área do Maicá uma forma de escaparem do monopólio da multinacional, o que expõe os conflitos dentro do próprio segmento. As nuances desse segmento também devem ser compreendidas na sua relação com os setores progressistas. Afinal, foi durante as gestões petistas que o agronegócio cresceu econômica e politicamente. Ainda no primeiro mandato da presidenta Dilma, houve o enfraquecimento de setores do governo contrários às demandas do agronegócio como a FUNAI, cuja situação foi agravada nos governos Temer e Bolsonaro.

Sobre a proposta de criação da zona portuária em Santarém, podemos verificar, pelo menos, quatro momentos distintos da aliança dos sujeitos coletivos contrários à proposta. O primeiro deles, anterior ao processo de revisão do Plano Diretor, foi a mobilização para regulamentar a APA protagonizada, especialmente, pela associação de moradores do bairro Pérola do Maicá, como resgatado pela dona Valda. Essa aliança envolveu a elaboração de materiais, o recolhimento de assinaturas para um projeto de lei popular que propunha a regulamentação da APA do Maicá, a realização de uma audiência pública da Assembleia Legislativa do Estado do Pará no próprio bairro. Essa coalizão não foi suficiente para regulamentar a APA. Na câmara dos vereadores, a alternância da legislatura no ano de 2017 inviabilizou, de vez, a tramitação do projeto de lei. Isso não significa que a articulação não teve êxito ao fazer circular os problemas relacionado ao Maicá nos espaços institucionais e fora dele. A Embraps, no texto do EIA/RIMA, ignora a previsão da APA ao alegar que esse instrumento não foi regulamentado pelo poder público municipal, como se estivesse totalmente alheia às movimentações políticas que impediram avançar o projeto de lei.

Um segundo momento da aliança em torno do Maicá foi durante o processo de revisão do Plano Diretor. Essa aliança envolveu outros sujeitos coletivos da cidade, e não somente aqueles impactados diretamente pela criação da zona portuária. Uma aliança ampla e diversa que teve seu maior êxito expresso na conferência de revisão do Plano Diretor. A vitória dessa aliança na conferência, contudo, não foi capaz de garantir que a Câmara Legislativa aprovasse a versão final de acordo com o processo participativo de revisão. O desfecho do processo na Câmara e no executivo não significa que a aliança tenha sido derrotada. Como ressaltado pelos sujeitos coletivos, a aliança valeu a pena. Yuri avalia que foi um momento histórico para os sujeitos coletivos da cidade e deixou um importante legado.

O terceiro momento dessa aliança diz respeito à judicialização do conflito envolvendo o processo de revisão do Plano Diretor e a lei aprovada no final de 2018. No âmbito do judiciário, a aliança construída pelos sujeitos tem encontrado algumas barreiras como questões técnicas e morosidade. Nesse momento, a decisão da desembargadora Luzia

Nascimento tem garantido um alívio aos sujeitos coletivos, ainda que a decisão monocrática no âmbito de um agravo de instrumento não atenda todos os pedidos realizados e seja provisória.

Por fim, um último momento dessa aliança pode ser considerado como propositivo. Paralelamente à judicialização proposta pela FOQS e pelo CITA, a associação de moradores do bairro Pérola do Maicá tem construído um horizonte afirmativo por meio de “dinâmicas diferenciadas”, como ressaltado por dona Valda. Os diferentes projetos da associação dão novos sentidos para os espaços e para as vivências no bairro o que possibilita, segundo Diana, que o Maicá não seja conhecido apenas como o local onde será construído a zona portuária.

O legado deixado pela aliança dos sujeitos coletivos de Santarém durante o processo de revisão do Plano Diretor tem se estendido em novas alianças, como a candidatura coletiva “Puxirum do Bem Viver”. Podemos identificar ainda os desdobramentos relacionados às experiências do coletivo Guardiões do Bem Viver e da associação de moradores do bairro Pérola do Maicá. As experiências desses sujeitos coletivos têm em comum a criação de um horizonte afirmativo por meio de uma agenda positiva que vai muito além da denúncia. O protagonismo da juventude nas diferentes frentes de ação também é algo compartilhado nessas duas experiências. E, por fim, a atuação em espaços híbridos que afirmam um direito à cidade para além do urbano, que compõe com as águas e a floresta, humanos e não humanos. No PAE Lago Grande é possível identificarmos arranjos que informam as práticas de uma urbanização extensiva e no Maicá características periurbanas, onde práticas urbanas e rurais coexistem. Esses espaços híbridos se revelam muito potentes para a construção de alianças dada a diversidade de modos de existência presentes. São terrenos profícuos para composições entre o urbano, as águas e as florestas.

No território do PAE Lago Grande, formado pelas regiões do Lago Grande, Arapiuns e Arapixuna, a juventude construiu a primeira Romaria do Bem Viver, a partir das dinâmicas de organização da Pastoral da Juventude. A romaria foi uma composição entre ritos, sujeitos e bandeiras. Apesar da grande participação dos jovens ligados à igreja católica, a romaria conseguiu ir além da própria igreja, como ressaltado por Marlon.

A Romaria do Bem Viver, ao mobilizar os muitos sujeitos individuais e coletivos que estavam ali, conforme observação do Thiago, demonstrou a força humana com a presença dos 1500 corpos que estavam ali. Num extenso assentamento como o Lago Grande, a romaria foi um momento muito importante para dar voz às muitas pessoas e comunidades que existem ali, colocando em xeque o imaginário da “terra de ninguém” mobilizado até hoje. Para Marlon, a

romaria expôs a indignação das mais de 150 comunidades presentes afirmando que o Lago Grande não tem só animais e floresta, tem famílias, tem pessoas.

Processos de lutas antigos foram ressignificados durante a romaria. A Cabanagem, reivindicada pela juventude que também se denomina como novos cabanos, foi resgatada em vários pontos do trajeto, em especial, na comunidade de Cuipiranga, ponto de partida. Essa ressignificação passa por recontar a história dos cabanos de Cuipiranga inserindo novos olhares. A pesquisa do professor Florêncio, por exemplo, joga luz às experiências descentralizadas da Cabanagem, o que fortalece a importância dos eventos locais na queda do poder da capital imperial. Os novos cabanos compreendem ainda as diferenças das experiências antepassadas em relação às que eles experienciam hoje.

A construção coletiva da romaria envolveu processos materiais que exigiram o esforço de muitos corpos auxiliados, muitas vezes, por antigas e novas tecnologias. A construção do barracão, a abertura de ramais, a mobilização das 150 comunidades por moto, bajara. Esse esforço comum tem inspiração na tradição indígena do puxirum praticada há séculos.

Após a realização da primeira romaria do bem viver surge um ator inquestionável na cidade segundo Thiago: a juventude. A romaria é o gesto que funda a existência dos Guardiões do Bem Viver. Interessante é que, se tradicionalmente, o urbano é visto como o espaço que as lutas política ganham notoriedade, a romaria conseguiu produzir um deslocamento ao construir uma ação potente num assentamento agroextrativista.

Desde então, os Guardiões têm realizado alianças com sujeitos históricos como o STTR e a FEAGLE, revigorando essas organizações. No caso das duas audiências públicas, a juventude teve papel fundamental para enfrentar o discurso daqueles que deslegitimam as comunidades, numa tentativa de enfraquecer os muitos modos de existências presentes. Nessas audiências, demandas tradicionalmente relacionadas às agendas urbanas foram reivindicadas pelas comunidades como acesso à educação, à saúde, ao saneamento, às infraestruturas.

A Pastoral da Juventude teve um papel muito importante na idealização e construção da Romaria do Bem Viver, o que leva Thiago a afirmar, categoricamente, que a Romaria é da PJ. A PJ conseguiu ainda tecer muitas alianças com outros sujeitos que também apostaram na juventude como a Fase, o grupo Mãe Terra, o STTR, a FEAGLE, entre outros. A experiência da romaria é importante também para repensarmos as diferentes contribuições na construção das alianças entre os sujeitos. Repensar a ideia de protagonismo para reconhecer diferentes intensidades de participação talvez seja um caminho que permita que as alianças se ampliem, se modifiquem e se fortaleçam no tempo sem grandes rupturas. O êxito das alianças passa a

estar na composição entre os diferentes, e não num único sujeito. Nesse sentido, todos os elementos da composição são relevantes.

O êxito das composições passa pela heterogeneidade de sujeitos humanos e não humanos, pela diversidade de modos de existência. Assim como o Lago do Maicá é rico em vida, o Lago Grande também é. Entra na sua composição as comunidades, os ritos, as culturas, o pescado, as memórias, a farinha, o açaí. Diana observa que são várias dinâmicas dentro do PAE Lago Grande.

Mais recentemente, o bom uso das novas tecnologias passou a dar mais existência aos modos de existência que estão ali presentes. É o caso da campanha “O Lago Grande produz sim!” que envolve a produção audiovisual, a formação política nas comunidades, a divulgação nas redes sociais. Essas iniciativas afirmam, contra a investida da mineração, que esse território tem muitas outras riquezas que vão além dos minérios e ainda possibilita novos olhares sobre o Lago Grande. As tecnologias também compõem esse coletivo.

Os Guardiões do Bem Viver se inspiram no pensamento andino sem se restringirem a compreender o Bem Viver pelos livros. Existe um bem viver praticado no Lago Grande que inclui humanos e não humanos, o que leva Yuri a destacar o pragmatismo dessa filosofia que ganha contornos próprios no território santareno. O Bem Viver está no cultivo da mandioca e nos seus produtos derivados, no banho de rio, no respeito aos encantados. O cultivo da mandioca também é uma composição, pois os sujeitos humanos aprenderam ao longo dos séculos a se relacionar com essa planta ancestral criando uma relação de interdependência.

O bairro Pérola do Maicá está localizado numa região periurbana de Santarém. A formação desse bairro está intrinsecamente ligada ao fenômeno das terras caídas, um evento natural acentuado pela atividade humana. O surgimento do bairro é composto por redes que incluem muitos não humanos, inclusive as dinâmicas experimentadas nas áreas de várzea localizadas nos entornos de Santarém.

Assim como outros bairros de Santarém, o Pérola do Maicá é uma iniciativa dos moradores que transformam o lugar em moradia. Esses moradores por meio do puxirum empreendem esforços coletivos para construção dos espaços comuns, para a abertura de vias, para a construção de poços, para garantir o acesso à energia elétrica. Os bairros, portanto, são patrimônios comuns dos moradores e devem ser respeitados como tal, garantindo que o legado dos antigos seja preservado para os seus descendentes. O que pode mudar a partir do ponto de vista que compreende os bairros não apenas como uma divisão espacial/administrativa e sim como um patrimônio comum dos seus moradores?

A associação dos moradores do bairro Pérola do Maicá foi criada para defender os interesses dos moradores. Nas palavras do senhor Zelí, o desenvolvimento pessoal passa pelo desenvolvimento comunitário. Ao longo da trajetória de atuação, houve conquistas e desafios. Uma das dificuldades encontradas é a de tecer aliança nesse espaço tão diverso que tem presença da população tradicional, dos indígenas e dos quilombolas. Dona Valda resgata que feridas foram abertas nos momentos que as alianças não foram possíveis. Hoje, outras alianças têm sido construídas com as mulheres e com a juventude, grupos cuja participação é cada vez mais percebida na associação. O que devemos considerar quando compomos alianças? O que estamos dispostos a perder? Como garantir que todos os pontos de vista quem compõem as alianças sejam considerados?

Recentemente, os projetos desenvolvidos pela associação apontam um horizonte afirmativo por meio de uma agenda positiva praticada nos quintais produtivos e no lago do Maicá por meio do turismo de base comunitária. Como ressaltado por Diana, a defesa do Lago do Maicá não se dá só pelo enfrentamento, é necessário dizer o que o bairro tem de bonito.

O projeto “Encantos do Maicá” tem sido praticado paralelamente ao enfrentamento à questão portuária no poder judiciário. Ele avança em relação aos processos judiciais por fazer circular novos pontos de vista sobre o lago do Maicá e sobre o bairro: ele dá mais existência aos modos de existências já presente como as águas, os pescadores, o pescado, as memórias, os agricultores, os quintais, a pupunha, a laranja mel e cria outras existências ao lago a partir do turismo de base comunitária, pautada numa lógica diferente do turismo de mercado. Ou seja, explora um horizonte afirmativo que não fica preso à denúncia, ao contra, ao não, ainda que estas formas de composição tenham o seu lugar.

O projeto “Quintais Produtivos”, aliado à realização das feiras, tem potencializado os usos praticados pelos moradores em seus terrenos. Além de gerar renda, inclusive para muitas mulheres, os quintais produtivos dão mais existências as muitas hortaliças, plantas e remédios cultivados pelas pessoas que vivem no bairro Pérola do Maicá bem como aos artesanatos feitos pelas mãos de muitas mulheres. O êxito dessa iniciativa se reflete no aumento da demanda da produção do bairro e nas sucessivas realizações das feiras. O bairro Pérola do Maicá produz sim e dá vida há muitas existências, o que vai muito além do projeto portuário.

No caso dos dois projetos realizados pela associação, é possível perceber como o tempo é importante para se criar ações consistentes e vínculos potentes. No caso do projeto “Encantos do Maicá”, Júnior ressalta a importância da formação para que o turismo praticado no bairro não tenha apenas um viés comercial. Nesse sentido, a associação decidiu realizar as

atividades de turismo aos poucos para não prejudicar o processo formativo. No caso das feiras, que experimenta um sucesso crescente, a resiliência foi fundamental para que a iniciativa persistisse uma vez que poucas pessoas compareceram nas primeiras edições.

CONCLUSÃO

Chegamos ao final da nossa travessia. Os muitos elementos que agregamos aqui nos possibilitaram descrever essa “múltipla cidade” que é Santarém, compostas por suas águas, por suas floretas e pelo urbano desafiador dessa complexa região. Seguimos os sujeitos coletivos de Santarém que agregam em sua coletividade elementos heterogêneos. Tendo como ponto de partida as entrevistas, fomos desdobrando as redes e os fluxos que compõem essa realidade. Os fios que tecem as nossas composições foram desdobrados em maior ou menor medida e podem ser úteis como apontamento para novos caminhos de investigação recebendo um tratamento ainda mais profundo para que sejam agregados mais elementos ao universo santareno.

A prática dos sujeitos coletivos nos informa que a luta pelo direito à cidade em Santarém é também a busca pela instauração do direito de existir dos muitos modos de existência que coexistem nesse território ancestral. Como verificado no processo de revisão do Plano Diretor, o direito à participação consagrado a partir da nova ordem constitucional urbanística é insuficiente para explicar a prática desses sujeitos coletivos, uma vez que o direito à cidade tem sido exercido para além dos espaços institucionais. Estes espaços são apenas parte de processos que ocorrem em diferentes escalas, diferentes temporalidades, em diferentes arranjos.

Nossa composição informa ainda que as práticas relacionadas ao direito à cidade não têm se restringido aos espaços tradicionalmente classificados como urbanos. Há muitos híbridos nessa realidade que apontam para os limites da forma de operar da modernidade que separa campo e cidade, sujeitos e objetos, natureza e cultura. Para que o direito à cidade seja expressão do direito de existir dos muitos modos de existência desse pluriverso que é Santarém, a cidade precisa ser compreendida com uma composição entre muitos híbridos, um complexo arranjo entre as águas, as florestas e o urbano e seus muitos modos de existência decorrentes. O direito à cidade na realidade dessa cidade amazônica pode ser útil se incorporar as muitas mediações que vão além da agenda da reforma urbana: as águas, as florestas, os indígenas, os quilombolas, os sítios arqueológicos, a mandioca, os encantados... Agregar mais elementos heterogêneos nas discussões sobre o direito à cidade pode garantir alianças mais potentes em defesa de cidades em que muitos modos de existência possam coexistir.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, D. *A geopolítica de infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia Brasileira*. Rio de Janeiro: Actionaid, 2017.

AGUIAR, K. Belterra inicia colheita de grãos com aumento da produção. *Portal Rede Pará*. 23 mar. 2023. Disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/190260/belterra-inicia-colheita-de-graos-com-aumento-da-producao> acesso em 17 mai. 2023

AIRES, R. Prefeitura de Santarém realiza 7ª Conferência Municipal das Cidades. *Portal da Prefeitura de Santarém-PA*. 13 jul. 2022. Disponível em: <https://santarem.pa.gov.br/noticias/governo-e-administracao/prefeitura-de-santarem-realiza-7a-conferencia-municipal-das-cidades-li0tn4> acesso em 29 jun. 2023.

ALCOA. Alcoa no Brasil. *Portal da Alcoa*. Disponível em: <https://www.alcoa.com/brasil/pt/about> acesso em 19 mai. 2023

ALCOA. Juruti vive desenvolvimento compartilhado com mineração sustentável da Alcoa (Editorial). *Portal G1 Santarém e região*. 21 set. 2020. Disponível: <https://bit.ly/3BZK1ut> acesso em 19 mai. 2023

ALISSON, E. Mineração em terras indígenas da Amazônia aumentou 1.217% nos últimos 35 anos. *Portal Brasil de Fato*. 03 fev. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/03/mineracao-em-terras-indigenas-da-amazonia-aumentou-1-217-nos-ultimos-35-anos> acesso em 21 nov. 2023

ALMEIDA, R. H. *Entre o rio e o asfalto: as disputas territoriais nas comunidades quilombolas do planalto Santareno, em Santarém/PA, no contexto do avanço do grande capital*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

_____; SACRAMENTO, E. (org.). *Luta pela terra na Amazônia: mortos na luta pela terra! vivos na luta pela terra!*. Santarém, PA: Ed. dos autores, 2022.

_____. Bem Viver é a principal bandeira de chapa coletiva de jovens de Santarém. *Portal FURO*. 19 out. 2020. Disponível em: <http://rogerioalmeidafuro.blogspot.com/2020/10/bem-viver-e-principal-bandeira-de-chapa.html> acesso em 28 jun. 2023

_____. Mulheres Amazônidas: indígenas e quilombolas protagonizam chapa coletiva em Santarém-PA. *Portal FURO*. 14 out. 2020. Disponível em: <http://rogerioalmeidafuro.blogspot.com/2020/10/mulheres-amazonidas-indigenas-e.html> acesso em 28 jun. 2023

ALVES, F. A mineração destrói a Amazônia? *Revista Brasil Mineral*. Ano XXXVI, n. 403, p. 3, set. 2020.

AMAZÔNIA LEGAL EM DADOS. População estimada da Amazônia Legal. *Portal Amazônia Legal em Dados*. Disponível em: https://amazonialegalemdados.info/dashboard/perfil.php?regiao=Amaz%C3%B4nia%20Legal&area=Demografia_12&indicador=TX_PNAD_POP_UF_12&primeiro Acesso em 21 set. 2022

ANDRADE, D. F. C.; NOBREGA, J.; FERREIRA, J.; LIMA, A. P.; ARAÚJO, G. Fenômeno 'terras caídas' pode extinguir comunidade em Santarém. *Portal G1 Brasil*. 17 mar. 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/03/fenomeno-terras-caidas-pode-extinguir-comunidade-em-santarem.html> acesso em 21 ago. 2023

ARQUIDIOCESE DE SANTARÉM. Pastoral da Juventude. *Portal da Arquidiocese de Santarém*. Disponível em: <https://www.arquidiocesedesantarem.org.br/pastorais/5/pastoral-da-juventude-pj> acesso em 16 mai. 2023

ARQUIVO NACIONAL. Cabanagem: a revolução das “classes ínfimas”. *Portal do Arquivo Nacional do Ministério Justiça e Segurança Pública*. 24 mai. 2022. Disponível em <https://bit.ly/3ThgW4l> acesso em 20 out. 2022

BARBOSA, C. Coronel condenado pelo Massacre de Eldorado dos Carajás morre de covid-19. *Portal Brasil de Fato*. 12 nov. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/12/coronel-condenado-pelo-massacre-de-eldorado-dos-carajas-morre-de-covid-19> acesso em 11 dez. 2023.

BARROZO, J. C.; Da Rosa, J. C. A expansão do cultivo da soja no brasil através dos dados oficiais. *Pampa*, Santa Fe, n. 18, p. 79-98, dez. 2018.

BARTHE, Y. *et al.* Sociologia pragmática: guia do usuário. *Sociologias*. v. 18, n. 41, pp. 84-129, 2016.

BAZOLLI, J. A. Estatuto da Cidade: (in)aplicação na Amazônia legal. *Revista Desafios: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins*. v. 9, n. 03, dez. 2022.

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*., São Paulo , v. 19, n. 53, p. 71-86, abr. 2005.

BENTES, E. C. P. *A verticalização urbana: um estudo de caso sobre os condomínios verticais em Santarém-pa*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional) – Instituto de Ciências da Sociedade, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2018.

BETHÔNICO, T. Entenda o marco do saneamento, que entrou na mira do novo governo Lula. *Portal Folha de São Paulo*. 29 dez. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/12/entenda-o-marco-do-saneamento-que-entrou-na-mira-do-novo-governo-lula.shtml> acesso em 22 jun. 2023.

BEZERRA, F. E. A. *Apropriação ilícita de terras na Amazônia: o caso da gleba federal Mojuí dos Campos em Santarém – PA*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Instituto de Ciências da Sociedade, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2018.

BITTENCOURT, J. P. Dia da Árvore: mandioca é uma das árvores mais importantes para a população da Amazônia. *Portal da UFPA*. 20 set. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3YHmrgw> acesso em 15 ago. 2023.

BOAVENTURA, L. C L; OLIVEIRA, R. M. O projeto da Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós e as violações aos direitos do povo indígena Munduruku. *Portal do MPF*. 15 mar. 2016. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2016/> acesso em 18 mai. 2023

BOCCHINI, B. Conflitos no campo têm segundo maior número no 1º semestre deste ano. *Portal Agência Brasil*. 10 out. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-10/conflitos-no-campo-tem-segundo-maior-numero-no-1o-semester-deste-ano> acesso em 11 dez. 2023

BORGES, L. Quilombo Surubiu-Açú (PA): a luta pelo reconhecimento do território pelo Estado em tempos de retrocessos. *Portal Terra de Direitos*. 15 abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3sK0cen> acesso em 27 nov. 2023

BORGES, T. BRANFORD, S. Como ribeirinhos no Pará enfrentaram uma das maiores mineradoras de alumínio do mundo. *Portal Mongabay*. 8 out. 2020. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2020/10/como-ribeirinhos-no-para-enfrentaram-uma-das-maiores-mineradoras-de-aluminio-do-mundo/> acesso em 19 mai. 2023

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art182 acesso em 06 dez. 2022.

_____. *Decreto Legislativo n.º 143, de 20 de junho de 2002*. Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes. Brasil, 2002. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencao-1-pl.html> acesso em 06 dez. 2022.

_____. *Decreto presidencial 06 de novembro de 1998*. Cria a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, nos Municípios de Santarém e Aveiro, no Estado do Pará, e dá outras providências. Brasil, 1998. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DSN&numero=06/11-2&ano=1998&ato=e5eMTSE5ENJpWT197> acesso em 05 fev. 2024

_____. *Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007*. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasil, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/111445.htm acesso em 05 fev. 2024

_____. *Lei n.º 12.085, de 5 de novembro de 2009*. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA e dá outras providências. Brasil, 2009. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-12085-5-novembro-2009-592039-norma-pl.html> acesso em 06 dez. 2022.

_____. *Lei n.º 13.089, de 12 de janeiro de 2015* [Estatuto da Metrópole]. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasil, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113089.htm acesso em 05 fev. 2024.

_____. *Lei n.º 14.026, de 15 de julho de 2020*. Atualiza o marco legal do saneamento básico. Brasil, 2020. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2014.026-2020?OpenDocument acesso em 05 fev. 2024

_____. *Lei n.º 6.902, de 27 de abril de 1981*. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. Brasil, 1981. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6902-27-abril-1981-371587-norma-pl.html> acesso em 06 dez. 2022.

_____. *Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985*. Disciplina a ação civil pública e dá outras providências. Brasil, 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347orig.htm acesso em 05 fev. 2024.

_____. *Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997*. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e dá outras providências. Brasil, 1997. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9433-8-janeiro-1997-374778-norma-pl.html> acesso em 06 dez. 2022.

_____. *Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasil, 2001. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10257-10-julho-2001-327901-norma-pl.html> acesso em 06 dez. 2022.

_____. *Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasil, 2000. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-9985-18-julho-2000-359708-norma-pl.html> acesso em 06 dez. 2022.

_____. *Medida Provisória n.º 558 de 5 de janeiro de 2012*. Dispõe sobre alterações nos limites dos parques nacionais da Amazônia e dá outras providências. Brasil, 2012. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=MPV&numero=558&ano=2012&ato=8edMTQE10MVpWT606> acesso em 05 fev. 2024.

_____. *Projeto de Emenda Constitucional n.º 215 de 2000*. Acrescenta o inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º ambos no art. 231, da Constituição Federal. Brasil, 2000. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/14562> acesso em 05 fev. 2024

CADETE, F.. Contrato é assinado e OS assume HMS e UPA nesta quinta-feira em Santarém. *Portal G1 Santarém e região*. 01 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/contrato-e-assinado-e-os-assume-hms-e-upa-nesta-quinta-feira-em-santarem.ghtml> acesso em 17 out. 2022

CAFÉ DO SÍTIO. A Origem da Farinha de Mandioca. *Portal Café do Sítio*. Disponível em: <http://www.cafedositio.com.br/receitas/a-origem-da-farinha-de-mandioca> acesso em 15 ago. 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM. Resultado de pesquisa nacional coloca Santarém como uma das piores em saneamento básico, e vereador chama a atenção da Casa para o tema. *Portal da Câmara Municipal de Santarém*. Disponível em: <https://bit.ly/3NG9qj9> acesso em 21 jun. 2023

_____. Vila Curuai está preparada para ser município, diz Antônio Rocha. *Portal da Câmara Municipal de Santarém*. 8 ago. 2019. Disponível em: <https://santarem.pa.leg.br/vila-curuai-esta-preparada-para-ser-municipio-diz-antonio-rocha/> acesso em 16 ago. 2023.

CAMPOS, I.. Ministro da Educação é vaiado pelo povo e por turistas em Alter do Chão. *Portal do Jornal Comunitário O Boto*. 23 jul. 2022. Disponível em: <https://o-boto.com/blog/ministro-da-educacao-e-vaiado-pelo-povo-e-por-turistas-em-alter-do-chao> acesso em 01 nov. 2022

CARDOSO, A. C. D.; CÂNDIDO, L. S.; MELO, A. C. C. de.. Canaã dos Carajás: um laboratório sobre as circunstâncias da urbanização, na periferia global e no alvorecer do século XXI. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 1, p. 121–140, jan. 2018.

CARDOSO, K.. Com transição em andamento, gestão do HMS e da UPA retorna para o município. *Portal da Prefeitura de Santarém-PA*. 07 out. 2022. Disponível em: <https://santarem.pa.gov.br/noticias/saude/hms-e-upa-retornarao-para-gestao-municipal-xeozlg> acesso em 22 out. 2022

CARDOSO, M.. Descaso - Falta d'água revolta moradores de Santarém no início de 2023. *Portal Santarém*. 05 jan. 2023. Disponível em: <https://www.portalsantarem.com.br/noticias/conteudo/descaso-falta-dagua-revolta-moradores-de-santarem-no-inicio-de-2023/127067> acesso em 15 mai. 2023

CARGILL. *Portal da Cargill Brasil*. Disponível em: https://www.cargill.com.br/pt_BR/sobre acesso em 15 set. 2022

CARNEIRO, Jeso. Câmara de Santarém aprova rescisão de contrato com OS que gerencia HMS e UPA. *Portal Jeso Carneiro*. 01 jul. 2021. Disponível em: <https://www.jesocarneiro.com.br/politica/camara-de-santarem-aprova-rescisao-de-contrato-com-os-que-gerencia-hms-e-upa.html> acesso em 17 out.2022.

_____. MP pede à Justiça que liminar contra obras do camelódromo seja mantida. *Portal Jeso Carneiro*. 01 fev. 2022. Disponível em: <https://www.jesocarneiro.com.br/justica/mp-pede-a-justica-que-liminar-contra-obras-do-camelodromo-seja-mantida.html> acesso em 26 jun. 2023

_____. Reitor da UFOPA critica “hostilização” contra ministro em Alter do Chão; Nélio também. *Portal Jeso Carneiro*. 23 jul. 2019. Disponível em:

<https://www.jesocarneiro.com.br/ufopa-2/reitor-da-ufopa-critica-hostilizacao-contraministro-em-alter-do-chao-nelio-tambem.html> acesso em 01 nov. 2022

CASTRO, E. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, E. (org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.

CHARLISSON CARMO. UES. A luta pelo direito à cidade na Amazônia: o processo de revisão do Plano Diretor de Santarém-PA, Santarém-PA, ago. 2017. pp. 119-126.

CIDMIL, P. A vingança do Arigó. *Portal Jeso Carneiro*. 16 jan. 2023. Disponível em: <https://www.jesocarneiro.com.br/artigos/a-vinganca-do-arigo-por-paulo-cidmil.html> acesso em 15 mai. 2023.

CNBB. Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). *Portal da CNBB*. Disponível em: <https://cnbbs2.org.br/comunidades-eclesiais-de-base-cebs/> acesso em 16 mai. 2023

_____. Pastoral da Juventude. *Portal da CNBB*. Disponível em: <https://cnbbs2.org.br/pastoral-da-juventude-2/> acesso em 15 mai. 2023

CONTRACARTOGRAFIAS. Comunidades dos Estudos de Caso. *Portal do projeto Contracartografias* <https://www.contracartografias.com/> acesso em 26 mai. 2023

CORDEIRO, E. A. As Comunidades Eclesiais de Base: Saudosismo ou Urgência? *Portal do Instituto Humanitas Unisinos*. 03 abr. 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/597739-as-comunidades-eclesiais-de-base-saudosismo-ou-urgencia> acesso em 16 mai. 2023

CORRÊA, D. S.. Novos rumos da teoria social a partir de três gestos da sociologia pragmática. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 36, n. 105, 2021.

_____. Do problema do social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia pragmática francesa. *Política, Trabalho: Revista de ciências sociais*. v. 1, n. 40, 2014.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, RJ, v.49, n.3, p.39-68, jul. 1987.

CORREIO BRAZILIENSE. Madeireiros invadem sindicato de trabalhadores rurais em Santarém. *Portal do Jornal Correio Braziliense*. 03 mai. 2021. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2021/05/4921900-madeireiros-invadem-sindicato-de-trabalhadores-rurais-em-santarem.html> acesso em 16 mai. 2023

CORTES, J. P. S. de; COUDEL, E.; PIRAUX, M.; SILVA, M. P. da; SANTOS; B. A. dos; FOLHES, R.; SILVA; R. G. P. da. Quais as perspectivas da agricultura familiar em um contexto de expansão do agronegócio? Zoneamento participativo com representantes comunitários do Planalto Santareno. *Confins*. n. 45, 2020.

COSTA, I.; SALDANHA, E. C.; MONTE, C. N.. A sazonalidade de contaminantes em águas subterrâneas e superficiais entorno de um aterro sanitário na região Amazônica. *Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais*, v.11, n.6, pp. 371-382, 2020.

DIANA MARIA GOMES DE CARVALHO. Entrevista concedida a Ana Beatriz Oliveira Reis. Santarém-PA, 05 de agosto de 2022.

DIAS, J.. Portal Amazônia responde: por que a ferroada da jiquitaia arde tanto? *Portal Amazônia*. 30 abr. 2022. Disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonia/portal-amazonia-responde-por-que-a-ferroada-da-jiquitaia-arde-tanto> acesso em 03 ago. 2023

DICIONÁRIO INFORMAL. *Portal Dicionário Informal*. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/arig%C3%B3/1063/> acesso em 15 mai. 2015

DORNELAS, N. N. A identidade das CEBs. *Portal Vida Pastoral*. Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/eclesiologia/a-identidade-das-cebs/> acesso em 16 mai. 2023

DUTRA, M. Cuipiranga, aqui os cabanos ganharam e perderam. *Jornal Gazeta de Santarém – Edição especial Cabanagem*. 22 de jul. 2009. Disponível em: <https://www.calameo.com/read/0002154336cb054c09126> acesso em 14 ago. 2023

EDILBERTO SENA. *A luta pelo direito à cidade na Amazônia: o processo de revisão do Plano Diretor de Santarém-PA*, Santarém-PA, set. 2017. pp. 144-155.

_____. Entrevista concedida a Ana Beatriz Oliveira Reis. Santarém-PA, 04 de agosto de 2022.

EDILSON SILVEIRA FIGUEIRA. Entrevista concedida a Ana Beatriz Oliveira Reis. Santarém-PA, 02 de agosto de 2022.

EMBRAPA. A história da soja. *Portal da Embrapa*. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/historia> acesso em 17 out. 2022

_____. Mandioca. *Portal da Embrapa*. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/mandioca-e-fruticultura/cultivos/mandioca> acesso em 15 ago. 2023

EMBRAPS. *Relatório de Impacto Ambiental Terminal da Embraps*. Belém: Fadesp, 2014.

ERLAN NADLER. *A luta pelo direito à cidade na Amazônia: o processo de revisão do Plano Diretor de Santarém-PA*, Santarém-PA, ago. 2017. pp. 126-143.

ESTADO DO PARÁ. *Valor Bruto de Produção – VBP*. Boletim Informativo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e de Pesca. 2 ed. 2022

ESTEVES, L.. Censo 2022 mostra o Pará com mais de 80 mil indígenas, a maioria vivendo em seus territórios. *Portal Agência Pará*. 07 ago. 2023. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/46144/censo-2022-mostra-o-para-com-mais-de-80-mil-indigenas-a-maioria-vivendo-em-seus-territorios> acesso em 20 nov. 2023.

FARIAS, E.. 2a. Caravana em Defesa do Rio Tapajós faz alerta contra barragens no oeste do Pará. *Portal Amazônia Real*. 29 ago. 2016. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/2a-caravana-em-defesa-do-rio-tapajos-faz-alerta-contras-barragens-no-oeste-do-para/> acesso em 18 mai. 2023.

FBSP. Segurança Pública e Crime Organizado na Amazônia Legal. *Portal do FBSP*. 05 jun. 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/seguranca-publica-e-crime-organizado-na-amazonia-legal/ acesso em 13 dez. 2023

FERREIRA, L. T. "Você fica sem saber que justiça é essa, a lei é para todos ou pras grandes empresas não tem lei?": as narrativas ribeirinhas sobre a administração do "Caso Samarco" e a gestão do desastre em Tumiritinga - MG e em Galileia – MG. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito) – Programa de pós-graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói -RJ, 2022.

FOLHES, R. T. *O Lago Grande do Curuai*: história fundiária, usos da terra e relações de poder numa área de transição várzea-terra firme na Amazônia. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2016.

FONSECA, W. D. da. Santarém logradouros públicos. *Portal "Você se lembra?"*. 23 fev. 2015. Disponível em: <http://ignacioneto.blogspot.com/2015/02/santarem-praca-rodrigues-dos-santos-1962.html> acesso em 26 jun. 2023

FORBES. ADM bate recorde em embarque de soja em um único navio no porto de Barcarena. *Portal Forbes*. 22 fev. 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2022/02/adm-bate-recorde-em-embarque-de-soja-em-um-unico-navio-no-porto-de-barcarena/> acesso em 15 set. 2022.

FÓRUM DE ENTIDADES EM DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO. Em defesa da Praça Rodrigues dos Santos, patrimônio de Santarém. *Portal do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro*. 07 jan. 2022. Disponível em: <https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/2022/01/07/em-defesa-da-praca-rodrigues-dos-santos-patrimonio-de-santarem/> acesso em 26 jun. 2023

FUNAI. Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas. *Portal da FUNAI*. 07 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas> acesso em 20 nov. 2023

G1 POLÍTICA. Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. *Portal G1 Política*. 22 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml> acesso em 27 jun. 2023.

G1 SANTARÉM E REGIÃO. Empresa esclarece sobre construção de portos graneleiros em Santarém. *Portal G1 Santarém e região*. 06 jul. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2014/07/empresa-esclarece-sobre-construcao-de-portos-graneleiros-em-santarem.html> acesso em 05 dez. 2023

_____. MPF pede abertura de inquérito na Polícia Federal por suspeita de invasão de madeireiros ao STTR, em Santarém. *Portal G1 Santarém e região*. 05 mai. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2021/05/05/mpf-pede-abertura-de-inquerito-na-policia-federal-por-suspeita-de-invasao-de-madeireiros-ao-sttr-em-santarem.ghtml> acesso em 16 mai. 2023

_____. Pesquisa aponta agrotóxico como um dos fatores de redução das abelhas em Belterra. *Portal G1 Santarém e região*. 08 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2020/07/08/pesquisa-aponta-agrotoxico-como-principal-fator-de-reducao-das-abelhas-em-belterra.ghtml> acesso em 17 mai. 2023

_____. Santarém ocupa 3ª posição entre as piores cidades brasileiras no ranking de saneamento básico. *Portal G1 Santarém e Região*. 23 mar. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3PpL5iV> acesso em 21 jun. 2023

GABRIEL, J.. AZEVEDO, V.. Presidente de comissão ambiental atuou contra destruição de equipamentos de garimpo. *Portal do jornal Folha de São Paulo*. 27 mar. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/03/presidente-de-comissao-ambiental-atuou-contradestruicao-de-equipamentos-de-garimpo.shtml> acesso em 28 nov. 2023

GOMES, I. Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas em 1.696 municípios. *Portal Agência de Notícias IBGE*. 27 jul. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios> acesso em 27 nov. 2023

GOMES, T. do V.. *Santarém: uma articulação possível entre urbanização e natureza*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2017.

_____; CARDOSO, A. C. D. Santarém: o ponto de partida para o (ou de retorno) urbano utopia. urbe, *Rev. Bras. Gest. Urbana*. v. 11, 2019.

_____ et. al. Santarém (PA): um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 19, n. 40, pp. 891-918, set/dez, 2017.

GOVERNO FEDERAL. Comitês de Bacia Hidrográfica. *Portal do Governo Federal*. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/fortalecimento-dos-entes-do-singreh/comites-de-bacia-hidrografica> acesso em 31 out. 2022.

GRISALES, G. A. C. (org.) *Relatório agrotóxicos no planalto santareno*. São Leopoldo-RS: Casa Leiria, 2021.

HECK, E.; LOEBENS, F. e CARVALHO, P. D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. *Estudos Avançados* [online]. 2005, v. 19, n. 53, pp. 237-255. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/5RnftMKtzRwmyTMrKpqX63S/?format=pdf&lang=pt> acesso em 01 dez. 2022

IBGE. Censo demográfico. *Portal do IBGE*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html> acesso em 17 mai. 2023

_____. Histórico de Belterra. *Portal do IBGE Cidades*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belterra/historico> acesso em 17 mai. 2023.

_____. Produção Agrícola de Santarém – soja. *Portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/pesquisa/14/10193> acesso em 20 set. 22

ICBS. Jornal “Jequytaia”. *Portal do Instituto Cultural Boanerges Sena*. <https://www.icbsena.com.br/acervo-jornais> acesso em 01 jun. 2023

_____. O Jornal de Santarém Ilustrado – 1953. *Portal do Instituto Cultural Boanerges Sena*. Disponível em: https://www.icbsena.com.br/jornal.php?id_jornais=79 acesso em 05 dez. 2023.

INFOSANBAS. *Portal Infosanbas*. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/santarem-pa/#Abastecimento-de-%C3%A1gua> acesso em 15 mai. 2023

ISA. Pimenta Jiquitaia, produzida na Amazônia, conquista mercado internacional. *Portal Terras Indígenas no Brasil (ISA)*. 06 out. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3OEnkmz> acesso em 03 ago. 2023

_____. Terra Indígena Borari/Alter do Chão. *Portal Terras Indígenas no Brasil (ISA)*. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4981> acesso em 26 mai. 2023

JOÃO GOMES. A luta pelo direito à cidade na Amazônia: o processo de revisão do Plano Diretor de Santarém-PA, Santarém-PA, set. 2017. pp. 156-178.

JONIELSON FERREIRA DA SILVA. Entrevista concedida a Ana Beatriz Oliveira Reis. Santarém-PA, 05 de agosto de 2022.

JORNAL NACIONAL. Cientistas e moradores suspeitam de contaminação no rio de uma área conhecida como o ‘Caribe Amazônico’, em Alter do Chão (PA). *Portal do Jornal Nacional*. 19 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/01/19/cientistas-e-moradores-suspeitam-de-contaminacao-no-rio-de-uma-area-conhecida-como-o-caribe-amazonico-em-alter-do-chao-pa.ghtml> acesso em 31 out. 2022.

JUNTOS. Estudantes param as ruas de Santarém contra o aumento da passagem de ônibus. *Portal Juntos*. 23 mai. 2011. Disponível em: <https://juntos.org.br/2011/05/estudantes-param-as-ruas-de-santarem-contr-o-aumento-da-passagem-de-onibus/> acesso em 16 mai. 2023

KUCHENBECKER, L.. Composição. *Portal Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/gramatica/composicao.htm> acesso em 08 set. 2023.

LADILSON AMARAL. A luta pelo direito à cidade na Amazônia: o processo de revisão do Plano Diretor de Santarém-PA, Santarém-PA, nov. 2017. pp. 179-197.

LAPOUJADE, David. *As existências mínimas*. São Paulo: n-1, 2017.

LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. 4 ed. São Paulo: editora 34, 2019a.

_____. *Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos*. Petrópolis: Vozes, 2019b.

_____. *A fabricação do direito: um estudo de etnologia jurídica*. São Paulo: Unesp, 2019c.

_____. *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*. São Paulo, editora 34, 2016.

_____. *Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede*. Salvador: Edufba. 2012. Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

_____. An Attempt at a “Compositionist Manifesto”. *New Literary History*, 41: 471–49, 2010.

LIMA, J. J. Vinte anos do Estatuto da Cidade. In: *20 anos do estatuto da cidade: experiências e reflexões*. Edésio Fernandes (org.). Belo Horizonte: Gala Cultural – Cultura e Meio Ambiente, 2021.

MAGALHÃES, N.. Alter do Chão é eleita o ‘Melhor Destino Turístico Nacional’. *Portal da Prefeitura de Santarém*. 28 set. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/43nqMGw> acesso em 26 mai. 2023

MAGNUSSON, W. E; BROCARD, C. R.; GIACOMIN, L. L. Biodiversidade: sua importância e conservação. In: *Biodiversidade na Floresta Nacional do Tapajós e na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns*. BROCARD, C. R.; GIACOMIN, L. L. (org). Santarém: UFOPA, 2022.

MALDALOZZO, T. *Composição Musical*. Guarapuava-PR: Unicentro, 2015.

MALHEIROS, B. C.. Grandes projetos de mineração na Amazônia: o governo bio/necropolítico do território e os processos de territorialização de exceção. *Revista NERA*, v. 24, n. 59, pp. 13-35, 2021.

MARENCO, J. A.; SOUZA JR., C.. *Mudanças Climáticas: impactos e cenários para a Amazônia*. São Paulo, 2018.

MARIO AUGUSTO PANTOJA DE SOUSA. Entrevista concedida a Ana Beatriz Oliveira Reis. Santarém-PA, 08 de maio de 2023.

MARLON REBELO GAMA. Entrevista concedida a Ana Beatriz Oliveira Reis. Santarém-PA, 08 de agosto de 2022.

MATOS, G.C.G.; ROCHA FERREIRA, M.B. Educação em comunidades amazônicas. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v.24, n.3, pp.367-383, 2019.

MATOS, I. N. D. J. *Perspectivas jurídicas sobre os conflitos decorrentes da disputa pelo espaço em Santarém - PA: uma visão do direito urbanístico sobre a ocupação Vista Alegre do Juá*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Instituto de Ciências da Sociedade, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2018.

MELO JÚNIOR, H. R.; MOURÃO, M. A. A. (coord.). *Projeto Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas: relatório diagnóstico Aquífero Alter do Chão, Bacia Sedimentar do Amazonas*. Belo Horizonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2012.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Polícia massacra em Eldorado dos Carajás. *Portal Memorial da Democracia*. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/policia-massacra-em-eldorado-dos-carajas> acesso em 11 dez. 2023.

METEORO BRASIL. Quando o Pará botou Weintraub para correr. *Canal Meteoro Brasil*. 26 abr. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N8XFu1Jw2gI&t=630s> acesso em 01 nov. 2022

MIDR. Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores. *Portal do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional*. 01 jul. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-urbano/guia-para-elaboracao-e-revisao-de-planos-diretores> acesso em 26 jul. 2023

MIRO, J.. Desmate avança ferozmente nas 'terras de ninguém' da Amazônia. *Portal do Jornal Folha de São Paulo*. 17 jul. 22. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/07/desmate-avanca-ferozmente-nas-terras-de-ninguem-da-amazonia.shtml> acesso em 21 set. 2022

MONTE-MÓR, R. L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*. n. 111, p. 09-18, 2011.

MOURA, D.. Prefeito de Santarém anuncia projeto de pavimentação na ocupação Bela Vista do Juá. *Portal do Jornal O Impacto*. 12 mai. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/45OpjLB> acesso em 07 jun. 2023

MPF. Audiência pública para debater impactos do mercúrio na bacia do Tapajós (PA) será nesta sexta-feira (20). *Portal do MPF*. 19 mai. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3TWdAV4> acesso em 31 out. 2022

_____. Edital de convocação de audiência pública nº 01/2022. Ministério Público Federal - Procuradoria da República no município de Santarém-PA. Procedimento 1.23.002.000105/2022-11, Documento 5, Página 1

_____. Protocolo de Consulta Munduruku. *Portal do Ministério Público Federal*. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/protocolos-de-consulta/docs/ProtocolodeConsultaMunduruku.pdf> acesso em 31 out. 22

MPPA. MPPA expede recomendação ao Estado do Pará e à multinacional da cadeia agrícola

com atuação no Estado. *Portal do MPPA*. 28 abr. 2022. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/noticias/mppa-expede-recomendacao-ao-estado-do-para-e-a-multinacional-da-cadeia-agricola-com-atuacao-no-estado.htm> Acesso em 15 set. 2022

_____. Promotora obtém liminar e obra do “camelódromo” é suspensa. *Portal do MPPA*. 10 jan. 2022. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/noticias/promotoria-obtem-liminar-e-obra-do-camelodromo-e-suspensa.htm> acesso em 26 jun. 2026

_____. MPPA participa de Audiência pública no PAE Lago Grande, no oeste do Pará. *Portal do MPPA*. 27 abr. 2022. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/noticias/mppa-participa-de-audiencia-publica-no-pae-lago-grande-no-oeste-do-para.htm> acesso em 16 ago. 2023

MPPR. Gestão Democrática da Cidade – Jurisprudência comentada. *Portal MPPR*. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/meioambiente/Pagina/Gestao-Democratica-das-Cidades-Jurisprudencia-Comentada> acesso em 26 jul. 2023

MRE. Documentário: Complexo Tapajós. *Canal do Youtube do Ministério das Relações Exteriores- Brasil*. 15 dez. 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B2WXQnJLCTY> acesso em 18 mai. 2023.

MST. 17 de abril: Marco da Luta Camponesa após 26 anos do Massacre de Eldorado do Carajás. *Portal do MST*. <https://mst.org.br/2022/04/17/17-de-abril-marco-da-luta-camponesa-apos-26-anos-do-massacre-de-eldorado-do-carajas/> acesso em 11 dez. 2023.

MUNIZ, T. S. A.. Arqueologia histórica no sítio aldeia (Santarém, PA): a cerâmica dos séculos XVIII e XIX. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, 2016.

NASCIMENTO, J. S. M. do; AGUIAR, R. G.; FISCHER, G. R.; ANDREADE, N. L. R. de; AGUIAR, L. J. G; WEBLWE, A. D.. Mudanças no Uso da Terra na Amazônia Ocidental e a Resposta do Microclima à Ocorrência de Eventos Extremos. *Revista Brasileira de Meteorologia*, v. 35, n. 1, p. 135–145, jan. 2020.

NETO, C. P.. Lideranças femininas são ameaçadas de morte em reserva extrativista. *Portal Amazônia Real*. 06 mar. 2023. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/liderancas-femininas-sao-ameacadas-de-morte-em-reserva-extrativista/> acesso em 16 mai. 2023

NEVES, E.. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 2006.

_____. Santarém: a cidade de todos os tempos. *National Geographic*, São Paulo, p. 79-89, dez. 2015.

NOVA CARTOGRAFIA. Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. *Caderno Nova Cartografia*. Jun. 2014. Disponível em <https://www.ppgcspa.uema.br/?p=3345> acesso em 15 mai. 2023.

NOVOS PARADIGMAS. Projeto Tapajós Solar. *Portal Novos Paradigmas*. Disponível em: <https://www.novosparadigmas.org.br/pratica/projeto-tapajos-solar/> acesso em 18 mai. 2023

O IMPACTO. Conselho Municipal de Saúde não concorda com terceirização do HMS e UPA24h; saiba porque. *Portal O Impacto*. 05 jul.2017. Disponível em: <https://oimpacto.com.br/2017/07/05/conselho-municipal-de-saude-nao-concorda-com-terceirizacao-do-hms-e-upa24h/> acesso em 17 out. 2022.

_____. Novos edifícios aquecem setor imobiliário de Santarém. *Portal do Jornal O Impacto*. 18 jun. 2013. Disponível em: <https://oimpacto.com.br/2013/06/18/novos-edificios-aquecem-setor-imobiliario-de-santarem/> acesso em 24 mai. 2023

OBSERVATÓRIO DO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO. Entenda o Marco Legal. *Portal do Observatório do Marco Legal do Saneamento*. Disponível em: <https://marcolegal.aguaesaneamento.org.br/entenda-o-marco-legal/> acesso em 22 jun. 2023

OESTADONET. Prefeito diz que praça Rodrigues dos Santos não será destruída e contesta informações do MP. *Portal Oestadonet*. 07 jan. 2022. Disponível em: <https://www.oestadonet.com.br/noticia/21130/prefeito-diz-que-praca-rodrigues-dos-santos-nao-sera-destruida-e-contesta-informacoes-do-mp/> acesso em 26 jun. 2026.

_____. Produtor rural que causou intoxicação de alunos em Belterra foi notificado 38 vezes pelo Ibama a pedido do MPF; saiba quem é. *Portal Oestadonet*. 07 mar. 2023. Disponível em: <https://www.oestadonet.com.br/noticia/23110/produtor-rural-que-causou-intoxicacao-de-alunos-em-belterra-foi-notificado-38-vezes-pelo-ibama-a-pedido-do-mpf-saiba-quem-e%C2%A0/> acesso em 17 mai. 2023

_____. Produtor rural que causou intoxicação de alunos em Belterra foi notificado 38 vezes pelo Ibama a pedido do MPF; saiba quem é. *Portal Oestadonet*. 07 mar. 2023. Disponível em: <https://www.oestadonet.com.br/noticia/23110/produtor-rural-que-causou-intoxicacao-de-alunos-em-belterra-foi-notificado-38-vezes-pelo-ibama-a-pedido-do-mpf-saiba-quem-e%C2%A0/> acesso em 17 mai. 2023

_____. Redução de custo e melhora no atendimento são metas da terceirização da gestão de hospitais municipais em Santarém. *Portal Oestadonet*. 03 jul. 2017. Disponível em: <https://www.oestadonet.com.br/noticia/11977/reducao-de-custo-e-melhora-no-atendimento-sao-metas-da-terceirizacao-da-gestao-de-hospitais-municipais-em-santarem/> acesso em 17 out. 2022.

_____. Terminal da Cargill, no porto da CDP, em Santarém, perde posição de maior exportador de soja da Região Norte. *Portal Oestadonet*. 22 fev. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3xrpmk> acesso em 15 set. 2022

OLIVEIRA, G.. Biodigestor: uma proposta de aproveitamento do lixo orgânico no município de Santarém. *Revista Científica Semana Acadêmica*, n.55, 2014.

OLIVEIRA, J. C.; LESS, D. F. da S.; SILVA, L. de N. A.; MOTA, J. M. da C.; OLIVEIRA, J. C.. IBEAS – Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais. *X Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental*, Fortaleza- CE, 2019.

PANTOJA, A.. Em menos de dois anos, prefeito de Santarém aumenta pela terceira vez o valor da tarifa do transporte público. *Portal Tapajós de Fato*. 04 jan. 2023. Disponível em:

<https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/1004/em-pouco-mais-de-um-ano-prefeito-de-santarem-aumenta-pela-terceira-vez-o-valor-da-tarifa-do-transporte-publico> acesso em 16 mai. 2023

PARÁ WEB NEWS. Santarém ganha os céus com verticalização acelerada. *Portal Pará WebNews*. 27 abr. 2022. Disponível em: <https://parawebnews.com/santarem-ganha-os-ceus-com-verticalizacao-acelerada/> acesso em 24 mai. 2023

PARÁ. *Lei Complementar n.º 79 de 2012*. Cria a Região Metropolitana de Santarém com base no § 2º do art. 50 da Constituição Estadual e dá outras providências. Pará, 2012. Disponível em: http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br:8080/lei079_2012_17181.pdf acesso em 05 fev. 2024.

_____. *Lei estadual 5.928, de 28 de dezembro de 1995*. Cria o município de Belterra. Pará, 1995. Disponível em: <https://sapl.santarem.pa.leg.br/norma/897> acesso em 05 fev. 2024.

PASTORAL DA JUVENTUDE. História da Pastoral da Juventude. *Portal da Pastoral da Juventude*. Disponível em: <https://pj.org.br/quem-somos/historia-da-pastoral-da-juventude/> acesso em 15 mai. 2023

PAZ, W.. Aos 20 anos, Estatuto da Cidade sofre ataques dos especuladores imobiliários. *Portal Brasil de Fato RS*. 17 jun. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/17/aos-20-anos-estatuto-da-cidade-sofre-ataques-dos-especuladores-imobiliarios> acesso em 01 ago. 2023

PEREIRA, A.S. Análise das tendências de aplicação do conceito de periurbano. *Terra Plural*. v. 7, n. 2, pp. 287–304, 2013.

PINHO, E. R. P.. A ocupação Vista Alegre do Juá no contexto da produção do espaço urbano em Santarém (PA). Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Instituto de Ciências da Sociedade, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém- PA, 2023.

_____; RODRIGUES, Y. S. R.; NOVAK, F.; REIS, A. B. Ol. Conflitos fundiários no Baixo Amazonas: ocupações urbanas na cidade de Santarém (PA). *Revista Científica Foz*, v. 2, n. 1, pp. 143-159, jul. 2019.

PINTO, L. F.. Memória de Santarém: Os arigós raptavam crianças? Lenda urbana dos anos 50. *Portal Oestadonet*. 13 ago. 2018. Disponível em: <https://www.oestadonet.com.br/noticia/13493/memoria-de-santarem-os-arigos-raptavam-criancas-lenda-urbana-dos-anos-50/> acesso em 15 mai. 2023

_____. Ministério Público quer suspensão da licença da Cargill no Pará. *Portal Brasil de Fato*. 09 mai. 2022 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/09/ministerio-publico-quer-suspensao-da-licenca-da-cargill-no-para> acesso em 15 set. 2022

POMPEIA, C.. *Formação Política do Agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2021.

PONTE, J. P. X.. Aspectos urbanos da Amazônia. *Portal do Observatório das Metrôpoles*. 12 mai. 2022. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/aspectos-do-urbano-na-amazonia/> acesso em 10 out. 2022

PORTAL CANAL DO AGRO. 10 cidades campeãs do agronegócio que mais cresceram em população. *Portal Canal Agro Estadão*. 1 set. 2023. Disponível em: <https://summitagro.estadao.com.br/comercio-exterior/10-cidades-campeas-do-agronegocio-que-mais-cresceram-em-populacao/> acesso em 23 out. 2023

PORTAL JURUTI. Festival da mandioca da região de Juruti-Velho. *Portal Juruti Velho*. Disponível em: <https://bit.ly/44es5Yq> acesso em 15 ago. 2023

PREFEITURA DE SANTARÉM. Ordem de Serviço da Prefeitura garante a circulação de ônibus na ocupação Vista Alegre do Juá. *Portal da Prefeitura de Santarém*. 20 ago 2020. Disponível em: <https://bit.ly/43OxdTi> acesso em 07 jun. 2023

RAIMUNDO ABIMAEI FERREIRA DOS SANTOS. Entrevista concedida a Ana Beatriz Oliveira Reis. Santarém-PA, 09 de agosto de 2022.

RAIMUNDO CARLOS FERREIRA ALVES. Entrevista concedida a Ana Beatriz Oliveira Reis. Santarém-PA, 04 de agosto de 2022.

RBRANCO ENGENHARIA. Edifício Unique Residence. *Portal R Branco Engenharia*. Disponível em: <http://rbrancoengenharia.com.br/lancamentos/edificio-unique-residence/#plantas> acesso em 24 mai. 2023

REBELLO, Y. DE A. P.; LIMA, J. J. F.; LIMA, A. P. C.. Políticas de habitação e a urbanização periurbana na Amazônia: o caso do Assentamento Mártires de Abril, Mosqueiro, Belém, Pará. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 21, n. 1, pp. 98–116, jan. 2019.

REGO, J. C. da S.; CAVALCANTE, M. M. de A. Luta por espaço no processo de urbanização em Santarém/PA: análise do bairro Vista Alegre do Juá. *Terra Livre*, ano.37, v. 1, n.58, p. 130-159, 2022.

REIS, A. B. O.; RODRIGUES, Y. S. (Org.). *A luta pelo direito à cidade na Amazônia: o processo de revisão do Plano Diretor de Santarém-PA*. Santarém: FASE, 2019.

_____; PINHO, E. R. P.; NOVAK, F.; PEREIRA, T. R.; RODRIGUES, Y. S.. As ocupações urbanas na Amazônia e os novos sujeitos coletivos: a atuação do Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia na cidade de Santarém -PA. *Revista Terceira Margem Amazônia: Dossiê Baixo Amazonas*. Manaus, v. 3, n. 11, pp. 72-86, jul./dez. 2018.

_____, A. B. O.; SANTOS, B. A. dos; PINHO, E. R. P.; RODRIGUES, Y. S.. A luta pelo direito à moradia em Santarém-PA: o caso da ocupação urbana Vista Alegre do Juá. In: *Direito à cidade e ocupações urbanas: pesquisas empíricas* BELLO, Enzo; FALBO, Ricardo Nery (Orgs.). Rio de Janeiro: Ed. CEEJ, 2020.

RENATA MOARA DA CONCEIÇÃO ARAUJO REBELO. Entrevista concedida a Ana Beatriz Oliveira Reis. Santarém-PA, 01 de agosto de 2022.

RENTE, A. S. G.. *Áreas de proteção ambiental como inspiração para o desenvolvimento Sustentável com liberdade: o caso da criação da APA – Alter do Chão/PA*. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro -RJ, 2006.

REZENDE, V. L.. A mineração em Minas Gerais: uma análise de sua expansão e os impactos ambientais e sociais causados por décadas de exploração. *Sociedade & Natureza*, v. 28, n. 3, pp. 375–384, set. 2016.

RIBEIRO, A. C.. Justiça de Santarém determina que empresa tome providências sobre aterro. *Portal do TJPA*. 31 mai. 2022. Disponível em: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/1349154-justica-determina-que-empresa-ambiental-tome-providencias-sobre-aterro-sanitario.xhtml> acesso em 22 jun. 2023

RIOS, O.. Damares associa ritual indígena de produção familiar a estupro de mulheres indígenas. *Portal Reporter Nordeste*. 07 mar. 2020. Disponível em: <https://reporternordeste.com.br/damares-associa-ritual-indigena-de-producao-familiar-nas-tribos-a-estupro-de-mulheres-nas-aldeias/> acesso em 22 ago. 2023.

ROCHA, B. C. *et al.* *Tapajós sob o sol: mergulho nas características ecológicas, socioculturais, econômicas da bacia hidrográfica*. 1 ed. International Rivers, 2022.

RODRIGUES, L.. Produtores abrem Colheita da Soja do Baixo Amazonas. *Portal Prefeitura de Santarém-PA*. 12 mar. 22. Disponível em: <https://bit.ly/3DEFob2> acesso em 20 set. 2022.

RODRIGUES, T.; MATOS, C.. Exclusivo: escola no Pará sofre com a aplicação de agrotóxicos em plantação de soja. *Portal Congresso em Foco*. 07 jan. 2023. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/exclusivo-escola-no-para-sofre-com-a-aplicacao-de-agrotoxicos-em-plantacao-de-soja/> acesso em 17 mai. 2023

RODRIGUES, Y. S.. Os casos do município de Santarém - comunidade Ponta de Pedras (PAE Eixo Forte). *Portal do projeto Contracartografias*. 06 mar. 2021. Disponível em: <https://www.contracartografias.com/resultados> acesso em 26 mai. 2023

_____. Os casos do município de Santarém - comunidade Santa Luzia (PAE Eixo Forte). *Portal do projeto Contracartografias*. 20 mar. 2021. Disponível em: <https://www.contracartografias.com/resultados> acesso em 26 mai. 2023

_____. Y. S. Os casos do município de Santarém - comunidade Santa Maria (PAE Eixo Forte). *Portal do projeto Contracartografias*. 17 mar. 2021. Disponível em: <https://www.contracartografias.com/resultados> acesso em 26 mai. 2023

_____, Y. S.. Outras perspectivas do Povo Borari sobre urbanização e turismo em Alter do Chão. *Portal do projeto Contracartografias*. 17 abr. 2021. Disponível em: <https://www.contracartografias.com/resultados> acesso em 26 mai. 2023

SANTANA, M. C. A.. Produção do espaço urbano em Santarém-PA. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo - SP, 2022.

SANTARÉM. *Lei n.º 17.771, de 02 de julho de 2003*. Cria a APA de Alter do Chão e dá outras providências. Santarém, 2003. Disponível em: https://sapl.santarem.pa.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2003/485/485_texto_integral.pdf acesso em 05 fev. 2024

_____. *Decreto n.º 440, de 24 de março de 2022*. Dispõe sobre as substituições de membros do Conselho Municipal de Transportes de Santarém-PA. Santarém, 2022. Disponível em: <https://transparencia.santarem.pa.gov.br/storage/attachments/decreto-no-4402022-gappms-de-24-de-marco-de-2022-6241b942ef234.pdf> acesso em 06 dez. 2022.

_____. *Indicação n.º 174, de 30 de junho de 2021*. Indica ao Prefeito, a rescisão do contrato da prefeitura de Santarém com o Instituto Mais Saúde, que gerencia o Hospital Municipal de Santarém, a UPA 24 hs e UBS. Santarém, 2021. Disponível em: <https://sapl.santarem.pa.leg.br/materia/16362> acesso em 06 dez. 2022.

_____. *Lei Complementar n.º 11, de 21 de dezembro de 2017*. Altera a lei complementar 007/2012, de 28/09/2012, que dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo. Santarém, 2017. Disponível em: <https://sapl.santarem.pa.leg.br/norma/1546> acesso 06 dez. 2022.

_____. *Lei Complementar n.º 7, de 28 de setembro de 2012*. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo do município de Santarém. Santarém, 2012. Disponível em: <https://sapl.santarem.pa.leg.br/norma/59> acesso em 06 dez. 2022.

_____. *Lei municipal n.º 20.222, de 07 de julho de 2017*. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais no âmbito do município de Santarém e dá outras providências. Santarém, 2022. Disponível em: <https://sapl.santarem.pa.leg.br/norma/1515> acesso em 06 dez. 2022.

_____. *Lei municipal n.º 21.903, de 27 de março de 2023*. Dispõe sobre a implantação de painéis solares fotovoltaicos nas escolas públicas da rede municipal de Santarém. Santarém, 2023. Disponível em: <https://transparencia.santarem.pa.gov.br/storage/attachments/lei-no-21903-de-27-de-marco-de-2023-6423300e891d6.pdf> acesso em 05 fev. 2024.

_____. *Lei n.º 14.998, de 29 de abril de 1994*. Regulamenta a concessão de meia passagem aos estudantes e dá outras providências. Santarém, 1994. Disponível em: <https://sapl.santarem.pa.leg.br/norma/588> acesso em 05 fev. 2024

_____. *Lei n.º 18.051, de 29 de dezembro de 2006*. Institui o plano diretor participativo do município de Santarém. Santarém, 2006. Disponível em: <https://sapl.santarem.pa.leg.br/norma/43> acesso em 06 dez. 2022.

_____. *Lei n.º 20.534, de 17 de dezembro de 2018*. Institui o plano diretor participativo do município de Santarém. Santarém, 2018. Disponível em: <https://sapl.santarem.pa.leg.br/norma/1610> acesso em 06 dez. 2022.

_____. *Lei n.º 20.876, de 30 de dezembro de 2019*. Dispõe sobre a política municipal de saneamento de Santarém, seus instrumentos e dá outras providências. Santarém, 2019. Disponível em: <https://sapl.santarem.pa.leg.br/norma/1745> acesso em 05 fev. 2024.

_____. *Lei n.º 21.862, de 22 de dezembro de 2022*. Atualiza a política municipal de saneamento básico do município de Santarém e dá outras providências. Santarém, 2022. Disponível em: <https://transparencia.santarem.pa.gov.br/storage/attachments/lei-no-21862-de-22-de-dezembro-de-2022-63ab29eed6445.pdf> acesso em 05 fev. 2024.

_____. *Lei Orgânica n.º 17, de 02 de janeiro de 2014*. Altera a Lei Orgânica nº 1, de 05 de abril de 1990. Santarém, 2014. Disponível em: <https://sapl.santarem.pa.leg.br/ta/69/text?> acesso em 05 fev. 2024.

_____. *Projeto de Lei Complementar n.º 01, de 20 de setembro de 2017*. Projeto altera a lei complementar, 007/2012, de 28 de setembro de 2012, que dispõe o parcelamento, uso e ocupação de solo. Santarém, 2017. Disponível em: <https://sapl.santarem.pa.leg.br/materia/5451> acesso em 06 dez. 2022.

_____. *Projeto de lei ordinária n.º 174, de 09 de fevereiro de 2022*. Declara a Praça Rodrigues dos Santos como patrimônio histórico e cultural do município de Santarém. Santarém, 2022. Disponível em: <https://sapl.santarem.pa.leg.br/materia/18732>

_____. *Projeto de Lei Ordinária n.º 741, de 27 de junho de 2016*. Dispõe sobre a regulamentação da área de proteção ambiental municipal, na grande área do Maicá e dá outras providências. Santarém, 2016. Disponível em: <https://sapl.santarem.pa.leg.br/materia/3468> acesso em 06 de dez. 2022.

SANTOS, A. da P. P.. *Corpo-natureza-cultura numa várzea amazônica: um estudo das experiências vividas por ribeirinhos com o fenômeno das terras caídas em São Ciríaco do Urucurituba/Santarém-PA*. Tese (Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento) - Programa de Pós-graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém-PA, 2020.

SARA PEREIRA. Entrevista concedida a Ana Beatriz Oliveira Reis. Santarém-PA, 06 de agosto de 2022.

_____. *Fase Amazônia. A luta pelo direito à cidade na Amazônia: o processo de revisão do Plano Diretor de Santarém-PA*, Santarém-PA, set. 2017. pp 156-178.

SARMENTO, A. M. S.. *Protocolo de consulta prévia: instrumento de diálogo e de fortalecimento das comunidades quilombolas do Maicá, Santarém – PA*. Tese (Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém-PA, 2019.

SARMENTO, G.. Anitta diz que Amazônia é 'grande terra de ninguém' e comenta polêmica com shows de prefeitura. *Portal G1*. 22 jun. 2022 Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/rock-in-rio/2022/noticia/2022/06/26/anitta-diz-que-amazonia-e-grande-terra-de-ninguem-e-comenta-polemica-com-shows-de-prefeitura.ghtml> acesso em 21 set. 2022

SENA, E. *Uma revolução que ainda não aconteceu: movimentos sociais no Baixo Amazonas – Exuberância e fragilidade, de 1978 a 2014*. Santarém: edição do autor, 2014a.

_____. Caravana no rio Tapajós protestará contra a construção de complexo hidrelétrico. *Portal do Conselho Indígena Missionário*. 17 nov. 2014b. Disponível em: <https://cimi.org.br/2014/11/36698/> acesso em 18 mai. 2023

SILVA, A. Aterro sanitário de Santarém: aspectos e consequências para o meio ambiente. *Portal G1 Santarém e região*. 05 jun. 2017. Disponível: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/aterro-sanitario-de-santarem-aspectos-e-consequencias-para-o-meio-ambiente.ghtml> acesso em 22 jun. 2023

SILVA, E. dos S. OLIVEIRA, G.. Biodigestor: uma proposta de aproveitamento do lixo orgânico no município de Santarém. *Revista Científica Semana Acadêmica*. Fortaleza, v.1, 2014.

SILVA, J. A. A.; VIEIRA, L. D.; SILVA, R. A. da. (org.) *Pastoral da Juventude: um jeito de ser e fazer - somos Igreja jovem*. Brasília, DF: PJ, 2012.

SILVA, S. H.; NODA, S. N.. A Dinâmica entre as águas e terras na Amazônia e seus efeitos sobre as várzeas. *Revista Ambiente & Água*, v. 11, n. 2, pp. 377–386, abr. 2016.

SILVA, V. dos A.. Projeto de assentamento agroextrativista Eixo Forte em Santarém-PA: História, Conceitos e Realidade. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida) - Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade Vida, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém -PA, 2019.

SNIS. Painel de Indicadores 2021. *Portal do SNIS*. Disponível em: http://appsniis.mdr.gov.br/indicadores/web/agua_esgoto/mapa-agua acesso em 26 jun. 2023

SOURIAU, E.. *Diferentes modos de existência*. São Paulo: n-1, 2020.

SOUZA, M.. *História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2019.

TAPAJÓS DE FATO. Emancipação de Curuai: desenvolvimento ou disputa de narrativas? *Portal Tapajós de Fato*. 14 mar. 2022. Disponível em: <https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/729/emancipacao-de-curuai-desenvolvimento-ou-disputa-de-narrativas> acesso em 16 ago. 2023

_____. Moradores de área periférica de Santarém se manifestam contra a falta d'água em bairros e são reprimidos pela polícia. 17 set. 2022 *Portal Tapajós de Fato*. Disponível em: <https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/933/moradores-de-area-periferica-de-santarem-se-manifestam-contra-a-falta-d-agua-em-bairros-e-sao-reprimidos-pela-policia> acesso em 15 mai. 2023

_____. Território Borari de Alter do Chão: a luta pelo direito à demarcação da terra. *Portal Tapajós de Fato*. 09 mar. 2022. Disponível em: <https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/713/territorio-borari-de-alter-do-chao-a-luta-pelo-direito-a-demarcacao-da-terra> acesso em 26 mai. 2023

TAPAJÓS, I. S.. Nenhum direito a menos no transporte público de Santarém! *Portal Juntos*. 28 abr. 2011. Disponível em: <https://juntos.org.br/2011/04/nenhum-direito-a-menos-no-transporte-publico-de-santarem/> acesso em 16 mai. 2023

TELAS EM REDE. Raíra Fonseca é indígena do povo Arapiun e moradora do bairro Vista Alegre do Juá, hoje partilha com a gente a vivência dentro do seu território. *Página no Instagram do projeto Telas em Rede*. 25 mai. 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CsroLKsJbXM/?igshid=MTc4MmM1YmI2Ng%3D%3D> acesso em 07 jun. 2023

TERRA DE DIREITOS. Estudo revela impactos provocados pela instalação do porto da Cargill em Santarém (PA). *Portal da Terra de Direitos*. 28 jun. 2021. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/estudo-revela-impactos-provocados-pela-instalacao-do-porto-da-cargill-em-santarem-pa/23615> acesso em 15 set. 2022

_____. Movimentos sociais e sociedade civil denunciam projeto de lei arbitrário em Santarém. *Portal da Terra de Direitos*. 25 out. 2017. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/movimentos-sociais-e-sociedade-civil-denunciam-projeto-de-lei-arbitrario-em-santarem/22662> acesso em 24 mai. 2023

_____. *Sem licença para destruição: Cargill e violação de direitos no Tapajós*. Jun. 021. Disponível em: <https://semlicencaparacargill.org.br/assets/estudo-completo-cargill-santarem.pdf> acesso em 19 set. 2022.

_____. Um presente para Santarém: Projeto de Lei para regulamentação da APA Maicá. *Portal da Terra de Direitos*. 22 jun. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3TX1uuG> acesso em 02 nov. 2022

THIAGO ROCHA PEREIRA. Entrevista concedida a Ana Beatriz Oliveira Reis. Santarém-PA, 03 de agosto de 2022.

TOMÉ, K.. Carlos Martins apresenta projeto de lei que declara a Praça Rodrigues dos Santos Patrimônio Histórico e Cultural do município. *Portal da Câmara Municipal de Santarém*. 17 fev. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3r16Uez> acesso em 26 jun. 2026.

_____. Carlos Martins solicita regulamentação da Lei que criou a Região Metropolitana de Santarém. *Portal da Câmara Municipal de Santarém-PA*. 11 ago. 2021. Disponível em: <https://santarem.pa.leg.br/carlos-martins-solicita-regulamentacao-da-lei-que-criou-a-regiao-metropolitana-de-santarem/> acesso em 11 out. 2022

TOURAINÉ, A. *La voix et le regard*. Paris: Seuil, 1978.

TOURINHO, H. L. Z.; PINHEIRO, A. de C. L.; BELLO, L. A. L. (Org). *Estudo de delimitação das regiões metropolitanas paraenses: região metropolitana de Santarém*. Belém: SEDOP, 2017.

TRATA BRASIL. Avanços do Novo Marco Legal do Saneamento Básico no Brasil – 2022. *Portal do Instituto Trata Brasil*. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/avancos-do-novo-marco-legal-do-saneamento-basico-no-brasil-2022/> acesso em 22 jun. 2023.

_____. Cenário para investimentos em saneamento no Brasil após a aprovação do novo marco legal. *Portal do Instituto Trata Brasil*. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/cenario-para-investimentos-em-saneamento-no-brasil-apos-a-aprovacao-do-novo-marco-legal/> acesso em 22 jun. 2023

_____. Quem somos. *Portal do Instituto Trata Brasil*. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/quem-somos/> acesso em 21 jun. 2023

_____. Ranking do Saneamento 2022. *Portal do Instituto Trata Brasil*. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento-2022/> acesso em 21 jun. 2023

TRINDADE JR., S. C. C.. Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia. *Mercator* (Fortaleza Online), v. 14, p. 93-106, 2015.

UFOPA. 9 dias e nove noites. *Canal Youtube do estúdio encontro das águas da UFOPA*. 13 jul. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aRrTn512Xyw&t=405s> acesso em 19 mai. 2023

_____. Histórico e Localização. *Portal da UFOPA*. 03 fev. 2022. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/ufopa/institucional/sobre-a-ufopa/historico-e-localizacao/> acesso em 01 nov. 2022.

_____. *Relatório Técnico do Grupo de Estudo do EIA do Porto do Maicá*. Santarém: UFOPA, 2018.

USP. Impactos da mineração na Amazônia podem ser mais danosos que a atividade exploratória. *Portal Jornal da USP*. 20 out. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/impactos-da-mineracao-na-amazonia-podem-ser-mais-danosos-que-a-atividade-exploratoria/> acesso em 21 nov. 2023

VALDECI OLIVEIRA DE SOUSA. Entrevista concedida a Ana Beatriz Oliveira Reis. Santarém-PA, 05 de agosto de 2022.

VALE, R. S. do; LIMA, L. dos S.; MONTE, C. do N.; SANTANA, R. A. S. de. Evidências do fenômeno de terras caídas com grandes cheias na região Oeste do Pará. *Brazilian Journal of Development*, v. 5, n. 6, p. 6295–6302, 2019.

VARGAS, T.. Censo 2022: pesquisador comenta resultados sobre indígenas. *Portal Fiocruz*. 11 ago. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3SKel0b> acesso em 20 nov. 2023

VAZ, F.. Cuipiranga e a luta contra o esquecimento. *Portal Jeso Carneiro*. 01 jan. 2011. Disponível em: <https://www.jesocarneiro.com.br/artigos/cuipiranga-e-a-luta-contra-o-esquecimento.html> acesso em 14 ago. 2023

VIEIRA, S.. Alepa aprova decreto que autoriza plebiscito de criação do município do Lago Grande do Curuai. *Portal G1 Santarém e Região*. 10 mai. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2022/05/10/alepa-aprova-decreto-que-autoriza-plebiscito-de-criacao-do-municipio-do-lago-grande-do-curuai.ghtml> acesso em 16 ago. 2023

_____. Censo 2022: Oriximiná é o município do oeste do Pará com maior população quilombola. *Portal G1 Santarém e região*. 27 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2023/07/27/censo-2022-oriximina-e-o-municipio-do-oeste-do-para-com-maior-populacao-quilombola.ghtml> acesso em 27 nov. 2023

_____. Censo 2022: Santarém concentra maior população indígena do Oeste do Pará; veja os dados. *Portal G1 Santarém e região*. 07 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2023/08/07/censo-2022-santarem-concentra-maior-populacao-indigena-do-oeste-do-para-veja-os-dados.ghtml> acesso em 20 nov. 2023

_____. Ibama multa produtor em mais de R\$ 1 milhão por intoxicação de alunos de escola de Belterra com agrotóxico. *Portal G1 Santarém e região*. 07 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2023/03/07/ibama-multa-produtor-em-mais-de-r-1-milhao-por-intoxicacao-de-alunos-de-escola-de-belterra-com-agrotoxico.ghtml> acesso em 17 mai. 2023

_____. Instituto Mais Saúde é escolhido para substituir IPG na gestão do HMS, Samu e Unidades 24 horas. *Portal G1 Santarém e região*. 17 jul. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2020/07/17/instituto-mais-saude-e-escolhido-para-substituir-ipg-na-gestao-do-hms-samu-e-unidades-24-horas.ghtml> acesso em 17 out. 2022.

_____. Ocupação do Juá pode ser transformada em bairro, diz prefeito de Santarém. *Portal G1 Santarém e região*. 04 jan. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/45KzFw5> acesso em 07 jun. 2023

_____. Votação do projeto que regulamenta APA Maicá fica para a próxima legislatura. *Portal Oestadonet*. 08 dez. 2022. Disponível em: <https://www.oestadonet.com.br/noticia/10982/votacao-do-projeto-que-regulamenta-apa-maica-fica-para-a-proxima-legislatura/> acesso em 02 nov. 2022

_____. CADETE, F. Câmara aprova construções em áreas de APP e no entorno de rodovia que dá acesso a Alter do Chão. *Portal G1 Santarém e região*. 12 dez. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/camara-aprova-construcoes-em-areas-de-app-e-no-entorno-de-rodovias-que-dao-acesso-a-alter-do-chao.ghtml> Acesso em 04 nov. 2022.

YURI SANTANA RODRIGUES. Entrevista concedida a Ana Beatriz Oliveira Reis. Santarém-PA, 06 de agosto de 2022.

ZELÍ RAMOS DE SÁ. Entrevista concedida a Ana Beatriz Oliveira Reis. Santarém-PA, 05 de agosto de 2022.

ÍNDICE REMISSIVO

- Ação Civil Pública, 123
 Agronegócio, 127
 Águas, 49
 Alcoa, 64
 APA do Maicá, 147
 Área de Proteção do Ambiental, 135
 Arigós, 51
 Belterra, 72
 Bem viver, 162
 Cabanagem, 155
 CEB's 70
 CITA, 59
 Complexo do Tapajós, 75
 Composicionismo, 43
 Cuipiranga, 157
 Curuai, 163
 Direito à cidade, 178, 180
 Direito de existir, 23
 Flona, 63
 FOQS, 79
 Indígenas, 59
 Intervenção sociológica, 30
 Lixão do Perema, 107
 Maicá, 80, 167
 Mandioca, 160
 Mineração, 64
 Modos de existência, 22
 MTV, 70
 Mudanças Climáticas, 96
 Ocupação tapajônica, 84
 Ocupação Vista Alegre do Juá, 99
 PAE Eixo Forte, 96
 PAE Lago Grande, 61
 Passe Livre, 57
 Pastoral da Juventude, 56
 Periurbano, 177
 Planalto Santareno, 82
 Plano Diretor, 133
 Ponta de Pedras, 111
 Projeto Portuário, 142
 Protocolo de Consulta, 63
 Puxirum, 168
 Quilombolas, 79
 Quintais produtivos, 174
 Região Metropolitana de Santarém, 104
 Resex Tapajós Arapiuns, 63
 Rio Tapajós, 70
 Romaria, 155
 Saneamento Básico, 107
 Saúde, 98
 Sítios Arqueológicos, 112
 Sociologia Pragmática, 34
 Soja, 90
 STTR, 61
 Teoria ator-rede, 39
 Terra, 149
 Terras Caídas, 167
 Turismo de Base Comunitária, 171
 UES, 56
 UFOPA, 52
 Urbanização extensiva, 70
 Urbanização, 69
 Verticalização, 85